pensata

REVISTA DOS ESTUDANTES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFESP

V11.N2 | DEZEMBRO 2022

PENSATA | Revista dos Estudantes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP. v.11, n. 2, ano 11. 2022. Semestral. ISSN: 2237-678X.

CHEFIA EDITORIAL
Jéssica Ronconi, Juliana Carvalho, Thaís Lima, Wesley dos Santos e Wilver Portella.

COMISSÃO EDITORIAL
Alice Coutinho, Ana Terra, Beatriz Parisi, Cris Bibiano, Eduardo Fernandes, Evelyn Marcele, Gisele Vilalta, Ingrid Possari Cia, Jéssica Ronconi, Juliana Carvalho, Laís Silvestre, Michael dos Santos, Pedro Camargo, Thaís Lima, Victor Akira, Vinicius Serpa, Wesley dos Santos e Wilver Portella.

Foto da capa: Dayanne da Silva Santos, Joércio Pires da Silva e Luis Eduardo da Silva Costa

CONSELHO EDITORIAL
Andréa Barbosa (UNIFESP), Maria Fernanda Lombardi Fernandes (UNIFESP), Henrique Amorim (UNIFESP), Ana Lúcia Teixeira (UNIFESP), Daniel Vasquez (UNIFESP), Davisson de Souza (UNIFESP), Carolina Pulici (UNIFESP), Cynthia Sarti (UNIFESP), Melvina Araújo (UNIFESP), Antônio Sérgio Carvalho Rocha (UNIFESP), Alexandre Barbosa Pereira (UNIFESP), Debora Alves Maciel (UNIFESP), Mauro Rovai (UNIFESP), Valeria Macedo (UNIFESP), Débora Cristina Goulart (UNIFESP), Carlos Alberto Steil (UNIFESP), Adriano Coda to (UFPR), Andréia Galvão (Unicamp), Bruno Wilhelm Speck (USP), Célia Tolentino (Unesp), Cornelia Eckert (UFRGS), Dagoberto José Fonseca (Unesp), Edmundo Peggion (Unesp), Heloisa Dias Bezerra (UFG), João José Reis (UFBA), José Paulo Martins Junior (UNIRIO), Juri Yurij Castelfranchi (UFMG), Laura Moutinho (USP), Lucila Scavone (Unesp), Luiz Antônio Machado da Silva (UFRJ), Luiz Henrique de Toledo (UFSCar), Márcio Bilharinho Naves (Unicamp), Marco Aurélio Nogueira (Unesp), Milton Lahuerta (Unesp), Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp), Peter Fry (UFRJ), Renato Athias (UFPE), Renato Sztutman (USP), Revalino de Freitas (UFG), Rogério Baptistini Mendes (FESPSP), Rosana Baeninger (Unicamp), Sergio Adorno (USP).

ENDEREÇO PENSATA: https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata
CONTATO: trabalhospensata@gmail.com

Dossiê 4

Questões ambientais, Ciências Sociais e contemporaneidades: cultivando alianças para habitar futuros 4
Roberto Donato, Marilena Campos e Rodolfo Faria Silva

A Teoria Social no Antropoceno 7
Herlaine Ferreira

A construção de subjetividades como fundamento do racismo ambiental contra comunidades tradicionais. 25
Daniel Paulino Filho

Insurgência e re-existência: formulações e reformulações da cultura caiçara frente ao avanço do turismo (Paraty-RJ) 41
Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Suelen Moreira, Juliana Marcondes Bussolotti e Ana Claudia Moreira Rodrigues

Regulação e Accountability: um olhar para o setor de barragens no Brasil 62
Napiê Galvê Araújo Silva, Lucas Grandi Fernandes e Sâmella Medley Bezerra Teixeira de Lima

As controvérsias dos riscos associados às barragens de rejeitos da mineração – Uma análise sobre as implicações das Zonas de Autossalvamento em Antônio Pereira/MG 88
Ana Paula Leal Pinheiro Cruz

Artigos 108

Evgeni Pachukanis e a caracterização do fascismo: para um diálogo dentro da tradição marxista 108
João Guilherme Alvares de Farias

Fake News e Pandemia: a propagação do discurso "anticientífico" por grupos bolsonaristas em redes sociais digitais no Brasil no contexto da Covid-19 129
Fábio Roberto da Nóbrega Júnior

Os booktubers e a venda de livros no Brasil no período de isolamento social: existe relação entre usos da imagem de si nas redes sociais e a formação de um (novo) público leitor? 150
Julio Marinho Ferreira

Sobre o indivíduo fragmentado: ensaio sobre a alienação na modernidade tardia 176
Thiago Pacheco Gebara

Um ciclo liberal no Fascismo de Mussolini: tradução e análise sobre o programa do Partido Nacional Fascista 190
Sergio Schargel

Pensata Convida 211

Bastidores e repercussões de *La Distinction* de Pierre Bourdieu 211
Carolina Pulici

Dossiê Pensata - Apresentação

Roberto Donato, Marilena Campos, Rodolfo Faria Silva[1]

É com imensa satisfação que apresentamos o Dossiê Questões ambientais, Ciências Sociais e contemporaneidades: cultivando alianças para habitar futuros. Agradecemos a organização da Revista Pensata pelo convite e confiança depositada em nós para cumprir essa tarefa.

As relações entre humanidades e naturezas se situam como um dos mais importantes temas para as ciências humanas. Em tempos mais recentes, as ciências sociais têm procurado conferir centralidade a elas, tomando como ponto de partida o debate das questões ambientais - em especial as mudanças climáticas - para a construção de um conjunto expressivo de aportes teóricos-conceituais[2] próprios. Esse conjunto tem redefinido, inclusive, o papel e a relação das ciências sociais com as ciências naturais, e com outras formas de conhecimento bem como o próprio estatuto ontológico das entidades e seres que compõem a vida no planeta.

Isto se faz importante porque, em um contexto desenvolvimentista de alta exploração e acumulação de desigualdades socioambientais e de desastres ecológicos sem precedentes, todas as áreas do conhecimento são chamadas para lidar com as consequências das ações humanas (ou, pelo menos, de alguns humanos) sobre o planeta. Há a necessidade urgente de construção e

[1] Respectivamente, cientista social e docente da Unicamp; ecóloga e pesquisadora do Colar/UFAM; biólogo e doutorando em Ecologia na Unicamp.

[2] CICS/UNESCO (2013). Relatório Mundial sobre as Ciências Sociais 2013 – Mudanças ambientais globais. Edições OCDE e Edições UNESCO, Paris (França).

fortalecimento de alianças intercientíficas, interculturais e interespécies, entrelaçadas em diferentes campos do conhecimento e formas de ser e conhecer o mundo.

A proposta deste Dossiê é caminhar em conjunto com esse movimento, fomentar e fortalecer trabalhos que reflitam sobre as causas e consequências, bem como os que buscam propor caminhos e alternativas técnicas, científicas e políticas para a ampla gama de problemas oriundos das relações entre ser humano e natureza no mundo contemporâneo. Os artigos aqui apresentados passam por perspectivas teóricas e práticas de alguns temas locais e internacionais da atualidade, produzindo diálogos e reflexões que ajudam a compreender os problemas e pensar formas de buscar soluções.

O primeiro artigo, *A Teoria Social no Antropoceno,* os autores propõem reflexões sobre os desafios e as adaptações necessárias das Ciências Sociais para interpretar e produzir críticas atuais no cenário de mudanças climáticas. Para isso, o texto nos traz um pouco sobre a trajetória da teoria crítica ao longo do século XX, explora seu dinamismo e sua evolução ao longo do século e por fim explora abordagens de diferentes autores como Beck, Latour, Chernilo, frente aos desafios socioambientais contemporâneos.

A construção de subjetividades como fundamento do racismo ambiental, segundo texto do nosso Dossiê, nos proporciona uma discussão sobre as contradições sociais que envolvem as comunidades tradicionais. Por um lado, há uma urgente necessidade de compreender e aprender com os modos de vida desses povos como forma de inspiração para *salvar o planeta,* ao passo que essas mesmas comunidades enfrentam um amplo conjunto de elementos objetivos e subjetivos que fundamentam um processo de inferiorização e de racismo ambiental a respeito de seus modos de vida.

No texto *Insurgência e re-existência: formulações e reformulações da cultura caiçara frente ao avanço do Turismo (Paraty-RJ),* é realizada uma análise sobre os conflitos entre a cultura tradicional caiçara (local) com a cultura externa (global) à Paraty. O texto traz luz sobre os processos da produção de identidades culturais, onde os conhecimentos históricos e considerados tradicionais por parte dos moradores dessas comunidades servem como formas de resistência e re-existência da preservação da cultura caiçara.

Os dois últimos artigos abordam o mesmo tema, a questão das barragens no Brasil, cada um com uma contribuição específica sobre o assunto, enriquecendo o debate. O tema se faz cada

vez mais importante diante da grande quantidade de barragens em estado crítico e dos recentes casos de rompimentos[3] no país e seus impactos sociais e ambientais.

O primeiro, *Regulação e Accountability um olhar para o setor de barragens no Brasil* discute as principais formas de *accountability* no setor de barragens brasileiras e quais os principais impactos na regulação desse setor. Para isso, o texto traz reflexões comparativas entre omodelo ideal e o modelo de operação das agências reguladoras brasileiras. Trata também da prestação de contas e da responsabilização desse setor, assim como da fragilidade do controle social.

E por último, *As controvérsias dos riscos associados às barragens de rejeitos da mineração – Uma análise sobre as implicações das Zonas de Autossalvamento em Antônio Pereira/MG*, realiza uma análise das disputas emergentes relacionadas ao monitoramento das barragens. Através de uma cartografia das controvérsias, explora a complexa relação entre os atores que se movimentam e se articulam construindo associações ou discordâncias sobre os riscos associados à barragem e a implantação das Zonas de Autossalvamento.

Os artigos, impelidos por temáticas de grande ressonância no debate público contemporâneo, se apresentam com um interessante indicativo sobre a vivacidade e pluralidade de perspectivas que transitam na graduação e pós-graduação brasileira nas interfaces estabelecidas pela ecologia política e pelo amplo campo do ambiente e sociedade. Apontam, nesse sentido, para o caminho em que jovens pesquisadores vêm construindo para a renovação desta interface no contexto brasileiro.

Convidamos vocês a aproveitarem e explorarem os textos. Desejamos uma boa leitura

[3] Além dos casos de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), no ano de 2022, cerca de 50 barragens foram embargadas por falta de estabilidade.

Pensata

A Teoria Social no Antropoceno

Herlaine Ferreira[1]

Resumo

As mudanças climáticas estão cada vez mais evidentes através dos eventos extremos que colocam a humanidade a refletir sobre os impactos de sua ação na natureza ao longo do tempo. A modernidade buscou seu desenvolvimento sem considerar a esfera natural como componente de sua estrutura social, no entanto, o aquecimento global coloca em xeque não apenas a capacidade de ação da política holocênica, como toda a cultura que sustentou nossa sociedade até aqui. Neste cenário de mudanças climáticas, cabe à Teoria Social realizar um novo e eficaz diagnóstico de tempo capaz de auxiliar nossos atores a perceber os riscos atuais e as ferramentas necessárias para uma reflexividade da ação antrópica sobre o planeta. Neste artigo, nos propomos a entender a importância e as possibilidades de críticas da Teoria Social no contexto do Antropoceno.

Palavras-chave: Teoria Social; Teoria Crítica; Antropoceno; Mudanças Climáticas.

Abstract

Climate change is increasingly evident through extreme events that cause humanity to reflect on the impacts of its actions on nature over time. Modernity sought its development without considering the natural sphere as a component of its societal structure; however, global warming include in the discussion not only the capacity for action of the Holocene politics, but also the entire culture that has sustained our society until now. In this scenario of climate change, it is up to Social Theory to make a new and effective time diagnosis capable of helping our actors to perceive the current risks and the necessary tools for a reflexivity of anthropic action over the planet. In this article, we propose to understand the importance and the possibilities of criticism of Social Theory in the context of the Anthropocene.

Keywords: Social Theory; Critical Theory; Anthropocene; Climate Changes.

[1] Herlaine Ferreira é bacharela em jornalismo e licenciada em Ciências Sociais. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora PPGCSO/UFJF.

Introdução

O século XXI tem sido o período no qual a modernidade vivencia um complexo de crises cada vez mais frequentes. Entre elas, a crise climática é a única com a qual nunca lidamos antes, seja como ciência social seja como sociedade. No entanto, é um tema que exige um conjunto de soluções urgentes. Porém, os atuais mecanismos sociais e políticos não estão conseguindo agir de forma a reverter os danos causados e, em 2020, foram colocados à prova durante a pandemia da Covid-19.

As mudanças climáticas estão alterando os contornos da sociedade moderna e cabe às Ciências Sociais entrar nesse debate, ainda que com certo atraso. Nosso argumento central é que a teoria crítica precisa avançar rapidamente sua participação nas discussões ambientais interdisciplinares no Antropoceno. Assim, esse artigo tem como objetivo defender a atuação da teoria crítica na realização de um diagnóstico de tempo capaz de compreender as origens, a percepção e possíveis soluções para os problemas ambientais que enfrentamos. Para isso, primeiramente fazemos uma revisão teórica da teoria crítica percebendo a importância de sua adaptação às mudanças e crises sociais da modernidade, endossando a necessidade de uma participação ativa no cenário de crise climática. Em seguida defendemos o caráter de urgência na produção destes diagnósticos uma vez que vivemos tempos de aceleração tanto nos eventos sociais quanto nas mudanças climáticas. E por último apresentaremos o estado da arte dos mais proeminentes debates na teoria crítica em relação ao Antropoceno.

1. A Teoria Social Crítica e seu diagnóstico do tempo presente

No início da terceira década do século XXI não é mais possível negar que o mundo está em crise. Desde os atentados de 11 de setembro de 2001 a constante sensação de crise se mantém através dos mais diversos eventos que marcaram as últimas décadas. Guerra do Iraque, crise da bolha imobiliária nos Estados Unidos, as diversas crises financeiras que se alastraram pelo mundo, as relações diplomáticas entre Estados Unidos e China, Brexit, crise do Euro, a volta da extrema direita no cenário político mundial, crise sanitária do CoronaVírus, a volta do Talibã ao poder no Afeganistão e a Guerra na Ucrânia são alguns exemplos.

Em meio a todos esses eventos, o mundo também vivencia a intensificação de crises sociais derivadas dos movimentos por emancipação, como a luta contra o racismo, o sexismo e o colonialismo (ou o neocolonialismo). As Ciências Sociais possuem um grande arsenal de teorias que buscam, ao longo de sua história, interpretar criticamente crises econômicas, políticas, sociais e também os movimentos emancipatórios. No entanto, é a primeira vez na modernidade que tanto a sociedade quanto as Ciências Sociais se voltam para a natureza e seu poder sobre a humanidade. Apesar de ser anunciada há décadas por cientistas, ambientalistas e ativistas, a crise climática só atingiu resultados práticos mais robustos no âmbito político recentemente, com o Acordo de Paris – em vigor desde 2016 e com mais de 200 países membros. No entanto, a situação se agrava a cada novo relatório apresentado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – o IPCC - , enquanto a busca por soluções ainda caminha a passos lentos. Tudo isso mostra o quanto os mecanismos sociais, políticos e econômicos estão aquém dos desafios que o problema ambiental impõe à modernidade.

Desta forma, cabe às Ciências Sociais manter atenção nos eventos correntes e buscar constante evolução para compreender os mecanismos que envolvem as questões do atual complexo de crises. Por isso, torna-se importante entender a dinâmica necessária para que a teoria social, em especial a teoria crítica, possa acompanhar os desafios do presente. Nosso argumento é que três fatores convergem na busca de uma teoria crítica mais atual: 1) A Teoria Social, de forma geral, sempre se renovou frente às mudanças sociais que precisavam ser compreendidas, sendo portanto o dinamismo uma característica da trajetória desta ciência na produção de diagnósticos de tempo; 2) as mudanças e as crises sociais acontecem de forma acelerada atualmente, o que pede da ciência um ritmo de evolução também maior; e 3) as crises atuais, em especial a ambiental, exigem uma teoria crítica atualizada a fim de que possa desempenhar modos de normatividade no Antropoceno.

1.1. O dinamismo da teoria social e da teoria crítica

Segundo Hans Joas (2017), o termo "teoria social" teria surgido no final do século XIX. Por um lado, a definição de "pensamento social" foi usada por um grupo, enquanto outro grupo o usava como forma de pensamento que atacava o individualismo ou que desejava transcendê-lo. Para Joas, do ponto de vista da sociologia profissional, que possui uma orientação mais empírica, a teoria seria uma "teoria empírica" com um nível mais alto

de generalidade, o que seria uma definição muito estreita. Ainda assim, os estudiosos se mantiveram "engajados no trabalho teórico de sentido mais amplo", mantendo a utilidade da teoria tanto para construir hipóteses quanto para sustentar a identidade da disciplina (JOAS, 2017, p. 11).

Ao defender a "teoria" e sua utilidade nas ciências, o autor declara que ela é necessária e inevitável, pois "sem ela seria impossível aprender ou agir de modo consistente". Apesar de não falarmos em "teorias" no nosso cotidiano, a utilizamos mesmo sem consciência do que estamos fazendo. Pois, "a construção de teorias e proposições generalizantes é um componente importante tanto da vida cotidiana como da ciência" (p. 19). Neste mesmo sentido, William Outhwaite (2017), entende a teoria social como produtora de uma concepção mais ampla a respeito dos acontecimentos sociais, englobando a ciência política, a economia, a sociologia e outras áreas do conhecimento. Em suma, a teoria social é essencial para compreender o mundo (OUTHWAITE, 2017. p. 9).

Durante o século XX a teoria social precisou se adaptar para dar conta das transformações e crises pelas quais o mundo passou. No caso da sociologia, por exemplo, suas formas de interpretações foram testadas e precisaram ser reformuladas na busca de compreensões mais eficazes. Segundo Peter Wagner (1995), a sociologia política insistiu na necessidade de coesão ao analisar identidades, práticas e regras na sociedade. O resultado dessa linha no pensamento sociológico pode ser colocado, segundo ele, numa genealogia que corresponde à forma como a questão foi tratada de dois diferentes modos. O primeiro entre 1890 e 1920 e o segundo entre 1968 e 1973. Em ambos, os critérios foram testados e remodelados pelas crises da modernidade, pois nestes períodos é possível observarmos as reformulações intelectuais como forma de refletir e agir criticamente sobre as transformações que a sociedade vivia.

Primeiramente, a sociologia clássica trabalhou sob a luz do discurso liberal na busca de entender as crises vividas pela sociedade na virada do século XIX para o século XX.

> Os sociólogos clássicos dedicaram todo seu empenho analítico à investigação dos fenômenos que pudessem sustentar o desenvolvimento da sociedade. Teorias como a da "solidariedade orgânica", e a da relação entre religião e princípios morais, como em Durkheim, das formas de dominação legítima e do "carisma", em Weber, da classe política e da "circulação das elites", em Pareto, foram o resultado dessas tentativas de reconceituar de modo moderavelmente organizado as relações entre

> práticas sociais ampliadas, identidades sociais e ordens políticas carentes de adaptação. (WAGNER, 1995)

Porém, as reavaliações dos sociólogos clássicos sobre a tradição liberal perderam sua capacidade de persuasão principalmente no período entre guerras. De um lado a Europa fragmenta o pensamento sociológico entre a teoria da ação e pesquisa social empírica, enquanto nos Estados Unidos a hegemonia na sociologia americana passa da Escola de Chicago para a Escola de Colúmbia, seguida pela pesquisa de políticas sociais, já nos anos 60. Wagner aponta, portanto, a descontinuidade como um aspecto básico da tradição sociológica. Percebemos, seguindo as observações genealógicas do autor, que a sociologia precisou reunir esforços na tentativa de buscar novas ferramentas, novos olhares, novos conceitos que conseguissem acompanhar as mudanças sociais, políticas e econômicas.

Ele argumenta que as crises da modernidade culminaram em ajustes na sociologia, uma vez que "a crítica sociológica começou por colocar em dúvida o modelo de sociedade bem arrumada que havia predominado na disciplina". Ou seja, a sociologia, segundo ele, precisa realizar uma autocrítica para que consiga desempenhar seu papel frente às crises e mudanças sociais, fazendo por desenvolver seus métodos. Isso acontece porque a crítica sociológica, nestes momentos, coloca em dúvida o modelo predominante na disciplina. Sobre estes fenômenos internos ele destaca:

> A crítica também reaproximou as atividades dos sociólogos das que realizam os seres humanos "comuns". Ambos seriam, em princípio, capazes de controlar com maturidade tanto suas próprias atividades quanto as dos outros. A sociologia passou a ser vista como uma prática reflexiva, ela mesma parte integrante da sociedade que analisa. A eliminação da fronteira entre o discurso sociológico e o discurso leigo permitiu colocar em questão a própria possibilidade de uma ciência da sociedade. Foi nesse momento que emergiu o discurso sociológico sobre a pós modernidade. (WAGNER, 1995)

Temos, portanto, a trajetória de desenvolvimento da sociologia aliada a seu caráter crítico. A normatividade nas Ciências Sociais se tornou marcante principalmente através da teoria crítica. Neste campo, destacamos a importância da Escola de Frankfurt, ou o Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Frankfurt, que reuniu um grupo de pensadores a fim de compreender a sociedade do início do século XX. Além de Adorno, Horkheimer, Fromm e Marcuse, outros pensadores também tiveram suas obras ligadas à teoria crítica desenvolvida pelo Instituto, como Benjamim e Kracauer. O início teórico do projeto foi baseado no marxismo, mas a união de intelectuais múltiplos somou fortes

influências das obras de Freud e Nietzsche, pensadores que mudaram a forma de ver a sociedade e refletir sobre o homem. Assim, os estudiosos unidos como frankfurtianos possuíam em comum o projeto filosófico e político de elaborar uma ampla teoria crítica da sociedade. Honneth (2020) identifica duas formas de teoria crítica nesta primeira geração: a versão funcionalista (desenvolvida especialmente por Horkheimer nos anos 1930) e a versão anti-funcionalista, normativista (defendida particularmente por teóricos mais ou menos marginalizados, como Erich Fromm e Walter Benjamin). A segunda postura apresenta uma forma crítica alternativa, pois percebe que a sociedade não pode ser entendida como um contexto total de ilusão, pelo contrário ela passa por diversas fraturas. Nesta descrição do social, os atores não são totalmente dominados, mas são capazes de fazer outras experiências não integráveis. (HONNETH, 2020, p. 12)

Para Seyla Benhabib (2018), a Escola de Frankfurt completa uma "revolução" que havia começado com Kant, cuja crítica estava a serviço da autonomia. Ao elaborar teoria tradicional e teoria crítica, baseado em Hegel e Lukács, Horkheimer coloca a "pesquisa crítica uma vez mais a serviço da autonomia e da emancipação" (BENHABIB, 2018, p. 5). E, ao contrário de Marx e Lukács, a Escola de Frankfurt não enxergava um sujeito capaz de pôr fim à alienação e à dominação social. O desenvolvimento pós-Escola de Frankfurt levou, segundo ela, a abordagens que se localizam entre a teoria crítica, a genealogia foucaultiana e a desconstrução derridariana. E, assim como Wagner, Benhabib destaca ainda que a teoria crítica se ocupa também em realizar a autocrítica, ou seja, criticar seus fundamentos e seus conceitos, na medida em que suas análises ficam aquém da evolução social e possuem dificuldades em lidar com a conjuntura que se propõe a analisar.

A continuidade do desenvolvimento e de ajustes da teoria crítica se manifesta então através da segunda geração. Neste momento, a racionalidade é novamente central no desenvolvimento que Jügen Habermas faz ao elaborar a teoria da ação comunicativa, como contraconceito à ação instrumental e estratégica. Este quadro nos apresenta já a dinâmica essencial para o progresso da teoria crítica. É neste sentido que pensadores como Axel Honneth, Luc Boltanski, Nancy Fraser e Rahel Jaeggi – representantes da terceira geração da teoria crítica – passam, não apenas a pontuar possíveis lacunas nas obras de seus antecessores, como a formular novos olhares na ciência. Enquanto Honneth propõe uma derivação à escola de Frankfurt com a "teoria do reconhecimento", Boltanski busca uma alternativa à "sociologia crítica" de Bourdieu.

Honneth (2020) argumenta que esta evolução é característica da teoria crítica, pois também Habermas considerou que a primeira geração possuía uma limitação sociológica. "Adorno e Horkheimer criam uma imagem totalmente distorcida da sociedade, uma vez que não conseguem compreender que as pessoas agem comunicativamente e participam de práticas de justificação" (HONNETH, 2020). Da mesma forma que Habermas deu continuidade à teoria crítica através da inserção da teoria do agir comunicativo para interpretar a sociedade, Honneth busca não romper com o modelo de Habermas, mas sim desenvolver uma nova abordagem com o intuito de superar a "aporia da abordagem Habermasiana".

Neste mesmo sentido, Jaeggi (2018) defende que a teoria crítica precisa abarcar a compreensão da economia como uma prática social. Para ela, os primeiros teóricos críticos, inspirados pela teoria lukácsiana de reificação, perceberam corretamente a economia de uma maneira ampla. Porém, a obra de Habermas, mesmo com sua enorme contribuição, "cristalizou uma visão na qual é necessário primariamente prestar atenção crítica à invasão do econômico em outras áreas da vida, enquanto a própria esfera econômica é retirada do âmbito da crítica".

Percebemos então, que desde o final do século XIX, a teoria crítica se forma na busca de se capacitar a fim de realizar análises e críticas eficazes, continuando teorias existentes e suprindo as demandas novas ou não observadas anteriormente. O cenário atual imputa novamente à nossa ciência desafios para que possamos acompanhar as mudanças sociais contemporâneas. Caillé e Vandenbergue (2021) apresentam uma análise apontando algumas das dificuldades enfrentadas no momento. Segundo eles, é preciso "mais modéstia, ambição e esperança" para "alavancar a sociologia à altura dos desafios do tempo presente." (CAILLÉ, VANDENBERGUE, 2021, p. 12-13). Os autores apontam quatro fragmentações que ampliam as dificuldades da teoria social atualmente, duas internas e duas externas.

A primeira seria entre o ensinar e o pesquisar, pois de um lado temos o ensinamento da sociologia clássica e contemporânea – que resulta numa visão "cela de aço" da modernidade e numa crítica estereotipada do capitalismo – e de outro, um treinamento direcionado à pesquisa empírica qualitativa e quantitativa exigido de pesquisadores e aprendizes da mesma forma. A segunda fragmentação "resulta dos conflitos e rixas entre escolas sociológicas" que não conseguem atingir um consenso sobre a essência da

disciplina. A terceira corresponde às divergências entre pesquisas extremamente empíricas que não dialogam com a sociologia e perspectivas puramente teóricas. O último ponto de fragmentação seria a distância entre as ciências sociais e as filosofias moral e política.

Desta forma, para eles, nosso desafio é o de pôr fim às rupturas e pensar em continuidades entre as disciplinas. Isso porque a avaliação do mundo presente requer diversos saberes que não se enquadram em "caixas", daí a necessidade de comunicação entre as ciências. A interdisciplinaridade como forma de ensino, de pesquisa e conhecimento é uma defesa de longa data dentro da Teoria da Complexidade de Edgar Morin. Segundo Morin (2006), o aspecto menos elucidado na história das ciências é o isolamento das disciplinas, que intelectualmente necessitam ter seus espaços definidos, mas que também reconheçam e aceitem as ligações e solidariedades entre as áreas e até a interdependência das diversas ciências.

É importante pensarmos nas conexões e interdependências tanto das ciências como das crises atuais, em especial quando falamos em mudanças climáticas, para as quais a conexão entre os saberes é tão necessária. A busca de soluções para o problema ambiental envolve os conhecimentos que ligam ciências diversas e a comunicação entre os saberes de forma muito especial. Além disso, os impactos das transformações no clima são sentidos em diversas esferas e mecanismos sociais, o que requer conhecimentos advindos das mais diversas "caixas". "Afinal, de que serviriam todos os saberes parciais senão para formar uma configuração que responda nossas expectativas, nossos desejos, nossas interrogações cognitivas?" (MORIN, 2006, p. 116).

Como vimos, a teoria crítica – como toda ciência – se formou e se reformulou ao longo de sua trajetória. Sua principal característica é se desenvolver para ampliar sua capacidade de interpretar a sociedade, suas transformações e suas crises, produzindo ferramentas para novos diagnósticos de tempo. A busca por novas teorias, pelo preenchimento das lacunas na disciplina, a formulação de novos conceitos, a comunicação entre as diferentes esferas do conhecimento científico e a atualização constante são preceitos de uma disciplina que tem como fim realizar uma crítica eficaz e operar sua normatividade contribuindo para o meio no qual se insere. Atualmente o cenário é de "crise geral", quando muitas vertentes e interpretações de crises convergem. "O que enfrentamos não é 'meramente' uma crise econômica, nem uma crise ecológica, nem política ou social, por mais séria que cada uma delas possa ser em si e por si mesma. Trata-se, realidade, de

um 'complexo de crise' abrangente, no qual todas essas vertentes se juntam" (FRASER, JAEGGI, 2020, p. 43). Por isso, o cenário atual exige da teoria crítica uma autocrítica para que suas ferramentas de análise e pesquisa sejam capazes de entender o cenário presente e produzir críticas sociais eficazes.

1.2. Tempos de aceleração

O segundo ponto de nosso argumento é que os eventos sociais ocorrem em ritmo mais acelerado que anteriormente, por isso a análise de tais eventos requer adaptações também mais céleres que possam acompanhar a temporalidade das transformações e crises atuais. O pensamento de Hartmut Rosa (1965-) nos aponta a transformação das estruturas temporais da modernidade e mostra como elas impactam outras estruturas sociais no capitalismo, influenciando os atores sociais em ressonância.

Rosa (2019) trabalha na evolução de observações que já foram feitas por vários integrantes da teoria social, como Marx, que entendia que o princípio fundamental de todos os processos de modernização era baseado na forma capitalista de produção, que gerou uma forma historicamente nova de aceleração social (ROSA, 2019, p. 95). Estudos de Weber, Durkheim e Simmel também observaram as mudanças das estruturas temporais. O que todos perceberam foi que a modernidade tirou a base natural da contagem de tempo - predominante na Idade Média - e inaugurou a era do tempo coordenado pelas máquinas. Se antes a produção e o trabalho, principalmente nas colheitas, precisavam da espera do dia ou das estações, na modernidade essa espera foi reduzida para o tempo de atividade das máquinas, que não dependem da sazonalidade.

As consequências desta mudança na estrutura do tempo não ficaram restritas ao âmbito do trabalho. Outras estruturas sociais foram impregnadas pela aceleração desta contagem, que causa o que Rosa chama de "contração progressiva do presente". Um exemplo dessa progressividade é a relação entre sequência geracional e os processos que fundamentam as transformações da estrutura e da cultura sociais. Na pré-modernidade essa transformação ocorria de forma completa de três a quatro gerações. Na modernidade, no entanto, o ritmo de transformação social passou a ocorrer em uma sucessão geracional cada vez mais curta. E atualmente o ritmo é intrageracional, ou seja, as mudanças sociais são vistas por uma mesma geração.

Para Rosa, a aceleração social pode ser dividida em três dimensões: técnica, da mudança social e do ritmo de vida. Estas dimensões se relacionam e se impulsionam, formando um "círculo aceleratório", que representa a dissociação entre a racionalidade individual e coletiva, ou seja, a solução de um problema microssocial revela a causa num plano macrossocial (idem, p. 113). No entanto, essa dinâmica entre as três dimensões da aceleração não explica por completo o que de fato impulsiona todo o processo, uma vez que cada dimensão fundamenta uma escala mínima. Rosa, então, identifica que uma das forças motrizes externas que vinculam momentos de aceleração seja o "motor econômico". Segundo ele, no capitalismo o tempo se torna dinheiro, ao passo que a aceleração se torna lucro. Com isso, a aceleração no campo de produção reflete inevitavelmente nas velocidades de circulação e consumo. Isso mostra o quanto a força de dinamização do motor econômico é irradiada por todos os campos sociais, sendo, portanto, o motor compreendido como "força propulsora primária", principalmente da aceleração técnica (idem, p. 614). Para o autor, na era do capitalismo que vivemos, o desenvolvido sistema financeiro é um acelerador crítico e as mudanças cada vez mais rápidas. O resultado é uma busca, tanto coletiva quanto individual, por um crescimento que tem se tornado insustentável, uma vez que ignora esferas como a natureza.

> O problema é que esse mesmo processo de ampliação do nosso alcance ou escopo, o processo de aceleração e crescimento incessante, começou a mostrar o seu lado ruim. Assim, no nível coletivo, parece que destruímos o mundo que queremos disponibilizar: a destruição de nosso ambiente natural é o oposto do que sonhamos e, por sua vez, a natureza se torna uma ameaça para nós. No nível individual, existe o perigo de o mundo ficar mudo, surdo e silencioso para nós sujeitos. Quando olhamos para a história cultural, sempre foi o grande medo da modernidade que o mundo em que vivemos morra de alguma forma para nós; que comece a parecer desencantado, frio, indiferente, talvez hostil, (...); que estejamos profundamente alienados dele. Nós aumentamos nosso domínio e nos mantemos sobre a natureza, a vida e o mundo, mas esses reinos então mudam seu caráter nesse mesmo processo. (ROSA, 2019.2, p. 5-6)

Em resumo, o ritmo da modernidade se apresentou baseado em mecanismos artificiais e alterou a estrutura temporal num processo crescente a partir da esfera econômica. O resultado desta aceleração dos eventos tanto fomentou os impactos ambientais – na busca pelo crescimento incessante – como nos apresenta uma sociedade cujos eventos ocorrem numa temporalidade mais célere que em outros períodos da modernidade.

Tal cenário exige uma análise com ferramentas também novas, uma vez que o arsenal da teoria crítica precisa evoluir de acordo com a complexidade das transformações e crises da sociedade a serem analisadas. No caso das mudanças climáticas, os eventos também estão em aceleração e se tornam mais evidentes nas últimas décadas, no período conhecido como Grande Aceleração. Os vetores analisados por cientistas apresentam, desde 1950, o avanço exponencial de índices preocupantes, nos quais coincidem o crescimento do sistema socioeconômico e o crescimento de sistemas que impactam a Terra. O resultado é, segundo o relatório do IPCC de 2018, o aumento da temperatura média do planeta em cerca de 1,0ºC comparado com níveis pré-industriais (IPCC, 2018). A estimativa é de que o aquecimento global atinja 1,5 ºC ou 2 ºC nas próximas décadas, caso não aconteça uma forte redução na emissão de CO2 (IPCC, 2021).

1.3. A teoria crítica no Antropoceno

"A teoria crítica deve ser também uma teoria de crises" (BENHABIB, 2018, p. 13) e, portanto, sua presença na análise da crise climática é fundamental. Ao vermos na primeira parte de nosso artigo a trajetória da teoria crítica e sua evolução frente às crises sociais do século XX e XXI, fica ainda mais evidente sua função em entender e produzir críticas efetivas no cenário atual. Assim, no que se refere às análises referentes aos impactos sociais, políticos e econômicos gerados pelas mudanças climáticas, é preciso fazer um balanço de forma mais delicada, uma vez que as ciências sociais se voltaram ao tema recentemente.

Uma das primeiras análises dos reveses sociais da modernidade surge na década de 1980, quando a teoria social abordou as consequências da industrialização através da obra Sociedade de risco, 1986, de Ulrich Beck. Assim como Bauman e Rosa, Beck percebeu que a modernidade, depois da globalização, passava por mudanças em suas estruturas sociais que identificariam uma nova etapa. A teoria da Sociedade de Risco consiste no conceito de um mundo que precisa lidar com as consequências das ações tomadas pela sociedade moderna na era industrial. Tais consequências são os efeitos colaterais, como a escassez dos recursos ambientais, por exemplo. Numa sequência a esta tese, considerada alarmista na época, Beck, então, dedica sua trajetória intelectual a apresentar uma teoria que fosse capaz de dar conta das alterações que a sociedade enfrentaria decorrente a tais riscos.

Um ponto central de sua tese é a simultaneidade de riscos, que agrupa três tipos de ameaça global: a destruição ecológica, a pobreza e os riscos decorrentes da NBC (nuclear,

biological, chemical) – as armas de destruição de massas. Em sua última obra *A Metamorfose do Mundo* (2015) (lançada inacabada devido sua morte durante a confecção do livro), Beck entendia que os eventos vivenciados pela humanidade não podem ser vistos como uma simples mudança, mas sim como uma metamorfose, afinal "mudança implica que algumas coisas mudam, porém outras permanecem iguais – o capitalismo muda, mas alguns aspectos do capitalismo continuam como sempre foram. A metamorfose implica uma transformação muito mais radical, em que velhas certezas da sociedade moderna estão desaparecendo e algo inteiramente novo emerge" (idem, p. 15).

Um ponto importante apresentado no argumento mais maduro de Beck é quanto à percepção dos riscos, uma vez que para ele, existe uma "política de invisibilidade", na qual o processo de fabricação da invisibilidade dos riscos é instrumentalizado. A isso se soma a indiferença aos riscos causados pela pobreza e pela carência, principalmente em países do capitalismo periférico, mostrando que a desigualdade amplia os efeitos dos riscos (BECK, 2010, p. 54). Para o autor, essa negação é um grande perigo, pois "não fazer nada ativamente é a estratégia política mais barata, eficaz e poderosa para 'simular' a controlabilidade de riscos incontroláveis e catástrofes indefinidas, como a radiação e a mudança climática" (BECK, 2018, p. 133). Assim, ele nos apresenta um quadro no qual a ciência possui um importante papel em tornar os riscos atuais, como a crise climática, mais evidentes e levar a busca pelas soluções para o debate público.

Além de Beck, os estudos dentro da teoria social relacionados aos impactos da modernidade, no que se refere especificamente às mudanças climáticas, se intensificaram principalmente na virada de século. Neste período, o termo Antropoceno entrou no debate. Ele foi usado pela primeira vez pelo Prêmio Nobel em Química Paul Crutzen e pelo biólogo especialista em ciência marinha Eugene Stoermer em 2000, em um artigo publicado na revista Nature. Sua intenção foi designar a atual época geológica em que as atividades da humanidade têm impactado em escala global a geologia e a ecologia (CHAKRABART, 2013). O termo Antropoceno não é unanimidade ainda entre os cientistas, mas seu uso implica em si uma crítica, uma vez que une a descrição geológica "à percepção normativa dos riscos que a 'grande aceleração' apresenta para a vida no planeta" (MAIA, 2020, p.27). Coloca o homem como um agente geológico e sua estrutura social moderna como foco de análise crítica para a busca de soluções além das tecnocratas.

Analisando o quadro da crise climática e o comparando com as práticas humanas para contê-lo, não é difícil sugerir certa lentidão quanto à percepção do Antropoceno. No campo político os impasses para ações são muitos, afinal, como ressalta Chakrabart, "os governos, atrelados a interesses específicos e temerosos com custos políticos, não deram ouvidos" ao que dizem os cientistas há décadas (CHAKRABART, 2009. p. 3). Já a percepção filosófica tem encontrado algumas interpretações para crise. O próprio Chakrabart, ao sintetizar tais percepções em suas quatro teses, identifica a dificuldade do homem em se ver como espécie. Para o autor, ao lidar com a crise do Antropoceno, é preciso que se conheça a história humana não só a partir do desenvolvimento da escrita, mas que se entenda a "história profunda", ou seja, a história do mundo antes dos registros humanos.

A relação do homem com o mundo também foi o tema do trabalho de Débora Danowski e Eduardo Viveiros de Castro, que fizeram o que chamaram de "incursão pelas mitologias atuais dos fins do mundo e da humanidade" (DANOWSKI, CASTRO, 2014, p. 155). Para eles, o Antropoceno leva a "repercutir uma inquietação generalizada" quanto à sensação do advento do fim (idem, p. 13). Os autores defendem que haverá um rompimento com o ideal de Kant (homem voltado para o homem), o que impulsiona uma nova forma de o homem estabelecer sua relação com o mundo. Neste mesmo sentido, Latour (2014) separa a humanidade em dois olhares para a questão: Terranos e Humanos (ou Modernos). Para ele, os Terranos já estão conscientes do Antropoceno, enquanto os Humanos são negacionistas que acreditam que ainda vivem no Holoceno (LATOUR, 2014). No entendimento dele, o Antropoceno é uma guerra territorial, na qual os terranos estão na defesa de sua "terra" e são atacados por Humanos, que entram no campo da ciência para travar uma luta de discussão, com o objetivo puro de travar o conflito, "uma vez que o sucesso dos negacionistas não reside em vencer algum conflito, mas simplesmente se assegurar que o resto do público esteja convencido de que há um conflito" (idem, p. 16).

Latour acredita que seus oponentes, ou seja, os oponentes dos Terranos, estão mais preparados para essa "guerra", visto que estão mais "versados no significado de palavras como 'posse' e 'defesa das posses de cada um'" (idem, p. 25). Ele defende que a ciência, portanto, precisa estar atenta para lidar com a "mutação climátcia", ou com a "luta" que se instala, dadas as diferentes formas de se relacionar com o planeta. Por isso, o esforço interdisciplinar nas ciências conjuntamente com uma teoria que englobe agentes, atores

econômicos, sociais, políticos, ideológicos e produtivos precisam formar uma *rede articulada* na produção de soluções.

A busca por soluções passa necessariamente pela percepção da questão. Segundo Delanty (2018), a "ciência social e a sociologia em particular não digeriram completamente a chegada do Antropoceno" (DELANTY, 2018, p. 374). Ele defende uma recuperação da sociologia histórica macrocomparativa focada nas grandes transformações históricas. Para ele, "a sociologia tem uma tarefa específica, a saber, oferecer aos públicos maneiras pelas quais as pessoas possam ver suas vidas através do prisma do mundo social mais amplo e da história mundial" (DELANTY, 2018). Neste mesmo sentido, Chernilo (2021) acredita que o Antropoceno emerge a necessidade de uma sociologia filosófica, com uma noção mais completa entre "o humano, a humanidade e incluindo a natureza humana que sustentam os debates políticos dentro e fora das ciências sociais" (CHERNILO, 2021, p. 42).

Chernilo argumenta que as teorias do Antropoceno são a forma mais antropocêntrica de pensar, uma vez que sua perspectiva e seu ponto de observação são totalmente centrados no homem e sua ação.

> O motivo mais fundamentalmente antropocêntrico do Antropoceno é a trajetória implacável e irresistível que começou há milhares de anos com as primeiras formas de domesticação animal e a invenção da agricultura. Em seguida, deu lugar a inúmeras experiências de colonização sobre outros grupos humanos (o imperialismo vem em todas as formas e tamanhos) e, há cerca de três séculos, atingiu novos patamares ao completar o processo de colonização da própria natureza. Por fim, os avanços médicos e genéticos das últimas décadas também permitiram a colonização "interna" de nossos próprios corpos. Os poderes agregados da ação humana e a onipresença da racionalidade instrumental tornaram-se os dois marcadores centrais da ideia do humano na era do Antropoceno. (CHERNILO, 2021, p. 48-49)

Essa racionalidade instrumental, segundo ele, gera um ponto oposto, uma vez que a ação humana é a responsável não apenas pelo domínio da natureza como também pela destruição dessa mesma natureza e da sua própria espécie, como consequência. É o que ele denomina de paradoxo antropocêntrico. Tal capacidade autodestrutiva associada à incapacidade de controle da perspectiva egocêntrica, mesmo em momentos de crises como o atual, nos apresenta um quadro no qual "não há outra opção a não ser afirmar que a reflexividade humana implica apenas ação estratégica" (idem, p. 55).

Neste contexto, segundo Maia (2020), os modos de reflexividade são fundamentais para que as crises favoreçam a crítica. Dito de outro modo, uma crise terá seu resultado determinado pelos modos de reflexividade social e politicamente predominantes. Assim, é papel da teoria crítica tanto identificar as tendências de crise quanto as possibilidades de uma crítica mais efetiva. Isso se torna fundamental frente à crise climática, uma vez que as soluções em prol da continuidade da espécie humana dependem dos rumos que a presente crise resultará.

> A interpretação da crise deve ir além da análise estrutural centrada nas condições e tendências de crise no capitalismo, compreendendo que sua atualização depende de uma análise mais sensível à especificidade de contextos históricos e à agência humana, evitando sobredeterminações. O conceito de crise, como referente teórico e como parte da linguagem comum dos agentes, auxilia a construção do recorte temporal, ajudando a combinar uma análise estrutural com uma narrativa dos eventos e sua temporalidade; a ideia de crítica, que também comporta uma certa continuidade entre posição do observador e a dos agentes, nos aproxima dos modos de reflexividade empregados para lidar com a crise. (MAIA. 2020. p. 13)

Assim, o desafio - tanto da sociedade quanto da teoria crítica - é desenvolver uma reflexividade que seja capaz de nos levar a soluções positivas ecológica e socialmente. Neste mesmo sentido, estaríamos vivendo uma modernidade reflexiva, como apontou Beck (2000). Na atualidade, a sociedade é confrontada com os reflexos de suas práticas e precisa refletir na busca de soluções. Tanto as mudanças no mundo atual quanto os processos de crise fazem com que o mundo seja mais reflexivo e produza críticas ativas. Tais críticas seriam as responsáveis por tornar possível saídas eficazes para as mudanças climáticas no Antropoceno.

Uma vez que, para Beck, o diagnóstico atual não é pessimista nem otimista, a modernidade reflexiva pode apresentar saídas emancipatórias e sustentáveis, a depender dos contornos que as diversas instituições derem às crises atuais. Ao que cabe à teoria crítica, a reflexividade se inicia pela autoconfrontação e continua através de sua função normativa com fins na evolução tanto de si própria quanto de seu objeto de estudo: a sociedade.

Conclusão

Observamos a necessidade de adaptação da teoria crítica ao cenário atual, para que seja possível realizarmos uma crítica das crises no presente, em especial as crises geradas pelas mudanças climáticas. Percebemos que tal adaptação é uma característica da teoria social, uma vez que precisou se desenvolver, através de críticas internas ao longo de sua história, para ser capaz de observar e criticar ativamente as transformações e crises que ocorrem na modernidade.

No entanto, o período atual nos apresenta uma dificuldade a mais na dinâmica necessária à nossa adaptação: a aceleração dos eventos. O ritmo da vida, das relações, das transformações e das crises impele a teoria crítica a se desafiar na busca por acompanhar os eventos sociais. No que diz respeito às mudanças climáticas, à tal aceleração é acrescido o fato de que as ciências sociais se voltaram tardiamente às consequências sociais derivadas dos impactos ambientais frutos da ação antrópica. Isso reflete na busca por arsenais que sejam capazes de dar conta de uma análise profunda e crítica o suficiente para entender o cenário e produzir modos de normatividade positivos.

Mesmo diante das dificuldades supracitadas, nós, cientistas sociais, precisamos nos envolver com o mundo presente, somar os conhecimentos específicos, nos comunicar com as demais ciências, dialogar com a sociedade, buscar caminhos políticos e econômicos por alternativas baseadas na ciência. As crises atuais demandam soluções não apenas rápidas como também efetivas nas mais diversas escalas e em todos os níveis, além de soluções meramente técnicas. No âmbito científico, as ciências sociais precisam aplicar sua normatividade atualizando e usando seu arsenal na crítica à modernidade na contribuição para um futuro possível à humanidade.

Referências

BECK, Ulrich. A metamorfose do mundo - novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro, Ed. Zahar. 2018

_____. Sociedade de Risco – Rumo a uma nova modernidade. São Paulo, Ed. 34. 2010

_____. A reinvenção da política. Em Modernização reflexiva, política, tradição e estética na ordem social moderna. BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. Tradução Maria Amélia Augusto. Oeiras. Editora Celta, 2000. Disponível em http://cadeiras.iscte.pt/SDir/Beck_Mod Refl_.pdf

BENHABIB, Seyla. Abaixo do asfalto está a praia: reflexões sobre o legado da Escola de Frankfurt. Portal Ateliê de Humanidades. 2018. Disponível em https://ateliedehumanidades.com/2019/02/18/abaixo-do-asfalto-esta-a-praia-reflexoes-sobre-o-legado-da-escola-de-frankfurt/ Acessado em 14 de novembro de 2020

BOLTANSKI, Luc, HONNETH, Axel. Sociologia da crítica ou Teoria crítica? Blog Sociofilo Disponível em https://blogdolabemus.com/2019/06/10/sociologia-da-critica-ou-teoria-critica-luc-boltanski-e-axel-honneth-conversam-com-robin-celikates-parte-1/ Acessado em 16 de julho de 2020

CAILLÉ, Alain, VANDENBERGUE, Frederic. Por uma nova sociologia clássica: re-unindo Teoria Social, Filosofia Moral e os Studies. Tradução Bruno Gambarotto, Tiago Panica Pontes. 1 ed. Petrópolis: Edtora Vozes, 2021.

CHAKRABARTY, Dispesh. O clima da história: quatro teses. Sopro, n. 91, 2013

CHERNILO, Daniel. El "antropos" del antropoceno: interrogando los pressupuestos humanistas y anti-humanistas de um programa científico Revista Novos Rumos Sociológicos, vol. 9, n. 15. Jan-Jul 2021. Disponível em https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/21667 Acessado em 03 de setembro de 2021.

DANOWSKI, Déborah, CASTRO, Eduardo Viveiros. Há um mundo por vir? Ensaios sobre os medos e os fins. Florianópolis, Ed. Cultura e barbárie: Instituto Socioambiental. 2014

DELENTY, Gerard. Os desafios da globalização e a imaginação cosmopolita: as implicações do Antropoceno. Revista Sociedade e Estado v. 33, n. 2. 2018 FRASER, Nancy, JAEGGI, Rahel. Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica. São Paulo, Ed. Boitempo. 2020

IPCC. Relatório especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. 2018

JAEGGI, Rahel. Um conceito amplo de economia: economia como prática social e a crítica ao capitalismo. Civitas, Porto Alegre, v. 18, n. 3, set-dez 20018

JOAS, Hans. Teoria social: vinte lições introdutórias. Tradução Raquel Weiss. Petrópolis. Ed. Vozes. 2017

LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno.

Revista de Antropologia, USP, São Paulo, v. 57, n. 1. 2014

_____. Não existe sistema capaz de resistir à viralidade da ação política. El País. 24 de julho de 2020. Disponível em https://brasil.elpais.com/cultura/2020-07-24/bruno-latour-nao-existe-sistema-capaz-de-resistir-a-viralidade-da-acao-politica.html Acessado em 01 de setembro de 2020

MAIA, Felipe. O que pode a crítica diante da crise? Um ensaio sobre tendências de crise, pandemia e modos de reflexividade Revista REALIS, vol.10, n. 2, Jul-Dez 2020 Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/248521 Acessado em 05 de agosto de 2021

MORIN, Edgar. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento Tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

OUTHWAITE, William. Teoria social: um guia para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro. Ed. Zahar. 2017

ROSA, Hartmut. Aceleração – a transformação das estruturas temporais na Modernidade. São Paulo. Ed. UNESP. 2019

_____. Aceleração e ressonância: entrevista com Hartmut Rosa. Blog Labemus. Junho de 2019. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fblogdolabemus.com%2Fwp-content%2Fuploads%2F2019%2F06%2FAcelera%25C3%25A7%25C3%25A3o-e-resson%25C3%25A2ncia_Entrevista-com-Hartmut-Rosa_PDF.pdf&clen=199469&chunk=true Acessado em 30 de outubro de 2021

WAGNER, Peter. A crise da modernidade – A sociologia política no contexto histórico Tradução Vera Pereira. ANPOCS, 1995. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=http%3A%2F%2Fwww.anpocs.com%2Fimages%2Fstories%2FRBCS%2Frbcs31_02.pdf&clen=137037&chunk=true Acessado em 03 de setembro de 2021

A construção de subjetividades como fundamento do racismo ambiental contra comunidades tradicionais

Daniel Paulino Filho[1]

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a contribuição da construção de subjetividades na fundamentação do racismo ambiental contra comunidades tradicionais. O estudo se faz necessário uma vez que estes povos, os quais sustentam uma forma de vivência em que a natureza é uma mãe provedora, são vítimas de violência, epistemicídio e apagamento, em especial a partir da degradação ambiental de seus territórios e de seus elementos personificados. Tais injustiças são possíveis a partir do racismo estrutural e sua capacidade de engendrar um imaginário coletivo que constitui subjetividades em que as comunidades, majoritariamente compostas por pessoas alvo de racialização, sofrem um processo de inferiorização, sendo classificadas como sub-humanas. Ademais, o trabalho será realizado por meio de revisão bibliográfica específica sobre a temática e pressupostos teóricos e metodológicos fornecidos pela teoria crítica da raça.

Palavras-chave: racismo ambiental; subjetividade; imaginário coletivo; comunidades tradicionais; inferiorização.

[1] Graduando em Direito pela Universidade Federal Do Paraná (UFPR); membro do coletivo de pesquisa e produção de conhecimento negro, Resistência Ativa Preta (RAP), da faculdade de direito da Universidade Federal do Paraná; membro do Grupo de Estudos em Direito Ambiental Tuíra Kayapó (GETUK) da Universidade Federal do Paraná; membro do Centro de Estudos da Constituição (CCONS) da Universidade Federal do Paraná; Contato: danielpaulinoufpr@gmail.com

Abstract

This article intends to analyze the construction of subjectivities' contribution to the grounding of environmental racism against traditional communities. The study makes itself necessary as these people, who sustain a lifestyle in which nature is their providing mother, are victims of violence, epistemicide and erasure, notably through environmental degradation of their territories and personified elements. Such injustices are possible due to structural racism and its ability to engender a collective imaginary that constitutes subjectivities in which the communities, mostly composed by racialized people, suffer from an inferiorization process, being categorized as sub-human. Furthermore, the article will be undertaken through specific bibliographic revision over the theme and methodological and theoretical postulates rendered by critical race theory.

Keywords: environmental racism; subjectivity; collective imaginary; traditional communities; inferiorization;

Introdução

> Não creio que possamos detê-los, Samori, porque são eles que no final, terão de deter a si mesmos. E ainda assim eu o conclamo a lutar. Lutar pelas memórias de seus ancestrais. Lutar por sabedoria. Lutar pelo calor da Meca. Lutar por sua avó e seu avô, por seu nome. Mas não lute pelos sonhadores. Tenha esperança por eles. Reze por eles, se sentir motivação. Mas não aposte na conversão deles. Os sonhadores terão de aprender a lutar por si mesmos, para compreender que o espaço para seu Sonho, o palco em que se pintaram de branco, é o leito de morte para todos nós. O Sonho é o mesmo hábito que põe o planeta em perigo, o mesmo hábito que vê nossos corpos jogados como clandestinos em prisões e guetos (COATES, 2015, p. 149-150)

A comunidade científica mundial alerta o mundo para uma catástrofe iminente, o colapso ecológico. Há anos pesquisadores e grupos de trabalho formados por especialistas na temática ambiental tem descrito o período hodierno como "antropoceno"[2], criando assim uma categoria que designa os impactos causados pelos seres-humanos na Terra.

Nesse viés, orientada por uma lógica predatória, exploratória e produtivista em relação à natureza, a sociedade global se depara com um possível fim da civilização como se conhece, visto estarmos nos aproximando de mudanças climáticas irreversíveis. Assim, não é exagero dizer que a forma pela qual nos relacionamos com o ambiente natural, do qual somos parte integrante, é decisiva para definir o futuro do planeta. As maneiras pelas

[2] Termo que ganhou popularidade nos anos 2000 ao ser utilizado pelo químico holandês Paul Crutzen, vencedor do Prêmio Nobel de Química em 1995, para descrever uma nova época geológica caracterizada pelo impacto do homem na Terra.

quais influenciou-se o meio ambiente levaram a um caminho insustentável, e os próximos passos da sociedade são decisivos para a continuação de nossa existência.

Dessa forma, voltam-se os olhos para as comunidades tradicionais de diferentes países do globo, as quais detêm uma lógica harmoniosa com o território em que vivem, respeitando a natureza. Não somente, estes povos não se separam do organismo terra, e a consideram uma mãe provedora, como expressa Ailton Krenak (2020, p. 43) "[...] não só na dimensão da subsistência e na manutenção de nossas vidas, mas também na dimensão transcendente que dá sentido à nossa existência". Contudo, as mesmas coletividades que suscitam sentimentos de esperança e resistência, vivem há séculos marginalizadas por uma estrutura de opressão, que atualmente as considera resquícios de um mundo originário, definindo-as enquanto culturas exóticas e inferiores, ou seja, alocadas em uma condição de sub-humanidade.

À luz destas questões, se faz necessário analisar como o racismo estrutural, a partir da sua capacidade de, enquanto mecanismo de controle, constituir um complexo imaginário social, contribui no processo de inferiorização destes povos, legitimando a intensa devastação ambiental recorrente em seus territórios e a violência a que são submetidos diariamente pelo avanço de corporações e atividades que visam o lucro em detrimento do ambiente natural. Assim, compreende-se que as comunidades tradicionais são vítimas do racismo ambiental, que somente é possível de ser exercido com a articulação entre racismo e ideologia, em que naturaliza-se o extermínio de culturas, modos de vida e relações próprias com a natureza a partir da noção de inferioridade de alguns povos, os quais são identificados por características fenotípicas, configurando a ideia de raça.

A análise aqui proposta visa auxiliar na luta contra a lógica inferiorizante dos povos e de suas tradições e modos de vida particulares, os quais são de grande relevância para que a sociedade mundial possa enxergar possibilidades para além de tornar os elementos naturais meras mercadorias. Portanto, percorreremos os seguintes passos: i) estudo do conceito de racismo estrutural e sua habilidade de construir subjetividades, visando a internalização social das noções de raça e naturalização das violências contra pessoas alvo de racialização; ii) discussão sobre o conceito de racismo ambiental, sua origem, seus desdobramentos e implicações; iii) análise do racismo ambiental contra as comunidades tradicionais, visando a compreensão de como se manifesta o processo de configuração do

imaginário coletivo pelo racismo na fundamentação da violência contra as comunidades tradicionais.

1. O racismo e a construção do imaginário coletivo

Em uma passagem marcante do livro "Pele negra, máscaras brancas" Frantz Fanon (2020, p. 127) escreve:

> Eu era a um só tempo responsável pelo meu corpo, pela minha pele, e pelos meus ancestrais. Eu me percorri com um olhar objetivo, descobri minha negrura, meus traços étnicos – e então me arrebentaram o tímpano com a antropofagia, o atraso mental, o fetichismo, as taras raciais, os negreiros e, acima de tudo, acima de tudo mais: "Yà bon banania". (FANON, 2020. P. 127).

O trecho supracitado descreve a situação em que um sujeito racializado, atravessado pelas situações cotidianas de racismo, percebe-se diferente dos demais seres-humanos, classificado como degenerado e subalterno, em que sua condição de inferioridade é reconhecida por suas características físicas, principalmente a cor da pele.

O escrito de Fanon evidencia que a categoria raça é uma construção social utilizada como elemento político de poder, a qual visa a subalternidade de alguns para privilégio de outros, os brancos. Dessa forma, de acordo com o escritor Ta-Nehisi Coates (2015, p. 19) "a raça é filha do racismo, e não sua mãe", uma vez que a noção de inferioridade é colocada antes, e a localização dos sujeitos subjugados se dá pelos traços fenotípicos. Sob esta perspectiva, Silvio Luiz de Almeida (2019, p. 77) escreve:

> Assim como o privilégio faz de alguém branco, são as desvantagens sociais e as circunstâncias histórico-culturais, e não somente a cor da pele ou o formato do rosto, que fazem de alguém negro. Características físicas ou práticas culturais são apenas dispositivos materiais de classificação racial que fazem incidir o mecanismo de distribuição de privilégios e desvantagens políticas, econômicas e afetivas (ALMEIDA, 2019, p. 77)

À vista disso, a necessidade da classificação de seres-humanos em raças ocorreu primariamente como uma tentativa para explicar as contradições entre o ideário iluminista e a escravidão e colonização, fornecendo uma justificativa para o tráfico de pessoas e para a exploração colonial.

É necessário observar que a noção de raça está diretamente ligada ao projeto de exploração material da natureza, que ocorreu nos territórios americano, asiático e africano,

cujo a qual é orientada pela separação ser humano e ecossistema. A lógica predatória que conduz a humanidade é baseada na premissa de que a espécie Homo Sapiens Sapiens é superior aos elementos naturais do planeta e portanto deve dominá-los. Dessa maneira, a convicção europeia acerca da supremacia humana levou a colonização de territórios e a exploração de povos que, segundo seus algozes, não haviam conhecido a verdadeira civilização, muito menos se configuravam como humanos, mas tratavam-se de comunidades primitivas que deveriam servir, às identificando por meio da classificação racial.

Portanto, o processo de colonização dos territórios e de seus povos originários ocorreu a partir da violência extrema, da pilhagem de corpos e do trabalho forçado a partir da escravização. Conforme afirma Aimé Césaire (2020, p. 9): "a Europa é indefensável", pois seu projeto predatório que gerou a acumulação primitiva de capital se deu com barbárie e brutalidade.

Com o passar do tempo, as formas de opressão e violência contra comunidades racializadas se alteraram, tendo o racismo se internalizado, sendo identificado atualmente por intelectuais e estudiosos do tema como um mecanismo estruturante da sociedade, um fenômeno dinâmico, histórico e político, que atua para desfavorecer sujeitos alvo de racialização em contraposição ao polo beneficiado deste processo, o grupo social hegemônico branco. Consoante Almeida (2019, p. 21) "[...] o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade".

Atuando, portanto, como um mecanismo de controle social, o racismo deve ser concebido como um mecanismo de violências múltiplas, o qual visa atingir grupos racializados fisicamente, ontologicamente ou socialmente. Desse modo, o racismo estrutura a sociedade pela economia, pela política, pelo direito e, principalmente, por intermédio da ideologia, a qual é o foco de nosso estudo neste tópico. Isto posto, verifica-se que o racismo só pode se perpetuar se for capaz de, em primeiro lugar, produzir um conjunto de ideias que explique de forma racional a desigualdade racial e, em segundo plano, for capaz de constituir subjetividades que não sejam abaladas diante da opressão e violência impostas a grupos racializados e, ademais, o racismo só pode se manter socialmente se puder constituir um imaginário social que conceba como natural a existência de brancos e não brancos no mundo (ALMEIDA, 2019).

Vencidas as observações elaboradas anteriormente, pode-se passar ao exame das categorias que permitem ao racismo, em sua dimensão ideológica, admitir a noção de raça e inferioridade de alguns como naturais. Nessa perspectiva, dentro de uma sociedade atravessada por hierarquias, as noções pelas quais o psiquismo humano interpreta o mundo são moldados a partir da categorização entre raças, em que a branquitude representa o padrão estético e moral universal e a negritude um lugar de marginalidade. Desse modo, a "humanidade", nos moldes estabelecidos pelo projeto ocidental branco, masculino, necessita da criação de uma "não-humanidade" como seu esteio. Assim, somente é possível o reconhecimento desta "humanidade" a partir da bestialização de corpos racializados. Por fim, a atuação do racismo para legitimar as relações assimétricas de poder baseadas em raça é exequível por meio da produção, reprodução e disseminação de estereótipos e estigmas, os quais disciplinam a atuação de instituições e sujeitos.

Estereótipos são, segundo o professor Adilson Moreira (2019, p.59) "falsas generalizações sobre membros de determinados segmentos sociais", visando a alocação dos grupos minoritários em posições subalternas, tornando assim possível classificá-los, por exemplo, como inimigos, degenerados, primitivos e inferiores. Os estereótipos possuem duas dimensões, uma prescritiva, que designa as posições sociais esperadas que determinados sujeitos, membros de segmentos específicos da sociedade, ocupem, e uma dimensão descritiva, que indica os comportamentos que deve-se esperar destes indivíduos. Além disso, a partir dos estereótipos tem-se a construção dos estigmas, os quais denotam uma característica a partir da qual um grupo é subjugado e sofre com discriminações sistémicas, obtendo um tratamento diferenciado que é reproduzido nas mais diversas instituições sociais, sejam elas públicas ou privadas, e são parte constitutiva do chamado "racismo institucional", em que instituições, visando resguardar a ordem social - o status quo - estabelecem desvantagens a grupos de minorias étnicas e raciais.

As categorias supracitadas são fundamentais ao grupo social dominante pois são capazes de moldar a percepção da sociedade quanto ao valor de grupos alvo de racialização. É somente a partir da configuração da noção de inferioridade de determinados segmentos sociais que pode-se exercer a violência contra eles, impondo as mais variadas formas de opressão que visam, para além da exclusão e marginalização, a eliminação destes sujeitos. Contudo, imprescindível é, ainda, o entendimento do papel da violência que atravessa corpos racializados há mais de quatro séculos, pois esta também exerce fundamental

atuação no imaginário coletivo. O processo colonizatório se mantém na sociedade uma vez que a brutalidade e pilhagem de corpos segue sendo a maneira mais efetiva para controlar corpos e realizar a manutenção dos privilégios. Devemos, portanto, estar atentos ao fato de que o processo ideológico que constitui as subjetividades é o elemento central para que possa ocorrer a naturalização do epistemicídio das comunidades tradicionais, e também a justificativa encontrada por instituições públicas e privadas para sustentar o avanço contra os territórios destes povos, em um claro exercício do que se concebe hoje como racismo ambiental, e que este somente se torna admissível com a violência institucional pela qual grupos alvo de racialização são submetidos.

1. Racismo ambiental: Significação e desenvolvimento do conceito

Inúmeros foram os momentos em que grupos historicamente oprimidos criaram conceitos que pudessem explicar os métodos pelos quais eram violentados. Em sua grande maioria, a constituição de categorias que permitem dar nome às opressões e estudá-las ocorreram nos momentos de maior necessidade das populações que estavam em situações de barbárie e desumanidade. O termo racismo ambiental é um destes conceitos. Utilizado pela primeira vez ao final da década de 70, durante os protestos contra o depósito de Bifenilos policlorados, compostos altamente tóxicos, por Benjamim Chavez na Carolina do Norte (Estados Unidos), a designação "racismo ambiental" significa, segundo o professor Robert D. Bullard, importante acadêmico negro estadunidense:

> qualquer política, prática ou diretiva conduzida por instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas [...] que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, as condições ambientais de moradia, trabalho ou lazer de pessoas, grupos ou comunidades. (JESUS, 2020, p.6 Apud BULLARD, 2005)

Ainda, consoante Herculano (2006, p. 11):

> Racismo ambiental é o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais (HERCULANO, 2006, p. 11).

Além disso, é necessário observar que:

> o racismo ambiental é uma forma de racismo institucional, uma vez que a omissão de políticas públicas favorece que no meio ambiente vigorem determinantes da desigualdade social e racial, resultando em iniquidades raciais, exploração política e enfrentamento dos piores problemas ambientais pelas comunidades negras (JESUS, 2020, p. 6)

Sob este ângulo, a obra literária de Harper Lee tem o poder de evidenciar a lógica orientada pelo racismo ambiental, cujo a qual imputa às comunidades racializadas viverem sob lixões e dejetos tóxicos. O livro "O sol é para todos", em um de seus excertos, descreve a região reservada como moradia à comunidade negra da qual o personagem Tom Robinson faz parte como próxima ao aterro sanitário da cidade (LEE, 2020). Aliás, precisos e mais intensos são os escritos de Carolina Maria de Jesus, a qual discorre sobre a dura realidade que sucedem as periferias das cidades brasileiras, notadamente compostas em sua maioria por indivíduos racializados. Carolina, em manuscritos que viriam a compor o livro "Quarto de Despejo", narra, dia após dia, as dificuldades enfrentadas por ela e pelas demais moradoras da favela do Canindé, na cidade de São Paulo, entre as quais estão a fome, a sede, o frio, e a convivência com dejetos tóxicos, lixões e a falta de saneamento básico. Nas páginas de sua obra, Carolina refere-se à favela como o quarto de despejo da cidade (JESUS, 1960).

Diante desta ótica, o contexto brasileiro não escapa à realidade vivenciada pelas coletividades negras nos Estados Unidos. Encontra-se, na verdade, no país, uma estrutura que não fornece o mínimo de direitos à saúde básica e saneamento às comunidades carentes racializadas[3], mas sabe impetrar contra elas violência, marginalização e racismo ambiental. Nesse viés, conforme discorre Jesus (2020, p.10) a cada uma hora e meia uma pessoa negra morre por não ter saneamento adequado no Brasil. Assim, as grandes metrópoles brasileiras dispõe de suas periferias, majoritariamente compostas por pessoas racializadas, e nas quais é notório a falta de saneamento básico e condições insalubres em relação ao ambiente. Desde o Período Colonial, as condições precárias de saneamento acompanham a população negra brasileira, e hodiernamente observa-se poucas mudanças em relação ao passado, uma

[3] Segundo dados do IBGE, cerca de 42,8% da população sem esgotamento sanitário por rede coletora e pluvial é negra (IBGE, 2019).

vez que indivíduos racializados são os mais atingidos pela falta de salubridade em suas comunidades.

Todavia, vale focalizar que, o racismo, enquanto elemento estruturante da sociedade, varia de acordo com o espaço e história da localidade em que está inserido, sendo o racismo brasileiro dotado de particularidades, à exemplo do mito da democracia racial. Esta, por sua vez, utilizada enquanto narrativa de uma suposta integração entre diferentes "raças", tem o intuito de mascarar o preconceito e a discriminação racial, estabelecendo que as situações de desigualdade não devem ser consideradas a partir de termos raciais, pois não há racismo na sociedade brasileira. Como ensina Abdias do Nascimento (2016, p. 54) "Uma 'democracia' cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis políticos-econômico-sociais: o branco." Como efeito, a ideia da integração entre raças suscitou no senso comum a noção de que unicamente o brasil é composto por um povo, o brasileiro. Essa negação da construção social "raça", por conseguinte, gerou a recusa da ocorrência do racismo em âmbito nacional, gerando a conformação com a desigualdade racial e mantendo o monopólio da respeitabilidade social e do controle das instituições nas mãos do grupo favorecido pelo racismo que seguia atuando imoderadamente para privilegiar a branquitude.

Observados os argumentos anteriormente abordados, o racismo ambiental, com o qual sofrem comunidades tradicionais no território brasileiro, é oriundo também do específico processo pelo qual o racismo se constituiu no país através do discurso da cordialidade e integração pacífica entre diferentes povos, a lenda da democracia racial. Esta ficção, construída por sociólogos e grupos dirigentes da sociedade brasileira do século XX em favor da tentativa de unificação da federação tendo em vista a demanda pela industrialização, auxilia nas práticas violentas executadas contra os povos tradicionais e seus territórios, uma vez que os descreve como diferentes, simples descendentes de antigos nações apagadas pela história e fadadas ao fim.

Postas estas considerações, passa-se ao próximo tópico do artigo que concentra-se na manifestação do racismo ambiental contra coletividades racializadas com tradições e modos de vivências próprias, uma vez que o contexto brasileiro é também palco do avanço da degradação ambiental e do extermínio de seus povos tradicionais.

2. A Construção de Subjetividades pelo Racismo como Justificativa para o Apagamento das Comunidades Tradicionais

Os povos aos quais nos referimos como comunidades tradicionais devem ser observados em sua totalidade de saberes, tradições e modos de vida. Estas coletividades possuem formas próprias de relações com a natureza, que em geral causam uma sensação de estranheza àqueles que estão inseridos na lógica dominante em que o ambiente natural serve exclusivamente aos serviços do ser-humano, mantendo a função de prover toda e qualquer necessidade que a espécie possua. Contudo, o tratamento dado à natureza dentro dos territórios indígenas, quilombolas, saramaka, entre outros, é diferente. Em primeiro lugar, o meio ambiente fornece não somente a subsistência mas dá sentido também à existência destes povos. Assim, os territórios conformam humanidades e por elas são definidos. Em segundo plano, tais sociedades não possuem a premissa ocidental que rege a vida cotidiana: a separação entre ser-humano e natureza. Pelo contrário, em muitas culturas os elementos naturais encontrados no território, como rios e montanhas, são capacitados de personalidade, e possuem humor próprio.

Ocorre o que se pode chamar de cosmovisões, um local habitado por diversas comunidades tradicionais, em que a floresta possui espírito e uma pedra é sua irmã. As cosmovisões das quais desfrutam os povos originários e demais comunidades tradicionais oferecem uma dimensão imaterial de existência que vem sendo suprimida pela lógica do mercado capitalista, uma vez que este retira as possibilidades de haver um mundo em que diferentes concepções de vivência sejam aproveitadas.

Nesse sentido, quando a barragem de contenção de resíduos, de responsabilidade da mineradora Samarco, rompeu em novembro de 2015 na cidade de Mariana (MG), liberando resíduos tóxicos no rio doce, a comunidade indígena Krenak não perdeu apenas um elemento necessário à sua sobrevivência, mas ficou órfã de seu avô, Watu (KRENAK, 2020).

Assim como a aldeia Krenak, diversos povos concebem a si e ao mundo de formas complexas e diversas, em contraposição à visão predominante, a qual foi estabelecida por meio de processos de pilhagem de corpos e colonizações forçadas de territórios, buscando estabelecer-se como hegemônica. Sob esse ponto de vista, o ocidente reduziu os elementos da natureza a mercadorias, os despersonificando e, assim, abrindo possibilidades para a

exploração desenfreada do meio-ambiente. Diante desta perspectiva, o professor Carlos Marés (2021, p. 96) escreve:

> O território, para o povo guarani, significa não uma fronteira arbitrária, mas uma composição de biodiversidade, na qual o povo se integra. Assim, na concepção deste povo, os europeus não invadiram o seu território, não é uma questão de respeito de fronteiras, todos podem usar a terra, homens animais e plantas, os europeus não foram invasores, mas destruidores, o seu pecado não foi de invasor de domínios alheios, mas de destruidor, os Guarani não entendem que a vítima tenha sido eles, mas a terra (SOUZA FILHO, 2021, p. 96)

Postas estas considerações, é imprescindível o debate quanto à construção de subjetividades como meio de legitimação do racismo ambiental contra povos tradicionais.

Operando por meio de sua dimensão ideológica, o mecanismo de controle social denominado racismo, um fenômeno dinâmico, histórico e político que atua de acordo com a conjuntura social, tem como objetivo central o desfavorecimento de pessoas classificadas como inferiores, sendo estas localizadas por seus traços fenotípicos. Em oposição ao prejuízo causado aos grupos racializados, o racismo objetiva que o grupo tido como universal – a branquitude – receba privilégios. Assim sendo, somente irá importar dentro de uma sociedade racista a lógica pertencente ao grupo que está no topo da hierarquia racial, ou seja, o polo beneficiado com as posições assimétricas de poder que marcam o corpo social.

Ante o exposto, é inconcebível à noção desenvolvimentista ocidental a possibilidade de comunidades sustentarem lógicas próprias de vivências e relações com a natureza, causando assim a necessidade de impor sobre elas os estereótipos e estigmas que apontam estas coletividades enquanto pessoas e culturas exóticas, que devem ser integradas, ao corpo social, ou simplesmente apagadas. É através do processo de estereotipização que torna-se plausível a eliminação dos territórios e das pessoas integrantes destas comunidades, uma vez que os sujeitos racializados são vistos como uma sub-humanidade, os diferentes, os outros, que não só podem como devem morrer.

Dentro deste contexto, não somente os sujeitos, mas seus territórios são alvo de racialização dentro de uma sistematização que estabelece uma linha divisória em que, no interior do espaço delimitado, é permitido o desrespeito aos direitos humanos e descuidados com a natureza, constituindo a política de morte chamada de necropolítica. O conceito apresentado anteriormente traduz a organização do poder para promover a morte,

e foi cunhado pela primeira vez pelo professor Achille Mbembe (2018), sendo desenvolvido para explicar os procedimentos pelos quais a população alvo de racionalização é morta pela atividade estatal. As observações elaboradas previamente nos permitem constatar conexões entre o estudo proposto no presente trabalho e o termo pesquisado pelo professor Mbembe, uma vez que o racismo ambiental configura uma política de morte, em um território específico, contra comunidades racializadas, a partir de instituições públicas ou privadas através da degradação ambiental.

Portanto, verifica-se que o racismo institucional, direcionado pela noção inferiorizante das comunidades tradicionais, atua de modo a prejudicá-las e a incidir sobre elas a necropolítica. Exemplo evidente desta afirmação são os casos das quedas das barragens de Mariana (MG) em 2015 e de Brumadinho (MG) em 2019. Em ambas situações, as mineradoras responsáveis foram acusadas de não tomar os devidos cuidados para a sustentação das barragens, agindo de maneira criminosa ao objetivar o lucro desconsiderando as consequências que poderia ocasionar caso houvesse um rompimento das represas. Nos dois acontecimentos, além de inúmeras mortes, desaparecimentos e perdas de moradias, os dejetos espalhados após a ruptura foram capazes de deixar diversas coletividades órfãs de seus elementos e territórios, tal como o já citado caso do rio Watu, o avô da comunidade Krenak. Dentre as afetadas pelo rompimento em Brumadinho estão: o Quilombo dos Arturos, patrimônio imaterial de Minas Gerais, o Quilombo dos Luízes, Manzo, Nossa Senhora do Rosário e diversos mais.

Além disso, o assassinato de membros das comunidades tradicionais tem crescido amplamente no Brasil. Segundo dados divulgados pelo Atlas da Violência 2021: a taxa de mortes violentas de indígenas aumentou 21,6%, saindo de 15 por 100 mil indígenas, em 2009, para 18,3, em 2019[4]. Assassinatos contra indígenas são comumente noticiados no país. Em 2017, no Vale do Javari, comunidades indígenas denunciaram um massacre que teria sido cometido por garimpeiros contra povos em "isolamento voluntário", contudo a Funai respondeu alegando não haver provas do ocorrido.

Infelizmente, tanto a destruição ambiental dos territórios dos povos tradicionais quanto o crescente aumento do índice de assassinatos de membros das comunidades indígenas são sintomas da intensa produção de estigmas que torna possível a naturalização

[4] Levantamento realizado em 2021 disponível em:
https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf

da morte e violência contra estas coletividades. O racismo, a partir de sua atuação na formação das subjetividades, torna possível que haja a internalização da noção de que estes povos são sub-humanos, por isso podem ser exterminados com facilidade, sem que haja indignação social.

Por conseguinte, detecta-se que o imaginário social, influenciado pelo racismo, é o elemento fundamental e garantidor que fornece justificativa lógica para o racismo ambiental perpetrado contra comunidades tradicionais. É somente por intermédio da noção de inferioridade destes povos que agem as instituições públicas e privadas para desmantelar os modos de vida próprios e tradições históricas que resistem, no Brasil, há mais de quatro séculos. Não fosse por uma complexa subjetividade coletiva falseada pela ideologia racista, não seria possível manter no ocidente a lógica desenvolvimentista que faz o mundo caminhar para a catástrofe ambiental. Observa-se, por fim, que a exploração descontrolada, o sentimento de supremacia, o projeto de uma humanidade hegemônica, conforme discorre Krenak (2020), significa o fim para toda a espécie humana.

Conclusão

Segundo Alberto Acosta e Ulrich Brand (2018), no livro "Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista", o que está em jogo ao pensarmos em uma nova lógica de relação com o planeta Terra não é uma nova forma de desenvolvimento, mas uma nova civilização. Dessa forma, os autores exemplificam que, ao conceber uma saída da crise ambiental que assola o período hodierno não deveremos buscar novas lógicas baseadas no desenvolvimentismo, o qual tem como premissa a separação entre natureza e ser humano, porém temos de conceber um novo mundo, em que possamos enxergar a humanidade não mais de forma descolada da terra, mas parte inerente dela. Nesse viés, Krenak (2020, p. 21) expressa:

> Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – a sub-humanidade (KRENAK, 2020, p. 21)

Diante da citação acima, é evidente que não há necessidade de procurar por uma nova forma de relação com a natureza, mas sim de compreender os modos de vida

cultivados por nossas comunidades tradicionais, a fim de desconstruir a narrativa hegemônica de supremacia humana. Se for possível causar uma ruptura com a estrutura que inferioriza estes povos, e passar a olhar para eles não mais como inferiores e estranhos, mas como possibilidades de mundos para todas, então poderá ser alcançada a emancipação.

Segundo o xamã Yanomami Davi Kopenawa, no livro escrito em conjunto com o antropólogo francês Bruce Albert intitulado "A queda do céu" (2015), os brancos seriam o povo da mercadoria, uma vez que os europeus, desde o momento em que encontraram outros continentes, não tiveram outra intenção a não ser explorar, colonizar e vender os elementos da biodiversidade. Por isso, a Europa é indefensável, uma vez que o discurso propagado durante o período colonialista de que a Europa haveria de levar a "civilização" aos demais continentes foi uma narrativa estratégica para justificar atrocidades. Consoante Césaire (2020, p. 11): "E digo que, da colonização à civilização, a distância é infinita; que, de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais despachadas, não sobraria um único valor humano".

Assim, a lógica seguida há mais de 400 anos pelo ocidente, inegavelmente, a despeito do que acreditam aqueles que afirmam não haver qualquer tipo de alteração climática ocorrendo com o organismo Terra, gerou graves consequências que estão sendo sentidas somente na contemporaneidade. Dentro deste contexto, as cosmovisões das comunidades tradicionais podem servir de paraquedas conforme caímos no abismo (KRENAK, 2020).

Por fim, o combate ao racismo ambiental é tarefa de todas as pessoas e segmentos da sociedade, visando garantir os direitos ao território, à pluralidade cultural e à vida das comunidades tradicionais e a sobrevivência da humanidade. Ainda, a luta contra esta categoria de opressão se dá também, e principalmente, no campo ideológico, tendo como foco central a destruição do imaginário social que concebe os povos tradicionais enquanto inferiores a partir de uma classificação racial, o qual fundamenta, justifica e naturaliza o avanço corporativo e extrativista contra os territórios historicamente habitados por coletividades que possuem uma trajetória histórica própria, e são dotados de relações territoriais específicas. Contudo, as palavras de Ailton Krenak (2020, p. 31) não podem se perder: "Tem quinhentos anos que os 'índios' estão resistindo, eu estou preocupado é com os brancos, como que vão fazer pra escapar dessa".

Referências

ACOSTA, A. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

ACOSTA, A; BRAND, U. *Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista.* Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2018.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

CARTA CAPITAL. *"Os índios isolados foram massacrados, mas Funai diz que não há provas"*. Carta Capital, 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/os-indios-isolados-foram-massacrados-mas-funai-diz-que-nao-ha-provas/>

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo* / Aimé Césaire. Tradução de Claudio Willer. Ilustração de Marcelo D'Salete. Cronologia de Rogério de Campos. - São Paulo: Veneta, 2020.

COATES, Ta-Nehisi. *Entre o mundo e eu*. tradução Paulo Geiger. 1° ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 150p.

DELGADO, R.; STEFANCIC, J. *Teoria crítica da raça: uma introdução*. tradução Diógenes Moura Breda; prefácio de Adilson Moreira, 1° ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

FANON, Frantz (1925 - 1961). *Pele negra, máscaras brancas*. título original: Peau noire, masques blancs; traduzido por Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo; prefácio de Grada Kilomba; prefácio de Deivison Faustino; textos complementares de Francis Jeanson e Paul Gilroy. São Paulo: Ubu editora, 2020 / 320 pp.

HERCULANO, S.; PACHECO, T. (Org.) *Racismo Ambiental – I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental*. Rio de Janeiro: Fase, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica N41. ISBN 978-85-240-4513-4. IBGE, 2019.

JESUS, Carolina de. *Quarto de Despejo*. São Paulo: Editora Ática.1960.

JESUS, Victor de. *Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental*. Saúde Soc. São Paulo, v.29, n.2, p. 329-343, 2020.

Kopenawa, Albert, Bruce, Davi. *A queda do céu : Palavras de um xamã yanomami*. tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2° Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEE, Harper (1926 - 2016). *O sol é para todos*. tradução Beatriz Horta. 42° ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: Editora N-1, 2018.

MEWES, Emily E. F., TRANJAN, Renata N. *Racismo ambiental e o direito humano ao saneamento Básico: Análise sobre a universalização do saneamento básico à luz da teoria crítica da raça*. In: As Encruzilhadas da Subjetividade Jurídica a partir do Sul. Curitiba: Íthala, 2022. p. 127 - 143.

MOREIRA, Adilson José. *Racismo Recreativo*. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genonicídio do negro brasileiro: o processo de um racismo mascarado*. -3.ed. - São Paulo: Perspectivas, 2016.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *A função social da terra*. Curitiba : Arte e Letra, 2021.

Insurgência e re-existência: formulações e re-formulações da cultura caiçara frente ao avanço do turismo (Paraty-RJ)

Suzana Lopes Salgado Ribeiro1

Suelen Moreira2

Juliana Marcondes Bussolotti3

Ana Claudia Moreira Rodrigues4

Resumo

Este artigo tem como tema os conflitos do embate da cultura tradicional caiçara (local) com a cultura externa (global) à Paraty, Rio de Janeiro. O trabalho aponta os desafios enfrentados pelos moradores nativos, dado o crescimento do turismo, que vêm, ao longo dos anos, descaracterizando as regiões costeiras e a cultura regional. Neste contexto, propomos uma análise das formas de resistência da preservação da cultura caiçara, destacando ações dos moradores e exemplificando outros tipos de resistência, destacando a memória como uma dessas ações. A proposta é entender como os conhecimentos históricos e considerados tradicionais por parte dos moradores dessas comunidades, podem servir como ponto de resistência, de re-existência e de resgate da cultura local, para preservar seus modos de vida.

Palavras-chave: Paraty. Cultura caiçara. Identidade. Memória.

[1] Suzana Lopes Salgado Ribeiro é professora, pesquisadora e mulher. Graduou-se em História pela Universidade de São Paulo (bacharelado 1998 e licenciatura 2003). No programa de História Social - USP, fez mestrado (2002) e doutorado (2007 - com estágio na Columbia University-NY).

[2] Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal Fluminense e cursando Especialização em Alfabetização e Letramento pela Universidade Anhembi Morumbi. Licenciada em História pela Universidade de Taubaté.

[3] Graduação em Escola de Comunicação e Artes pela Universidade de São Paulo, pós-graduação lato sensu em Designer Instrucional pela Universidade Federal de Itajubá, mestrado em Ciências Ambientais pela Universidade de Taubaté e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista.

[4] Formada em licenciatura em História pela Universidade de Taubaté-SP. Devido ao seu bom desempenho, foi selecionada pela FLUPP - Fundação Lucia e Pelerson Penido.

Abstract

This article has as its theme the conflicts of the clash between traditional caiçara culture (local) and external culture (global) in Paraty, Rio de Janeiro. The work points out the challenges faced by native residents due to the growth of tourism, which has, over the years, mischaracterized coastal regions and regional culture. In this context, we propose an analysis of the forms/actions of resistance to the preservation of the caiçara culture, highlighting memory as one of actions. The proposal is to understand how historical knowledge, considered traditional by the residents of these communities, can serve as a point of resistance, re-existence and rescue of the local culture, to preserve their ways of life.

Keywords: Paraty-SP. Caiçara culture. Identity. Memory.

Introdução

As transformações culturais acompanham a vida das sociedades. Sabemos que a cultura é a base para a produção identitária e ambas são processos de uma construção sócio-histórica. No Brasil, podemos dizer que alguns momentos marcaram e potencializaram trocas, em sua maioria violentas, que aceleraram o processo de formação da cultura brasileira e a hibridação de culturas e etnias.

Pretendemos, portanto, ao abordar a cultura das comunidades caiçaras de Paraty-RJ propor uma análise das formas de resistência da preservação da cultura caiçara, a partir da ótica da produção de identidades culturais, como um processo de formulações e reformulações, móvel e em constante diálogo. Para isso, compreendemos que tais grupos lidam e lidaram historicamente com processos de hibridação cultural, de maneira a produzir, mediante a convivência com o diferente, um modo de vida bastante próprio.

Etimologicamente, o conceito de cultura procede ao conceito de natureza. É originária do latim *colere*, cultivar, relacionado às atividades agrícolas. Por muito tempo, o termo foi ligado a abstração da moralidade e intelectualidade pelo domínio da língua, da escrita, das ciências exatas e dos valores tidos como "corretos" ou "melhores", estabelecendo uma assimetria entre as diferenças presentes na vida dos sujeitos e suas sociedades.

A cultura se miscigena com a vida psicológica e a realidade social de um povo ou nação, o seu cotidiano, as suas vivências, as suas especificidades, em síntese, aquilo que caracteriza determinada comunidade. Sendo assim, a cultura também deriva dos meios de comunicação em massa, sendo produto da atividade econômica incorporada ao capitalismo industrial e financeiro, e que busca introduzir produtos padronizados para o consumo.

Conforme Gertz apontou em seu texto "Studies in peasant life: community and society", a questão central "is to discover how these two sorts of tradition interact-how they communicate with and modify one another and how sophisticate and folk culture are interrelated within the larger culture that composes the civilization as a whole" (1961, p.3). A questão que se coloca "is not the intensive study of very small, territorially localized groups of people apt to be as misleading as enlightening so far as the comprehension of a complex society is concerned, or even of a peasantry as part of such a society?" (1961, p. 7).

Assim, tendo em vista que a cultura é condição básica de existência dos seres humanos, produto de um processo contínuo, dinâmico e complexo se produzem significados para diferentes ações. Esses sentidos e significados criados incluem a mediação das relações entre indivíduos. A noção de cultura, contextualizada historicamente, nos permite a compreensão de questões estruturais de um grupo ou sociedade. E é isso que tentaremos esboçar em relação a cultura caiçara do município de Paraty tendo duas localidades como foco do estudo a comunidade da Praia do Sono e a comunidade de Ponta Negra.

Para tanto será importante, também, mobilizar a noção de identidade cultural, que segundo Stuart Hall são "aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso 'pertencimento' a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais" (HALL, 2005, p.7). No caso da presente pesquisa, com o avanço do turismo, podemos ver que "o discurso da cultura nacional constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro" (HALL, 2005, p.56). Neste artigo, pretendemos compreender essa produção de identidades culturais como processo de formulações e reformulações contínuo e não fixo. Hall ainda lembra que no contexto contemporâneo a ideia de uma expressão da cultura que se mostre como "um único povo" não passa de um mito, pois as "nações modernas são todas, híbridos culturais" (HALL, 2005, p.62). E é assim, como híbrido cultural, como interrelação que propomos a cultura emergente nas comunidades estudadas.

O crescimento do processo de globalização faz com que a culturas externas atinjam diversas localidades e grupos sociais, de modo que sua incorporação é praticamente compulsória. Por outro lado, a chamada cultura popular é costumeiramente vista como manifestação daquilo não incorporado pela cultura "global" ou "sofisticada". Ou seja, como algo "puro". Outra perspectiva foi compreender a existencia de uma "bifurcation of culture into high and low, sophisticate and folk" (GEERTZ, 1961, p.5).

A proposta é ver menos "pureza" ou "oposição" em cada uma dessas dimensões culturais e pensar sobre o que "querem enfatizar em contraste com o processo que tenta fixá-las - aquilo que trabalha para contrapor-se à tendência a essencializá-las" (SILVA, 2014, p.87), não esquecendo de que:

> "[...] a hibridização se dá entre entidades situadas assimetricamente em relação ao poder. Os processos de hibridização analisados pela teoria cultural contemporânea nascem de relações conflituosas entre diferentes grupos nacionais, raciais ou étnicos. Eles estão ligados a histórias de ocupação, colonização e destruição. (SILVA, 2014, p.87)

A identidade cultural caiçara, portanto, não pode ser fixada, ou vista como única. Ela é o resultado de uma interação desigual, fruto da assimetria de poder. É resultado da hibridização, que não é dada apenas por uma cultura hegemônica (BHABHA, 1998).

Essa breve discussão nos serve como base para compreendermos que cultura é algo construído e é particular de cada comunidade. Para mais, ela influencia de forma dinâmica as crenças e os comportamentos, além de ser expressa em diversas esferas do conhecimento como, por exemplo, a culinária, o artesanato, o cotidiano, a moral, os costumes, entre outros, particularizando cada comunidade e englobando o modo de vida de seus componentes. A seguir, vamos mostrar um pouco da realidade de duas comunidades caiçaras situadas em Paraty-RJ.

Ambas as comunidades estão situadas na região da Costa Verde, no extremo sul do estado do Rio de Janeiro, a cerca de 30km do centro de Paraty cujo acesso se dá por terra, caminhando por uma trilha e por mar utilizando barcos. Seus habitantes vivem da pesca, da agricultura, do artesanato, do aluguel de suas casas e de pontos comerciais como restaurantes, barracas de açaí que se fixaram na orla – as duas últimas atividades muito ligadas ao turismo. A Praia do Sono é uma faixa longa de areia clara, cercada pela serra do mar e sua vegetação de mata atlântica. A comunidade de Ponta Negra se estabeleceu em uma enseada menor e recebe turistas que vêm conhecer a região da Ponta da Joatinga e Baía de Cajaíba.

Sobre as trilhas, bastante procuradas por jovens turistas, há estudos sobre seu o impacto ambiental, a medida em que estão localizadas ao sul da Reserva Ecológica da Joatinga (RANGEL, MARTINS e GUERRA, 2013), este é fator importante de reflexão sobre as dinâmicas econômicas e culturais que ora se estabelecem nas duas localidades.

1. Identidades caiçara

A confluência da presença e das contribuições das diferentes matrizes étinico-raciais na cultura brasileira é perceptível em elementos da cultura caiçara. Tal hibridação pode ser percebida nas comunidades estudadas através da religião, muito influenciada pelo catolicismo, o que é perceptível em diversas festas religiosas que ocorrem na cidade. Os conhecimentos indígenas e africanos das técnicas de cultivo e pesca foram adaptados às condições locais. A título de exemplo, o litoral foi inicialmente o local das primeiras bases de povoamento, as canoas e redes eram imprescindíveis para a subsistência indígena, elemento que mais tarde foi incorporado à cultura caiçara.

As populações caiçaras que habitam o litoral dos estados do Paraná, de São Paulo e do Rio de Janeiro, têm origem na miscigenação entre o colonizador português, o índio e o negro. Ao relativo isolamento em que essas populações estiveram vivenciando no decorrer da evolução do desenvolvimento das regiões... Estabeleceram uma relação simbólica em que a praia, a montanha e o mar adquiriram significados especiais e diferenciados em relação aos significados de quem é "de fora". Nesta relação material econômica e subjetiva simbólica) com a terra que se constituiu a identidade caiçara, não podendo ser desvinculada dos territórios vividos, "nos seus diversos espectros" (SIMOES, NAVARRO, BUSSOLOTTI, 2016).

Entendendo que a cultura se adapta, se transforma, mesmo mantendo um núcleo fundamental dos modos de vida caiçara, Diegues (1988, p. 9) ressaltando esse núcleo identitário especifica que o termo "caiçara" trata de "uma denominação local para aquelas comunidades e indivíduos que vivem ao longo do litoral dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. Elas apresentam cultura e um mundo de vida que os diferencia das comunidades tradicionais do interior desses estados (caipiras)".

Em alternativa, os entrevistados desta pesquisa têm sua própria definição do ser caiçara. Para eles, são caiçaras porque são filhos da terra. As entrevistas foram conduzidas segundo os procedimentos da História Oral temática e vertidas em documentos, após transcrição e conferência com os narradores (RIBEIRO, 2007). Em entrevista, o presidente da Associação de moradores da comunidade e morador da Praia do Sono, afirma que é caiçara e aponta:

> Sou caiçara por vários fatores, conhecimentos tradicionais que a gente adquire ao longo da vida, o aprendizado e tal, pela nossa luta "pra" manter

> esse local intacto, protegido como está hoje, que é umas das maiores referências do Brasil. Uma das únicas comunidades que tem luz elétrica devido a uma luta histórica da população e também é a única comunidade que ainda mantêm a maioria dos moradores enquanto caiçaras, muitas comunidades já perderam isso, algumas têm muitas pousadas, muitos condomínios, marinas e aqui a gente não deixa entrar esse tipo de coisa. [...] Ah, ser caiçara é uma função, é uma dádiva diferenciada, considero caiçara porque nós temos um vínculo com a terra e ao mesmo tempo com o mar. O pescador é muito fragmentado, o pescador só tem contato com o mar e aí o território dele fica fragilizado e não é entendido como vínculo da cultura dele, já o caiçara é diferente, tem um vínculo cultural bem extenso, que transcende as gerações e o entendimento dele é que tanto no mar quanto na terra ele domina a sabedoria, que se refere ao saber tradicional. (Jadson dos Santos, morador da Praia do Sono).

Para Jadson dos Santos, ser caiçara é algo bastante complexo e que compõe questões da tradição dos saberes, do vínculo entre terra e mar, e a diferenciação com outras formas de identidade culturais, como a dos pescadores e a de outras comunidades. Podemos dizer que existe, portanto, uma forma de ser caiçara na Praia do Sono. Soma-se a essa identidade cultural a luta desse grupo de pessoas para proteger seu território e seus costumes, assim como para melhorar suas vidas, trazendo energia elétrica para a localidade. Logo, são os habitantes do local que se unem para decidir o que os define como caiçara.

Para esses sujeitos é importante habitar uma região de paisagens naturais, sendo protagonistas nessa luta pela preservação. Entretanto, é preciso levar em conta que a conservação estabelecida pelo Estado na forma de delimitação de parques, tem seus impactos para a vivência local. Por um lado, ajuda na conservação, mas por outro pressiona o crescimento do turismo de segunda residência com grande especulação imobiliária.

Nas narrativas, os moradores do local indicam que outras comunidades foram bastante impactadas, mas Jadson dos Santos afirma que a luta e resistência da população local, por habitarem esse território, é uma das diferenças entre eles e outras comunidades. Ou seja, o pertencimento, faz com que esses sujeitos permaneçam e estabeleçam vínculos identitários com o local e com as ações que desempenham nele, assim como com os sentidos e significados a elas atribuídos.

As principais atividades econômicas dos entrevistados eram baseadas na pesca, no plantio e no artesanato. Contudo, o momento presente propiciou aos caiçaras novos empreendimentos, como o aluguel de suas residências, trabalho no transporte de turistas, trabalho em restaurantes e/ou abertura de estabelecimentos próprios. Ou seja, a chegada do turismo tem impactos nessa comunidade e modifica suas relações.

Diante do contato dos caiçaras com as populações externas à comunidade, alguns de seus aspectos culturais foram modificados. Nessa perspectiva, preservam as suas tradições, incorporam inovações, e reconstroem suas identidades na luta pelo território, em um processo diário de negociação cultural. Essas adaptações não os tornam "mais ou menos caiçaras".

A fala de seu representante mostra que a comunidade conserva valores, crenças e vivências, mantidas nas relações atuais e que serão passadas para as gerações futuras, permitindo que transformem e se transformem em práticas e hábitos, além de saberes do grupo. Ou seja, é uma comunidade, que imaginando ou não suas tradições (HOBSBAWM e RANGER, 1984), as valoriza.

A seguir, temos um exemplo de saber ou tradição contada por Antônio de Souza, morador de Ponta Negra. Esse conhecimento é passado de geração em geração na sua família.

> Eu enjoava muita água, enjoava muito mar, meu pai chegava na praia, puxava canoa, me botava no ombro e carregava. Eu vomitava muito, aí tomava água salgada. [...] meu pai matava Garoupa, tirava a lula, tirava o Guaiá, que a Garoupa comia em tirinha e tava fresquinho ainda no bucho, aí esquentava só na brasa e comia "pra" parar o enjoo, depois nunca mais enjoei no mar. (Antônio Germano de Souza, morador da Ponta Negra)

Embora comumente seja retratada como simples por pessoas de fora da comunidade, a vida do caiçara frente aos dilemas da contemporaneidade revela um desafio complexo. Eles estão formulando e reformulando sua cultura identitária frente às preocupações com a preservação ambiental e cultural, e novas formas de renda e trabalho, representadas pelo turismo. Assim, o cotidiano que antes se destinava às práticas da pesca, da agricultura e no modo de se relacionar com a terra e o mar, passa a conviver com novas formas de existência que se redefinem, ao mesmo tempo que resistem.

Evidente que a intensa relação homem/ambiente é uma das principais características da vida nessas comunidades. Isso é resultado da hibridação cultural que constitui saberes muito diversificados ao longo do tempo. Desse híbrido, se formaram métodos de pesca, agricultura, religiosidade, do cuidado da terra à preparação de alimentos, mesclando essas heranças com novos saberes.

O relato do senhor Antonio Germano de Souza mostra a importância do plantio para a economia do local há décadas. "Também tinha a minha roça, plantava, colhia, vendia.

Eu plantava banana, plantava rama, e muitas verduras, se eu falar 'pra' você o dinheiro do meu casamento foi de banana da terra, que eu vendia."

A partir dessas falas, é possível retomar Diegues (2008) que indica que comunidades tradicionais:

> ... estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. (DIEGUES, 2008, p. 89)

Para o autor uma das características deste modo de vida e produção "é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc" (DIEGUES, 2008, p. 89). Neste sentido, destacamos que os entrevistados pontuaram que na culinária, um de seus costumes é preparar o peixe junto à farinha de mandioca, sendo uma de suas receitas mais populares. Segundo relatos de moradores, o peixe é indispensável na dieta caiçara.

> Aqui a principal comida do caiçara é o pirão de peixe, prato conhecido como Azul marinho. E tem diversas comidas, tem pirão de galinha caipira ou galinha caiçara como chamam, mas o pirão de peixe é a principal comida e também tem o peixe seco, hoje ainda tem muitas pessoas que fazem. [...] é uma técnica usada pelos portugueses quando vinham para o Brasil, e já que não tinha gelo na época, nem energia eles usavam peixe seco, e nós adquirimos juntamente com os índios também adquirimos a técnica de fazer o peixe seco. (Jadson dos Santos, morador da Praia do Sono)

Vale ressaltar que, os saberes relacionados à pesca dão conta de uma variedade de conhecimentos aplicados em seu cotidiano, sobre a dinâmica dos ventos, do mar e da maré. Tais saberes foram percebidos nos diálogos estabelecidos, durante o trabalho de campo, e os consideramos como fundamentais para o auxílio na pesca, no cultivo e no artesanato. Tainá Miê Seto Soares aponta esses traços indígenas na composição dos saberes caiçaras.

> Todas essas práticas estão relacionadas com tecnologias indígenas de adaptação ao ecossistema envolvente. Independente de a herança indígena ter sido genética e/ou cultural e esses povos serem descendentes dos Guaianás locais ou de outras tribos realocadas, é importante perceber que sua cultura material e imaterial tem raízes indígenas. O fazer farinha, a queimada controlada, denominada coivara até os dias de hoje, as armadilhas de caça, os laços, as cuias, o tabaco, os trançados, balaios, a cerâmica, a época dos plantios, o peixe seco, as sementes, as trilhas e a puxada de

> canoa que remonta inclusive práticas de habitantes pré-históricos. Inclusive através da nominação, tapitis, coivara, taioba, urucum, parati, Jussara, Indaiá entre tantos outros nomes de armadilhas de pesca e caça, bem como de alimentos e lugares. (SOARES, 2006, p. 45)

Outro hábito presente no cotidiano caiçara são as festividades. Estas possibilitavam o encontro de moradores de diferentes comunidades, sendo importantes para o fortalecimento de laços na luta pelo território e aumentando o vínculo entre os diversos grupos. Contudo, tais práticas estão cada vez mais incomuns, e os festivais são reduzidos a cada comunidade. Soares discorre acerca de festas e bailes mais populares, que raramente acontecem na atualidade.

> Entre os antigos caiçaras, eram frequentes também os bailes rurais e as festas religiosas. Aconteciam quase que semanalmente, variando de praia em praia. Grandes bailes eram feitos pelos festeiros de cada praia, os bailes comentados como muito bons eram os do Mamanguá, na Praia do Cruzeiro, na Praia Grande, no Pouso e na Ponta Negra. Era um importante espaço de socialização em que os moradores das praias afastadas podiam encontrar-se, os jovens arranjarem namoros, os mais velhos passarem aos mais jovens conhecimentos, já que havia a dança dos velhos, dos adultos, dos jovens e das crianças. Dançavam as cirandas, o bate-pé, o caranguejo, o lenço, a dança dos velhos, dos marujos, entre outras que são lembradas com nostalgia pelos mais velhos e pelos jovens que ainda viram seu final. Eram danças de roda, com troca de casais, em que a marcação era feita na batida do tamanco de madeira no chão de tábuas corridas. (SOARES, 2006, p. 53)

Com relação ao campo religioso, é nítido a presença do catolicismo e protestantismo, devido ao grande número de igrejas evangélicas existentes em diversas comunidades, bem como dos mitos indígenas e africanos. Soares, em sua pesquisa apontou traços dessas diversidades religiosas.

> Na região do Saco do Mamanguá, as comunidades caiçaras têm uma presença negra muito forte. Cultos afro-americanos ocorriam em terreiros e a presença de "tentos", ou sacis, foi muito relatada. [...] Festas a Iemanjá permaneceram na região, devida a força do arquétipo que representa. Essa entidade afro-americana, ligada aos cultos de feminilidade e governança das águas, é muito reverenciada pelos pescadores e aqueles que dependem do mar. (SOARES, 2006, p. 55)

Eliana do Pillar Rocha também apontou a presença do rito no cotidiano caiçara: "os benzimentos aparecem muito, no entanto, antes da ida para o mar, pelos homens e antecedendo a entrada na mata, pelas mulheres. Neste caso, benzem-se para livrar-se dos perigos e pedir proteção de Nossa Senhora, para afastar o mal de seus caminhos" (2005, p. 62).

Posto isto, é possível perceber a complexidade das crenças existentes nas comunidades da região costeira de Paraty. Conhecendo a vida e o cotidiano do caiçara é possível perceber que a sua cultura e seus valores transmitidos entre gerações se faz presente nos detalhes: no modo como a rede é remendada, no cozimento do peixe, no plantio da mandioca, na simplicidade das festas, nos detalhes do artesanato, em suma, na sobrevivência dos costumes no cotidiano. Dessa forma, são por essas particularidades tão presentes na sua composição – técnicas, costumes e crenças – que o caiçara é reconhecido e é aquilo que o define. Contudo, é preciso, nesse momento, discorrer sobre uma diversidade de formas de re-existência, que a cada dia se formulam e reformulam frente à convivência com o turismo.

2. Dinâmicas culturais

Diversas transformações ocorreram durante toda a história das comunidades caiçara, e processos de negociação foram sendo estabelecidos de forma a gerarem adaptações e transformações culturais. Para Milton Santos:

> Em cada momento histórico os modos de fazer são diferentes, o trabalho humano vai tornando-se cada vez mais complexo exigindo mudanças correspondentes às inovações. Através das novas técnicas vemos a substituição de uma forma de trabalho por outra, de uma configuração territorial por outra. (SANTOS, 1997, p. 67)

Tais mudanças são perceptíveis na rotina caiçara. Sua cultura não permaneceu imóvel, havendo inserção de outros valores e conhecimentos nas comunidades, proporcionado, principalmente, pelo crescimento do turismo na região. Em relato, Jadson Santos declara essa divergência entre a cultura local e a cultura externa:

> Tem pessoas que acham que "chega" aqui apertou a maquininha e já caiu o café, sendo que a luz chegou aqui em 2009, eu lembro como se fosse agora, 19 de dezembro de 2009, e nós lutamos "pra" caramba. [...] o turista tem que chegar aqui e pensar na comunidade desprovida de instituição escolar, não de educação, mas de instituição escolar, já que somos muito educados "né", mas também poder contribuir com a nossa cultura. (Jadson Santos, morador da Praia do Sono)

Sabemos que a cultura não é estática e, portanto, é válido ressaltar que os saberes tradicionais passam por transformações que podem contribuir para mudanças no modo de

vida caiçara. Por exemplo, inicialmente os pescadores utilizavam canoas feitas a mão, rústicas, e extraíam a madeira de árvores que eram cultivadas nas roças da comunidade para a sua fabricação. Atualmente, os caiçaras empregam o uso de barcos a motor, o que proporciona maior agilidade em seu trabalho.

A tradição caiçara é entendida como um conjunto de valores, de visão de mundo e de simbologias, de tecnologias patrimoniais, de relações sociais marcadas pela reciprocidade, de saberes associados ao tempo da natureza, de música e danças associadas à periodicidade das atividades de terra e de mar, de ligações afetivas fortes ao sítio e à praia. Essa tradição, herdada dos antepassados, é constantemente re-atualizada e transmitida às novas gerações pela oralidade. É por meio da tradição que são usadas as categorias de tempo e espaço e é mediante essas últimas que são interpretados os fenômenos naturais (DIEGUES, 2004, apud SANTOS, 2013, p. 2).

Sendo assim, mesmo os antigos saberes transmitidos por meio da oralidade e da experiência cotidiana não se apartam dos novos, estes adquiridos devido à necessidade de modificações frente ao avanço das tecnologias. Neste sentido, importa ponderar que os novos saberes foram produzidos a partir da realidade e em conjunto com esses sujeitos.

A resistência é, portanto, um processo de integração econômica, social, política e cultural, o qual se impõe, baseado em uma lógica hegemônica externa às comunidades, novos modos de pensar, viver, comer e ser, que passam a estar presente nelas. É preciso, nesse processo, separar as contribuições e verificar o que pode ou não ser aceito a partir da avaliação das comunidades.

A acessibilidade aos meios de comunicação foi ampliada e, como resultado, a transmissão de diversos valores culturais. Desse modo, as diferentes culturas e os diferentes costumes podem interagir sem a necessidade de uma conexão entre diversos territórios. Os efeitos da globalização estão abrindo as fronteiras, adentrando em diferentes línguas e costumes, criando uma aldeia global única e inteiramente nova. Esta nova situação oferece oportunidades inéditas de prosperidade, mas pode ser extremamente exigente no preparo das organizações e da nação como um todo para delas usufruir. (MENEGHELLI, 2016, p.2)

À medida que trocas vão se dando é possível observar que costumes e valores de comunidades tradicionais ou culturas regionais se mesclam a alguns elementos globais.

Parte da importância desse artigo é justamente mostrar os focos de resistência e manutenção de um estilo de vida muito particular.

Nas duas comunidades estudadas, a da Praia do Sono e de Ponta Negra, percebemos uma estrutura de produção e organização do trabalho geradora de identidade e de pertencimento. No entanto, mesmo este cenário é bastante complexo e contraditório. Concomitantemente, observamos a existência de formas locais de trabalho, como o artesanato, que persiste nos afazeres cotidianos.

As contradições estão no significado atribuído a essas peças para os diferentes grupos que entram em contato com elas. Para os caiçaras elas são formas de manter sua identidade e mostrar seu saber fazer. Já para muitos turistas, o significado está no objeto em si, podendo ser um mero item de decoração. Apesar do comércio das peças para os turistas ser importante fonte de renda, o seu fazer é compreendido neste artigo como ato de re-existência, de reformulação da cultura caiçara, que vive modificações frente a interação com os turistas e com o turismo. Sendo assim, tentamos aqui mostrar a complexidade da situação de acompanhar essas comunidades em seu processo de adaptação e resistência atual.

A vida cotidiana faz com que os produtos do trabalho da comunidade assumam múltiplas funções, sejam meios de produção que sirvam a todos, sejam produtos de decoração para os turistas. Com isso, o trabalho da comunidade, tão importante para a sua cultura e modo de vida, ganha um novo significado frente ao turismo, ao mesmo tempo que seus conhecimentos são igualmente transformados pelo contato. Dada esta situação, os caiçaras pensam e buscam soluções para que os novos desafios de desenvolvimento econômico e social preservem os valores humanos, os costumes e as tradições.

Valorização da cultura e seu caráter contra-hegemônico. Tendo em vista essa crescente aceleração de nosso tempo e a desvalorização das histórias de cada local, é importante promover a valorização dos costumes das comunidades tradicionais. Um caminho para tal é a preservação da memória. Para Cunha, a memória contribui na fixação de experiências na vida individual e coletiva, consistindo nos conhecimentos específicos expressados por diversas gerações.

Tal convívio se configura como sendo uma espécie de processo de comunicação do homem com o meio social em que se insere. Este tipo de processo é observado apenas nos humanos, pois através deste torna-se capaz de produzir e transmitir saberes, permitindo assim que nós possamos nos servir do conhecimento acumulado por nossos antepassados.

Neste sentido, a cultura também pode ser percebida como um processo de preservação da memória social (CUNHA, 2009, p. 38).

A memória é componente essencial para o desenvolvimento da identidade cultural individual e coletiva, devendo ser reconhecida e preservada. Halbwachs cita, "esquecer um período de sua vida é perder contato com aqueles que então nos rodeavam" (1990, p. 32), desse modo, é necessário preservar a memória para que não se perca momentos vividos e que contribuem para a formação da identidade de um povo. Em concordância, Cunha afirma, "a memória configura-se como um bem humano ao qual se confere o valor de legado e herança social, e como tal necessita de curadoria, conservação e preservação para sobreviver às gerações" (2009, p. 40). No caso de comunidades tradicionais essa memória, que passa o saber fazer se constitui como importante instrumento para a conservação da cultura e do meio em que estão.

É importante salientar que conservar a memória de uma sociedade não significa estagnar no tempo, pois segundo Le Goff, "o passado é uma construção e uma reinterpretação constante [...]" (1982, p. 26). Seguindo esse mesmo raciocínio, o autor também cita que "a maior parte das sociedades considerou o passado como um modelo para o presente. Nesta devoção pelo passado há, no entanto, fendas através das quais se insinuam a inovação e a mudança" (1982, p. 179), ou seja, por mais que se preserve m as tradições passadas, nada será repetido da mesma forma, pois acontece em um outro contexto, outro período, com outras pessoas. Além do mais, a própria memória passa por transformações. A respeito disso, Pierre Nora diz:

> A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 09)

Todavia, mesmo a memória sendo frágil e mutável, sua preservação é de suma importância, a fim de impedir que se percam conhecimentos tradicionais e identidades culturais. Por meio do reviver da memória coletiva e de seus mecanismos sociais de preservação é possível compreender quais os elementos que formam a estrutura de uma sociedade , suas tradições, sua moral , seus rituais etc., que são transferidos por várias gerações. No caso, a não preservação da memória da tradição da cultura caiçara contribuirá para a perda da sua identidade cultural, podendo levar a um processo de aculturação.

Dessa forma, a preservação da memória é fundamental para preservar a história de um povo e dar sentido e significado a sua existência. Despertar nas pessoas das próprias comunidades a importância de tal preservação é uma forma de resistência contra a erradicação de sua cultura. Do mesmo modo, reconstruir e transmitir experiências do passado são formas de resistência de um povo.

Halbwachs trata a importância da resistência acerca da memória coletiva:

> Um outro habitante, para quem esses velhos muros, essas casas decrépitas, essas passagens escuras e essas ruas sem saída, faziam parte de seu pequeno universo, e cujas lembranças se ligam a essas imagens, agora apagadas para sempre, sente que toda uma parte de si mesmo está morta com essas coisas e lamenta que elas não tenham durado, pelo menos tanto tempo quanto lhe resta para viver. Esses pesares ou mal-estares individuais, não têm efeito, porque não dizem respeito à coletividade. Um grupo, ao contrário, não se contesta em manifestar que sofre, em indignar-se e protestar na hora. Resiste com todas as forças de suas tradições, e essa resistência não permanece sem efeito. Tenta se manter ou adaptar a um quarteirão ou rua que não são mais para ele, mas sobre o terreno que já foi seu. (HALBWACHS, 1990, p. 137)

Para a preservação da memória e resistência cultural de um povo, são imprescindíveis os relatos orais, bastante comuns nas comunidades tradicionais, e a troca de conhecimentos que estabelecem mínimos comuns.

Assim, entendemos que este artigo tem o papel de auxiliar na preservação das memórias da população caiçara de Paraty. Isto porque ao registrar as histórias pudemos mergulhar no universo das comunidades e estabelecer um diálogo com a academia.

Paralelamente, ao construir as histórias de vida faz-se com que cada narrador se transforme em personalidades centrais dos acontecimentos daquela comunidade e tenha a oportunidade de mostrar suas próprias percepções. Com essa perspectiva, não se pretende forjar "novos heróis", mas apenas comprovar que qualquer colaborador é tão importante como agente histórico quanto os líderes ou os governantes reconhecidos pela "história oficial"... (RIBEIRO, 2007, p.41)

Além dos relatos orais que já ocorrem nas comunidades como forma de preservação da cultura local, o estímulo do cultivar valores em comum, além da confiança na resistência e na ação pela preservação de sua cultura, pode ser visto como atitude positiva.

Outro elemento significativo que pode contribuir para a preservação de culturas locais é o apoio político dos órgãos públicos da cidade. Os movimentos de resistência cultural

local serão mais fortes quando existir a sua volta um ambiente favorável e o suporte das políticas públicas.

> Com isso é preciso destacar como a ação desse movimento social junto às comunidades faz parte do processo de resistência ao avanço homogeneizador do fenômeno da globalização. Essas ações são resposta efetiva para pessoas que sofrem as conseqüências da falta de políticas públicas sérias da gestão neoliberal. (RIBEIRO, 2002, p.63)

Esse apoio político é muito reduzido na comunidade da Praia do Sono. Em entrevista o morador discorre acerca do assunto.

> [...] nós temos o Fórum que tem diversas comunidades, nós somos cinquenta comunidades, nós "tamos" trabalhando praticamente com vinte e poucas comunidades hoje, [...] nós temos doze articuladores na comunidade onde viajam "pra" caramba, nós chegamos de Goiás ontem (dia 2 de agosto) e dia onze já "vai pra" Brasília discutir Turismo de Base Comunitária lá no meio de ministérios. A coisa é assim, só que o município ele "tá" distante dessa nossa discussão, hoje estamos com proposta viável, a proposta de saneamento é viável, é viável e concreta, temos um projeto concreto, o negócio "tá" feito só basta o fomento da prefeitura e eles darem crédito a proposta viável para essa região como a do Turismo de Base Comunitária, que a gente "tá" debatendo o roteiro. Falta um comprometimento do poder público, a palavra é essa. (Jadson dos Santos, morador da Praia do Sono)

Outro importante fator para a resistência da cultura local é a presença de uma liderança nos movimentos de resistência. Quanto mais efetiva for a liderança, maior é a organização do movimento, tendo como papel operar seguindo as decisões e desejos dos moradores das comunidades tradicionais.

Um exemplo de liderança é o presidente da associação de moradores da comunidade da Praia do Sono, que luta e busca soluções para a preservação da tradição e dos interesses da população da comunidade.

> [...] eu sempre fui liderança desde criança, e hoje a gente tem vários movimentos, inclusive eu sou do Movimento Fórum de Comunidades Tradicionais, que tem essa política do território de comunidades caiçaras e principalmente tradicional que discute a política do Brasil todo. O debate que nós fazemos é que o caiçara não abdique da terra que ele vive, mas trazer as políticas de direito deles "pra" que possa fortalecer a regularização fundiária, demarcação e proteção legal que se refere ao território de subsistência, enquanto direito dele e de gerações futuras.
>
> [...] Hoje estou como presidente da Associação de moradores, mas já fui de outras diretorias, eu aceitei no fim do ano passado por vários fatores, mas é um trabalho de todos, tem que ser de todos não só presidente "né".

> [...] Temos um grupo chamado Observatório, um movimento técnico e político, ao mesmo tempo tem os técnicos tem os políticos também, nós somos políticos, nós temos que mudar essa concepção política, política é o que a gente "tá" fazendo aqui agora, [...] pra gente a política é essa e a questão cultural vem em primeiro lugar pra gente. Hoje nós "tamo" com algumas ações dentro do projeto cultural, a gente "tá" com Ponto de Cultura, o Ponto de Cultura em parceria com o Pouso da Cajaíba que é outra comunidade caiçara, e nós fizemos várias ações culturais, só que assim, a gente queria chamar atenção do município de Paraty, nós "tamo" com o Ponto de Cultura e queria "entrar dentro" da escola. Pra gente é assim, discute educação, saúde, cultura, tudo junto, uma coisa influência na outra. (Jadson dos Santos, morador da Praia do Sono)

Esse movimento conta ainda com a educação. Levar os saberes tradicionais para dentro da escola de todo o município paratiense, não apenas das comunidades costeiras, é uma estratégia importante de reconhecimento das comunidades e disseminação de seus saberes.

Paulo Freire discute sobre a importância do reconhecimento e a assunção da identidade cultural, sendo um fator imprescindível na prática educativo-crítica. Para o autor, "a questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado" (2010, p. 41-42). Sabendo da importância da educação na preservação da cultura tradicional, os caiçaras da Praia do Sono tentam a implantação de um ensino diferenciado nas comunidades caiçaras.

> Hoje a gente tem fora da escola "né" uma grande quantidade de crianças com anos pra cima que não estuda, que terminaram o 5º ano e não estão na escola e isso pra gente é muito ruim "né" e são crianças que serão lideranças, serão moradores amanhã aqui e deveriam ser instruídos melhor "pra" poder defender a causa, a terra deles e defender uma reforma da política pública bem interessante "pra" cá. E isso a gente "tá" lutando "pra" que consigamos o ano que vem fazer isso, defender essa causa da educação. Acho que a educação é o pilar, acho não, tenho certeza, é o pilar do país e ela é muito mal direcionada, a organização da educação é muito ruim e isso reflete na vida, na saúde, no turismo, na fragilidade, na droga... Enfim, vários fatores que vão refletir por causa da falta de investimento na educação. E hoje também defendemos a educação diferenciada, não exatamente dentro da escola que você tem que aprender, mas o contexto da sociedade. (Jadson dos Santos, morador da Praia do Sono)

Sendo assim, podemos ver que são muitas as maneiras que as comunidades se organizam para formular e reformular suas memórias e sua cultura. Portanto, é possível entender também que existe m estratégias de negociação estabelecidas para que o modo de vida dos caiçaras, mesmo frente às mudanças, não perca o sentido.

3. Resistências e re-existências: caiçaras e o turismo

Para além das formas trabalhadas, vemos que as celebrações, ritos, festas, músicas, entre outras manifestações culturais, são atos de resistência. Contudo, essas celebrações não acontecem apenas nas comunidades caiçaras, mas em toda a cidade de Paraty, e muitas vezes se tornam eventos públicos, para a recepção de turistas. Nessas ocasiões em que se espetacularia a cultura caiçara, podemos compreender que a mesma celebração de ritos e músicas se transforma em maneiras de re-existência. São reformulações que articulam novos elementos que valorizam e comercializam antigas tradições. Podemos dizer que são rituais em que se encontram o novo e o velho.

Seguem alguns exemplos desses eventos.

- **Ciranda**

A ciranda é uma manifestação muito presente no cotidiano do paratiense. Ela é uma mistura de dança e música, que relatam vivências e costumes caiçaras, através de músicas com um linguajar próprio. Os instrumentos mais utilizados pelos cirandeiros de Paraty são viola, pandeiro, cavaquinho e violão. As letras das músicas cantam os animais e o jeito de viver dos homens e mulheres caiçaras. É dançada em pares e formando uma roda. Atualmente, os grupos de cirandeiros cantam nas ruas e festas da cidade. A população paratiense tem uma relação muito forte com a ciranda, devido a sua presença em muitas festas. Praticamente, todos os moradores da região sabem as letras das canções e dançam as músicas.

- **Fest Juá**

O Fest Juá é uma festividade que reúne os caiçaras para uma competição de futebol entre as comunidades que fazem parte da Reserva Ecológica da Juatinga. É uma estratégia de unificação e estabelecimento de laços entre os moradores da área, podendo ser articuladora de resistências da cultura caiçara. Ao aproximar as comunidades, ela possibilita maior

envolvimento e estabelecimento de diálogos que selecionem objetivos comuns e negociações possíveis.

- **Festival de Inverno**

É um festival que evidencia elementos da cultura caiçara e seus costumes. Durante o festival são elaboradas atividades para crianças, jovens, adultos e idosos. As várias gerações se encontram em oficinas, encenações de teatro e atividades musicais. Ele acontece na Praia do Sono e é destinado a toda população de Paraty e turistas. Oficinas e outras atividades têm participação de outras comunidades de cidades vizinhas.

Essas manifestações são focos de resistência e re-existência da cultura caiçara, que possuem um mesmo objetivo: preservar valores e costumes de forma dinâmica. São resultados de hábitos culturais comuns de diversas comunidades que talvez possam de forma plural estabelecer formas de ser caiçara. Mesmo compreendendo o processo de identificação como não sendo fixo, compreendemos também que se algumas dessas formas de ser forem perdidas, essas comunidades serão apartadas de sua história e identidade cultural.

Assim, o contato com o turismo pode afetar alguns costumes e fortalecer possibilidades de manifestações. O que interessa, mais do que fazer uma leitura dicotomizada e polarizada que defina se ele é "bom ou mau", é compreender como tais comunidades estão formulando e reformulando suas vivências para, em meio a tais negociações, permanecer com suas músicas, danças, ritos, conhecimentos e saberes.

A partir do contato com essas duas comunidades, pudemos compreender que essas manifestações são demonstrações de respeito e amor aos ensinamentos que foram passados por gerações anteriores, e os caiçaras entendem que a identidade de um povo está na sua história e na sua produção cultural.

Considerações finais

Existe uma visão romantizada sobre a vida das populações tradicionais, por viverem em áreas costeiras, praias com águas cristalinas, rodeadas por uma floresta tropical. Parece que vivem em um paraíso sendo essa representação limitada.

O caiçara luta pela sua sobrevivência e pela re-existência de sua cultura frente ao desafio do convívio com o outro e o turismo. Parte das reformulações exigidas estão relacionadas a articulação do crescimento do turismo nas comunidades. É importante que seja algo que auxilie na renda dos moradores, ao passo que permita a manutenção dos modos de ser formulados ao longo de suas existências e o pertencimento. A luta é contínua, assim como as negociações que ela exige entre a cultura, as tradições e os sentidos de vida.

Na fala e na prática cultural caiçara, passagens de suas histórias são reconstruídas, representadas a partir de um novo repertório. Essa reconstrução ganha uma função social que, ao se contrapor a uma intensa presença de uma cultura dominante, tem caráter de insurgência, resistência e re-existência que é capaz de recompor elos identitários e criar modos de viver.

Dessa maneira, compreendemos que o próprio registro da memória e a vontade desses entrevistados em darem seus relatos e se identificarem, pode ser compreendido como um ato de resistência e empoderamento. Contudo, é importante destacar que a memória e as expressões culturais de uma comunidade não podem se confundir com mais uma mercadoria para a sociedade de consumo.

Portanto, preservar a memória e a história da cultura caiçara não significa impedir seu desenvolvimento, mas conservar seus pilares constituintes, mesmo frente aos diálogos existentes, a fim de não perder saberes e costumes que dão fundamento a suas identidades.

Com isso, entendemos que seja fundamental compreender a fala desses homens e mulheres frente a um movimento constante de produção de identidades culturais, como processo de formulações e reformulações. Esse processo não é fixo, m as também não se articula de forma totalmente aleatória, uma vez que se baseia em seus modos de ser. No mais, compreendemos que ao ouvir as narrativas desses sujeitos podemos produzir novos conhecimentos a partir delas e com eles, e não apenas sobre eles, modificando representações estabelecidas historicamente.

Referências

BHABHA, H. K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CUNHA, J. de A. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações: Uma estratégia de preservação da memória, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009

DIEGUES, A. C. S. Diversidade biologica e culturas tradicionais litoraneas: o caso das comunidades Caicaras. Sao Paulo: USP, 1988. 37p.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 2008.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 41º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GEERTZ, C. Studies in peasant life: community and society. Biennial Review of Anthropology, Vol. 2, 1961, p. 1-41. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2949217?casa_token=bwQL-rIobY6MAAAAA%3A57imv1m3DO-JSnA3XVctdBsOmn8F_0f9-5-4FYQsSA_ogrg3oKm799boem1XU-gWyPoWiByW-tuMtQ1Nc6L24kxos871esE_ZNk-fPKOBdnP6Qgo3DZ8OcNJ. Acesso em: 12 fev 2023.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LE GOFF, J. História e Memória. Lisboa: Edições 70, 1982.

MENEGHELLI, L. O ambiente das organizações na era da globalização. In: Publicação do Instituto Catarinense de Pós-Graduação, 2016. Disponível em: https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/1514c5e23e9e9184?projector=1. Acesso em 28 de novembro de 2021.

NORRA, P. Entre memória e História. São Paulo: Projeto História, 1993.

RIBEIRO, S. L. S. Processos de mudança no MST: história de uma família cooperada. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP, 2002.

RIBEIRO, S. L. S. Visões e perspectivas: documento em história oral. Oralidades (USP), n.2-Jul-Dez/2007, p.35 - 44, 2007.

ROCHA, E. do P. Nomes, rezas e anzóis: tradição e herança caiçara, 2005, 101 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

RANGEL, L. A., MARTINS, M. B, e GUERRA, A. J. T. Impactos ambientais causados pela utilização de trilhas na reserva ecológica de Joatinga, Paraty, RJ. I Encontro Fluminense de Uso Público em Unidades de Conservação - UFF/RJ, v. 1 n. 3, 2013. Disponível em: https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28715. Acesso em 13 fev 2023.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, V. C. dos. Populações tradicionais litorâneas: O modo de vida caiçara. Revista de Geografia, s/l, v. 2, n. 2, p, 1-5, 2013.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. SILVA, T. T. (Org.) Identidade diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2014, p. 73-102.

SIMOES, E.; NAVARRO, F. C. S.; BUSSOLOTTI, J. M.; Junior Planejamento Ambiental da Bacia Hidrográfica de Ubatumirim - instrumento de justiça socioambiental. São Paulo: Páginas e Letras, 2016, v.1. 114 p.

SOARES, T. M. S. É da roça: História Ambiental dos caiçaras da Península da Juatinga/RJ e sua relação com a conservação da natureza, 2006, 100 f. Monografia (Graduação em História Ambiental) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Regulação e Accountability: um olhar para o setor de barragens no Brasil

Napiê Galvê Araújo Silva[1]

Lucas Grandi Fernandes[2]

Sâmella Medley Bezerra Teixeira de Lima[3]

Resumo

Este artigo tem como principal foco abordar como se dá a accountability na área de barragens no Brasil com relação ao controle social, prestação de contas e responsabilização, considerando que o exercício da accountability pode impactar direta ou indiretamente na forma de atuação das agências reguladoras. O objetivo geral da pesquisa é identificar as principais formas de accountability no setor de barragens brasileiras e os principais impactos na regulação desse setor. Busca-se identificar um modelo ideal de Agência Reguladora; além da relação desse modelo proposto com a agência reguladora no setor das barragens; bem como realizar o mapeamento das vulnerabilidades da accountability na governança das barragens. Discutir os impactos da regulação e as formas de accountability é relevante, pois a construção de muitas barragens no Brasil tem afetado diretamente muitas famílias, gerando violações de direitos humanos e aumentando desigualdades sociais.

Palavras-chave: regulação; accountability; controle social; barragens; agências reguladoras.

[1] Dr. Ciências Sociais (UFRN) Mestre em Economia (UFC) e Políticas Pública (UECE) Graduado em Economia (UFC); Ciências Sociais (UFC) e Administração Pública (UEC).

[2] Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Ceará (2012) e Especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública. É Analista Administrativo do quadro de servidores efetivos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT desde 2013.

[3] Possui graduação pela Faculdade de Ciências e Tecnologia Mater Christi(2010) e especialização em Gestão de Recursos Humanos pela Faculdades Integradas de Jacarepaguá(2012). Atualmente é Assistente em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Abstract

The main focus of this article is to address how accountability is given in the area of dams in Brazil, in relation to social control, responsibility or transparency, considering that the exercise of accountability can directly or indirectly impact the way regulatory agencies work. The general objective of the research is to identify the main forms of accountability in the Brazilian dam sector and the main impacts on the regulation of this sector. It seeks to identify an ideal model for a Regulatory Agency; identify the relationship of this proposed model with the regulatory agency in the dam sector; and carry out the mapping of accountability vulnerabilities in the governance of dams. Discussing the impacts of regulation and forms of accountability is relevant since the construction of many dams in Brazil has directly affected many families, generating human rights violations and increasing social inequalities.

Keywords: regulation; accountability; social control; dams; regulatory agencies.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo identificar as principais formas de accountability no setor de barragens brasileiras e quais os principais impactos na regulação desse setor enquanto campo de estudo a ser explorado. Dentre algumas denominações atribuídas às diversas abordagens relacionadas à regulação e à accountability, considera-se, para fins deste trabalho, a seguinte temática: o papel das agências reguladoras no Brasil, bem como a sua forma de criação, estrutura, forma de atuação e constituição de seu conselho, pois verifica-se que a atuação de entidades regulatórias provoca a atenção de diferentes áreas do conhecimento, como sociologia, direito, ciência política, economia e administração pública (WINDHOLZ, 2018). Apresentam-se, também, experiências internacionais sobre o tema da regulação, visto que diversos países vêm criando agências reguladoras e executivas, levando ao fenômeno da "agencificação" (POLLITTI, 2002), traduzindo em uma maior complexidade do Estado moderno e trazendo novos desafios à democracia, ao criar domínios controlados por burocracias técnicas com pouca ou nenhuma responsabilização pública (OSLAK, 1998).

Nessa esteira, a discussão sobre a accountability vem dar novas dimensões à democracia. Portanto, considera-se necessário abordar como se dá a accountability na área de barragens no Brasil, no que tange ao controle social, prestação de contas e responsabilização nesse setor. Serão apresentadas as características, relevância e críticas acerca do tema, bem como questões reflexivas acerca dos impactos das ações de

accountability na regulação dessa área no Brasil. Serão realizadas análises de como se dá o exercício na prática e a efetividade da Agência Nacional de Mineração de forma a verificar se ela está coerente com tudo aquilo que se propõe para uma Agência Reguladora, bem como serão explorados os casos recentes de rompimentos de barragens e as ações daquela agência.

Assim, discutir sobre os principais impactos da accountability e as questões regulatórias do setor de barragens brasileiras justifica-se pelo fato de que a construção de muitas barragens no território brasileiro teve um impacto direto, afetando muitas famílias, proporcionando, inclusive, graves violações de direitos humanos, gerando circunstâncias de miséria, acentuando desigualdades sociais, e criando muitas consequências negativas. O Relatório de Segurança de Barragens 2018 (ANA, 2019) aponta a existência de 17.604 barragens cadastradas nos órgãos fiscalizadores (municipais, estaduais e nacional), dessas, 5.086 classificadas por Categoria de Risco e 6.577 por Dano Potencial Associado, sendo que 909 são classificadas nas duas categorias simultaneamente. Nota-se, portanto, que em determinados setores da economia o exercício da accountability pode impactar direta ou indiretamente na forma de atuação das agências reguladoras através da fiscalização, regulação e controle.

Diante disso, o presente artigo estabeleceu como problema de pesquisa: Quais os impactos da accountability e quais os problemas de regulação do setor de barragens no Brasil? Em conformidade com o problema de pesquisa, estabelece-se o seguinte objetivo geral: identificar as principais formas de accountability no setor de barragens brasileiras e quais os principais impactos na regulação desse setor. Para alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos serão: (I) identificar um modelo ideal de Agência Reguladora; (II) identificar a principal agência reguladora no setor das barragens e como ela se relaciona com o modelo ideal apresentado; e (III) mapear as fragilidades da accountability na governança das barragens.

1. Agências Reguladoras no Brasil e a experiência internacional na área de regulação

À medida que o Estado Brasileiro vai crescendo, em busca de atender a sociedade, e avançando em um modelo gerencialista de gestão, com ênfase na busca pela eficiência,

fruto da reforma dos anos 90, identificou-se a necessidade de reduzir o Estado, não com base no pressuposto neoliberal de Estado Mínimo que já tinha se mostrado como irrealista, mas com o argumento de fortalecê-lo, limitando suas funções e investindo em uma maior capacidade de governança, a partir de algumas transformações (BRESSER-PEREIRA, 1997; DE MIRANDA, 2022). Dentre estas, pode-se destacar o processo de privatizações, visando a efetivar a transferência da produção de bens e serviços para a responsabilidade do setor privado; e o fortalecimento da atuação regulatória com a criação das agências, que surgiu da necessidade de um Estado regulador e não mais de um Estado que promovia o desenvolvimento (DA SILVA CORRALO, 2019; SETTI, 2013).

Com o incentivo à privatização, a reforma previa que as empresas poderiam ser reguladas pelo próprio mercado, exceto ao se tratar de monopólios naturais, que exigiram a emergência de processos rígidos de regulação de preços e da qualidade (BRESSER-PEREIRA, 1996). Nesse cenário, surgem as agências reguladoras sob a inspiração das agências internacionais.

Segundo Oliveira (2015) a regulação é uma forma de intervenção indireta do Estado na economia que não se confunde com a atuação empresarial do Estado (intervenção direta). Não se trata, todavia, de simples adoção de uma postura passiva de poder de polícia (na modalidade fiscalizatória), mas sim de uma postura ativa na imposição de comportamentos aos mercados que serão regulados.

Embora inspiradas em modelos internacionais, as agências brasileiras diferem destas em vários aspectos. As agências da França, por exemplo, não seguem um modelo padrão, apresentando variações "desde a forma de sua criação até o regime de investidura de seus membros e sua esfera de competências" (LEAL, 2021, p.28-29). Outra característica é que apesar de possuir as competências regulatórias mais amplas dos setores econômicos, serviços públicos atribuídos à iniciativa privada e proteção dos direitos dos cidadãos frente ao Estado, atua mais na elaboração de pareceres e recomendações, conforme aponta Leal (2021).

As entidades regulatórias norte-americanas possuem o *Administrative Procedure Act*, aprovado em 1946, que rege a atuação das agências na emissão de regulamentos, declarações de políticas, licenças, autorizações e procedimentos judiciais envolvendo demandas geradas por ações das agências, o que levou as agências a publicar suas propostas previamente para que a sociedade, o setor regulado e possíveis interessados exponham suas

manifestações e discussões, possibilitando que os impactos da possível medida regulatória possam ser melhor avaliadas (RAMALHO, 2009; EPA/US).

Conforme Lorini (2018), no Reino Unido as entidades reguladoras são classificadas como departamento não ministerial, e, por esse motivo, não necessitam prestar contas a nenhum ministro. Essa categoria outorga às agências um maior grau de independência, quando comparado aos órgãos da administração direta, sendo, inclusive, utilizado por Leal (2021) como parâmetro de verificação do grau de independência dos modelos brasileiro e português em seu estudo.

No Brasil, de acordo com a página oficial do Governo Federal, existem 10 (dez) agências reguladoras: Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e, apesar de não constar na página oficial do Governo Federal, o Brasil também conta com a Agência Nacional de Mineração (ANM), totalizando 11 (onze) agências reguladoras. Foi realizada uma análise inicial das 10 agências, a partir de um levantamento das estruturas, com base nas leis de criação e regimentos internos das agências, e pôde-se perceber traços em comum que desenham um modelo ideal das agências reguladoras. A ANM será discutida com mais profundidade posteriormente.

As agências reguladoras brasileiras foram, com exceção da ANCINE, criadas por Leis Federais, todas com a natureza de autarquias de regime especial. Com exceção da ANEEL, que não está descrita diretamente na Lei 9427/96, todas as agências possuem autonomia administrativa e financeira, vinculadas a ministérios da República Federativa. Conforme Pimenta (2007), esse formato permite que as entidades reguladoras possam contar com independência sem a intervenção política dos órgãos a que são vinculados, mas não subordinados. "A ideia é que a regulação se faça longe da arena política e de forma isenta, a despeito dos riscos de captura" (PIMENTA, 2007, p. 10).

No que diz respeito às finalidades, a partir dos dados identificados nas Leis de Criação das 10 (dez) agências, pode-se depreender que elas têm o papel de promover a defesa do interesse público, implementar políticas, bem como fiscalizar e regular as

atividades, em sua maioria atividades de monopólio natural. Também, a partir dessas normativas citadas, é possível constatar que existe uma convergência também na forma de organização da diretoria colegiada de oito agências que são compostas por 5 membros (BRASIL, 1999) - a diretoria da ANTAQ é composta por 3 membros (BRASIL, 2001) e a da ANCINE, por 4 (BRASIL, 2001) - nomeados pelo Presidente da República, sendo que as leis de criação de seis dessas entidades explicitam a necessidade da aprovação pelo Senado antes da nomeação.

Para todas as agências, as leis preveem mandatos de 5 anos não coincidentes, sem recondução. Para sete das agências brasileiras, existe a previsão legal de impedimento de que um ex-diretor exerça atividade em setor regulado pela agência pelos 12 meses subsequentes ao término do mandato. Em relação às outras três, a ANA prevê impedimento por 6 meses e para a ANAC e a ANCINE não existe essa previsão.

As leis de criação juntamente com os Regimentos Internos das agências discorrem também sobre as decisões da Diretoria Colegiada, no sentido de que devem ser tomadas por votos de maioria, podendo, em alguns casos, serem precedidas por processos de participação, como a consulta e audiência públicas. A legislação prevê, ainda, Ouvidoria ou nomeação de Ouvidor para todas as agências, quase sempre com nomeação pela Presidência da República.

Apesar das características em comum, e de todas estarem sujeitas às normativas da Lei Federal 13.848/2019, existem questões particulares de cada agência e de sua área de regulação que levam as entidades a resultados diferentes, como apontam Pó e Abrucio (2006) ao abordarem questões relacionadas à formalização legal dos procedimentos, à realização de audiências públicas, em relação a sua frequência e publicidade, e às deficiências relacionadas à ouvidoria desta agência em termos de vacâncias e relatórios de prestação de contas. Outro ponto que consta no estudo de Pó e Abrúcio (2006) é a questão do conselho consultivo. Poucas instituições preveem em seu regimento interno ou na lei de criação, dentre elas a ANATEL, a ANVISA e a ANAC, a instauração de um conselho consultivo formado, de acordo com os regimentos, por representantes da sociedade, das entidades de classes relacionadas à área regulada, dos prestadores de serviço da área e representantes do governo, do Senado e da Câmara dos Deputados. São, em geral, membros não remunerados, com mandato de 3 anos, sem recondução e que é renovado anualmente em 1/3. Já a ANS possui previsão de uma Câmara de Saúde Suplementar, um órgão de

participação institucionalizada da sociedade, de caráter permanente e consultivo, formado, em conformidade com o Art. 13 da Lei 9.961/2000, por representantes da ANS, de alguns ministérios relacionados, por representantes de algumas entidades e conselhos federais da área da saúde, bem como por representantes da defesa do consumidor, de associações de consumidores de planos privados de assistência à saúde e de entidades de portadores de deficiências e patologias.

Considerando todas as características que aproximam e diferem as Agências Reguladoras entre si, Pimenta (2007, p. 10) destaca de uma forma geral a falta de mecanismos que objetivem propiciar "à sociedade se fazer ouvir, levando reclamações, sugestões e denúncias ao conhecimento de um agente independente dentro da estrutura organizativa da entidade".

Já Pó e Abrúcio (2006, p. 266 e 267) apontam para a forma de atuação das agências como uma inovação no setor público que promoveu uma maior accountability na medida em que "ampliou a prestação de contas, a participação dos cidadãos, a explicitação de conflitos de interesses e a responsabilização".

2. Accountability no setor de Barragens no Brasil

O termo accountability não possui uma expressão ou palavra única que o defina na língua portuguesa. De acordo com Pinho e Sacramento (2009) e Oliveira (2012), a palavra pode ser definida como a responsabilidade que o gestor tem de prestar contas pelas ações realizadas. Oliveira (2012) complementa mencionando que no setor público o conceito de accountability vinculado às funções de liderança, "expressa o reconhecimento e a assunção da responsabilidade por ações, decisões e políticas, incluindo a administração, a governança, sob a obrigação de relatar, expor e responder sobre as consequências resultantes" (OLIVEIRA, 2012, p. 16).

Sob outra ótica, o conceito de accountability pode ser visto como sendo um ordenador da democracia, uma vez que a construção de mecanismos de prestação de contas por instituições públicas tem como objetivo certificar o bom funcionamento da democracia, de modo que os servidores públicos respeitem a natureza pública de seus atos, atendendo aos interesses dos cidadãos e permitindo-lhes o acesso à informação para que haja o controle social efetivo (FIGUEIREDO, 2016).

Ainda de acordo com Miguel (2005) e Castro (2011), foi identificado que é comum, nos países onde a democracia está consolidada, o processo de responsabilização dos gestores públicos perante seus atos junto aos cidadãos. Para Castro (2011, p. 512), a accountability possui como um dos significados "uma proteção dos cidadãos às práticas da má gestão". Defende, ainda, assim como Campos (1990), que existe uma relação direta entre o estágio da democracia do país e do desenvolvimento e interesse pela accountability, tendendo a acompanhar os avanços de valores democráticos como igualdade, dignidade humana, participação e representatividade.

Segundo Koppell (2005), a transparência é primordial na accountability, uma vez que é considerada uma ferramenta crítica para a avaliação do desempenho organizacional. Dessa forma, os gestores públicos e organizações são responsáveis por demonstrar suas ações, bem como estão sujeitos a constantes supervisões e questionamentos por parte da sociedade e órgãos de controle.

O'Donnell (1998) traz o termo accountability em duas segmentações: vertical e horizontal. Segundo o autor, a accountability vertical é praticada pelos atores sociais em relação aos atores estatais, um exemplo disso seria a eleição, na qual os cidadãos elegem os seus representantes ou quando isso é feito pelo controle burocrático hierárquico (de cima para baixo). O segundo, accountability horizontal, baseia-se na realização de prestação de contas entre os poderes, caracterizando-se por uma relação entre iguais, realizada principalmente pelos instrumentos de *check and balances*, da vigilância recíproca entre os poderes autônomos do Estado. Ou seja, as agências estatais são responsáveis por avaliar ações e omissões de outras agências, de modo a qualificá-las como delituosas ou não (O'DONNELL, 1998).

Um terceiro tipo de accountability foi apresentado por Peruzzotti & Smulovitz (2002) para agrupar novas formas de controle exercidas pelos meios de comunicação e por organizações não governamentais (ONGs) e é chamada de accountability social.

No âmbito da accountability social no contexto de barragens de resíduos de dejetos minerais no Brasil, verifica-se que a análise do ativismo ao longo do tempo aponta que o contexto posterior ao desastre de Mariana impulsionou o surgimento de novos ativistas. Segundo Carlos (2019), considerando o tempo de participação na Organização da Sociedade Civil/Movimento Social - OSC/MS, constatou-se que a maior parte dos ativistas

começaram a participar do movimento social após o rompimento da barragem de rejeitos das mineradoras.

O desastre ambiental no município de Mariana, ocasionado pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, deflagrou o maior desastre socioambiental do Brasil (FREITAS *et al.*, 2016). O rastro de destruição estendeu-se desde o distrito de Bento Rodrigues, em Minas Gerais, até a foz do Rio Doce e Oceano Atlântico, no Espírito Santo. O desastre comprometeu os ecossistemas terrestre, aquático e marítimo da bacia do Rio Doce e do oceano, deixou vítimas fatais e centenas de atingidos sobreviventes. As consequências foram as mais diversas possíveis, até imensuráveis, seja no espectro ambiental ou humano, seja no material ou imaterial. Os estudos apontam implicações nos estoques pesqueiros, na segurança alimentar e na saúde (LEONARDO *et al.*, 2017); danos aos modos de vida e de subsistência, nas relações de trabalho e na organização social (MILANEZ&LOSEKANN, 2016); perdas de referências de memória e de identidade social (FERREIRA, 2016).

Dessa forma, este estudo centrou-se na Agência Nacional de Mineração – ANM, devido à relevância de sua atuação na fiscalização da área de segurança de barragens no Brasil em atendimento à Política Nacional de Segurança de Barragens, introduzida por meio da Lei n° 12.234, de 20 de setembro de 2010, tendo como principal objetivo a garantia dos padrões de segurança para reduzir a possibilidade de acidentes. Além disso, essa agência reguladora tornou-se o foco deste estudo, uma vez que a mesma ainda é pouco analisada pelos pesquisadores do campo de administração pública, no contexto de accountability, mecanismos e instituições que exercem controle sobre uma entidade autônoma, de modo a garantir uma gestão transparente e responsiva.

Para o cumprimento desse objetivo, a referida lei estabelece instrumentos e metodologias de fiscalização, a fim de que os órgãos reguladores e fiscalizadores tenham condições de monitorar os barramentos existentes sob sua responsabilidade.

3. Metodologia

Para atender ao objetivo de identificar as principais formas de accountability no setor de barragens brasileiras e os principais impactos na regulação desse setor, o presente estudo foi conduzido sob a forma de pesquisa bibliográfica e documental, pois, de acordo com

Martins e Theóphilo (2016), a pesquisa bibliográfica consiste em uma revisão de dados secundários (livros, artigos, dissertações, teses, etc.), assim como a pesquisa documental consiste em analisar documentos produzidos por entidades ou pessoas, mas cujos dados ainda não receberam tratamento estatístico ou quaisquer outras análises qualitativas.

Nesse sentido, os resultados serão apresentados de forma qualitativa, a partir da coleta de informações de fontes secundárias, que serão obtidas através de pesquisa bibliográfica, revisão de artigos científicos, legislação específica do setor estudado e a partir da coleta de informações obtidas através de notícias publicadas relativas às barragens e à regulação do setor.

4. Resultados e Discussões

No setor das Barragens, pode-se identificar a atuação da Agência Nacional de Mineração (ANM), uma agência relativamente nova, pois foi criada em 2017, através da Lei Ordinária nº 13.575/2017. A partir desta Lei de Criação, bem como do Regimento Interno da Agência (Resolução nº 2/2018 e suas alterações), é possível traçar um paralelo com o modelo teórico de agências brasileiras, com base nos pontos coincidentes das características instituídas pela legislação quando da criação e estruturação de cada agência, bem como tomando por base os princípios constitucionais da Administração Pública, e assim perceber em que situações a agência converge ou diverge no que se refere ao modelo posto.

Quadro 1 – Comparativo do Modelo Ideal (a partir da legislação) com a ANM

MODELO IDEAL DE AGÊNCIA BRASILEIRA		ANM
Diretoria Colegiada	5 membros	5 membros
Nomeação	Realizada pelo Presidente da República, porém precisa de aprovação dos nomes pelo Senado	Realizada pelo Presidente da República, porém precisa de aprovação dos nomes pelo Senado
Mandato	5 anos não coincidentes	4 anos não coincidentes
Permite recondução	Não	Sim. Uma vez.
Impedimento de exercer atividade em setor regulado após o término do mandato	12 meses	6 meses
Forma de decisão	Voto de maioria	Voto de maioria
Participação Social	Consulta e Audiência Públicas	Consulta e Audiência Públicas
Ouvidoria	Ouvidor nomeado pelo presidente da República	Não identificada na lei a forma de nomeação

Fonte: Elaboração Própria

Conforme o art 1º da Lei 13.575/2017, a ANM é de natureza autárquica especial, assim como as outras agências brasileiras, também vinculada a um Ministério da República Federativa, a saber, Ministério de Minas e Energia. No que diz respeito à finalidade, também corrobora a finalidade das outras agências, no sentido que pretende promover a gestão dos recursos disponíveis, como também regulação e fiscalização das atividades, conforme consta no Art. 2 da referida lei de criação. No quesito Diretoria Colegiada, na ANM, assim como na maioria das agências brasileiras, a diretoria é formada por 5 membros também nomeados pelo Presidente da República e previamente aprovados pelo Senado (Lei 13.575/2017). Quanto à duração do mandato dos diretores, indo um pouco na contramão do padrão da maioria das agências, a lei de criação da ANM prevê um mandato de 4 anos, não coincidentes, e, também diferente das outras, permite recondução ao cargo, porém uma única vez, o que pode ser consultado no Art. 7 da lei 13.575/2017.

De acordo com o Art. 8, é vedado ao ex-diretor exercer atividade em setor regulado pela ANM pelo período de 6 meses, convergindo apenas com a legislação da ANA, pois o padrão das agências brasileiras é de pelo menos 12 meses sem atuação na área.

Assim como todas as Agências Reguladoras Brasileiras, as decisões na ANM são tomadas por voto de maioria (Art .11, § 2º. Lei 13.575/2017), existindo a previsão de realização de consulta ou audiência pública para os atos normativos "que afetam, de forma substancial e direta, direitos de agentes econômicos do setor de mineração" (Art. 12. Lei 13.575/2017). A legislação também prevê a instituição da Ouvidoria do Órgão.

Como identificado no referencial deste trabalho, no modelo comum de agências reguladoras brasileiras, embasado nas leis de criação e estruturação das agências, para poucas instituições existe a previsão de um conselho consultivo. A ANM não é uma dessas exceções.

Foi possível identificar que todas as agências possuem Ouvidoria, sendo que, de acordo com o site institucional da ANA, o Plenário aprovou, em 7 de abril deste ano, a indicação do seu primeiro ouvidor-geral. É importante ressaltar que, conforme consta na Cartilha sobre orientações para implementação de unidade de Ouvidoria da CGU (2012, p. 19), o ouvidor deve atuar "na mediação dos interesses do cidadão junto às instituições públicas", promovendo "a realização dos direitos dos cidadãos", deve sempre agir "contra a usurpação de direitos ou abuso de poder; contra erros ou omissões; negligências; decisões injustas; tornando a administração pública mais eficiente e transparente, e seus agentes mais responsáveis em suas decisões". Nessa direção, é possível identificar informações públicas através dos Relatórios de Gestão, que são documentos de publicação obrigatória pelos órgãos, que deve ser apresentado ao TCU como relatório anual de prestação de contas institucional. Esses documentos estão disponíveis na seção Transparência e Prestação de Contas das páginas eletrônicas institucionais.

Quadro 2 – Dados de demandas do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Agência Reguladora	Demandas pelo SIC	Tempo Médio de Resposta	Portal de Dados Abertos
ANA	4087		Sim
ANAC	752	10 dias	Sim
ANATEL	2664	13,37 dias	Sim
ANCINE	1102	1468 dias	Sim
ANEEL	2696	65,5 dias	Sim
ANM	664	0,67 dias	Sim
ANP	1060		Sim
ANS			Sim
ANTAQ	924	5,53 dias	Sim
ANTT	877	8 dias	Sim
ANVISA	4359	10,2 dias	Sim

Fonte: Elaboração Própria

Por meio do quadro 2, pretende-se apresentar informações que foram extraídas dos Relatórios de Gestão, informações relacionadas ao atendimento por meio do Serviço de

Informação ao Cidadão (SIC), estabelecido pela Lei 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), embora existam manifestações por outros canais e serviços oferecidos. Como mostra o quadro, não foi possível identificar, de forma clara, as informações nos relatórios da ANS, bem como o tempo médio de resposta da ANA e da ANP. A ANM figura na tabela com o menor tempo médio de resposta, no entanto, também registra a menor demanda anual, mas que pode ser relativamente alta quando se entende que é uma agência que não atua para a população de forma geral, como a ANS, ANATEL, ANEEL e outras. A ANM opera na regulação de um setor muito específico, limitado a um público reduzido.

Quanto ao Portal de Dados Abertos, todas as agências disponibilizam, em conformidade com a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, a informação de que dentre os objetivos descritos no art. 1º do Decreto 8.777/2016 estão: "promover a publicação de dados sob a forma de dados abertos; aprimorar a cultura de transparência pública; e franquear aos cidadãos o acesso, de forma aberta, aos dados produzidos ou acumulados pelo Poder Executivo Federal".

Quadro 3 - Canais de comunicação das Agências Reguladoras

Agências	Telefone	Whatsapp	Formulário Eletrônico	E-mail	Chat	Presencial	Correspondência
ANA	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim
ANAC	Sim		Sim		Sim	Sim	
ANATEL	Sim		Sim			Sim	
ANCINE			Sim	Sim		Sim	Sim
ANEEL	Sim		Sim	Sim	Sim	Sim	
ANM	Sim	Sim	Sim			Sim	
ANP	Sim		Sim			Sim	Sim
ANS	Sim		Sim			Sim	
ANTAQ	Sim	Sim	Sim	Sim		Sim	Sim
ANTT	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
ANVISA	Sim		Sim		Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaboração Própria

Sobre os canais de comunicação disponibilizados pelas agências, foi possível identificar nos Relatórios de Gestão, juntamente com as informações coletadas nos Sites Institucionais das Agências na seção Ouvidoria, a utilização de sete tipos de canais de atendimento, sendo que apenas a ANTT disponibiliza informações claras sobre a utilização

dos sete canais, facilitando a comunicação com o usuário. Sobre a ANM só foi possível localizar informações sobre quatro canais (telefone, whatsapp, formulário eletrônico e presencial).

Conforme citado no referencial, a legislação das agências definiu previamente formas de participação social, como audiências e consultas públicas. Alguns dados, apesar de escassos, puderam ser localizados no Relatório de Gestão, e sites das agências, na área de Participação Social, e estão descritos no Quadro 4.

Quadro 4 - Participação social

Agências	Audiências Públicas	Consultas Públicas	Reuniões Participativas	Tomadas de Subsídios
ANA		8		
ANAC		26		Aparentemente aconteceram, mas não foi possível localizar informações quantificadas*.
ANATEL		84		
ANCINE		10		
ANEEL	12	78		12
ANM	1	4	Aparentemente aconteceram, mas não foi possível localizar informações quantificadas*.	8
ANP				
ANS				
ANTAQ	20	8		8
ANTT	12	2	2	7
ANVISA	Aparentemente aconteceram, mas não foi possível localizar informações quantificadas*.	Aparentemente aconteceram, mas não foi possível localizar informações quantificadas*.		1

Fonte: Elaboração Própria

Sobre o quadro 4, é importante destacar que a ANM e a ANTT foram as únicas agências que exploraram as quatro formas de participação social no processo decisório, apesar da escassez de dados.

Uma questão a ser levantada é que embora a ANM tenha se enquadrado em um modelo razoável e mais próximo do padrão das agências brasileiras, um relatório do TCU apresentou uma série de situações que merecem atenção.

Em 2018, uma auditoria operacional do TCU foi realizada sob a coordenação da Secretaria de Relações Institucionais de Controle no Combate à Fraude e Corrupção (SECOOR), para avaliar se as medidas de controle para prevenção e detecção de fraudes e corrupção pelos órgãos do Poder Executivo Federal são compatíveis com seus respectivos poderes econômicos e de regulação. De um universo de 287 (duzentos e oitenta e sete) órgãos, seis foram selecionados para avaliação *in loco*, dentre elas a ANM. O Relatório de Auditoria RA 010348/2018-2 apresenta os resultados a seguir.

Com relação à nomeação de dirigentes, não foram encontrados achados específicos, pois a seleção não é realizada diretamente pelo órgão, porém o relatório destaca como boa prática o fato de que a nomeação para os maiores cargos da Administração Pública Federal passa pela avaliação da Casa Civil e esta utiliza-se do Sistema Integrado de Nomeações e Consultas – SINC, que é um sistema eletrônico que consulta diversas informações sobre o candidato, incluindo registros judiciais, administrativos, inquéritos, processo administrativo disciplinar - PAD e sindicâncias, para verificar se há impedimentos legais para a nomeação. Ainda sobre essa questão, o relatório aponta três fragilidades que também estão além da gestão da agência: a ausência de critérios estabelecidos, perfil profissional e procedimentos gerais, conforme é determinado pela Lei 13.346/2016; o fato de que a Casa Civil não consulta o banco de dados da Comissão de Ética Pública – CEP; e, por fim, que os registros mantidos pela CEP são encontrados em planilha do Excel, o que não garante a autenticidade e integridade dos registros. Essa ausência de critérios mínimos e objetivos aumenta e facilita a exposição da agência a casos de fraude e corrupção.

Em um segundo quesito, constatou-se também que não existem proibições quanto a situações relacionadas a nepotismo e conflito de interesse, quando da admissão de novos colaboradores e gestores e nem existe determinação que obrigue os mesmos a manifestarem ou registrarem circunstâncias associadas.

Em relação à Gestão de Riscos e Controles Internos, o TCU observou que 80% das instituições com alto Poder Econômico e 51% das instituições com alto poder de Regulação "ainda permanecem em níveis iniciais em relação à implantação de gestão de riscos e controles internos"(BRASIL, 2018, p.15). Também observou que 86% das instituições com maiores poderes econômicos e de regulação "não passaram do estágio inicial da implantação de controles detectivos de fraude e corrupção"(BRASIL, 2018, p.17). A avaliação *in loco* das instituições auditadas revelou que a ANM ainda não possuía uma gestão

de riscos eficaz, a partir dos seguintes dados: "as decisões críticas que demandam segregação de funções não estão identificadas"; "não estão definidos diretrizes e critérios para essa segregação"; "diretrizes e limites para exposição a risco não estão definidos"; "critérios de avaliação de riscos institucionais e de fraude e corrupção não estão definidos"; "não existem controles proativos de detecção de transações incomuns"; e "os processos considerados críticos para o alcance dos objetivos institucionais não estão identificados"(BRASIL, 2018, p.17). Um ponto positivo que foi destacado como boa prática é que a ANM, através de sistemas indicadores de situação de fraude e corrupção e também com o auxílio de sistemas, procura detectar atividades fraudulentas, através de análise de dados e de outras ferramentas tecnológicas.

No tocante à Gestão da Ética e do Programa de Integridade, pode-se destacar que a ANM não possui um código de ética e conduta próprio, aplicando-se o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo (Decreto 1.171/1994), mas não realiza ações específicas para promover a ética e não exige no ato de investidura na função pública um termo de compromisso e de adesão às regras desse código de ética, agindo em desacordo com o art. 15 do Decreto 6.029/2007. A ANM também não estabeleceu formalmente a responsabilidade pelo acompanhamento, monitoramento e gestão do programa de integridade.

Outro resultado verificado pelo TCU é que a auditoria interna das instituições pouco atua na avaliação de riscos de fraude e corrupção, indo na contramão do modelo proposto pela Instrução Normativa - CGU 3/2017 e pelo RCFC/TCU, que indica que a auditoria atuaria como uma terceira linha de defesa da gestão no âmbito do controle interno, avaliando se os controles implementados são adequados para solucionar os desvios. Na ANM, por exemplo, não existe previsão que proíba os auditores internos de se envolverem em atividades que possam caracterizar cogestão, nem existe incumbência para a Auditoria Interna avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria dos processos de controle de riscos de fraude e corrupção. Os Planos Anuais de Auditoria Interna de 2017 e 2018, bem como os trabalhos realizados em 2016 não indicam ações de avaliação ou consultoria relacionadas ao processo de gestão de riscos, e nem atuação na área de governança organizacional, nem controle de elementos críticos e gestão de ética ou integridade.

No que diz respeito à transparência e accountabilty, o TCU avaliou o modelo de Dados Abertos das instituições e pôde comprovar um grande progresso no geral. Na ANM,

apesar da agência promover a publicação dos dados, não foram definidos "critérios, diretrizes e limites para relacionamento com todas as partes interessadas (internas e externas à organização)"(BRASIL, 2018, p.22) e "não havia avaliação da satisfação de todas as partes interessadas com as informações prestadas"(BRASIL, 2018, p.22). Também não existiam mecanismos para garantir a qualidade das informações.(BRASIL 2018)

A partir das informações elencadas acima, vê-se a necessidade de investigar, na prática, se esse design tem sido eficiente, de que forma a accountability se apresenta e os impactos dessa regulação no setor.

No que tange à fragilidade do controle social na governança das barragens, pode-se perceber a invisibilidade da voz dos atingidos. Embora existam alguns movimentos, o mais forte e consistente em termos de comunicação é o MAB (Movimento Atingido por Barragens), e, portanto, verifica-se que a maioria das publicações que circulam são produzidas pelo MAB. Isso resulta em praticamente apenas um grupo intervindo em nome de todos os atingidos (LOCATELLI, 2011).

Ainda, de acordo com Costa (2019), é possível verificar a fragilidade da participação popular frente aos empreendimentos minerários nas audiências públicas, em que as empresas mineradoras apresentam propostas de valores vultosos, demonstrando apenas as vantagens de aumento da oferta de emprego e renda com a chegada das atividades de mineração no local, apresentando linguagens técnicas e científicas de difícil entendimento ao brasileiro médio, chegando ao ponto de, em uma dessas audiências públicas mineiras[2] o município, que vem sofrendo com um possível rompimento, estar representado por uma quantidade de cidadãos menor que a metade dos representantes que estavam a trabalho (colaboradores das empresas, funcionários públicos em expediente...). Depois de quatro horas de audiência, nenhuma ação foi estabelecida, nenhum dos planos[3] solicitados vieram a público, dados públicos requeridos não foram apresentados e a população mais uma vez permaneceu ignorante, demonstrando que a ocorrência das audiências públicas por si só não vem garantindo a participação popular para que a comunidade seja ouvida e atendida em seus anseios.

2 http://www.itabirito.mg.leg.br/institucional/noticias/camara-promove-audiencia-publica-sobre-201cimpactos-da-exploracao-mineraria-em-itabirito201d

3 (Planos de Ação de Emergência – PAE, Plano de Ação de Emergência em Barragens da Mineração – PAEBM, Plano Ambiental de Fechamento de Mina – PAFEM, Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD)

A autora demonstra também que a legislação brasileira é da década de 1960 e não acompanha as regulações do mercado internacional. Faz a reflexão do porquê de um país de tradição mineral não ter um marco regulatório condizente com as práticas contemporâneas. Conclui que no Brasil nos deparamos com uma relação peculiar entre a criação das normas e sua fiscalização e o atendimento a interesses particulares frente às questões sociais, ambientais e econômicas, estabelecimento de um regime de controle ambiental da indústria extrativa mineral no Brasil, pode ser identificado com a noção de regulação capturada, definida como "um controle de facto do Estado e suas agências regulatórias pelos interesses 'regulados'" (MATTLI & WOODS, 2009, p. 10).

Euclydes *et al.* [s.d]) investigaram o rompimento da Barragem do Fundão em Mariana-MG e, a partir da análise do Termo de Transição e Ajustamento de Conduta bem como da análise de informativos do movimento e entrevistas, foi possível identificar essa falta de voz dos principais interessados. O termo foi compactuado pelos governos, autarquias federais e estaduais e empresa envolvidos, não tendo o envolvimento ou consentimento dos atingidos, que poderiam contribuir com seu conhecimento local na tarefa de reconstrução e prevenção de novos acidentes, bem como na ausência de respaldo dos Ministérios Públicos, ato necessário à realização de um acordo Extrajudicial. Foi assinado um acordo para a criação de uma Fundação de caráter privado: a fundação Renova, essa financiada pela Samarco e suas mantenedoras, com autonomia financeira e gerencial. A fundação recebeu poder incompatível na situação, podendo negar pedidos em relação a indenizações e compensações das vítimas. O Termo também estabeleceu a governança institucional, criando um Comitê Interfederativo, composto por 12 representantes de órgãos executivos federais, estaduais e dos municípios envolvidos, e o "Painel Consultivo de Especialistas", formado por 3 membros: um indicado pela Fundação Renova, outra pelo Comitê e a terceira por acordo entre as duas partes. Ainda sobre o monitoramento, o Termo previu que as empresas de auditoria seriam selecionadas e remuneradas pela Fundação Renova.

Um dos problemas relatados no trabalho é que a maioria dos funcionários da fundação era de ex-contratados da Samarco, empresa responsável pelo crime corporativo e responsável pelo financiamento da fundação, o que pode gerar conflito de interesses, além de ter gerado muitas críticas, até que a fundação mudou as formas de recrutamento para

encontrar profissionais com perfil técnico. No entanto, nunca houve contratação de atingidos, sob o argumento de que era necessário manter a neutralidade.

Outra questão destacada no trabalho é que a empresa passou a adotar uma prática de pulverização de ações e cotas da empresa, dificultando a responsabilização pelos atos praticados. Além disso, destaca-se a estratégia de desresponsabilização da mineradora que, juridicamente, buscou recorrer, até as últimas instâncias, às diversas autuações feitas pelos órgãos ambientais. Com essa estratégia, até agosto de 2017 a empresa pagou apenas 1% do valor de multas ambientais relacionadas ao desastre.

Retomando a atuação do governo na área de barragens, Locatelli (2011, p. 376) afirma que este "assumiu um papel de fixador das regras gerais"… "e transferiu para o empreendedor-concessionário as questões executivas, que afetavam diretamente a população atingida."; Silva e Silva (2020, p. 258), em sua pesquisa, concluíram que além da falta de regulação dos direitos dos atingidos, percebe-se uma "forte regulação dos direitos das empresas", os interesses da empresa tendendo a sobrepor os interesses da população, produzindo a assimetria de poder e minimizando a accountability através do controle social.

Considerações Finais

Os resultados oriundos deste estudo comprovam que o Brasil não possui um marco regulatório na área de mineração atualizado e condizente com as práticas internacionais. Foi possível observar que as agências reguladoras, embora tenham muitos pontos em comum, possuem legislações próprias e algumas diferenças em suas estruturas, a exemplo dos mandatos dos diretores e prazo de vedação ao ex-diretor em exercer atividade em setor regulado pela respectiva agência. A partir dessas características em comum, foi possível delinear um modelo padrão, o qual chamamos de ideal, de Agência Reguladora, em que a ANM se encaixa na maioria de suas características.

Além disso, este artigo procurou demonstrar as características regulatórias nas atividades de barragens de rejeitos sólidos provenientes das atividades de mineração, bem como faz uma análise de como se dá o controle social, que faz parte da democracia, da administração pública e das políticas públicas, sendo importante instrumento capaz de reforçar a participação das populações atingidas pelos desastres ocorridos ou as populações que possuem potencial de serem atingidas.

Conforme verificado, a fragilidade do controle social na governança das barragens é comprovada pela invisibilidade das comunidades atingidas nas negociações e celebração dos acordos, demonstrando que o Termo de Transição e Ajustamento de Conduta (TTAC) foi firmado por apenas duas partes interessadas: "governantes" e "empresas envolvidas". Como não foram inseridas as populações afetadas, verifica-se aqui um tripé incompleto, demonstrando que houve ausência da accountability vertical e até mesmo social, o que tende a aprofundar as assimetrias que prejudicam a equidade dos acordos entre as partes envolvidas.

Essas conclusões não esgotam o tema tratado neste trabalho, fazendo com que devam ser estimulados os interessados no assunto a uma reflexão sobre a fragilidade detectada da accountability vertical e social na área de barragens ligadas à atividade de mineração no Brasil, uma vez que os próprios mecanismos existentes hoje na legislação brasileira que permitem a participação social não têm surtido o efeito desejado nem têm sido ferramentas efetivas de controle social.

Logo, estudos que decorram deste trabalho podem dar maior enfoque a estes fatores, ou mesmo abranger um leque maior de populações atingidas por atividades de empresas privadas relacionadas a barragens não apenas de rejeitos sólidos, mas também rejeitos líquidos que estejam sob a jurisdição de mais órgãos dos governos federal e estaduais. Dessa forma, poderemos contribuir para a reflexão e aperfeiçoamento da atividade regulatória e ampliação do controle social.

Referências

Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM). Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). 2022. *Plenário do Senado aprova Ricardo de Andrade como primeiro ouvidor-geral da ANA*. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/plenario-do-senado-aprova-ricardo-de-andrade-como-primeiro-ouvidor-geral-da-ana.

BRASIL. *Resolução n. 76, de 24 de setembro de 2019*. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.gov.br/ana/pt-br/todos-os-documentos-do-portal/documentos-gges/regimento-interno.pdf/view. Acesso em: 23 jan. 2022.

BRASIL. ANAC. *Resolução n. 381, de 14 de junho de 2016*. Diário Oficial da União. Disponível em: https://pergamum.anac.gov.br/arquivos/ra2016-0381.pdf. Acesso em: 23 jan. 2022.

BRASIL. ANATEL. *Resolução n. 612, de 28 de abril de 2013*. Diário Oficial da União, 02 de maio de 2013. Disponível em: https://informacoes.anatel.gov.br/legislacao/index.php/component/content/article?id=450. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. ANCINE. *Resolução de Diretoria Colegiada n. 59, de 01 de abril de 2014*. Diário Oficial da União: Seção 1, 03 de abril de 2014, p. 5. Disponível em: https://www.gov.br/ancine/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes-diretoria-colegiada/resolucao-no-59. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. ANM. *Resolução n. 2, de 11 de dezembro de 2018*. Diário Oficial da União: Seção 1, 14 de dezembro de 2018, p. 70. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55221334/do1-2018-12-14-resolucao-n-2-de-12-de-dezembro-de-2018-55221038. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. ANP. *Portaria n. 265, de 09 de setembro de 2020*. Diário Oficial da União, 11 de setembro de 2020. Disponível em: https://atosoficiais.com.br/lei/regimento-interno-anp-anp?origin=instituicao. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. ANS. *Resolução Regimental n. 01, de 16 de março de 2017*. Disponível em: https://www.ans.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&task=TextoLei&format=raw&id=MzM5MA==#revogacoes. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. ANTAQ. *Resolução n. 3.585, de 17 de agosto de 2014*. Diário Oficial da União, 25 de agosto de 2014. Disponível em: https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/228129-regimento-interno-da-aguncia-nacional-de-transportes-aquaviurios-antaq-aprovar-o-regimento-interno-da-aguncia-nacional-de-transportes-aquaviurios-antaq-na-forma-do-anexo-de.html#:~:text=1%C2%BA%20%2D%20Constitui%20objeto%20deste%20Regimento,13%20de%20fevereiro%20de%202002. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. ANTT. *Resolução n. 5.810, de 02 de maio de 2018*. Diário Oficial da União: Seção 1, 10 de maio de 2018, p. 80. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/13773008/do1-2018-05-10-resolucao-n-5-810-de-3-de-maio-de-2018-13773004. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. ANVISA. *Resolução - RDC n. 585, de 09 de dezembro de 2021*. Diário Oficial da União: Seção 1, 15 de dezembro de 2021, p. 295. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-585-de-10-de-dezembro-de-2021-367536548. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. *Decreto no 8777/2016*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm> Acesso em: 6 maio 2022.

BRASIL, Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. *Cartilha Orientações para Implantação de uma unidade de ouvidoria*. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/ouvidoria/arquivos/ogu-implantacao-unidade-ouvidoria.pdf Acesso em: 5 maio 2022.

BRASIL. MME. *Portaria n. 349, de 27 de novembro de 1997*. Diário Oficial: Seção 1, 02 de dezembro de 1997, p. 28286. Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/cedoc/prt1997349mme.pdf. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 9.478, de 05 de agosto de 1997*. Diário Oficial da União, 07 de agosto de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9478.htm. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 10.233, de 04 de junho de 2001*. Diário Oficial da União, 06 de junho de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10233.htm. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 11.182, de 26 de setembro de 2005*. Diário Oficial da União, 28 de setembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11182.htm. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 12.234, de 19 de setembro de 2010*. Diário Oficial da União, 21 de setembro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12334.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.334%2C%20DE%2020%20DE%20SETEMBRO%20DE%202010.&text=35%20da%20Lei%20no,17%20de%20julho%20de%202000.&text=DISPOSI%C3%87%C3%95ES%20GERAIS-,Art.,Seguran%C3%A7a%20de%20Barragens%20(SNISB). Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 13.848, de 24 de junho de 2019*. Diário Oficial da União, 26 de junho de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13848.htm. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 13575, de 25 de dezembro de 2017*. Diário Oficial da União, 27 de dezembro de

2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13575.htm. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 9.427, de 25 de dezembro de 1996*. Diário Oficial da União, 28 de setembro de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9427cons.htm. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 9.472, de 15 de julho de 1997*. Diário Oficial da União, 17 de julho de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9472.htm. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 9.782, de 25 de janeiro de 1999*. Diário Oficial da União, 27 de janeiro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9782.htm. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 9.961, de 27 de janeiro de 2000*. Diário Oficial da União, 29 de janeiro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9961.htm#:~:text=LEI%20No%209.961%20DE%2028%20DE%20JANEIRO%20DE%202000.&text=Cria%20a%20Ag%C3%AAncia%20Nacional%20de,ANS%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.&text=Art.&text=2o%20Caber%C3%A1%20ao%20Poder,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico.. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 9.984, de 16 de julho de 2000*. Diário Oficial da União, 18 de julho de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9984.htm. Acesso em: 23 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n 12.527 de 18 de novembro de 2011*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 5 maio 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Medida Provisória n. 2.228-1, de 05 de setembro de 2001*. Diário Oficial da União, 10 de setembro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2228-1.htm. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União – TCU. *Relatório de Auditoria nº 010348/2018-2 – Plenário*. Disponível em: <https://tcu.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/649373859/relatorio-de-auditoria-ra-ra-1034820182/inteiro-teor-649373869> Acesso em: 6 maio 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Estratégia e estrutura para um novo Estado.* Brazilian Journal of Political Economy [online]. 1997, v. 17, n. 3, pp. 343-357. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-31571997-0944. Epub 04 Jul 2022. Acesso em: 13 Março 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Da administração pública burocrática à gerencial.* Revista do Serviço Público, v. 47, n. 1, p. 7-40, jan-abr 1996. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/702/550. Acesso em: 28 jul. 2021.

CAMPOS, A. M.. *Accountability:* quando poderemos traduzí-lo para o português.

Revista de Administracao Publica, 24(2), p. 32–50, 1990.

CARLOS, Euzeneia. *Mobilizando a sociedade civil*: inovação organizacional e repertórios de confronto no desastre do Rio Doce. Revista Psicologia Política, n. spe, p. 08-28, 2019. ISSN 2175-1390.

CASTRO, D. P. D.. *Auditoria, contabilidade e Controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão:* contabilidade, orçamento e auditoria e organização dos controles internos, como suporte a governança corporativa. (4th ed.), Atlas: São Paulo, 2011.

COSTA, Kelly C.. *Controle social na mineração por meio da participação popular:* construção e aplicação do Plano Ambiental de Fechamento de Mina – PAFEM. Disponível em: http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562972827_ARQUIVO_ENANPEGE8.4.pdf. Acesso em: 28 mai. 2022.

DA SILVA CORRALO, Giovani. *Silêncio, eficiência e eficácia nas administrações municipais brasileiras*. A&C-Revista de Direito Administrativo & Constitucional, v. 19, n. 76, p. 253-269, 2019. http://dx.doi.org/10.21056/aec.v19i76.1039. Disponível em: http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1039. Acesso em: 29 jul. 2021.

DE MIRANDA, Daniel Estevão Ramos. *A contribuição de Bresser-Pereira para a (re) construção intelectual do Estado brasileiro*. Agenda Política, v. 10, n. 2, p. 112-137, 2022. Disponível em: https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/download/741/393 Acesso em: 13 mar. 2023.

EUCLYDES, Fillipe Maciel; DA FONSECA, Francisco Cesar Pinto; PEREIRA, Jussara Jéssica. *Assimetria de Poder e Fragilidade Institucional:* O Panorama do Controle Social após o Rompimento da "Barragem de Fundão" em Mariana-MG. [s.d]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351094268_Assimetria_de_Poder_e_Fragilidade_Institucional_O_Panorama_do_Controle_Social_apos_o_Rompimento_da_Barragem_de_Fundao_em_Mariana-MG . Acesso em: 28 mai. 2022.

EPA - UNITED STATES ENVIROMENTAL PROTECTION AGENCY. *Summary of the Administrative Procedure Act.* Disponível em: https://www.epa.gov/laws-regulations/summary-administrative-procedure-act. Acesso em: 24 fev. 2022.

FERREIRA, S. (2016). *Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce. In:* B. Milanez& C. Losekann (Orgs.), Desastre no vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição (pp. 267-307). Rio de Janeiro: Folio digital: Letra e Imagem.

FIGUEIREDO, N. S. *O papel da sociedade civil organizada e da transparência no controle social em governos locais*. Brasília, 2016 Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Brasília.

FREITAS, Carlos Machado de; SILVA, Mariano Andrade da; MENEZES, Fernanda Carvalho de. *O desastre na barragem de Mineração da Samarco: Fratura exposta dos limites do Brasil na redução de risco*

de desastres. Cienc. Cult. São Paulo. V. 68, n. 3, p. 25-30. Sept. 2016. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0009-67252016000300010&lng=en&nrm=iso Acesso em: 6 mar 2022.

GOVERNO FEDERAL. *Agências Reguladoras.gov.br.* 2020. Disponível em: https://www.gov.br/ouvidorias/pt-br/cidadao/lista-de-ouvidorias/agencias_reguladoras. Acesso em: 23 fev. 2022.

KOPPELL, Jonathan G. S.. *Pathologies of Accountability:* ICANN and the Challenge "Multiple Accountabilities Disorder". Public Administration Review, v. 1, p. 94-108, jan/fev 2005.

LEAL, Murilo Provençano dos Reis. *A autonomia das agências reguladoras, um paralelo entre o Rio de Janeiro e Portugal.* 2021 Dissertação (Direito - Especialização em Ciências Jurídico Políticas) - Universidade Portucalense. Disponível em: http://repositorio.uportu.pt:8080/bitstream/11328/3880/1/exemplar_2264.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022.

LOCATELLI, Carlos Augusto. *Comunicação e barragens: o poder da comunicação das organizações e da mídia durante a implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil).* 2011. Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

LORINI, Lucas Parreira. LORINI, Lucas Parreira. *A ARSESP e agências reguladoras do Reino Unido: um estudo comparado*. 2018. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/20692/Artigo_MPGPP_LucasLorini_revisado_v2.pdf. Acesso em: 3 mar. 2022.

MATTLI, Walter; WOODS, Ngaire. *The Politics of Global Regulation*. 2009. Princeton University Press, 2009. JSTOR, Disponível em: http://www.jstor.org/stable/j.ctt7rgmj. Acesso em: 28 Mai. 2022.

MARTINS, GILBERTO DE ANDRADE; THEÓPHILO, CARLOS RENATO. *METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA PARA CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS*. 3. ED. SÃO PAULO: ATLAS, 2016.

MIGUEL, L. F.. *IMPASSES DA ACCOUNTABILITY:* DILEMAS E ALTERNATIVAS DA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 25, P. 25–38, 2005.

MILANEZ, B (Org.); LOSEKANN, C (Org.). *Desastre no vale do Rio Doce:* Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

O'DONNEL, G. *Accountability horizontal e novas poliarquias.* Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 44, p. 27-54, 1998.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. *Novo Perfil da Regulação Estatal Administração Públ. de Resultados e Análise de Impacto Regulatório*. Grupo GEN, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6746-8/. Acesso em: 20 fev. 2022.

OSLAK, O. *Estado e sociedade:* novas regras de jogo? *In*: DINES, A. *et al. Sociedade e Estado*: *superando fronteiras*. São Paulo: Edições Fundap, 1998.

PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ, Catalina. *Accountability social:* la outra cara del control. *In*: PERUZZOTTI, Enrique & SMULOVITZ, Catalina (Org). *Controlando la política:* ciudadanos e medios em lasnuevas democracias latino-americanas.. Buenos Aires: TEMAS, 2002, p. 23-52.

PIMENTA, Shirley Guimarães. *Agências Reguladoras Brasileiras e a Questão da Assimetria de Informação*. *In:* I ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO. 2007. Anais eletrônicos [...] Florianópolis, 2007. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enadi363.pdf. Acesso em: 15 fev. 2022.

PINHO, J. A. G; SACRAMENTO, A. R. S. *Accountability:* já podemos traduzi-la para o português?. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, RJ, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, nov/dez 2009.

POLLITTI, C. *Understanding public management reform*. São Paulo, 2002.

PÓ, Marcos Vinicius; ABRUCIO, Fernando Luiz. *Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras:* semelhanças e diferenças. Revista de Administração Pública, n. 40, p. 679-698, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/kbfYjBY7wrTrB6CYF9PrRnK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 fev. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar. *Metodologia do trabalho científico:* métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013, 2. Ed.

RAMALHO, Pedro Ivo Sebba. *Insulamento burocrático, accountability e transparência:* dez anos de regulação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Revista do Serviço Público, v. 60, p. 337-364, 2009. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/30/27. Acesso em: 3 mar. 2022.

SETTI, Gabriel. *Do patrimonialismo ao gerencialismo:* características, avanços e retrocessos da administração pública brasileira. *In:* CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, n. 7. 2013, Bogotá: ALACIP. Disponível em: https://alacip.org/cong13/266-setti-7c.pdf. Acesso em: 29 jul. 2021.

SILVA, E. L. E .; SILVA, M. A. DA .. *Segurança de barragens e os riscos potenciais à saúde pública. Saúde em Debate*, v. 44, n. Saúde debate, 2020 44(spe2), p. 242–261, jul. 2020.

WINDHOLZ, E. *Governing through regulation:* public policy, regulation and the law. New York/London: Routledge, 2018.

As controvérsias dos riscos associados às barragens de rejeitos da mineração – Uma análise sobre as implicações das Zonas de Autossalvamento em Antônio Pereira/MG

Ana Paula Leal Pinheiro Cruz[1]

Resumo

Este artigo analisa as controvérsias sociotécnicas em torno dos riscos associados às barragens de rejeito da mineração e os desdobramentos que se seguem com as implantações das Zonas de Autossalvamento (ZAS), tomadas como medida de precaução após os últimos rompimentos em Minas Gerais em 2015 e 2019. Destacam-se os atores envolvidos, suas inter-relações e as disputas que os perpassam, bem como as técnicas e conceitos que os mesmos mobilizam. As considerações aqui presentes são referentes à barragem do Doutor, localizada em Antônio Pereira, MG, da mineradora Vale S.A. que passa pelo processo de descomissionamento, gerando uma série de remoções e de conflitos com a comunidade. Através do mapeamento das controvérsias, apresentam-se os atores e as disputas em torno dos riscos associados à barragem e a ZAS, revelando um cenário de desacordos, falta de transparência empresarial, que leva medo e insegurança à população atingida.

Palavras-chave: Zonas de autossalvamento; barragens de rejeito da mineração; controvérsias sociotécnicas; risco iminente.

[1] Doutoranda em Ambiente e Sociedade NEPAM/IFCH/Unicamp. E-mail: anapaulalealpc@gmail.com

Abstract

This article analyzes the socio-technical controversies surrounding the risks associated with mining tailings dams and the developments that follow with the implementation of the Self-Rescue Zones (ZAS), taken as a precautionary measure after the last ruptures in Minas Gerais in 2015 and 2019 The actors involved, their interrelationships and the disputes that permeate them are highlighted, as well as the techniques and concepts that they mobilize. The considerations refer to the Doutor dam, in Antônio Pereira, MG, owned by mining company Vale S.A. that goes through the decommissioning process, generating a series of removals and confrontations with the community. Through the mapping of controversies, actors and disputes around the risks associated with the dam and the ZAS are presented, revealing a scenario of disagreements, lack of corporate transparency, causing fear to the affected population.

Keywords: Self-rescue zones; mining tailings dams; sociotechnical controversies; imminent risk.

Introdução

Esse artigo se desenvolve a partir de análises das disputas emergentes nos desacordos entre os atores envolvidos no processo de descomissionamento[2], esvaziamento, da barragem de rejeito da mineração, Barragem do Doutor, de propriedade da Vale S.A. que se situa em Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto, Minas Gerais. Buscou-se mapear os atores, os conflitos e as incertezas relacionadas ao monitoramento da barragem, a delimitação espacial da mancha de inundação e as ações que passaram a ser adotas na área definida enquanto Zona de Autossalvamento (ZAS). Movimentos que vêm envolvendo diferentes expertises e influenciando o cotidiano de diversas pessoas, o que se constitui em uma complexa controvérsia sociotécnica.

Por uma perspectiva exploratória, objetiva-se situar os embates e as contestações que surgem em relação a barragem do Doutor, construindo uma investigação dentro do debate contemporâneo dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT), através da contribuição de autores como Latour (2012) e Venturini (2010). As reflexões se dão após a tentativa construção de uma cartografia das controvérsias, a escolha pela cartografia como técnica possibilitou o exercício contínuo e complexo de observação e descrição dos atores

[2] O processo de descomissionamento consiste no esvaziamento da área de rejeito, há o encerrando do uso da barragem e reincorporação da estrutura ao relevo e ao meio ambiente, por meio de reflorestamento. anm

envolvidos e da exploração profunda e, como alerta Venturini (2010), por vezes difícil, sobre a problemática e as disputas em que estes estão envolvidos.

A controvérsia analisada se constitui a partir da implantação das Zonas de Autossalvamento (ZAS), após os últimos desastres de rompimentos de barragens de rejeitos, aqui compreendidos como sociotécnicos (ZHOURI et al., 2016). A ação é adotada como medida de precaução de desastres, como aqueles causados pelos rompimentos das barragens de Fundão, de propriedade da Samarco/BHP Billiton/Vale S.A em Mariana (2015), e da barragem da mina do córrego de Feijão de propriedade da Vale S.A. em Brumadinho (2019). Desde a implantação das ZAS em municípios onde há a presença de barragens de rejeito, são constantes os relatos de moradores, veiculados por jornais como "A Sirene[3], a voz dos atingidos", e demais publicações, que denunciam a ampliação dos sentimentos de risco e incertezas relacionadas às barragens. Alguns autores como Laschefski (2020) acreditam que essas ações, que se repetem em demais municípios, fazem parte de mais uma estratégia de dominação das empresas nos territórios atingidos, complexificando ainda mais os conflitos já existentes entre as mineradoras e as comunidades locais.

Situações como as de Antônio Pereira suscitam uma série de questionamentos entre os moradores atingidos pelo que se passou a chamar de *lama invisível*. A expressão faz alusão aos transtornos causados pela iminência de um rompimento de barragem, ainda que não materializado, mas que impacta ou impossibilita o cotidiano da comunidade local de diferentes maneiras (MANUELZÃO, 2021). São constantes, por exemplo, o acionamento de sirenes para os treinamentos de evacuação de emergência, a presença da sinalização indicativa de rotas de fuga afixadas nos postes e nas vias locais que têm suas guias demarcadas com tinta, e, ainda, a interdição de casas, estabelecimentos de serviços diversos e vias. Imposições essas que se expressam e se materializam na paisagem desses municípios e que indicam possivelmente a existência de conflitos múltiplos. Maria Helena Rocha Ferreira, moradora de Antônio Pereira, em publicação da A Sirene[4] destaca que antes da implantação das ZAS, Antônio Pereira era um lugar pacato e tranquilo, mas que tudo mudou quando a obra de descomissionamento foi iniciada. Corrobora com essa afirmação o relato obtido

[3] Disponível em: https://jornalasirene.com.br/cultura-memoria/2022/02/07/a-sirene-ha-seis-anos-narrando-historias-das-pessoas-atingidas Acessado em: Outubro de 2022.
[4] Disponível em: https://jornalasirene.com.br/justica/2022/09/26/antonio-pereira-territorio-de-um-povo-resiliente-revitimizado-pela-lama-invisivel-que-causa-dor-sofrimento-e-morte Acessado em: Outubro de 2022.

em uma conversa com outra moradora de Antônio Pereira, Ana Carla Cota, que destaca a angustia de viver diariamente com o medo e a insegurança com afetações na saúde mental e física dos atingidos. Essas e demais reflexões, argumentos e declarações serão apresentados mais detalhadamente e contrapostos, de modo a constituir a trama dessa cartografia controversa.

1. Por uma cartografia das controvérsias das zonas de autossalvamento em Antônio Pereira

"As controvérsias se iniciam quando diferentes atores percebem que não conseguem mais ignorar uns aos outros" (VENTURINI, 2010, p.261 - tradução livre). Essa definição, de acordo com Venturini (2010), inaugura o que ele considera como sentido mais amplo sobre as controvérsias: quando não há um acordo entre as partes ou nem mesmo o vislumbre de um meio possível de se obtê-lo, estamos de frente a uma controvérsia. No seu sentido técnico científico as controvérsias permeiam os campos da ciência e da tecnologia, borrando as suas fronteiras e trazendo dúvidas às questões ainda não estabilizadas (MACOSPOL, 2007, apud VENTURINI, 2010).

Na análise de fenômenos, como a implantação das ZAS, é possível perceber a multiplicidade de atores, que se interrelacionam das mais variadas formas, em movimentos que podem indicar alianças ou discordâncias entre as partes sobre aquilo que está sendo disputado. Acordos e definições que eram estabelecidas como certas passam a ser questionadas, exigindo novas articulações e debates, o que pode indicar a instauração de uma complexa controvérsia. Quando Latour (2012) propõe o conceito atores-rede, ele aponta para a necessidade de observá-los em sua dinamicidade, registrando as maneiras como estes se orientam, as alianças que se desfazem e aquelas que se forjam. As controvérsias, Venturini (2010) ressalta, são "o social" em sua forma mais dinâmica. Os desdobramentos das controvérsias podem ainda se desenrolar em conflitos de fato, que apontam para as incompatibilidades na maneira de se conceber e experenciar o mundo, expressos em embates de enorme complexidade que fazem parte da vida coletiva.

Dessa maneira, acredita-se que o tema no qual esse artigo se debruça constitui uma controvérsia tecnocientifica, pois, se localiza dentro de uma grande problemática "a dinâmica mineral" e se inaugura por desestabilizações dadas a partir do rompimento de

estruturas, até então, concebidas como seguras pela tecnologia. Como desdobramento, os riscos de novos rompimentos, estes gerados pelo avanço da própria tecnologia, passam a impactar a vida e o tecido social das comunidades localizadas próximas a barragens, tornando urgente alternativas e ações do poder público e das empresas responsáveis, que se apresentem como forma de solução. Assim, descreve-se uma complexidade que ultrapassa as fronteiras entre os campos científicos, tecnológicos e políticos, com reverberações culturais, econômicas e subjetivas. Essa complexidade e hibridização, onde os antagonismos entre sociedade e natureza, ciência e política, já não são suficientes para fornecer respostas plausíveis, uma vez que as fronteiras dessas dimensões já se encontram permeáveis umas às outras, é apontada por Venturini (2010) como um dos principais argumentos para a adoção da cartografia das controvérsias como perspectiva de análise.

Como a cartografia das controvérsias não apresenta métodos pré-definidos e nem os restringe, pelo menos a princípio (VENTURINI, 2010), essa pesquisa buscou documentar e considerar diferentes perspectivas que se constroem em torno da problemática analisada. Fazem parte do material consultado: reportagens e vídeos jornalísticos; artigos e publicações científicas; relato de pessoas atingidas, obtidos através de entrevista realizada em evento acadêmico mediado por esta pesquisadora, como também obtidos por meio de fontes jornalísticas como o jornal "A Sirene, a voz dos atingidos"; dados secundários elaborados por órgãos fiscalizadores; consultas em legislações vigentes; relatórios de instituições governamentais, dentre outros.

O esforço em reunir diferentes fontes para esse artigo não reside na busca por uma imparcialidade, já sabida inexistente, diferente disso, como apontado mais uma vez por Venturini (2010), ela se assenta na possibilidade de fornecer múltiplos pontos de observação que se debruçam sobre o fenômeno exposto em sua complexidade. Assim, busca-se documentar e considerar perspectivas diversas que se constroem na problemática analisada, onde se destacam os medos, as incertezas e inseguranças dos moradores em relação às suas moradias e os riscos em um possível rompimento de barragem.

A partir dessas colocações buscou-se dar início as investigações considerando as lentes propostas por Venturini (2010), assim, parte-se para as investigações: dos parâmetros técnicos usados para caracterizar os riscos associados às barragens, quanto a categorização do risco (CRI) e o dano potencial associado (DPA); das mudanças instituídas na legislação de barragens após os rompimentos - Lei 23.291, de 25 de fevereiro de 2019 (Lei Mar de

Lama nunca mais) e a Lei 14.066, de 30 de setembro de 2020; das definições que delimitam as ZAS e os seus critérios de implantação nos municípios; das machas de inundação apresentadas pela empresa mineradora e presentes na Ação Civil Pública (ACP) ; dos relatórios de monitoramento de barragens realizado pela Agencia Nacional de Mineração (ANM); das normativas do Plano de Segurança para as comunidades próximas a barragens de mineração, realizado pelo Gabinete Militar do Governador e Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (GMG/CEDEC) de Minas Gerais; dos relatos das atingidas e dos atingidos residentes na ZAS de Antônio Pereira que compartilham suas incertezas sobre a segurança estrutural da barragem, o receio do iminente rompimento e as suas atuações e resistências junto aos movimentos sociais.

Destacam-se ainda as proposições críticas de Laschefski (2020) e Manuelzão (2019), sobre o uso da classificação de alto risco das barragens como estratégia de dominação territorial promovida pelas empresas minerárias, através da disseminação e promoção do medo. Por fim, tenta-se tecer alguns apontamentos após a apresentação da controvérsia, longe de buscar apresentar algum fechamento ou finalização, posto que a própria se atualiza continuadamente, o apontamento sugere a complexidade da controvérsia até o ponto analisado e as considerações que alimentam a tese em andamento desta pesquisadora.

2. Dos rompimentos às zonas de autossalvamento

Os rompimentos das barragens de rejeito da mineração de Fundão (2015) e de Feijão (2019), tem movimentado uma série de discussões sobre os impactos e danos da mineração em larga escala no país, como destacado por Poemas (2015), Zhouri (2018), Milanez et al. (2019), Gonçalves (2019) Milanez (2022), dentre outros. O "Observatório dos conflitos da Mineração[5]" desde 2020, é um exemplo de iniciativa do Comitê em Defesa dos Territórios Frente a Mineração, formado pela parceria de movimentos sociais, organizações não governamentais e grupos de pesquisa acadêmica, que busca dar maior visibilidade para os conflitos envolvendo a mineração em diferentes estados brasileiros. A própria mobilização popular que resultou no projeto de lei que mais tarde seria reconhecida como "Lei Mar de

[5] Disponível em: http://conflitosdamineracao.org/

Lama Nunca Mais", é um exemplo de ações que movimentam as discussões em torno da atividade, e que demonstram a expansão do debate para além dos territórios atingidos.

Ainda que os rompimentos e seus desdobramentos sociais e ecológicos escancarem parte da complexidade da dinâmica mineral é importante destacar que esta não se limita aos episódios anteriormente mencionados. Diferente disso, é possível observar o impacto da atividade em múltiplas escalas e dimensões, e de maneira continuada. Essas implicações estão presentes mesmo antes da implantação desses mega empreendimentos, nos processos de afrouxamento da legislação ambiental, devido aos acordos entre Estado e mineradoras (WANDERLEY, et al, 2016; MILANEZ, MAGNO, PINTO, 2019), o que sinaliza para as rupturas e intersecções entre as dimensões políticas e científicas que influenciam a tomada de decisões de interesse público.

Durante o funcionamento das minas os impactos e danos são observados no acirramento de conflitos socioambientais por terra e água. De acordo com os dados referentes ao ano de 2021 divulgados pela Comissão Pastoral da Terra CPT[6], Minas Gerais é o segundo estado com maior número de conflitos socioambientais causados pela atividade mineral, ficando atrás da Bahia. Os conflitos ambientais apontam ainda para a existência de embates entre os diferentes usos e valores que se destinam à natureza, enquanto comodities a ser explorada e exportada pelas empresas extrativistas para atendimento do mercado global, em contraste aos usos que sustentam os modos de vida de comunidades, sejam estas tradicionais ou não, em atividades de subsistência, como agricultura e na criação de animais, ou em valores subjetivos relacionados à memória e ao pertencimento que as comunidades mantém com o lugar (ACSELRAD, 2002). Ainda, após o seu fechamento, como veremos, as operações de descomissionamento e descaracterização das barragens de rejeito continuam causando grandes transtornos às comunidades (LASHEFSKI, 2020).

Com os rompimentos, parte do debate público em torno da mineração se voltou para a segurança daqueles que residiam em demais municípios que abrigavam demais barragens de rejeito da mineração. A movimentação entre órgãos institucionais, empresas, comunidade civil, atingidos, dentre outros, promoveu a adoção da Lei 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, que ficou conhecida como Lei Mar de Lama nunca mais, e que "determina

[6] Fonte: Conflitos no Campo: Brasil 2021. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia, CPT Nacional. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14271&catid=41&m=0

aos empreendedores responsáveis por barragens de contenção de rejeitos ou resíduos alteadas pelo método a montante, que estejam inativas ou em operação, a descaracterizar a estrutura no prazo de 3 (três) anos, na forma do regulamento do órgão ambiental competente (FEAM, 2019)".

Após essa determinação, segundo Laschefski (2020) aponta, foi possível observar nos municípios minerados um intenso movimento de sinalização, através da fixação de placas de rotas de fuga e de pintura nas guias das calçadas indicando os caminhos a seguir em caso de rompimento de barragens. Há relatos ainda que destacam o acionamento de sirenes durante a madrugada e de maneira contínua, posta como atividade prática de treinamento para evacuação em caso de emergência. Ações que, de acordo com as análises de Laschefski (2020) e Manuelzão (2019), têm impactado a população, gerando insegurança, descrença nas instituições e nas estruturas das barragens, o que promove um sentimento de terror e abandono entre os moradores.

A reportagem de Manuelzão (2021) ainda destaca que muitas vezes as informações disponibilizadas pela empresa e pelo Ministério Público deixam dúvidas na população atingida e nos técnicos de Institutos que prestam assessorias independentes, havendo falta de clareza sobre os critérios adotados e maior transparência nos repasses à população. De acordo com os relatos divulgados ainda pelo jornal A Sirene e obtido com a conversa com uma moradora atingida, as incertezas que pairam sobre a estabilidade da barragem e a delimitação da mancha inundável promoveram sofrimentos psicológicos, que se acumulam entre os moradores. Aqueles que se opõe, de acordo com seus próprios relatos, são ainda hostilizados, sofrem retaliações e ameaças, artifícios que tentam silenciar as vozes dos atingidos.

Pelos dados disponibilizados no relatório de novembro de 2021 da Agência Nacional de Mineração (ANM) que faz o monitoramento das barragens, 46 barragens estão classificadas em relação à Categoria de Risco - CRI como alto, sendo 39 destas localizadas em Minas Gerais, com níveis de emergência que variam de 1 a 3. No município de Ouro Preto, das 22 barragens existentes, 9 são classificadas enquanto alto risco.

Mas afinal, o que são as ZAS? Quais fatores delimitam a sua dimensão espacial em áreas alagáveis em caso de possíveis rompimentos de barragens? Quais atores estão envolvidos e em quais disputas? Quais controvérsias tecnocientíficas estão presentes? Quais

alterações são possíveis de serem observadas e relatadas por aqueles que mesmo na ausência do rompimento se consideram atingidos pela lama invisível?

2.1. As implicações das ZAS em Antônio Pereira, entre atores e riscos

De acordo com os apontamentos de Venturini (2010), as controvérsias que se constroem em torno de questões técnicas, devem partir das mesmas a fim de compreender a problemática em que estão inseridas e os atores envolvidos. Sendo assim, esse estudo parte da análise e da caracterização técnica da barragem do Doutor, que se apresenta como ator nessa dinâmica dos riscos e das Zonas de Autossalvamento.

Antes é preciso caracterizar as Zonas de Autossalvamento (ZAS), estas são áreas que se localizam a jusante da barragem. São locais onde considera-se que não há tempo hábil para realizar uma evacuação segura da população pelos agentes da proteção civil. As definições das ZAS seguem recomendações internacionais[7] e são definidas espacialmente até 10km de distância ao longo do curso passível de ser atingido ou pela extensão onde a chegada do material de inundação, no caso da mineração o rejeito, atinja em até 30 minutos. Há ainda a Zona de Segurança Secundária (ZSS), que é a região que se localiza após a ZAS e que pode também ser impactada pelo material despejado.

As ZAS são implantada segundo determinação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), instituída pela Lei 12.334/2010, que ainda determina que as barragens podem ser divididas em até quatro classes de riscos. A classificação considera a categoria de risco (CRI) e o dano potencial associado (DPA), ao determinar os procedimentos de monitoramento necessários e as medidas a serem adotadas para garantir mais segurança às barragens. A combinação desses dois parâmetros: probabilidade de um evento adverso (CRI), associado às possíveis consequências (DPA), é que vai determinar a classe de risco de cada barragem, definidas entre classe A, maior risco, e classe D, menor risco. Para a categoria de risco (CRI) são consideradas características técnicas das barragens como: altura, comprimento, método construtivo, estado de conservação, confiabilidade das estruturas, deformações, e a existência de Plano de Segurança de barragens, etc. É a partir dessas variáveis que se determina a categoria de risco de uma barragem, que pode ser alto, médio ou baixo. Já no dano potencial associado (DPA) são considerados: o volume do

[7] Disponível em: https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/04/13/nivel-de-barragem-em-ouro-preto-tem-alteracao-e-moradores-sao-retirados-de-area-proxima.ghtml . Acessado em: 24/11/2021.

reservatório, o potencial de perdas de vidas humanas, o impacto ambiental e o socioeconômico. A soma desses critérios determina o dano potencial da barragem que pode ser também classificado como alto, médio ou baixo. Dessa maneira, consideram-se as características técnicas das próprias barragens e o seu grau de conservação, como também as particularidades do entorno em que está implantada e o dano potencial para a comunidade em caso de incidentes.

Pelo Relatório de gerência e de segurança de barragens de mineração, aberto ao público e gerado semanalmente no site da ANM, é possível acompanhar o perfil de comportamento das barragens. Ainda pelo Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração – SIGBM, é possível observar de maneira atualizada o número de barragens em monitoramento, a classificação do risco em que se encontram, as barragens em emergência e os relatórios de vistoria para acompanhamento das possíveis alterações.

A barragem do Doutor da Mina de Timbopeba, de acordo com os dados da Agencia Nacional de Mineração (ANM), disponíveis pelo Sistema de Gestão de Segurança de Barragem de Mineração (SIGBM)[8], construída em 2001 apresenta o mesmo modo construtivo das barragens do Fundão (rompida em 2015) e do Feijão (rompida em 2019). A técnica de construção a montante, é feita por assentamento de diques sobre a borda de seu próprio reservatório, sendo, por isso, considerada pouco seguras e mais propensas a liquefação (Thomé, Passim, 2018, p. 58).

Ainda, segundo o SIGBM da ANM a barragem do Doutor de 84 metros de altura e volume de 35.000.000,00m³, apresenta categoria de risco CRI alta e dano potencial associado DPA alto, sendo classificada como nível de risco A, alto. Por isso, realiza-se o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM), pelo empreendedor responsável Vale, S.A., onde se indicam as ações a serem executadas para minimizar riscos de perdas de vidas humanas, já que há a presença de população humana à jusante da barragem. Consta no SIGBM que o PAEBM foi entregue a Prefeitura e Defesas Civis municipais e estaduais, conforme exigência do art. 31 da Portaria nº 70.389/2017. O impacto ambiental é ainda classificado como muito significativo, e o impacto socioeconômico como alto, pela concentração de instalações residenciais, agrícolas, industriais, sendo monitorada 24 horas por dia pelo centro de monitoramento geotécnico.

[8] Dados disponíveis em: https://app.anm.gov.br/SIGBM/BarragemPublico/ . Último acessado em: fevereiro 2023.

As atividades da barragem do Doutor foram suspensas em 2019, após não ser atestada a sua segurança, por determinação da Justiça acatando uma ação movida pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) (Manuelzão, 2021). Em fevereiro de 2020, 11 famílias foram removidas para viabilizar as obras de descomissionamento, processo que se tornou obrigatório depois da Lei Mar de Lama nunca mais. Segundo a resolução ANM n° 13/2019[9] os processos de descomissionamento e descaracterização de barragens com volume maior de 30 milhões de metros cúbicos, conforme Cadastro Nacional de Barragens de Mineração do SIGBM, podem ser feitos até 15 de setembro de 2027, especificidade onde a barragem do Doutor se enquadra.

Importante destacar que o primeiro prazo para descaracterização, estabelecido anteriormente, já não foi cumprido pelas mineradoras, conforme pode ser comprovado pela reportagem do G1 de Minas Gerais[10]. A reportagem destaca que das 54 barragens a montante que deveriam ter sido descomissionadas até dia 25 de fevereiro de 2022, 49 ainda não cumpririam o prazo. Os pedidos de alteração de prazos feitos pelas mineradoras Vale, Mosaic Fertilizantes, Morro do Ipê e Samarco, à Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) e à ANM, resultaram em ampliações de prazos que já constam na atualização da resolução citada acima, estabelece - até 15 de setembro de 2022, para barragens com volume menor que 12 milhões de m³; até 15 de setembro de 2025, para barragens com volume entre 12 milhões e 30 milhões de m³; até 15 de setembro de 2027, para barragens com volume maior que 30 milhões de m³. Vale ressaltar a fala de Flávio Ottoni Penido, que à época, julho de 2021, ocupava o cargo de diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), para a Agência Brasil[11], sobre os processos de descomissionamento de barragens:

> É uma operação mais complexa do que a construção da barragem. Para construir, você segue um projeto e depende da quantidade máquinas e equipamentos que tem à disposição. O descomissionamento não é assim, é mais complexo, porque exige-se o monitoramento do corpo da barragem e dos rejeitos retidos. Para cada barragem específica, há necessidade de um determinado trabalho (Fala do diretor-presidente do Ibram, Flávio Ottoni

[9] Informação disponível em: https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/barragens/boletim-de-barragens-de-mineracao/arquivos/nota_tecnica_2021_descaracterizacao-3.pdf

[10] Reportagem disponível em: https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/02/24/prazo-para-descomissionar-barragens-termina-nesta-sexta-e-49-estruturas-ainda-nao-terminaram-processo.ghtml

[11] Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-07/ibram-algumas-barragens-precisam-de-prazo-de-descomissionamento-maior#:~:text=No%20entanto%2C%20a%20ANM%20fixou,as%20que%20estivessem%20em%20funcionamento.

> Penido, entrevista Publicado em 21/07/2021 - Por Léo Rodrigues – Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro).

Como resposta ao atraso o Ministério Público e o Governo de Minas Gerais firmaram um acordo com as mineradoras, em 24 de fevereiro de 2022, para garantir o compromisso de descaracterização de barragens[12] dentro dos novos prazos estipulados, estabelecendo multas anuais, referentes a danos morais coletivos, caso os mesmos fossem desrespeitados. Em nota[13] a Vale S.A. já anunciou o seu compromisso em eliminar as barragens construídas por técnica a montante até o ano de 2035. Data que já extrapola o prazo que foi definido pela resolução ANM n° 13/2019.

Dois meses depois das primeiras remoções, em abril de 2020 mais remoções foram realizadas, de acordo com informações contidas no Jornal O Globo[14], com a pandemia de Covid-19 já em curso. Em torno de 80 famílias que residiam na ZAS de Antônio Pereira foram acionadas pela Defesa Civil e recomendadas a abandonar as suas casas entre os dias 9 e 30 de abril do mesmo ano. Ainda segundo a reportagem, na ocasião, a Vale S.A. negava qualquer possibilidade de rompimento da barragem e também fornecia acesso a casas alugadas aos atingidos.

> O processo funciona da seguinte forma: as famílias visitam as casas e, se aprovarem, já começa a mudança imediatamente. As famílias retiradas recebem auxílio de 5 mil reais. A evacuação será feita de forma individualizada, por causa da pandemia, e vai ser um processo mais lento de evacuação. Como a barragem está no nível dois, é possível fazer dessa maneira (Trecho da fala do tenente-coronel Flávio Godinho, coordenador adjunto da Defesa Civil de Minas Gerais. Fonte: O globo).

Segundo a mesma reportagem a barragem do Doutor teve seu nível de emergência alterado de 1 para 2 no mês de abril de 2020, pela própria empresa responsável Vale S.A. – intensificando o processo de remoção dos moradores de Antônio Pereira das ZAS. De acordo ainda com o relato do tenente-coronel os animais e as criações das famílias atingidas, estavam sendo cadastradas e encaminhadas para pets ou fazendas. Pelo seu relato, das quase 80 famílias, 11 já haviam sido realocadas, e constava que a previsão para finalização do

[12] Disponível em: https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/mpmg-e-governo-de-minas-firmam-termo-de-compromisso-com-mineradoras-para-garantir-descaracterizacao-de-barragens.shtml
[13] Nota disponível em: https://vale.com/pt/reparacao
[14] Disponível em: https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/04/13/nivel-de-barragem-em-ouro-preto-tem-alteracao-e-moradores-sao-retirados-de-area-proxima.ghtml.

processo de realocação se daria até o final do mês de abril de 2020, respeitando e seguindo os protocolos de segurança contra a Covid-19.

Mas para Ronald de Carvalho Guerra, vice-presidente do Instituto Guaicuy, o cenário bem mais complexo do que o descrito pelo tenente-coronel. Para Ronald a comunidade de Antônio Pereira, vive em condições de vulnerabilidade social, com problemas relacionados a violência e falta de acesso a saneamento básico, que se agravam com as imposições das remoções e o clima de tensão gerado. Conforme pode ser observado nesse trecho retirado da publicação de Manuelzão (2021):

> Estamos presenciando um atentado à dignidade humana", avaliou Ronald de Carvalho Guerra, ambientalista e vice-presidente do Instituto Guaicuy. "Um atentado à casa, ao trabalho, à educação, ao lazer e à saúde da população. Não existe a tragédia consumada da enxurrada de lama sobre as pessoas, mas existe o atentado à dignidade (MANUELZÃO, 2021).

Em agosto de 2020, segundo reportagem do Jornal Estado de Minas[15], a empresa Vale S.A. iniciou as obras na barragem do Doutor para a construção do canal extravasor. A obra, com previsão para conclusão no final de 2021, é parte do processo de descaracterização da barragem, e tem o propósito de drenar a água conferindo assim mais segurança a estrutura. A reportagem destaca as etapas necessários para a construção do canal, como a terraplanagem e a supressão da vegetação do entorno, e destaca também a previsão da criação de novos empregos temporários para a sua execução, apontando ainda para uma possível recuperação e reintegração ambiental ao final do processo. Salienta que, visando diminuir os impactos e transtornos provenientes da obra para a comunidade, a mineradora construiu um acesso específico para que os tratores e caminhões possam trafegar e que adotava medidas visando diminuir o particulado de poeira disperso durante suas operações.

Na mesma reportagem é anunciado a primeira expansão dos limites da Zona de Autossalvamento da barragem. Segundo a informação, a Vale estaria se baseando em "estudos mais conservadores" e passando a considerar a possibilidade do carreamento de rejeitos a 100%. A ampliação da ZAS e a definição dos novos parâmetros da mancha de inundação englobou mais 75 famílias que, de acordo com a reportagem, seriam assistidas pela empresa, essa ação seria fruto do Termo de Compromisso firmado entre a Vale, o

[15] Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/05/18/interna_gerais,1267692/barragem-que-evacuou-144-familias-volta-a-ter-estabilidade-em-ouro-preto.shtml

Estado de Minas Gerais e o Ministério Público de Minas Gerais. Mas o abandono do primeiro estudo de impacto e a mudança para um segundo estudo com a ampliação da área de inundação gerou um clima de revolta e desconfiança na população, de acordo com Manuelzão (2021) uma analista de geoprocessamento do Instituto Guaicuy, pontua que pelas manchas de inundação que foram disponibilizadas pelo Ministério Público, não fica claro os parâmetros usados para a delimitação da mancha, há casas por exemplo que só possuem uma parte de sua construção interditada. Segundo análise do Instituto Guaicuy:

> O novo estudo de impacto apresenta uma série de incongruências que os moradores percebem de forma bem clara. E os exemplos são muitos. Em uma rua plana, a Projetada 10, uma casa está inserida na mancha e outra não. Em outro caso, em um trecho da rua Água Marinha, um lado da rua foi incluído e outro não. A suspeita dos moradores é de que os técnicos responsáveis não foram a campo para realizar os estudos (MANUELZÃO,2021).

Uma nova alteração foi realizada desta vez no mapa de inundação em fevereiro de 2021, de acordo com nova reportagem do Jornal Estado de Minas[16] passando a englobar mais 30 famílias que estariam na rota de espalhamento do rejeito. Mais uma vez, de acordo com a reportagem, os representantes da empresa Vale se reuniram com membros do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), e da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec) e da Defesa Civil de Ouro Preto, visando programar uma evacuação controlada e que ainda seguissem as recomendações de segurança contra a Covid-19. A reportagem destaca, em nota informada pela empresa, que assegura o monitoramento contínuo da barragem e o compromisso em fornecer total assistência as famílias removidas, bem como para seus animais de estimação e criação.

Em maio de 2021 a mineradora voltou a alterar o nível de segurança da barragem, passando de 2 pra 1. Essa mudança indica que não há necessidade de evacuação de áreas próximas, porém, de acordo com a reportagem do Estado de Minas[17] de 18/05/2021, não havia qualquer previsão para que as 144 família evacuadas retornassem às suas residências, permanecendo em hotéis e casas alugadas.

Segundo nota, a Defesa Civil de Ouro Preto tem realizado vistorias nas obras da barragem do Doutor, a última comunicação de 24/11/2021, divulgada no site da

[16] Disponível em: https://app.anm.gov.br Acessado em: Dezembro 2021.
[17] Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/05/18/interna_gerais,1267692/barragem-que-evacuou-144-familias-volta-a-ter-estabilidade-em-ouro-preto.shtml Acessado em: Julho 2021.

prefeitura[18]de Ouro Preto é referente a obra do vertedouro, estrutura construída para o escoamento da água da chuva, o que impede o acúmulo e consequente diminui os riscos de rompimento. A visita da Defesa Civil em 17 de novembro de 2021, realizada com a participação de moradores atingidos, do Ministério Público e da empresa SLR, que presta consultoria de barragens, se deu após danos ocorridos na estrutura do vertedouro, que consiste na primeira etapa do processo de descaracterização da Barragem Doutor. Segundo as informações disponibilizadas o técnico da defesa civil esclarece que os danos no vertedouro não afetam a estabilidade do dique principal da barragem, e que este se deu provavelmente pelas características geológicas do terreno. Medidas de fechamento do vertedouro estavam sendo realizadas, e há esclarecimentos também de monitoramento contínuo do dique.

Ressalta-se que há uma nota na comunicação que indica que a Defesa Civil não é o órgão técnico que audita ou acompanha projetos de engenharia em barragens. As informações são repassadas pela empresa mineradora Vale S.A. pela equipe de geotecnia, de sua auditora interna, da ANM e da SLR. E que segundo a empresa não haveria a necessidade de retornar ao nível de estabilidade 2.

Em uma publicação de dezembro de 2021 sobre uma paralização realizada na MG-129 por moradores atingidos pelo descomissionamento da barragem do Doutor, divulgada por Manuelzão[19], são destacados alguns pontos de reinvindicação, como: a necessidade de informações independentes e que fossem confiáveis sobre a segurança da barragem dos impactos das intervenções da mineradora no território; implementação de Assessoria Técnica Independente; retirada de moradores do entorno da barragem e que se sentissem inseguras em suas moradias; mais investimento de saúde do distrito; reconhecimento dos garimpeiros atingidos que estão sem fonte de renda devido a interdição da área de garimpo pela mineradora; reparação pelos danos ambientais causados pelas obras executadas pela Vale; permanência da Barragem Doutor no nível 2 de segurança; maior ação da prefeitura em relação aos direitos dos atingidos e execução de políticas públicas de saúde, abastecimento de água, educação, no distrito[20].

[18] Disponível em: https://ouropreto.mg.gov.br/noticia/2244. Acessado em: Dezembro 2021.
[19] Disponível em: https://manuelzao.ufmg.br/2atingidos-pela-barragem-doutor-em-antonio-pereira-promovem-paralisacao-na-mg-129-em-ouro-preto/
[20] Informações disponíveis em: https://manuelzao.ufmg.br/2atingidos-pela-barragem-doutor-em-antonio-pereira-promovem-paralisacao-na-mg-129-em-ouro-preto/

Essa mesma publicação destaca o descontentamento dos moradores, entre eles de Ana Carla Cota, que relata que um dos fatores que impulsionou a manifestação é a interdição da obra do canal extravassor, que foi fechado depois do impacto das fortes chuvas na região, relatando que esse fator dificulta e torna o processo de descomissionamento ainda mais demorado.

Ana Carla é moradora de Antônio Pereira, com a delimitação da zona de inundação ela foi informada que sua casa estava situada na zona de autossalvamento da barragem do Doutor. A aproximação desta pesquisadora com Ana Carla se deu através da mediação de uma mesa[21] em evento acadêmico sobre os impactos da mineração para as mulheres, e que contou ainda com a participação de uma professora e uma advogada. Trechos dessa conversa, disponível virtualmente, são expostos a seguir e trazem o relato de Ana Carla enquanto mulher atingida pela lama invisível.

O relato de Ana Clara se inicia evidenciando a relação de Antônio Pereira com a exploração mineral desde os tempos da colônia, destacando os períodos de escravidão e de lutas contínuas. Ela destaca que a sua participação no evento é acompanhada pela luta de várias outras mulheres, nomeadas por ela, e que também sofrem constantemente os impactos da mineração em Antônio Pereira, um ponto importante que foi destacado é sobre a relação dos homens de Antônio Pereira com as mineradoras, já que eles em sua grande maioria são empregados das empresas, fator que faz com que a resistência seja formada principalmente pelas mulheres. Para ela os impactos sempre existiram, vem de muitos anos, mas após fevereiro de 2020 o descomissionamento da barragem do Doutor agravou a situação, ela ressalta:

> [...] a mineradora [Vale S.A.] chega impõe o que ele quer, do jeito que ela quer, na hora que ela quer [...] é tão cruel esse processo, que ela [Vale S.A.] chegou a suspender no início da pandemia [...] sem mais nem menos a Vale aumentou o nível de emergência em plena pandemia, e começou dentro do território de forma a individualizar cada um e remover essas famílias, idosos, foi um período que eu falo que foi uma guerra, quem

[21] A mesa: Mulheres e mineração: as opressões de gênero, raça e classe, fez parte do evento Jornadas de Debates na Mineração, realizado em 23 de novembro de 2021. Contou com a participação de Fabrina Furtado, Ana Carla Cota, Larissa Vieira, e foi mediado por esta pesquisadora. O evento virtual foi organizado em uma parceria entre o CRIAB (Grupo de Ação e Pesquisa em Conflitos, Riscos e Impactos Associados a Barragens / Unicamp), em parceria com a_Ponte (ONG de divulgação de geociências crítica), o IdEA (Instituto de Estudos Avançados/Unicamp) o Fórum Popular da Natureza, a Escola Popular da Natureza e o MAM (Movimento pela Soberania Popular na Mineração), e está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2mI62PukKSU&t=2394s

> vivenciou isso aqui, jamais vai esquecer (Trechos do relato de Ana Carla para a mesa de Jornada de Debates da Mineração, Nov. 2021).

Segundo Ana Carla, durante os meses de maior contágio da pandemia era possível observar vários caminhões transitando pela cidade, moradores idosos eram retirados de suas casas sem que os protocolos de segurança contra a Covid-19 fossem respeitados. Para ela essas ações motivaram a organização e resistência da comunidade afetada, resultando na criação do coletivo de mulheres do qual faz parte, chamado Mulheres Guerreiras.

Com as remoções em andamento o coletivo Mulheres Guerreiras organizou diversas manifestações por Ouro Preto, sendo, por isso, criminalizadas. Nos protestos contra a abertura de uma via privativa criada pela Vale, que impactaria um local de mata, segundo as palavras de Ana Carla, as mulheres foram repreendidas por policiais, que já possuíam informações com os nomes das manifestantes e as casas em que as mesmas residiam. Ainda de acordo com ela, a partir desse momento, como medida de repressão foi negado o acesso dessas mulheres às reuniões virtuais, feitas para esclarecer as dúvidas em relação as obras do vertedouro. Sua casa, ela relata, foi invadida 5 vezes, depois do início desses episódios.

Ela ainda destaca que as represálias e ações hostis acontecem dentro da própria comunidade de Antônio Pereira, constantemente as mulheres do coletivo são desqualificadas e hostilizadas muitas das vezes por homens e mulheres, em ataques constantes que desqualificam seus corpos e as atividades por elas desenvolvidas. As formas de violência se multiplicam, segundo ela o relato de adoecimento psicológico, e também físico entre as mulheres do coletivo é recorrente. Sintomas de stress, ansiedade, dores no corpo, dermatites e até sangramentos uterinos foram relatados, sem aparente causa clínica, mas que Ana Carla acredita ser o resultado de uma somatização e reflexo físico no corpo dessas mulheres. "Queremos paz, sossego, não existe transparência, não existe diálogo", "Temos que mudar para um novo modelo de mineração", "temos que educar nossos filhos, a mineração não é o que diz que é" esses são alguns trechos finais do relato de Ana Carla.

Em dezembro de 2022 foi anunciado o início das atividades de Assessoria Técnica Independente (ATI)[22] em Antônio Pereira, pelo Instituto Guaicuy, por um período de 30 meses, onde desejasse a retomada dos laços e a participação ativa da comunidade através

[22] Disponível em: https://guaicuy.org.br/guaicuy-inicia-atividades-como-assessoria-tecnica-independente-em-antonio-pereira/

de reuniões presenciais, ação que está sendo considerada pela população atingida como uma vitória nesse processo.

Considerações finais

De acordo com os dados e informações obtidas e os relatos aqui expostos, fica evidente a complexidade e os conflitos travados entre os diferentes atores envolvidos no processo de descomissionamento da barragem do Doutor e da delimitação da Zona de Autossalvamento em Antônio Pereira. Ainda que a cartografia não se esgote, é possível observar que os diferentes atores que compõe essa trama se movimentam e se articulam construindo associações ou discordâncias sobre as disputas em que se encontram.

Tecem-se brevemente algumas reflexões iniciais sobre as informações recolhidas durante a elaboração dessa cartografia, como, por exemplo, o não cumprimento dos prazos iniciais para os processos de descomissionamento estipulados pela Lei Mar de Lama Nunca Mais, ainda que estes processos sejam complexos como destacado pelo relato do diretor do Ibram, abre-se espaço para questionar se os novos prazos serão cumpridos, uma vez que a própria empresa responsável, Vale S.A., em sua declaração já anunciou que levará mais tempo do que o estipulado para descomissionar 100% de suas barragens. E se estes novos prazos não forem cumpridos como ficarão os moradores que ainda não retornaram para suas casas? Terão de esperar por quanto tempo? A exemplo da barragem do Doutor, que já foi responsável pela remoção de mais de 144[23] famílias, como a de Ana Clara, que ainda se encontram em um local provisório, um apartamento alugado pela empresa mineradora, o que tem influenciado no seu cotidiano e no de sua família.

Acredita-se ainda que se deve exigir respostas e soluções mais eficazes por parte das empresas mineradoras e órgãos institucionais, quando esses são confrontados com o possível rompimento de barragens. Argumenta-se que as ZAS não podem ser compreendidas enquanto uma solução adequada para essa problemática, pois priva os moradores de usufruírem de suas moradias, causando rompimentos em seus tecidos sociais e impossibilitando a manutenção das relações antes mantidas com o lugar.

[23] Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/08/24/interna_gerais,1178967/vale-inicia-obras-de-descaracterizacao-da-barragem-doutor-ouro-preto.shtml Acessado em:

Já sobre as estratégias realizadas pela empresa, descritas por Ana Clara, durante a mesa de debates, como uma forma de individualizar as causas e os atingidos e que enfraqueceriam os movimentos de resistência. Acredita-se que essa declaração reforça as proposições de Laschefski (2021) que aponta que as ações de descomissionamento e implantação das ZAS torna-se uma forma de ampliar o domínio sobre os territórios atingidos, transformando em processos longos que enfraquecem e desarticulam as lutas coletivas. Esse movimento é uma das estratégias de enraizamento usado por grandes corporações para expandir seus domínios sobre o território de seu interesse (PEREIRA; SANTOS; GUERRA, 2017). Ainda de acordo com Laschefski (2021) há indícios de uma expansão territorial por parte das empresas mineradoras, uma vez que a incerteza sobre o alcance do rejeito estaria desvalorizando os territórios possivelmente atingidos.

A cartografia controversa de Antônio Pereira aponta para uma rede de relações que se baseia em uma lógica capitalista de produção que segue se apropriando do território, dos modos de vida e das identidades dos moradores. Os complexos parâmetros usados para definição do risco, e as ciências mobilizadas, seja para a delimitação espacial das ZAS ou para o monitoramento das barragens, carecem de estar mais acessíveis à população atingida e com maior atuação dos órgãos públicos de fiscalização, para que estas não promovam a tecnificação e alienação das pessoas com o lugar. Neste ponto acredita-se e a ATI de Antônio Pereira terá um importante papel de contestação e proposição de alternativas que sejam mais articuladas com a população, que já enfrenta transformações e rupturas causadas pela lama, ainda que invisível.

Referências

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.) Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13 - 35.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. Desenvolvimento e Meio Ambiente. n. 5.r 49-6ü.jan./jun. 2002. Editora UFPR

CARVALHO, Celso Guimarães; SILVA, José Margarida da; CURI, Adilson; FLORES, José Cruz do Carmo. A dependência da arrecadação do município de Ouro Preto do setor mineral. Rem: Rev. Esc. Minas [online]. 2012, vol.65, n.3, pp.385-392.

GUDYNAS, E. Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de

entender el desarrollo y la Naturaleza. Cochabamba: CEDIB/CLAES, 2015

GUIMARÃES, C. L.; MILANEZ, B. Mineração, impactos locais e os desafios da diversificação: revisitando Itabira. Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR). v.41, p.215 – 236, 2017.

LASCHEFSKI, K. A. Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (MG): Desastres como meio de acumulação por despossessão. AMBIENTES. Volume 2, Número 1, 2020, pp. 98-143. ISSN: 2674-6816

LATOUR, Bruno. Reassembling the Social: An introduction to Actor-Network Theory. Oxford: Oxford University Press, 2005. [Part 1: "How to deploy controversies about the social world", pp. 1-159.]

LOSEKANN, Cristiana Desastre na bacia do Rio Doce: desafios para a universidade e para instituições estatais / Cristiana Losekann, Claudia Mayorga. - Rio de Janeiro Folio Digital : Letra e Imagem, 2018.

MANUELZÃO. O terrorismo das barragens. Revista Manuelzão, no 84. 03/2019, p. 22.

MILANEZ, B. Mineração, ambiente e sociedade: impactos complexos e simplificação da legislação. Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA), v.16, p.93 – 101, 2017

MILANEZ, Bruno; MAGNO, Lucas; PINTO, Raquel Giffoni. Da política fraca à política privada: o papel do setor mineral nas mudanças da política ambiental em Minas Gerais, Brasil. Caderno Saúde Pública, 2019.

PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

PEREIRA, D. C.; SANTOS, E. K. M.; GUERRA, P. G. T. Desenvolvimento, mineração e comunidades atingidas: A face visível dos conflitos socioambientais. In: HOMA PUBLICA: REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E EMPRESAS. Juiz de Fora, N°1, v.2, 2017.

VENTURINI, Tommaso. "Diving in magma: how to explore controversies with actornetwork theory" Public Understand. Sci. 19(3):258–273, 2010a.

VENTURINI, Tommaso. "Building on faults: How to represent controversies with digital methods". Public Understanding of Science 21(7):796–812, 2010b.

WANDERLEY, L. J. W. GONÇALVES, R. J. A. F. Mineração e as escalas dos conflitos no espaço agrário brasileiro. Conflitos no Campo Brasil, v. 1, p. 132-141, 2019.

WANDERLEY, L. J. M; MANSUR, M. S.; PINTO, R. G. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/ Vale/BHP em Mariana (MG). In: Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição / organizadores: Bruno Milanez e Cristiana Losekann – Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

FEAM, 2019 – Procedimentos para apresentação da declaração de condição de estabilidade e relatório de auditoria técnica de segurança de barragem. Disponível em: http://www.feam.br/

Evgeni Pachukanis e a caracterização do fascismo: para um diálogo dentro da tradição marxista[1]

João Guilherme Alvares de Farias[2]

Resumo

O objetivo deste artigo consiste em recuperar das reflexões de Evgeni Pachukanis (1891-1937) os componentes básicos caracterizadores do fascismo, empregando a esses componentes certa sistematicidade até certo ponto ausente na exposição do texto pachukaniano. Também abordaremos aquilo que nos parece ser um limite relativo presente em sua reflexão. Em seguida, pretendemos colocar suas posições em diálogo com algumas das clássicas contribuições que integram a tradição marxista, tais como aquelas elaboradas por Clara Zetkin, Palmiro Togliatti e Nicos Poulantzas. Inspirados pelos últimos textos de conjuntura do cientista político Armando Boito Jr. (2019; 2020; 2021), nossa hipótese caminha no sentido de que essa recuperação permitiria extrair do texto pachukaniano os principais elementos caracterizadores do fascismo, principalmente, no que diz respeito à reflexão sobre um conceito teórico geral e sintético. Essa revisão bibliográfica permitiu perceber alguns pontos de destacado ineditismo presentes na obra de Pachukanis, bem como captar limitações que foram superadas por teóricos da tradição marxista.

Palavras-chave: Pachukanis; fascismo; imperialismo; classes sociais; marxismo.

1 O presente texto é resultado das leituras realizadas e dos diálogos travados no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Classe e Conflitos Sociais (GEPECSO), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, e coordenado pelo professor Davisson Charles Cangussu de Souza. Uma versão reduzida e distinta em termos de objetivo foi apresentada no 10º Congresso Internacional e Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (2021). Agradeço ao professor Davisson, meu orientador, pelos comentários à primeira versão deste texto e também às colegas e aos colegas do GEPECSO pelos debates travados durante os encontros. Por último, agradeço às/aos pareceristas *ad hoc* da revista, cujas revisões contribuíram para tornar o texto mais preciso e conceitualmente mais rigoroso.

2 Doutorando em Ciências Sociais (EFLCH-UNIFESP). Membro do GEPECSO. E-mail: alvares.farias@unifesp.br.

Abstract

This essay intends to recover from the reflections of Evgeni Pashukanis (1891-1937) what we understand to be the basic components that characterize fascism according to the Bolshevik jurist, assigning a certain systematicity to some extent absent in his text. We will also approach what seems to us to be a relative limit present in his reflection. Then, we intend to put their positions in dialogue with some of the classic contributions that integrate the Marxist tradition, such as those made by Clara Zetkin, Palmiro Togliatti and Nicos Poulantzas. Inspired by the latest conjuncture texts written by political scientist Armando Boito Jr. (2019; 2020; 2021), our hypothesis moves in the sense that this recovery allows us to extract from the text of Pashukanis the main characterizing elements of fascism, especially with regard to the reflection on a general and synthetic theoretical concept. This bibliographic review allowed us to perceive some points of outstanding originality present in the work of Pachukanis, as well as to capture limitations that were overcome by theorists of the Marxist tradition.

Keywords: Pachukanis; fascism; imperialism; social classes; Marxism.

Introdução

O objetivo principal do presente ensaio é recuperar de modo sistematizado os elementos básicos caracterizadores do fascismo presentes no texto do jurista bolchevique Evgeni Pachukanis. De modo subordinado ao objetivo principal, pretendemos estabelecer um diálogo entre as posições de Pachukanis e as clássicas contribuições de Clara Zetkin, Palmiro Togliatti e Nicos Poulantzas. Trata-se, portanto, de uma proposta estritamente teórica voltada particularmente ao debate sobre o conceito de fascismo dentro da tradição marxista, com o qual, acreditamos, a obra de Pachukanis tende a contribuir.

Nossa hipótese básica é que a reflexão de Pachukanis, que viveu entre 1891 e 1937, contém elementos gerais e universais a respeito da caracterização do fascismo, a despeito de sua análise ser, sobretudo, conjuntural e histórica. Nesse sentido, a questão que nos orienta é a seguinte: o que há de geral na análise que Pachukanis realiza sobre os primeiros anos do fascismo na Itália? Os escritos de Pachukanis sobre o fascismo permaneceram por muito tempo desconhecidos do público brasileiro. O conjunto de textos em que o jurista bolchevique aborda esse tema foi publicado, pela primeira vez em língua portuguesa, apenas em novembro de 2020.

Essa constatação pode até certo ponto explicar a ausência de estudos sobre a abordagem pachukaniana do fascismo. Os poucos comentários que existem a seu respeito não deram conta de captar os traços fundamentais da reflexão feita por Pachukanis, de

modo que acabam por reproduzir certa desordem presente no próprio texto do jurista bolchevique[3]. Nosso esforço neste texto passa precisamente por empregar algum grau de sistematicidade à análise do jurista bolchevique, recuperando seus traços fundamentais, bem como por estabelecer um diálogo entre Pachukanis e alguns dos principais nomes da tradição marxista dedicada ao estudo do fascismo.

Acreditamos que existem duas dimensões na análise de Pachukanis que dão ao seu trabalho um caráter incontornável para o estudo do fascismo. A primeira, considerando as produções sobre o fascismo na tradição marxista, diz respeito ao relativo ineditismo de sua análise; a segunda, considerando que o momento de sua elaboração (1925 e 1927) coincide com a consolidação da ditadura fascista na Itália, refere-se à precisão com que ele capta os *componentes básicos caracterizadores do fascismo*, apesar da forma pouco sistemática com que faz a sua exposição[4].

Antes de entrarmos propriamente na exposição de quais seriam esses componentes básicos caracterizadores do fascismo, julgamos ser importante o registro de um alerta: apesar de pouco usual nos textos de Pachukanis, há no verbete dedicado ao fascismo uma *definição* do fenômeno, que, segundo o jurista bolchevique, pode ser assim compreendido:

> O regime fascista pode ser definido como a ditadura da grande burguesia, levada a cabo não com a ajuda de meios sutis de mecânica eleitoral, não por meio da alternância entre diferentes partidos, plataformas e camarilhas políticas, mas pelo domínio aberto e direto de um único partido político, apoiado diretamente na força armada. (PACHUKANIS, [1927] 2020b, p. 59-60).

Pensamos que existem claros limites a essa definição. Em alguma medida, se comparada com o conjunto de suas posições, tal definição não logra captar a totalidade dos

3 Apontaríamos como exceção, apesar do seu caráter ensaístico, pois se trata de uma resenha, o comentário de Oswaldo Akamine Jr. (2020), que anuncia um dos elementos fundamentais na análise do texto pachukaniano: o caráter de classe do fascismo. Reconhecemos, ademais, a existência do próprio prefácio da obra (Mascaro, 2020, pp. 9-24) e também uma resenha recém publicada de autoria de Thiago Hansen (2021, 11 p.), mas que não chegam a fazer uma exposição que tenha por objetivo extrair do texto pachukaniano, de modo sistematizado, os componentes básicos caracterizadores do fascismo.

4 Aqui cabe um comentário de cunho metodológico a partir de duas dimensões. A primeira com relação ao recorte dos textos analisados, isto é, dos textos produzidos antes da consolidação da repressão stalinista, de modo que, deliberadamente, deixamos de trabalhar com os textos posteriores à década de 1930. A propósito da relação entre sua vida e obra e a repressão stalinista, conferir especialmente o primeiro capítulo de "Uma introdução a Pachukanis" (Akamine Jr. et al., 2022, 177 p.). A segunda dimensão, talvez ainda mais importante para o nosso objetivo, refere-se à nossa particular interpretação de que são esses dois textos que reúnem os traços essenciais da caracterização do fascismo, inclusive por não absorver as diretrizes formuladas no âmbito da 3ª Internacional após o relatório aprovado pelo Décimo Terceiro Plenário do Comitê Executivo da Internacional Comunista, em 1933.

componentes básicos e relacionais apreendidos pelo próprio Pachukanis ao longo de sua análise.

Assim, propomos que se abra mão da definição do autor e que busquemos em seu texto os elementos básicos para a caracterização do fascismo e para uma formulação conceitual teórica que seja sintética e que ao mesmo tempo possa expressas as determinações fundamentais do fenômeno.

1. Elementos caracterizadores do fascismo: um diálogo com a tradição marxista

1.1. O Imperialismo

A partir das últimas décadas do século XIX, o capitalismo passou por uma profunda mudança decorrente do processo de concentração e centralização de capital: a formação de grandes monopólios sob o domínio do capital financeiro. Este último estabeleceu um processo tanto de fusão quanto de subordinação do capital industrial. Vladmir Lenin (2008) denominou esse processo particular de fase imperialista ou fase monopolista do capitalismo, caracterizado principalmente pela tendência à estagnação e à decomposição.

Essa retomada é importante porque, segundo Pachukanis ([1926] 2020a, p. 53), "o fascismo é fruto do estágio imperialista do desenvolvimento capitalista, no qual este último manifesta traços de estagnação e decadência". Apesar dessa colocação, o texto pachukaniano não chega a fornecer, de modo mais explícito e elaborado, as determinações que justificariam de maneira objetiva o fascismo como possibilidade inscrita na fase monopolista do capitalismo.

Da análise de sua obra, podemos concluir que subjacente à sua afirmação esteja a ideia de que o fascismo seria o regime de exceção da forma democrática de Estado capitalista com maior capacidade responsiva e reprodutiva, na instância política, das condições assumidas no nível da exploração econômica da força de trabalho, bem como no desmonte político-estratégico de suas organizações.

Ao relacionar o fascismo ao parasitismo e à decadência do capitalismo monopolista, Pachukanis pretende afirmar, especialmente, a adequação e compatibilidade entre um regime político ditatorial e relações de produção marcadas pelo aumento da exploração e

do domínio de classe[5]. Podemos chegar a essa conclusão a partir da análise que Pachukanis tece do caso italiano.

No curso de suas colocações, percebemos que, na instância econômica, parasitismo e decadência, significavam principalmente o aumento do nível de exploração da classe operária (Pachukanis, 2020a, p. 41), acompanhado de outros dois fatores de ordem jurídico-política: o primeiro diz respeito à preservação do direito de propriedade (Pachukanis 2020a, p. 37), já que a abolição deste era um dos objetivos das organizações operárias; o segundo se refere à incapacidade da burguesia implementar medidas financeiras e administrativas de estabilização econômica (Pachukanis, 2020a, p. 39).

Note o leitor que a relação entre fascismo e fase monopolista do capital é um dos elementos fundamentais do fenômeno, mas que não aparece na definição anteriormente comentada. Pois bem, afirmar que o fascismo se insere no quadro geral da fase imperialista do capitalismo acarreta consequências das mais importantes, dentre as quais a de que o fascismo constitui uma "possibilidade histórica" (MARTUSCELLI, 2021, p. 11).

Essa constatação coloca em evidência o vanguardismo do texto pachukaniano. É verdade que alguns anos antes de suas reflexões, Clara Zetkin havia elaborado sua análise política sobre o fascismo. Entretanto, o texto de Zetkin parece localizar a possibilidade do fascismo como uma marca do *capitalismo em geral* ou, mais corretamente, "como uma expressão da decadência e desintegração da economia capitalista" (ZETKIN, 2019a, p. 37), mas não, especificamente, da sua fase monopolista.

O uso do termo "imperialista", que aparece apenas em sua resolução (ZETKIN, 2019, p. 77-84), é preciso reconhecer, refere-se ao caráter que ela atribui à Primeira Guerra Mundial, mas não à caracterização do estágio do capitalismo em sua relação com o fascismo. E para reafirmar a importância dessa sutil distinção entre *capitalismo* e sua forma *imperialista* na análise do fascismo, vejamos o que diria Poulantzas décadas mais tarde:

> Horkheimer, se erguendo muito cedo contra a série de concepções do 'totalitarismo', dizia: 'Mas aquele que não quer falar de capitalismo, deveria também se calar no que concerne ao fascismo.' Isto, com todo rigor, é falso: é aquele que não quer falar de imperialismo [...] deveria assim se calar

5 Esta é uma marca distintiva importante entre a interpretação de Pachukanis e aquela feita pela Terceira Internacional, que relacionava o fascismo com a leitura economicista do baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas. A respeito dessa crítica: Poulantzas (2021, p. 107). Sobre o antieconomicismo de Pachukanis: Akamine Jr. et al. (2022, p. 133-156).

> no que concerne ao fascismo. Com efeito, o fascismo se situa no estágio imperialista do capitalismo (POULANTZAS, 2021, p. 26).

Igualmente, em 1935, portanto, quase uma década após os escritos de Pachukanis, seria Palmiro Togliatti o responsável por reiterar essa constatação, ressalta-se, já presente no texto pachukaniano: "*não se pode saber o que é o fascismo se não se conhece o imperialismo*" (TOGLIATTI, 1978, p. 3). Assim compreendido, isto é, como um fenômeno inscrito no estágio imperialista, o fascismo deixa de ser apenas uma situação circunscrita historicamente às experiências alemã e italiana da primeira metade do século passado.

A consequência dessa análise é a afirmação da possibilidade histórica do fascismo no tempo presente. O fascismo, nessa perspectiva, não é uma negação ou uma anomalia do capitalismo, mas uma probabilidade que pode ou não se consolidar, a depender da relação de forças e das lutas travadas entre as classes sociais e suas frações nas diferentes instâncias que estruturam as relações de produção capitalistas numa formação social concreta.

1.2. Classes e frações de classe

Apontando o respectivo papel de cada uma das forças sociais por ele identificadas no processo de fascistização até a consolidação da ditadura fascista, o texto pachukaniano nos coloca diante, fundamentalmente, de três dessas forças sociais, sem considerar aqui as frações burguesas, que, no fascismo italiano, segundo ele, eram constituídas pela burguesia industrial e pela burguesia financeira (Pachukanis, 2020a p. 26). Assim, de acordo com o jurista bolchevique seriam sobretudo três forças fundamentais cujos papéis se destacavam no fascismo italiano: i) o grande capital ou a grande burguesia; ii) a pequena burguesia; iii) e o proletariado.

Oswaldo Akamine Jr. (2020), ao comentar o texto pachukaniano, afirma: "Pachukanis aponta o componente de classe que marca essencialmente o fascismo, trazendo à tona as imbricações do movimento político com os gigantes da indústria e do mercado financeiro". Pois bem, Pachukanis registra, mais de uma vez, que a força dirigente do fascismo é o grande capital. Entretanto, também em mais de uma oportunidade, Pachukanis relaciona o fascismo às frações da burguesia industrial e financeira, para excluir, no caso italiano, a burguesia fundiária.

Esse ponto é fundamental para o debate atual sobre a conjuntura brasileiras, sobretudo se pensarmos nos termos da divergência entre Boito Jr. e Boron (Boito Jr., 2019,

p. 3)[6].A propósito desse tema, pensamos que o tratamento dado por Pachukanis comporta dois níveis distintos de análise: um conjuntural e outro conceitual.

Dessa forma, podemos perceber que é no momento em que ele analisa a conjuntura italiana que surge a precisa relação entre a hegemonia burguesia do capital nacional industrial e financeiro e o fascismo italiano (Pachukanis 2020b, p. 57). Por outro lado, no momento em que formula um conceito para o fascismo, Pachukanis (2020b, p. 59) abandona a hegemonia desta ou daquela fração de uma dada formação no bloco no poder para se referir ao fascismo como ditadura da grande burguesia.

Esse segundo nível de sua análise nos permite concluir pela possibilidade de que haja alguma variação da classe ou fração que exerce a hegemonia no bloco no poder na ditadura fascista, o que aproximaria sua perspectiva daquela, por exemplo, sustentada por Boito Jr., marcada pela recusa ao historicismo e à ideia de que o fascismo estaria restrito às experiências do século XX e a uma formação hegemônica específica no bloco no poder.

Dito isso, podemos retornar às três forças sociais consideradas por Pachukanis. Assim, no que diz respeito à pequena burguesia, de acordo com ele, esta seria formada pela intelectualidade técnica, pelos servidores públicos e pela juventude acadêmica (PACHUKANIS, 2020a, p. 32). A respeito da grande burguesia ou do grande capital, Pachukanis (2020a, p. 26, itálico nosso) assevera o seguinte: "agora está claro para todos os observadores que a ditadura de Mussolini *não é uma ditadura da pequena burguesia* nem de grandes proprietários de terra, *mas uma ditadura dos grandes industriais e do capital financeiro*".

Essa passagem revela que, além da possibilidade de sua variação a depender desta ou daquela formação social, as classes ou as frações de classes que comandam e dirigem o processo de fascistização, segundo o jurista bolchevique, são aquelas que, para usar noções tomadas de empréstimo de Poulantzas (2019; 2021), disputam o exercício da hegemonia no bloco no poder.

Desse modo, se consideramos como adequada a crítica de Palmiro Togliatti (1978, p. 1-3) sobre as concepções errôneas que dominaram as primeiras análises sobre o fascismo, especialmente em torno do papel da pequena burguesia, então poderíamos afirmar que

6 A divergência consiste, essencialmente, na possibilidade ou não da relação entre o fascismo e a hegemonia burguesa dominante de apenas uma ou de diferentes frações que integram o bloco no poder.

Pachukanis escaparia ileso à sua crítica, como vimos acima, ao deixar claro que *o fascismo não é uma ditadura da pequena burguesia*.

A respeito da segunda, isto é, da pequena burguesa, Pachukanis afirma o seguinte:

> A exasperação da pequena burguesia e da intelectualidade de centro contra os operários *constituiu, ainda, a base por meio da qual o fascismo pôde estabelecer a sua primeira célula*. No futuro, esse movimento deveria inevitavelmente fechar com a ultrarreação, com os proprietários, com grupos monarquistas e com o capital financeiro, formando com este uma frente única. (PACHUKANIS, 2020a, p. 36, itálico nosso).

No fascismo, portanto, a pequena burguesia se apresente como força social organizada que atua como suporte, sendo esta uma de suas marcas distintivas fundamentais em relação à ditadura bonapartista. É interessante notarmos também que no trecho acima citado, Pachukanis está claramente trabalhando na chave da distinção entre a *ditadura fascista* propriamente dita, isto é, o *regime* dirigido pelas frações hegemônicas, e a base que é dirigida, ou seja, a força social organizada que constitui o *movimento* de fascistização.

Para a revolucionária alemã Clara Zetkin, de fato, um dos principais caracteres do fascismo assenta no seu caráter de massas (ZETKIN, 2019a, p. 41). Entretanto, seus textos não chegam a precisar a distinção em torno do papel das classes dirigentes e das classes intermediárias no fascismo. Por vezes, Zetkin se limita a utilizar generalizações (como "amplas massas", "pequena casta", "amplas camadas") que podem se prestar a erro, ou, o que é ainda mais problemático, a pôr em relevo apenas o caráter pequeno-burguês do fascismo (ZETKIN, 2019b, p. 77), concentrando-se precisamente neste ponto a breve crítica que Togliatti (1978, p. 1) dirige à revolucionária alemã.

Já o proletariado e suas organizações, de acordo com Pachukanis, constituem o alvo dos ataques promovidos pelo movimento pequeno-burguês e pela ditadura fascista do grande capital (PACHUKANIS, 2020b, p. 55-59). Por outro lado, de acordo com o jurista bolchevique, que neste ponto converge com as posições de Zetkin (2019b, p. 93), enquanto força social, compete precisamente ao proletariado e à sua principal organização política, o partido, a função de combater o fascismo, o que exige, para sermos fiel à sua leitura, impulsionar a luta anticapitalista e fortalecer as organizações da classe trabalhadora, e não, ao contrário, reivindicar um certo reforço da democracia liberal burguesa. Em síntese, contra a ditadura fascista, Pachukanis (2020b, p. 61) propõe a ditadura do proletariado.

1.3. O movimento de massa e o seu caráter reacionário

A repressão contra o proletariado e suas organizações pelo movimento e pela ditadura fascistas exige, entretanto, a constituição de uma *força social organizada*. Daí a constatação de Pachukanis de que uma das características do fascismo, "e talvez a *mais marcante – é o uso da organização de massa*, além da organização disciplinada, construída à maneira da guerra" (PACHUKANIS, 2020a, p. 33, itálico nosso). Atribuir como a "mais marcante" característica do fascismo a constituição de uma força social ativa e organizada, permite à formulação pachukaniana afastar noções equivocadas que vinculam o fascismo às incursões e projetos pessoais e sobretudo de outros tipos de ditadura.

Na análise de uma conjuntura concreta, portanto, na perspectiva pachukaniana, seria decisivo identificar a existência ou não do movimento de massas, bem como o caráter de suas organizações. Um regime não é fascista porque assim se declara o seu líder. Dentre os seus componentes característicos básicos é preciso identificar a presença dessa força social ativa, isto é, a organização de massa, sem a qual, pelo menos a partir do texto pachukaniano, não estaríamos autorizados a falar da presença do fascismo.

Importa ressaltar, como demonstração do grau de precisão de sua análise, que Pachukanis (2020a, p. 34) capta a dimensão contraditória do movimento de massa formado predominantemente pela pequena burguesia: "no uso da organização política de massas está a fonte da força e a fonte da fraqueza de Mussolini". Ora, se o fascismo não é a ditadura da pequena burguesia, mas de frações da grande burguesia, então a sua política econômica está "dirigida à satisfação dos interesses do grande capital" (PACHUKANIS, 2020a, p. 45).

Logo, o movimento de massa da pequena burguesa constitui tão somente o apoio ativo e necessário à burguesia e suas frações dominantes, que não hesitarão em abandoná-la quando a adoção de certas medidas for necessária à preservação de seus próprios interesses, o que acaba por estremecer essa relação constituída sobre uma aliança frágil e permeada por interesses contraditórios:

> Fonte da força, porque Mussolini tem aqui um ponto de apoio, tem à disposição uma força política na qual se apoiar quando é preciso lutar contra outras forças. Na Itália, tem a monarquia, tem a Igreja católica, tem o Exército, tem o grande capital [...]. Mussolini tem a seu dispor uma organização política de massas, a qual, incluindo as camadas pequenos e até proletárias, pode balançar. Mas, para tê-la a seu dispor, deve fazer-lhe determinadas concessões demagógicas. Em essência, deve prejudicar a possibilidade de estabelecimento de uma ordem burguesa duradoura, deve

> continuar e aprofundar a luta entre os fascistas e os elementos antifascistas da burguesia (PACHUKANIS, 2020a, p. 34).

Ainda nas palavras do jurista bolchevique, o "calcanhar de Aquiles do regime fascista reside no fato de que ele deve conduzir a política do *grande capital*, apoiando-se na organização das massas, na qual estão predominantemente *pequeno-burgueses* [...]" (PACHUKANIS, 2020b, p. 60-61, itálico nosso). Dito de outra forma, no texto pachukaniano, verificamos que a burguesia e suas frações – que neste último caso, na situação italiana, designam o capital financeiro e industrial –, se apoiam nas classes intermediárias – esta última formada pela pequena burguesia –, que, organizadas numa frágil aliança, marcham rumo ao *movimento* e à *ditadura f*ascistas, cujo principal inimigo é a classe trabalhadora e as suas organizações.

Apesar de certo caráter assistemático, Pachukanis nos permite estabelecer uma distinção entre *movimento* de fascistização e *ditadura* fascista, o que lhe foi útil para compreender com maior nitidez o papel da pequena burguesia enquanto uma massa organizada, isto é, enquanto força social ativa e ao mesmo tempo subordinada, que dá corpo ao processo que pode ou não consolidar um regime de ditadura fascista dirigido pelas frações burguesas, bem como as contradições entre classes e entre os interesses de classe que se apresentam na cena política aparente. Apesar disso, é preciso reconhecer que essa distinção entre movimento de fascistização e ditadura fascista seria desenvolvida com maior precisão por Togliatti, em 1935, e Poulantzas, em 1970.

Finalmente, é preciso tratarmos do que poderíamos chamar de componente predicado, isto é, do elemento que qualifica o caráter dessa força social organizada: a "decomposição da ideologia democrático-burguesa" (PACHUKANIS, 2020a, p. 29). Isso significa que as massas do fascismo têm como um de seus elementos básicos caracterizadores o *reacionarismo*. Em outras palavras, o fascismo se opõe tanto ao proletariado e suas organizações quanto aos "princípios liberais e democráticos" (PACHUKANIS, 2020b, p. 59):

> O ponto característico consiste no fato de que a organização fascista, desde o início, se orienta na luta pelo poder, e ademais na luta por todos os meios, incluindo aqueles que violam diretamente a legalidade existente. É essa atitude direta em relação à tomada do poder de Estado que diferencia nitidamente o movimento fascista das organizações políticas de tipo parlamentar. (PACHUKANIS, 2020a, p. 33, itálico nosso).

Uma década depois, Togliatti ressaltaria, de modo mais explícito, esse mesmo elemento caracterizador do fascismo.

> A burguesia deve voltar-se contra o que ela própria criou, pois o que outrora foi para ela um elemento de desenvolvimento tornou-se hoje um obstáculo à conservação da sociedade capitalista. É por isso que a burguesia torna-se reacionária e recorre ao fascismo. (TOGLIATTI, 1978, p. 4).

Assim, o que a leitura do texto pachukaniano nos permite extrair, em seu conjunto, é que o caráter reacionário do fascismo corresponde a duas dimensões distintas: i) à luta contra o proletariado e suas organizações; ii) e à luta contra o parlamentarismo democrático-burguês. Togliatti, posteriormente, recuperaria de modo sistemático essa mesma ideia ao afirmar que:

> O fascismo não significa apenas a luta contra a democracia burguesa, não podemos empregar essa expressão apenas quando estamos em presença dessa luta. Devemos empregá-la apenas quando a luta contra a classe operária se desenvolve sobre uma nova base de massa de caráter pequeno-burguês (TOGLIATTI, 1978, p. 5).

Verificamos, portanto, que o movimento de massa do fascismo, de acordo com Pachukanis, marca também uma reação contra as forças progressistas e as mudanças econômicas, políticas, morais e ideológicas por elas desencadeadas. No caso italiano analisado por Pachukanis, essa reação estava marcada precisamente pela negação dos princípios liberais e democrático-burgueses, bem como pela reação ao movimento organizado do proletariado: "o grande capital, em determinadas condições, vê-se obrigado a declinar dos métodos de organização democrática das massas" (PACHUKANIS, 2020a, p. 53).

2. Os limites *relativos* do texto pachukaniano

O acúmulo teórico proporcionado por quase cinco décadas de desenvolvimento da teoria marxista que separam Poulantzas de Pachukanis, contribuiu para que o intelectual grego-francês elaborasse um sistema conceitual robusto na compreensão do fascismo. E, claro, depois de estabelecermos contato com a sua obra *Fascismo e Ditadura* (2021, 383 p.), nos deparamos com os limites das reflexões anteriores dedicadas ao mesmo tema. É o que ocorre se voltamos nosso olhar para o texto pachukaniano, apesar, reitera-se, da lucidez e

precisão com que trabalha o jurista bolchevique e cujas reflexões encontravam diversos limites, dente os quais e principalmente a perseguição stalinista.

Feita essa ponderação, gostaríamos de apontar uma limitação que se destaca no texto pachukaniano, sabendo o leitor que o conhecimento dessa limitação, a rigor, decorre de uma perspectiva "contaminada" pela contribuição de Poulantzas. Objetivamente, a limitação que verificamos no texto de Pachukanis diz respeito à pouca importância com que o jurista bolchevique parece tratar a instância ideológica do fascismo.

Antes de prosseguirmos, pensamos ser importante registrar a pertinência da realização de um estudo sobre o papel da crise política – se é que ele existe – no texto pachukaniano e sua relação com o fascismo, considerando aqui o rigor poulantziano aplicado ao conceito de *crise política* como o elemento desencadeador e correspondente ao "advento do fascismo" (POULANTZAS, 2021, p. 66).[7]

Notemos que o conceito de crise política, a partir de Poulantzas, torna-se central na compreensão do fascismo. Não à toa, é precisamente da análise da crise política brasileira que o cientista político Armando Boito Jr. (2019; 2020; 2021) parte em sua proposta de caracterização do bolsonarismo como movimento e governo neofascistas.

A pertinência desse estudo da crise política em Pachukanis reside no fato de que em diversas passagens, sobretudo no verbete *Fascismo* (2020b, p. 57-61), o jurista bolchevique recupera, dentre outros, os elementos da cena política e do papel dos aparelhos e dos partidos políticos no processo de fascistização e na ditadura fascista, sempre em permanente relação com aquilo que está para além da superfície aparente, isto é, com a análise da luta de classes e suas frações, sobretudo com a análise do papel desempenhado pela pequena burguesia, que constituía uma força política ativa e organizada por uma frágil *aliança* com o grande capital (PACHUKANIS, 2020a, p. 36-37).

E, com Poulantzas (2021, p. 267), verificamos de forma mais depurada e sistemática que a crise política reside precisamente na constituição da pequena burguesia como força social que deixa de atuar a reboque para se aliar com o grande capital. São muitas as convergências entre ambos. É preciso reconhecer, nesse sentido, que no texto

7 Registramos, porém, que este não é o único elemento que permite caracterizar a crise política desencadeadora do fascismo. É preciso considerar, ademais, a crise ideológica generalizada e a correlação de forças entre as estratégias de ofensiva da burguesia e de defesa da classe trabalhadora (Poulantzas, 2021, p. 82-90)

pachukaniano, sem perder o papel das determinações econômicas, é a superestrutura política que ganha relevo.

Feita essa ressalva, voltemos ao tema da ideologia e sua relação com o fascismo no texto pachukaniano. A ideologia, portanto, não está ausente, apesar do seu tratamento ser bastante limitado. Diz o jurista bolchevique que "no terreno puramente ideológico, o fascismo não deu nada de novo, de original e de acabado" (PACHUKANIS, 2020a, p. 29). É curioso, entretanto, que mesmo diante de tal afirmação, Pachukanis (2020a, p. 27) reconheça como principais componentes da ideologia fascista os seguintes caracteres: i) o *primitivismo* ou o que em nosso entender seria o mesmo que *reacionarismo*; ii) a variedade de apropriações e, como consequência disso, o seu *caráter de mosaico*; iii) e a *contradição*. De algum modo, esses componentes da ideologia fascista apareceriam tanto no texto de Togliatti quanto na obra de Poulantzas. Vejamos:

> Podemos indicar aqui as linhas gerais dessa ideologia, nos atendo a mostrar mais precisamente sua face imperialista e sua face pequeno-burguesa. Mas não é questão de entrar em uma análise sistemática. De fato, a 'ideologia fascista' não pode constituir um objeto de pesquisa nos mesmos moldes que os conjuntos ideológicos essencialmente ligados à burguesia e à classe operária: trata-se, antes de tudo, Togliatti o havia justamente assinalado, de um *amálgama de elementos contraditórios* [...]. (POULANTZAS, 2021, p. 270-271).

Ora, a noção de *amálgama de elementos contraditórios* (Togliatti) oferece exatamente a mesma ideia subjacente à noção de *mosaico de contradições* (Pachukanis), noção esta que Clara Zetkin forneceu algumas poucas, mas importantes pistas (2019a, p. 53; 2019b, p.80). Portanto, verificamos que o limite do texto pachukaniano é *relativo*. Isso significa dizer que, se por um lado, ele secundariza ou subordina a análise do fascismo na sua dimensão ideológica, por outro, as poucas palavras por ele pronunciadas a respeito da ideologia são de alcance surpreendente.

E aqui pensamos ser necessário separar duas dimensões que envolvem o tema da ideologia relacionada ao fascismo: de um lado, a noção de *crise ideológica*, tal como desenvolvida por Poulantzas; e, de outro, a *ideologia fascista* e seus componentes e predicados. A rigor, são noções distintas. O primeiro caso, segundo Poulantzas (2021, p. 84), se refere à crise da ideologia dominante numa dada formação social, mas que pode assumir também o aspecto de uma crise ideológica generalizada, como é o caso do fascismo; a segunda se limita a apontar, de forma indicativa, os traços fundamentais da ideologia fascista.

Surge neste momento, ainda com maior nitidez, o relativo limite do texto pachukaniano a que nos referíamos, isto é, a ausência de uma análise próxima daquilo que seria para Poulantzas a "crise ideológica" presente no processo de fascistização. Graças a essa ausência, Pachukanis não foi capaz de investigar, por exemplo e com o rigor devido, a influência da ideologia pequeno-burguesa sobre o proletariado e suas organizações, o que pode ser explicado, segundo nossa hipótese, pela abordagem até certo ponto subordinada da ideologia em sua análise.

Sendo Pachukanis, como acreditamos, um dos teóricos que passa a compor a bibliografia obrigatória dos estudos clássicos do fascismo na tradição marxista, esta seria uma ausência notável, o que impõe a impossibilidade de se afirmar que a análise pachukaniana é "a mais importante reflexão marxista sobre o tema" (MASCARO, 2021, p. 23). Longe disso, o que nos parece exato é que a contribuição de Pachukanis integra o conjunto de estudos incontornáveis sobre o assunto, mas que demanda a mobilização de inúmeros outros conceitos desenvolvidos posteriormente à sua reflexão.

Finalmente, voltemos nossa atenção para aqueles três mencionados componentes predicativos da ideologia fascista, de acordo com Pachukanis. O primeiro deles, o *reacionarismo*, está fortemente vinculado com a luta contra o parlamentarismo, contra os princípios democráticos burgueses e também contra as ideias progressistas; o segundo e o terceiro, quais sejam, o caráter de *mosaico* e a *contradição*, evidenciam para o jurista bolchevique aquilo que Poulantzas (2021, p. 271) chamaria mais tarde de "contradições internas da ideologia fascista", que, em última instância, decorrem da contraditória e frágil aliança entre classes e frações e da relação não-homóloga por elas estabelecida nos aparelhos e no poder de Estado. Notemos como Togliatti sistematizou essas ideias:

> Vejamos agora um outro problema: a questão da ideologia fascista. Que representa ela nesta luta? Analisando esta ideologia o que encontramos? De tudo. É uma ideologia eclética [...]. A ideologia fascista contém uma série de elementos heterogêneos. Devemos ter isto presente porque esta característica nos permite compreender para que serve essa ideologia. Ela serve para unificar diversas correntes na luta pela ditadura sobre as massas trabalhadoras e para criar, com este fim, um amplo movimento de massas. A ideologia fascista é um instrumento criado para manter ligados esses elementos (TOGLIATTI, 1978, p. 8-9).

Essa perspectiva reforça a nossa crítica a Pachukanis quando este afirma que a ideologia fascista "não ofereceu nada de novo". Muito pelo contrário, a fragilidade da

aliança entre pequena burguesia, burguesia, grande burguesia e suas frações, em alguma medida, encontra na ideologia fascista a sua base de sustentação, ainda que profundamente contraditória. Em outras palavras, devido aos interesses contraditórios dessas classes e frações em aliança, a ideologia assumiu um caráter aberto e eclético, sendo funcional ao processo de fascistização.

E, para além desses três caracteres, há ainda os "pontos de colusão" (POULANTZAS, 2021, p. 271), isto é, os componentes integradores desse "conluio" entre classes e frações, dentre os quais, para encerrar, poderíamos citar, segundo reconhece o próprio Pachukanis: o nacionalismo, o militarismo, o racismo e o antissemitismo. Esses pontos de colusão seriam a rigor os componentes da ideologia fascista, dimensão que é adjacente aos três componentes caracterizadores dessa mesma ideologia, mas que não se confundem.

Em linhas gerais, o caráter relativo do limite aqui apontado sobre o texto pachukaniano, que capta os principais caracteres da ideologia fascista – sendo esta uma grande contribuição, acarretou a impossibilidade do jurista bolchevique de desenvolver e articular a relação entre ideologia e crise ideológica, bem como entre ideologia e instância política. Caso contrário, Pachukanis teria não apenas captado a novidade da ideologia fascista, que de fato detinha algo de novo a fornecer, mas teria também percebido que o tal primitivismo ou reacionarismo ideológico se expressou na luta política contra o parlamentarismo e os princípios democráticos burgueses. Ideologia, crise ideológica e crise política estão profundamente relacionadas (*e.g.* POULANTZAS, 2021, p. 85).

3. O bolsonarismo e os componentes básicos caracterizadores do fascismo

No presente e derradeiro tópico, voltaremos a nossa atenção para o que pensamos ser um ponto de convergência entre Pachukanis e os fundamentos teóricos que ancoram as recentes reflexões de Armando Boito Jr. Acreditamos que essa convergência reside sobretudo nos traços mais essenciais para a elaboração de um conceito teórico do fascismo que seja geral e sintético.

No que diz respeito à interpretação do "bolsonarismo", nos últimos anos, Boito Jr. (2021; 2020; 2019) tem se dedicado a uma tarefa que envolve a formulação de um conceito teórico de fascismo que seja ao mesmo tempo geral e sintético, bem como a caracterização

do "bolsonarismo" como *movimento neofascista* e como *governo neofascista* que *tende* à *ditadura neofascista*.

Situando brevemente o debate, Boito Jr. propõe a formulação de um conceito de fascismo que, à luz das experiências históricas e da teoria geral da política e do Estado, seja capaz de superar aquilo que, segundo ele, seriam dois grandes equívocos: i) o equívoco *historicista*, consistente na circunscrição e no confinamento do fascismo às experiências verificadas na Itália e Alemanha; ii) o equívoco *descritivo* e *empiricista*, que, partindo diretamente do fato sensível, sem apontar critérios teórico-metodológicos, elenca uma série de atributos não relacionados entre si e sobre os quais jamais são dadas a saber as determinações principais e secundárias (BOITO JR., 2020 p. 113-114).

Portanto, na busca por um conceito geral e sintético, segundo o citado cientista político, é preciso ir além das análises que restringem o fascismo às experiências italiana e alemã e também superar aqueles estudos que traçam uma espécie de rol indicativo a partir do qual se procura identificar em eventos similares a presença ou não do fascismo.

Em seguida, o autor aponta como apoio para sua reflexão teórica, principalmente, três autores: Togliatti, Poulantzas e Guérin, cujos estudos integram "as análises marxistas sobre o fascismo" (BOITO JR., 2020, p. 115), com alguma preponderância dos dois primeiros, diríamos: "inspirados na análise de autores como Palmiro Togliatti e Nicos Poulantzas, sustentamos a legitimidade teórica de um conceito geral de fascismo, isto é, um conceito de fascismo que transcenda as particularidades do fascismo original, italiano ou alemão" (BOITO JR., 2021, p. 2).

Assim, munido dos conceitos fornecidos por Togliatti (1978, p. 5) e Poulantzas (2021, p. 25) sobre aquilo que ambos compreendem por *ditadura* fascista, Boito Jr. (2021, p. 3) chega ao seguinte resultado: "o fascismo é uma ditadura cujo regime político é um regime reacionário de massa". Neste ponto, o autor registra uma importante e sutil distinção entre movimento fascista, ditadura fascista e governo fascista. A consequência disso é que, segundo ele, torna-se possível concebermos um governo fascista ou, no caso brasileiro, um governo neofacista, sem que, necessariamente, haja a consolidação de um regime ditatorial fascista (Boito Jr., 2019, p. 3; 2020, p. 111).

Nesse sentido, para sermos fiéis à análise do autor., precisamos considerar essas três gradações ou dimensões (movimento, governo e ditadura) na análise do fascismo. Não iremos aqui recuperar cada uma das determinações da conjuntura brasileira mencionadas

pelo cientista político Armando Boito Jr., mas destacaremos apenas a sua definição de fascismo, que, diante do objetivo que traçamos, nos parece ser o fundamental:

> Definimos o movimento fascista como um movimento reacionário de massa e, seguindo Togliatti, a ditadura fascista como um regime reacionário de massa. Esse elemento a distingue da ditadura militar – questão muito discutida na esquerda brasileira nas décadas de 1960 e 1970. O fascismo é, digamos assim e tomando emprestada a terminologia da biologia, o gênero, sendo o fascismo original e o neofascismo brasileiro duas espécies diferentes do gênero à qual ambas pertencem. Cada uma das duas espécies citadas realiza as qualidades do gênero de um modo particular. (BOITO JR., 2020, p. 115).

Em termos metodológicos, verificamos a formulação de um conceito de fascismo que, enquanto gênero, busca captar aquilo que há de essencial ou universal no fenômeno, para, em seguida, afirmar a possibilidade de seu desdobramento em duas diferentes espécies, quais sejam, o fascismo das experiências italiana e alemã, de um lado, e o neofascismo brasileiro, de outro, espécies estas que nas suas particularidades incorporam a universalidade do fenômeno e, ao mesmo tempo, nela expressam a marca de suas singularidades.

De forma ilustrativa, se tomarmos um dos componentes que formam a universalidade do fascismo, como é o caso da presença das *camadas intermediárias que constituem o movimento de massa*, poderemos verificar que cada uma das espécies particulares incorporam essa determinação, mas a partir das particularidades que lhes são próprias e que acabam por expressar na universalidade as suas singularidades: é o caso da composição dessa massa, que é "predominantemente pequeno-burguesa no fascismo original e predominantemente de classe média [...] no neofascismo brasileiro" (BOITO JR., 2021, p. 4).

Outra ilustração possível diz respeito às frações que estão em luta pela hegemonia no bloco no poder, divergência que acabou por marcar uma espécie de oposição entre Atilio Boron e Boito Jr. na caracterização do bolsonarismo a partir da noção de fascismo. Segundo este último, ao contrário de Boron, seria possível falar de um deslocamento da burguesia nacional como fração hegemônica, no caso do fascismo original, para, eventualmente, uma hegemonia do capital internacional, no caso brasileiro, que é marcado por uma economia dependente e periférica (BOITO JR., 2019, p. 3).

Feitas essas brevíssimas considerações a respeito das reflexões de Boito Jr., especialmente naquilo que diz respeito à elaboração de um conceito teórico geral e sintético de fascismo, podemos, finalmente, apontar os elementos de convergências entre sua reflexão, os referenciais por ele adotados e as contribuições de Pachukanis, tomando como ponto nodal dessa análise os principais caracteres apontados na primeira seção deste artigo.

Em *primeiro* lugar, é preciso recuperar, no texto pachukaniano, a centralidade do *imperialismo*, que, na reflexão de Boito Jr., coincide com a necessária superação do historicismo e do empiricismo. Neste ponto, Pachukanis assinalava em sua análise a inscrição do fascismo no estágio imperialista do capitalismo. Nesse sentido, há evidente convergência entre ambos, na medida em que a compreensão segundo a qual o fascismo constitui uma possibilidade inscrita no estágio de decomposição e estagnação do capitalismo monopolista, isto é, na sua fase imperialista (e hoje neoliberal), permite superar as noções historicistas e empiricistas, pois atribui ao fenômeno um caráter de *possibilidade* enquanto dominarem as atuais formas de relações de produção. Ao lado de Togliatti e Poulantzas, Pachukanis certamente contribui para o reforço dessa tese.

Em *segundo* lugar, apontamos a centralidade da perspectiva de classe do fascismo tanto no texto pachukaniano quanto nas análises de Boito Jr. e dos referenciais por ele utilizados. O caráter de classe do fascismo, segundo Pachukanis, compreende a aliança ideológica frágil e contraditória entre as camadas medias da pequena burguesia, da burguesia e também do grande capital, que tomam o proletariado, suas organizações e o campo progressista como seu principal alvo. Extrai-se daí a seguinte consequência para o caso brasileiro: se se adota a categoria do bonapartismo, perde-se uma das marcas do bolsonarismo, qual seja, a mobilização de camadas intermediárias da sociedade enquanto força ativa no processo de fascistização. Essa marca de classe do fascismo, bem como o papel desempenhado pelas camadas intermediárias no processo de fascistização, de um lado, e do grande capital na direção desse movimento, de outro, faz com que sejam convergentes Pachukanis, Togliatti e Poulantzas.

Em *terceiro* lugar, é preciso registrar a presença no texto pachukaniano do caráter *reacionário* do *movimento* de massa do fascismo, de um lado, bem como a sua distinção – ainda que ligeira e até certo ponto intuitiva – para o momento de *ditadura* fascista, de outro. O processo de fascistização, segundo o jurista bolchevique, ataca tanto o parlamento e os princípios liberais democrático-burgueses quanto o proletariado, suas organizações e as

ideias progressistas, podendo, enquanto tendência, resultar na "política do grande capital", ou seja, na ditadura fascista. Também esse elemento nos permite aproximar Pachukanis de Togliatti e de Poulantzas.

Considerações Finais

Ao realizarmos esse movimento que compreendeu, de um lado, a recuperação sistemática dos principais caracteres do fascismo a partir de nossa leitura do texto pachukaniano, e, de outro, o estabelecimento de um diálogo entre Pachukanis, Zetkin, Togliatti e Poulantzas, esperamos ter demonstrado a imprescindibilidade de Pachukanis na tradição marxista clássica dedicada ao estudo do fascismo.

Esperamos, ademais, ter logrado demonstrar as convergências existentes entre o texto pachukaniano e os principais referenciais adotados por Armando Boito Jr. em suas reflexões atuais sobre o "bolsonarismo" e, principalmente, na formulação de um conceito teórico geral e sintético de fascismo.

Apesar do limite que apontamos sobre a reflexão do jurista bolchevique, que certamente não é o único, um fator que não pode ser deixado de lado diz respeito ao ineditismo de muitos dos pressupostos que informam a noção de fascismo enquanto gênero, os quais, inclusive, são anteriores às clássicas lições de Togliatti, e que, do mesmo modo, escaparam à limitada interpretação feita pela Terceira Internacional Comunista na análise do fascismo.

Essa limitada interpretação se tornou oficial em dezembro de 1933. Naquele ano, o Décimo Terceiro Plenário do Comitê Executivo da Internacional Comunista (1934, p. 5-6, tradução nossa) aprovou a tese segundo a qual o fascismo seria "a ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro". A tese, assim como a íntegra do relatório, ignoram rotundamente o aspecto ideológico do fascismo orientado para a "adesão" pelo "consenso" das massas e para o qual Pachukanis (2020a, p. 29), especialmente ao analisar os discursos, as doutrinas e os pronunciamentos de Mussolini, chamava nossa atenção.

Em igual medida, tal formulação relaciona o fascismo apenas à hegemonia do capital financeiro, encerrando a sua tendência à hegemonia de uma única fração de classe. Por fim, diferentemente de Pachukanis, que realiza, no mais forte sentido do termo, uma análise

concreta da situação concreta, o relatório da Internacional Comunista tende a universalizar o fascismo aos demais países sem considerar as suas singularidades, o que revela mais uma preocupação de subordinação política incondicional dos Partidos Comunistas ao Partido Comunista da URSS do que uma compreensão científica e objetiva do fenômeno.

Finalmente, considerando a intuitiva distinção entre movimento e ditadura fascista no texto pachukaniano, o fundamental na definição do fascismo precisa compreender sobretudo três aspectos: a sua possibilidade histórica inscrita no atual estágio *imperialista* do capitalismo neoliberal; o seu *caráter de classe*, que nos permite identificar que o alvo e também a força social capaz de derrotar o fascismo reside na classe trabalhadora e em suas organizações.

Neste ponto, é preciso destacar também a força ativa desempenhada pela pequena burguesia, que, apesar de não controlar ou dirigir o processo de fascistização, atua como suporte ("classe-apoio") das frações burguesas; por último, deve-se considerar também o *caráter reacionário* ou primitivista, bem como o mosaico de contradições, que caracterizam a ideologia fascista.

Referências

AKAMINE JR., Oswaldo. Pachukanis e o componente de classe que marca o fascismo. *Revista Cult*. 16 de nov. 2020. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/fascismo-pachukanis/. Acesso em: 10 nov. 2021

AKAMINE JR., *et al. Uma introdução a Pachukanis*. 1.ed. Campinas: Lutas Anticapital, 2022.

BOITO Jr., Armando. O neofascismo no Brasil. *Boletim Lieri*. Número 1 – Maio de 2019. Disponível em: https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/05/Boletim-1-O-Neofascismo-no-Brasil-1.pdf. Acesso em: 10 de nov. 2021.

_____. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. In: *Crítica Marxista*, Campinas, n.50, p.111-119, 2020.

_____. O caminho brasileiro para o fascismo. *Caderno CRH*, [S. l.], v. 34, p. e021009, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.35578. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/35578. Acesso em: 10 nov. 2021.

DÉCIMO Terceiro Plenário Do Comitê Executivo Da Internacional Comunista. *Theses and decisions*. 1.ed. Nova Iorque: Workers Library Publishers, 1934.

HANSEN, Thiago. Fascismo pelos olhos de Pachukanis. *Revista Direito e Práxis*, [S.l.], set. 2021. ISSN 2179-8966. Disponível em: <https:// www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/59115>. Acesso em: 10 nov. 2021.

LENIN, Vladmir. *O imperialismo*: fase superior do capitalismo. Trad. Leila Prado. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Prefácio. In. POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. Trad. Bethânia Negreiros Barroso. 1.ed. Florianópolis – SC: Enunciado Publicações, 2021, pp. 11-19.

MASCARO, Alysson Leandro. Prefácio. In. PACHUKANIS, Evgeni. *Fascismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2020, pp. 9-24.

PACHUKANIS, Evgeni. Para uma caracterização da ditadura fascista. In: *Fascismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2020a.

_____. Fascismo. In: *Fascismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2020b.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e classes sociais*. Trad. Maria Leonor F. R. Loureiro. 1. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

_____. *Fascismo e ditadura*. Trad. Bethânia Negreiros Barroso. 1.ed. Florianópolis – SC: Enunciado Publicações, 2021.

TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o fascismo*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira. 1.ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

ZETKIN, Clara. A luta contra o fascismo. In: *Como nasce e morre o fascismo*. Trad. Eli Moraes. 1.ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2019a.

_____. Resolução sobre o fascismo. In: *Como nasce e morre o fascismo*. Trad. Eli Moraes. 1.ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2019b.

Fake News e Pandemia: a propagação do discurso "anticientífico" por grupos bolsonaristas em redes sociais digitais no Brasil no contexto da Covid-19

Fábio Roberto da Nóbrega Júnior[1]

Resumo

Este artigo investiga a atuação de seguidores do ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, que disseminou narrativas "anticiência" no contexto da pandemia pela Covid-19. O método adotado foi a etnografia digital, e a busca pelas palavras-chave nos grupos bolsonaristas investigados: "Covid-19", "pandemia", "cloroquina", "ciência", "isolamento social", "vacina" e "medicamento". Acerca da organização e interpretação dos dados, nos valemos do método da Análise do Discurso. Os resultados da pesquisa sugerem a negação da ciência como efeito da inter-relação entre discursos "antidemocráticos" e "anti-intelectualistas", que alimentam a desinformação e nutrem um movimento "antivacina" específico.

Palavras-chave: extrema direita; redes sociais digitais; Covid-19; grupos bolsonaristas; desinformação.

Abstract

This article investigates the activities of followers of the former president of Brazil, Jair Messias Bolsonaro, who disseminated "anti-science" narratives in the context of the Covid-19 pandemic. The adopted method was digital ethnography, and the search for the following keywords in Bolsonarist groups: "Covid-19", "pandemic", "chloroquine", "science", "social isolation", "vaccine" and "medicine". Regarding the organization and interpretation of data, we followed the Discourse Analysis method. The research results suggest the denial of science as an effect of the interrelationship between "anti-democratic" and "anti-intellectualist" discourses, which feed disinformation and nurture a specific "anti-vaccine" movement.

Keywords: extreme right; digital social media; Covid-19; Bolsonarist groups; disinformation.

[1] Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB). E-mail: jr.fabio22@gmail.com

Introdução

Este artigo investiga a atuação de seguidores de Jair Messias Bolsonaro (ex-presidente do Brasil e expoente da "extrema direita" nesse país), que disseminou narrativas "anticiência" no contexto da pandemia pela Covid-19. Através do compartilhamento de notícias falsas, eles se tornaram conhecidos como os atores principais da proliferação de inverdades nos eixos de prevenção, tratamento e imunização contra a doença.

Em um cenário pandêmico, as orientações das autoridades sanitárias passaram a ser atacadas em nome de posturas ideológicas e anticívicas (promovidas pelos seguidores de Bolsonaro nas redes sociais digitais). Em registro de pós-verdade, as narrativas "antivacina" divulgadas exprimem crenças pessoais e sentimentos morais dos indivíduos, que se identificam com o "eu" dos grupos (ADORNO, 2015). Para mapear estas narrativas, realizamos uma pesquisa em grupos bolsonaristas no WhatsApp e Telegram, no período de janeiro a maio de 2021, com a adoção do método da etnografia virtual. Constatamos marcadores semânticos nas declarações desses internautas que remetem à "formação discursiva bolsonarista", permeada pelos elementos do "negacionismo", "anticientificismo" e "anti-intelectualismo". Desse modo, os resultados da investigação sugerem um nexo entre a negação da ciência e discursos "antidemocráticos" postulados pela então maior autoridade pública do país, fomentando a desinformação ao mesmo tempo em que reforça o poder da formação discursiva bolsonarista.

O artigo está dividido em três partes. Em um primeiro momento, tratamos sobre o impacto das *fake news* no contexto sanitário da Covid-19, em que a "infodemia" corrobora para a circulação de "fatos alternativos" e "teorias conspiratórias". Na segunda parte, é esboçado um desenho da atual politização da saúde pública no Brasil em favor de crenças ideológicas e conteúdos mediatizados (que animam a agitação bolsonarista). Em seguida, apresentamos nossa contribuição à discussão, fruto de uma etnografia virtual realizada junto a grupos bolsonaristas *online*. A isso se segue uma breve conclusão acerca de nossos achados.

1. Disputas discursivas no contexto da Covid-19: pós-verdade, *fake news* e infodemia

Após emissão de alerta da Organização Mundial de Saúde, em março de 2020, o mundo foi alertado sobre um novo vírus, SARS-CoV-2, que avançava na velocidade característica de tempos de pandemia. Comumente conhecido como Covid-19 (sétimo da família Coronavírus, com capacidade de infectar humanos), seu ponto geográfico inicial de contágio foi a cidade de Wuhan, na China. Posteriormente, esse vírus se alastrou para outros continentes. Em vários países, os governos federais adotaram medidas de isolamento social como um meio de prevenção do contágio entre a população. Mas, muitos governos e a sociedade civil se viram diante do desafio de além de combater a proliferação da doença, também lidar com a grande circulação de notícias falsas sobre a Covid-19 pelas mídias digitais, tais como Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp etc. Em saúde coletiva, a comunicação com públicos leigos sobre prevenção, tratamento e imunização a partir de informações confiáveis é essencial para se garantir o controle de uma epidemia ou pandemia (LEAL; VIANNA, 2013).

O espalhamento de notícias falsas no contexto pandêmico foi denominado de "infodemia", resultando em uma resposta inadequada no combate ao vírus (SOARES; BONOTO; VIEGAS; SALGUEIRO; RECUERO, 2020). As *fake news* criam ondas de desinformação e enganam os usuários das redes de sociabilidade *online*, através de suas ferramentas de compartilhamento, tais como imagens, gifs, vídeos ou mesmo textos (SOUSA JÚNIOR; RAASCH; SOARES; RIBEIRO, 2020, p. 336). As implicações nocivas da difusão de *fake news* se tornam ainda mais graves quando estamos inseridos em "bolhas" no mundo digital, isto é, câmaras de eco que repetem crenças viciadas e inamovíveis (SANTAELLA, 2020). Esses filtros ideológicos colocam usuários mal-informados a serviço de interesses políticos obscuros, refletindo uma crença política unilateral.

Com a ascensão das mídias digitais, testemunhamos em processos consultivos populares (como eleições e plebiscito), a polarização política potencializada por canais eletrônicos que atuam na descentralização de informações, desfavorecendo, principalmente, veículos de comunicação concebidos como tradicionais e centrais na nossa esfera pública. No caso do Brasil, pode-se citar a Folha de São Paulo, G1, O GLOBO, dentre outros, que são consideradas mídias de credibilidade, submetidas às regulamentações

pelo Estado. Mas, também vemos um ceticismo generalizado de públicos com relação às instituições políticas e democráticas (FERNANDES; OLIVEIRA; COIMBRA; CAMPOS, 2020, p. 11).

No contexto pandêmico e com a difusão de notícias falsas, isso coaduna o descrédito em sistemas peritos (ciência) e das instituições globais de saúde. Todos esses fatores se tornam um terreno fértil para a manipulação e a falsificação de informações precisas. Tal universo refletido por crenças viciadas, promovido pela popularização das mídias digitais (CESARINO, 2019, p. 13), pode ser denominado de "era da pós-verdade" (SANTAELLA, 2020, p. 4). Nele, predomina a relativização das comprovações científicas e a própria ciência adquire um *status* de "narrativa concorrente" a outras tantas que circulam, como se a ciência fosse mera opinião e não mais um discurso respaldado empiricamente.

As tecnologias digitais, quando utilizadas como ferramentas para visibilizar "negacionistas" da ciência, auxiliam a disseminação de "fatos" alternativos e teorias conspiratórias no contexto sanitário. Vemos, então, um fortalecimento das ideologias "terraplanistas", juntamente com o movimento "antivacina" no caso do Brasil (OLIVEIRA, 2020, p. 22). Essas narrativas se fortaleceram cada vez mais com as disputas discursivas que ocorrem nas redes de sociabilidade *online*. Em outras palavras, os usuários traçam uma corrida informativa para disputar e deter o poder da verdade. Bolsonaro, enquanto ex-presidente da República, utilizou as suas redes sociais para disseminar informações inverídicas sobre a pandemia do coronavírus, fortalecendo discursos alternativos e movimentos "negacionistas" (FERNANDES et al., 2020, p. 13), em favor do aumento do risco sanitário de contágio.

Ao tratar da popularização das redes sociais como *lócus* de um público alinhado aos valores da extrema direita, torna-se necessário delimitar e destrinchar o significado do bolsonarismo, que ganhou notoriedade e importância em inúmeros trabalhos acadêmicos. Em sua monografia, Cadore (2021, p. 9) constrói uma linha do tempo, utilizando diversos autores, para destacar como a figura de Bolsonaro ganhou notoriedade. Segundo Cadore (2021), o bolsonarismo vai muito além do indivíduo Bolsonaro, mas concentra na figura do ex-deputado federal valores do antipetismo, as insatisfações das manifestações populares que tomaram as ruas do Brasil em junho de 2013, bem como a possibilidade de Bolsonaro como uma alternativa anti-sistêmica (Ibidem, p. 14). Ao mesmo tempo, observa-se o avanço global de líderes do espectro político das "novas direitas", mesmo com suas

particularidades nos países estrangeiros (CADORE, 2021, p. 15). De acordo com Reis (2020),

> Trata-se de uma extrema direita descomplexada, ativa e propositiva, de grande ativismo público, com frequentes incursões nas ruas, explorando as insuficiências e deficiências dos regimes democráticos, instrumentalizando-os quando convém, desfigurando-os "por dentro" e usando intensamente os mecanismos próprios da revolução digital (Ibidem, p. 03).

Através de uma revisão de literatura, Cadore (2021) afirma que ainda há embates e uma preocupação para definir o conceito de bolsonarismo. Ele assevera que o fenômeno que se busca conceptualizar possui raízes na política e sociedade brasileira, sendo que suas características estariam relacionadas com o passado colonial escravocrata, permeado pelo classismo, racismo e sexismo (CADORE, 2021, p. 16).

Na visão de Indursky (2020), o bolsonarismo é uma forma de antigoverno que se apoia numa "retórica vitimista", que gera mecanismos de identificação entre os seus seguidores. Ainda segundo o autor, Bolsonaro utilizaria as insatisfações e a descrença na "classe política", ao se aproveitar do "cansaço" da população em relação à corrupção e à insegurança (Ibidem, p. 160).

Por sua vez, Reis (2020) destaca que o bolsonarismo não é um acontecimento isolado, mas sim um episódio alimentado por elementos internos e externos, em ascensão no país e no mundo. Com a chamada "revolução digital" ou "tecnológica", houve um aumento intensivo do uso de aparelhos móveis da informática, que mais tarde assumiram um papel fundamental nos meios de comunicação e mídias sociais, impactando, sobretudo, as eleições no Brasil com a produção de notícias falsas. O autor vai mais além e frisa que não somente no território brasileiro, mas em países como os Estados Unidos, Europa Ocidental, Central, assim como também na Ásia, uma reação nacionalista tem ganhado força, juntamente com elementos antidemocráticos e um conservadorismo social e religioso (Ibidem, p. 3). Logo, uma extrema direita vai se fortificando a nível mundial e "o bolsonarismo é a face brasileira desse fenômeno" (REIS, 2020, p. 4).

O filósofo brasileiro Renato Lessa (2020) diz que o bolsonarismo se refere a um fenômeno de "descivilização", de "desregulamentação" das relações sociais e de atividades econômicas e empreendimentos mercantis, em compasso com o "neoliberalismo conservador". Lessa (2020) acredita que o "neoliberalismo" não é específico ao

bolsonarismo, mas alguma coisa que se acrescentaria a ele. O autor, a partir de uma abordagem hobbesiana, sustenta que o bolsonarismo é um "animal artificial" em formação, mas, à diferença do "fascismo",

> Não se trata de pôr a sociedade dentro do Estado [como no fascismo histórico], mas de devolver a sociedade ao estado de natureza; de retirar da sociedade os graus de "estatalidade" que ela contém, para fazer com que se aproxime cada vez mais de um ideal de estado de natureza espontâneo: um cenário no qual as interações humanas são governadas pelas vontades, pelos instintos, pelas pulsões, e no qual a mediação artificial é mínima, ou mesmo inexistente. É essa a matriz do libertarismo bolsonarista (LESSA, 2020, p. 56).

O bolsonarismo seria composto "de estratos arcaicos da experiência histórica brasileira, sempre enriquecida com o passar do tempo" (Ibidem, p. 59) e, ao articular vários componentes, forma um "corpo discursivo".

> Se a matéria bruta e originária do homo bolsonarus remete-nos a momentos arcaicos da sociabilidade brasileira, sua reunião em um corpo orgânico e ativo, dotado de uniformidade de linguagem e de propósitos, é fruto da implantação do novo animal artificial. O horizonte da novidade apresenta-se na perspectiva de promover, passo a passo, a desvinculação normativa entre Estado e sociedade: fazer do estado de natureza o ideal da sociabilidade (Ibidem, p. 60 e 61).

Lessa explica que o retorno da sociedade ao "estado de natureza" produz uma "desigualdade artificial" – ou seja, induzida –, cujos efeitos exponenciam os da "desigualdade natural". O "estado de natureza" não é composto por sujeitos individuais iguais e equivalentes, ávidos e alegres para empreender, mas por uma assimetria longamente fixada na experiência histórica, no caso, brasileira. Assim, "ao dissolver os nexos normativos e regulatórios que conectam a vida social ao mundo público, abre-se um cenário de liberdade natural, de defesa da espontaneidade e dos instintos animais" (Ibidem, p. 58).

Já Oliveira (2020) relaciona a performance de Bolsonaro nas redes sociais com aquilo que é "tosco" e "precário". Na compreensão do autor, é como se estivéssemos sempre diante de um grande "meme". Esse comportamento adotado no meio virtual anda em conjunto com a construção da imagem de um político *anti-establishment*, elemento principal da propaganda política do ex-deputado federal. Oliveira (2020) também reitera que o "bolsonarismo faz do 'tosco' o método adequado de transmissão de seu conteúdo ideológico de guerrilha" (Ibidem, p. 17).

Com base no exposto até aqui, o bolsonarismo mostra-se um conceito polissêmico, um fenômeno que não pode ser entendido como sendo portador de um sentido unívoco. Não obstante, para os propósitos deste artigo, seguiremos a análise de Boito Jr. (2020), que caracteriza o movimento de apoio a Bolsonaro e seu governo de "neofascista" (Ibidem, p. 112). Esse pesquisador ressalta que apesar de nos encontrarmos em uma "democracia burguesa", há a possibilidade de formação de um movimento social "fascista" num contexto "democrático", sem que ocorra necessariamente a passagem para uma "ditadura fascista" (BOITO JR., 2020, p. 111). No Brasil, esse movimento teria tido início com a deposição de Dilma Rousseff em 2016 – alimentado por uma espécie de "anticomunismo, culto da violência, crítica à corrupção e à velha política (democrática); politização do machismo, do racismo (difuso) e da homofobia (sistemática)" (Ibidem, p. 116). E a organização de tal movimento estaria sendo, desde então, pautada fundamentalmente pelas redes sociais.

Facebook, Instagram e outras plataformas assumem um papel de mediadoras numa pandemia desinformativa, visto que as mídias tradicionais (como rádio e televisão) perdem a sua posição de protagonistas na disseminação de informações para a população. Paula e Mello (2020, p. 38) indicam que o número de usuários nas redes, sobretudo no Facebook, aumentou exponencialmente no cenário pandêmico, mesmo com o aumento de informações distorcidas nesses campos. A adesão massiva de indivíduos a circuitos onde proliferam inverdades e às próprias narrativas falsas não é algo novo na sociedade, mas ocorre de modo particularmente forte quando existem canais comunicacionais que auxiliam na propagação célere de informações enganosas.

Nesse sentido, é pertinente a afirmação de Azarias (2016, p. 47) acerca dos "mitos políticos" nascerem a partir de três elementos. Segundo esse autor, tais "mitos" advêm de uma narrativa explicativa; de certos regimes de fantasia e irracionalidade; e de uma atividade política de caráter mobilizador. Não raro, movimentos sociais, candidatos eleitorais e autoridades públicas já consagradas pelo voto utilizam esses componentes para espalhar boatos depreciativos, seja em relação a um oponente ou em relação a um assunto específico, participando, assim, da criação de tais "mitos".

O acontecimento pode ser ilustrado com opiniões dadas em redes sociais. Por exemplo, quando o ex-presidente Bolsonaro defendeu, em seus canais de mídias digitais, o

afrouxamento das medidas restritivas, indo contra as recomendações das autoridades sanitárias e instituições científicas.

Além de suscitar comportamentos anticívicos, as *fake news* representam uma ameaça à democracia no Brasil e nos demais países, visto que sua propagação gera insegurança e o ressurgimento de movimentos ultraconservadores e segregacionistas de massas (OLIVEIRA; GOMES, 2019, p. 95). A assim chamada "revolução tecnológica" pode ser considerada um fator importante nesse contexto, dado que teria possibilitado acelerar o processo de "globalização". Este, ao mesmo tempo em que propicia a integração entre Estados e comunidades transnacionais (assim como a massificação das comunicações), também fez com que se proliferassem movimentos "antiglobalização", conflitos nacionais e diferentes tipos de nacionalismos (FILHO, 2022, p. 3). A *internet*, filha dessa "revolução tecnológica", teria sido, nesse contexto, uma potente aliada para os grupos reativos à "globalização" e adeptos a estratégias populistas, visto que possibilitou a ascensão, expansão e surgimento daquilo que tem sido chamada de "Alt-Right" (Ibidem, p. 11). Hermansson, Lawrence, Mulhall e Murdoch (2020) assim a definem:

> We define the international 'Alternative Right' as an international set of groups and individuals, operating online though with offline outlets, whose core belief is that 'white identity' is under attack from pro-multicultural and liberal elites and so-called 'social justice warriors' (SJWs) who allegedly use 'political correctness' to undermine Western civilization and the rights of white males. Put simply, the 'Alternative Right' is a far right, anti-globalist grouping that offers a radical 'alternative' to traditional/establishment conservatism (HERMANSSON; LAWRENCE; MULHALL; MURDOCH, 2020, p. 2).

Sob esse prisma, é possível supor que a quantidade de dados nas redes virtuais favoreça a atuação de governos autoritários, pois dificulta o conhecimento das informações corretas e dos fatos da realidade por parte da população governada (OLIVEIRA; GOMES, 2019, p. 96). Logo, as "bolhas" das mídias digitais, impulsionadas por algoritmos que remetem os usuários a reiteração de informações previamente acessadas, a despeito dessas serem verdadeiras ou não, seriam um componente importante daquilo que veio a se chamar de "zumbificação" da informação (LEITE; MATOS, 2017, p. 2339).

2. Mídias digitais e a politização da saúde pública no Brasil

O termo "infodemia" é geralmente empregado para indicar um fenômeno contemporâneo à pandemia de Covid-19. Tal fenômenos seria caracterizado pelo revigoramento de "teorias da conspiração", especialmente com o compartilhamento de *links* e vídeos em WhatsApp, mas também em outras redes. Tais "teorias", espalhadas pelo(s) algoritmo(s) nas redes e presentes em diversos grupos *online*, teriam passado a invadir imaginários coletivos e a levar a "verdade" alternativa. No estudo de Oliveira (2020), a pesquisadora detalha que a hipótese de que vivemos em uma "Terra Plana" e de que as vacinas não têm eficácia, ou mesmo que seriam maléficas à saúde, foram as "teorias da conspiração" mais fortalecidas e compartilhadas em ambientes virtuais, desde o início da pandemia da Covid-19. Vídeos compartilhados sem verificação e, muitas vezes, sem saber da procedência, são percebidos como provas da "realidade".

Nesse contexto de proliferação midiática indiscriminada, certos "teóricos conspiratórios" asseveram que as instituições científicas oficiais resistem ao verdadeiro regime da "verdade" (Ibidem, p. 32). Irmanam-se, assim, à "cibercultura", em tempos de pandemia, o questionamento sobre os sistemas de perícia, o descrédito da ciência e a inquietação sobre enfermidades (COSTA, 2020, p. 22).

Entendemos que, durante séculos, a mídia nacional e internacional cumpriu um papel crucial para a conscientização acerca de questões de saúde pública, inclusive no que diz respeito a pandemias e campanhas de imunização. Entretanto, entendemos, também, que ocorre, presentemente um cenário de "virada interativa", ou seja, quando o antigo "receptor" da informação se transforma também em um potencial "emissor" (des)informativo (SARAIVA; FARIA, 2019, p. 6). A ferramenta de replicabilidade nas redes digitais é um fator determinante para a formação do que pode ser chamado de "caos informacional".

O crescimento de grupos em redes de sociabilidade *online*, relacionado com o descrédito da ciência e as dúvidas sobre prevenção, tratamento e imunização, robustece, presentemente, o movimento "antivacina". Forma-se, então, a politização da saúde pública (MOUTINHO, 2020, p. 64), em favor de crenças ideológicas e personalidades políticas sensacionalistas, que reproduzem um discurso populista pelos conteúdos mediatizados. A desconfiança na ciência reforça o discurso "negacionista", individualizando o cuidado e

isentando o aparato estatal de sua responsabilidade frente às ações sanitárias de combate às enfermidades.

Sintomas como febre, dores no braço e possíveis outras reações à inoculação são os principais indícios destacados pelos grupos "antivacina" para suscitar dúvidas sobre os imunizantes. A isso se soma a falta de informação que faz com que ressurjam massivamente casos de contaminação por doenças infecciosas, antes controladas pelas campanhas de vacinação no Brasil e no mundo. No caso da Covid-19, apesar da vacina ser cientificamente comprovada como eficaz, o medo dos eventos adversos, unido com a desinformação, poluem o ciberespaço e a esfera pública, prejudicando as metas de vacinação (NASSARALLA; DOUMIT; MELO; LÉON; VIDAL; MOURA, 2019, p. 120). Em 2019, de acordo com pesquisas de Hotez (2019, p. 2169), havia mais ou menos 480 websites dedicados ao movimento "anticiência". A difusão célere de *fake news*, além de agravar a catástrofe informacional, desequilibra o ecossistema de notícias advindas de fontes confiáveis (TASNIM; HOSSAIN; MAZUMDER, 2020, p. 171).

No Brasil, suspeitas de irregularidades acometidas pelo ex-presidente Bolsonaro em seu plano de atuação contra a Covid-19, assim como as notícias falsas espalhadas por ele nas redes *online*, resultaram na instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Criada pelo presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), após determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), a CPI funcionou durante um período de seis meses e seu relatório final apontou nove crimes cometidos pelo ex-presidente (BRASIL, 2021).

Com a digitalização das informações acerca do vírus, grupos radicais da extrema direita, associados direta ou indiretamente a Bolsonaro, atacaram autoridades sanitárias e científicas, deslegitimando o isolamento social e promovendo o uso de medicamentos que não possuem eficácia contra o coronavírus, como a cloroquina e a hidroxicloroquina (BÁRBARA, 2020, p. 93). Em suas *lives* e entrevistas, bem como na utilização de seus canais digitais, Bolsonaro fez propaganda desses medicamentos (RICARD; MEDEIROS, 2020, p. 3), provocando uma confusão da opinião pública acerca de como proceder diante da pandemia e, por conseguinte, uma falsa solução para a crise sanitária.

Sua estratégia como representante máximo do Governo Federal convergiu com a ideia de que seria possível consolidar uma "imunidade de rebanho", o que passou pela incitação constante à exposição a situações de risco, pela banalização das mortes e pela discordância pública para com as medidas adotadas por governadores e prefeitos (BRASIL,

2021). Portanto, para a CPI da Covid-19 e para pesquisadores que se debruçaram sobre o período, as ações e omissões do Governo Federal revelam "o empenho e a eficiência da atuação da União em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional" (Ibidem, p. 19). Seguindo essa pista, podemos dizer que a tática discursiva manejada pelo ex-governante durante o período foi baseada no "anti-intelectualismo" e na "anticiência".

3. Etnografia virtual de grupos bolsonaristas *online*

Em nossa investigação, consideramos que a linguagem não possui neutralidade. Ao contrário, do ponto de vista que adotamos, a linguagem é parte da realidade do indivíduo, ou seja, ela diz respeito também ao seu contexto social e político. Seguimos, portanto, Orlandi (2012, p. 17), quando ela afirma que "não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia". A partir daí, ao tratar sobre os elementos da discursividade, optamos por lançar mão das mesmas categorias analíticas propostas pela autora: "emissor", "receptor", "código" e "mensagem". Essas categorias analíticas, juntas em uma totalidade, formam o "discurso". Mais do que partes separadas, no contexto da linguagem, o "emissor" e o "receptor" dão forma ao processo de significação, expondo a sua subjetividade e a construção da "realidade". O texto constituído nesse jogo "emissor" e "receptor" deve ser interpretado tentando entender como os enunciados produzem sentidos.

Durante o período de investigação, operacionalizando a etnografia virtual (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008), acompanhamos grupos bolsonaristas no WhatsApp e Telegram. Com relação à primeira rede social, foi analisada a comunidade virtual "Brasil Bolsonarista". Na segunda plataforma, foram explorados três canais de comunicação: o grupo oficial do ex-presidente Bolsonaro; o "Canal Direita da Opressão"; e, por fim, o grupo "Direita Realista". Apresentemos, agora, esses grupos.

"Brasil Bolsonarista" é composto por 189 membros, incluindo seus cinco administradores[2]. O acesso foi concedido através de um *link* e apenas administradores estão autorizados a enviar mensagens. Suas publicações abordam notícias cotidianas do *Portal Novo Norte*. Sua foto de capa é uma imagem de Bolsonaro discursando. O registro de sua criação data de 19/09/2019. Em sua descrição, consta a seguinte mensagem: "Este grupo

[2] Último acesso: janeiro de 2021.

é focado no compartilhamento de notícias. Somente administradores podem postar para manter o foco e evitar esquerdistas infiltrados. Compartilhe as notícias que receber. Compartilhe o *link* para seus amigos e contatos e ajude a fortalecer nossa rede".

No Telegram, o canal oficial de comunicação de Jair Messias Bolsonaro possui 933.621 inscritos[3]. A plataforma funcionou como uma lista de transmissão, enviando para os inscritos, as ações do Governo Federal em áreas como infraestrutura, saúde, segurança pública, educação etc. Em janeiro de 2021, eram divulgadas notícias sobre a imunização e a compra de vacinas e medicamentos, além de outras temáticas, como pactos bilaterais com outros países e repasses de recursos para os entes federativos do Brasil. Por meio desse grupo, o ex-presidente trabalhava a imagem, reputação e popularidade de sua pessoa e de seu governo, tentando transmitir e aparentar uma reunião de esforços para combater o coronavírus, dialogando com chefes de Estado e debatendo a compra de mais vacinas para o Brasil. Não obstante, em alinhamento geopolítico com o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, Bolsonaro defendia a minimização da gravidade da pandemia, entrando em conflito especialmente com a posição adotada pela Organização Mundial de Saúde (FONTES; DELGADO; ASSIS; LIMA; LIMA, 2020, p. 2).

Em suas publicações é possível notar uma defesa da atividade empreendedora, com a presença de relatos de missões diplomáticas para promover a pesquisa científica a serviço dela. Finalmente, quando se tratava do tópico de vacinação, não houve a defesa da obrigatoriedade na imunização dos indivíduos. Bolsonaro abordava tal tema de maneira opcional, considerando uma decisão privada e intransferível.

Já o grupo "Direita da Opressão", com um número menos expressivo de inscritos, possui 2.936 participantes[4]. Em sua descrição, um perfil de Instagram é compartilhado, objetivando engajar os inscritos em suas publicações. Na seção de mídias, há materiais que não apoiam a vacinação, asseverando que os imunizantes não dispõem de utilidade para os cidadãos. Ao mesmo tempo, informativos sobre a percentagem da população vacinada eram compartilhados. De um modo geral, os inscritos não aprovavam as medidas de isolamento social, declarando que as ações de quarentena prejudicavam a economia e aumentavam a taxa de desemprego. Houve ainda mensagens que defenderam o uso do

[3] Último acesso: setembro de 2021.
[4] Último acesso: em janeiro de 2021.

medicamento hidroxicloroquina, comunicando uma possível eficácia dele no combate ao vírus.

Por fim, "Direita Realista" tem 93 inscritos em seu canal no Telegram[5]. A criação do grupo é justificada enquanto um "meio oficial" de notícias da direita política em redes sociais digitais. A sua formação se ancora na tentativa de evitar as notícias oriundas de veículos comunicacionais considerados "esquerdistas". Assim como em outras comunidades virtuais "conservadoras", as medidas de isolamento social são aqui também atacadas, bem como figuras públicas políticas que se colocaram como oposição do governo Bolsonaro. João Doria (PSDB), ex-governador de São Paulo, foi um dos principais alvos desses atores, que desferiram ataques e palavras de ódio em suas mídias digitais.

Ao realizar uma busca por palavras-chave nos grupos, nos deparamos com uma quantidade expressiva de publicações que se ancoraram, sobretudo, no discurso do ex-Governo Federal, responsabilizando os governadores estaduais pela "má" condução da pandemia, isto é, por fazerem campanhas a favor da vacinação, de que as pessoas ficassem em casa e promovendo a limitação do horário de funcionamento do comércio. Os seguintes termos foram pesquisados: "Covid-19", "pandemia", "cloroquina", "ciência", "isolamento social", "vacina" e "medicamento".

Os discursos públicos *online* afirmaram enfaticamente que a economia era a "prioridade máxima". A principal razão para isso é que a população não poderia perder os seus empregos, como é constatada na fala proferida por um internauta bolsonarista, extraída do "Canal Direita da Opressão": "Para muitos, a pandemia tem sido um tanto lucrativa. Enquanto são auxiliados pelo Governo Federal, alguns governadores e prefeitos seguem adotando ações irresponsáveis, com consequências nefastas para o país, como o endividamento da União, o desemprego e a inflação".

Ao organizar as codificações dos conteúdos discursivos sobre medidas de combate à pandemia da Covid-19, que prevalecem nos grupos bolsonaristas investigados, identificamos três registros temáticos: prevenção contra o coronavírus, tratamento dos infectados e imunização. Primeiro, prevalece e é propagado no ambiente *online* um conteúdo que contradiz as medidas de advertência e cautela em relação ao vírus, divulgadas pela Organização Mundial da Saúde. Ao evocar um dos materiais encontrados nos grupos

[5] Último acesso: em janeiro de 2021.

pesquisados, podemos destacar a seguinte notícia, amplamente compartilhada em sítios bolsonaristas: "Professor da UFPE desfaz falácia do lockdown e expõe os perigos do isolamento social". O texto publicado nas referidas comunidades virtuais afirma que tais medidas representam perigos para a sociedade, asseverando que esse modelo de política de saúde tende a aumentar o número de mortes.

Percebemos, a partir desse caso, como os sujeitos produtores de notícias falsas recorrem seletivamente à ciência, aludindo aos resultados obtidos por um pesquisador com o objetivo de publicar dados equivocados e inverídicos sobre a pandemia. Não se restringindo somente a essa figura, órgãos e instituições de relevância também aparecem como elementos essenciais para validar narrativas "negacionistas" (SOUZA, 2020, p. 13). Sendo assim, nota-se o nome da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em evidência no título da matéria, vinculada com a imagem do docente, que é professor associado da instituição. Essa estratégia de evocar vozes de especialistas confere credibilidade aos discursos, exibindo seriedade e competência nas publicações. Isto é, prevalece no processo de comunicação um acordo implícito sobre quem é a voz autorizada ou não.

Por sua vez, quando analisamos os dados empíricos que versam sobre o tratamento contra o coronavírus promovidos por esses grupos, nos deparamos com notícias sobre o uso da hidroxicloroquina para pacientes infectados. Neste sentido, a seguinte chamada foi publicada no grupo "Canal Direita da Opressão" no Telegram: "Facebook admite que 'cometeu um erro' ao censurar hidroxicloroquina". Em seu conteúdo, a autora da publicação alega que a rede social revisou sua política sobre o que considera desinformação e, além disso, citou fontes científicas para defender o uso do medicamento, como bancos de dados dos Estados Unidos e a Universidade do Texas (um docente da instituição é mencionado para tratar das possibilidades da cloroquina como via de tratamento precoce). Mais uma vez, percebe-se a presença de nomes ou citação de especialistas em *fake news* para atrelar credibilidade aos argumentos expostos (SOUZA, 2020).

No tocante à imunização, encontramos mensagens que reforçam a desinformação e negação da vacina contra a Covid-19, sobretudo se o imunizante for originário da China. No grupo do WhatsApp "Brasil Bolsonarista", os membros compartilharam postagens afirmando que a vacina desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac Biotech, adquirida

pelo Governo do Estado de São Paulo, na contramão da orientação do Governo Bolsonaro, não apresentava eficácia relevante e necessária.

Ademais, observamos também que um *link* circulou entre os internautas do "Brasil Bolsonarista", comunicando que 13 pessoas sofreram paralisia facial após se imunizarem contra o coronavírus. No "Canal Direita da Opressão", uma publicação afirmava que a vacina não garantia imunidade, não impedia a morte, não eliminava o vírus e não evitava a transmissão. E, em seguida, perguntava: "então para que tomar a vacina?". Essa sequência discursiva é similar àquela que Moraes e Holanda encontraram em sua pesquisa: "A picada previne infecção? Não. A picada previne transmissão? Não. A picada previne mortes? Não. Então passaporte sanitário não é sobre saúde, é sobre controle" (MORAES; HOLANDA, 2021, p. 12).

De acordo com as pesquisadoras, o uso de interrogações nessas perguntas não é para expressar uma dúvida ou esperar por uma resposta, "mas para marcarem e impedirem àqueles a quem se fala a possibilidade de poder negar ou mesmo responder" (Ibidem, p. 12). Assim, as perguntas são "retóricas" e apenas simulam uma participação do sujeito-leitor numa ordem discursiva sobre a ineficácia da vacina (Ibidem, p. 12). Podemos lembrar aqui, ainda, de Pasinatto (2021), que analisou o impacto das sequências discursivas contra a vacinação no Facebook, constatando o espalhamento da desinformação, o descrédito da ciência e a interferência na decisão dos indivíduos no ato de se vacinar.

Em sua investigação, ela verificou que uma notícia falsa intensamente compartilhada sobre a imunização afirmava que as vacinas contra a Covid-19 não eram seguras e tinham o potencial de "modificar o DNA dos seres humanos", ou seja, uma nova espécie poderia nascer como resultado dessa modificação (PASINATTO, 2021, p. 290). Essa assertiva, que foi retirada de um texto compartilhado na rede social citada acima, segundo Pasinatto (2021), obedeceu ao formato de uma notícia jornalística, incorporando padrões de texto, *layout*, título, *lead* e intertítulo, dificultando a percepção de que se tratava de uma *fake news*. O título da postagem que a pesquisadora analisou foi "Vacina Covid-19 acelerada altera o DNA humano e transforma as pessoas em propriedades geneticamente modificadas" (Ibidem, p. 291). De acordo com a autora, o enunciado está construído por dois verbos no indicativo, o que aponta um grau de certeza sobre aquilo que está sendo informado. Novamente, o uso de termos científicos legitima as informações que estão sendo passadas:

> Nesse sentido, as estratégias de fazer-se parecer com o formato e o texto jornalístico e de usar designações e termos científicos na postagem corroboram para o efeito-verdade, que surge da subjetividade do sujeito leitor. Ao revestir-se do discurso jornalístico, o texto ganha ilusão de unicidade, a qual garante efeito de transparência da linguagem (Ibidem, p. 292).

Seguindo essa pista, é possível afirmar que as disputas discursivas em prol da verdade sobre prevenção, tratamento e imunização, no contexto pandêmico, também verificadas nos grupos bolsonaristas por nós pesquisados, foram perpassadas por ideologias e crenças, inseridas em uma dada conjuntura histórica e política, em que o "negacionismo" e o "anticientificismo" se fizeram presentes. Esta encontra repercussão por meio do sensacionalismo e distorção de notícias, em que é possível notar a formação de um discurso paralelo às versões oficiais, a partir de uma intertextualidade, que impulsiona uma interpretação dos fatos em favor de "narrativas conspiratórias", baseadas em vídeos e *links* de redes sociais.

Nos termos de Renato Lessa (2020, p. 49), o *homo bolsonarus* é um "homem novo", oriundo dos "tempos distópicos". Seu maior objetivo é devolver a sociedade ao seu "estado de natureza", em que as interações humanas são governadas pelas "vontades", "instintos" e "pulsões" naturais, ao mesmo tempo em que a mediação nas relações sociais é mínima ou mesmo inexistente. Seus principais atributos se concentram na ação direta, intimidação, horror à mediação e na índole libertária.

A manipulação midiática posiciona a ciência e as autoridades epistêmicas como difusoras de mentiras, enquanto os agitadores da extrema direita se colocam como resistência a serviço do "regime da verdade". Suscetíveis a uma propaganda antidemocrática também, os agitadores pleiteiam a mudança do *status quo*. O sentimento de descontentamento com a realidade é o principal elemento mobilizador para com os discípulos. Bolsonaro, enquanto dirigente e porta-voz da sua audiência, se coloca como um político que entende que a mudança social deve ser feita. Ao mesmo tempo, se apresenta como um "homem do povo", mediano.

Ao utilizar os medos vagos e desejos de mudança radical, os propagadores de ideais "fascistas" se sustentam através de quatro pilares: a existência de um sentimento de descontentamento; a exigência de um oponente que deve ser derrotado; a consolidação de um movimento de massas; e o culto à figura do líder. Com atividades difusas, o agitador

"fascista" se destaca dentro da própria audiência, ressaltando o seu sofrimento com relação à sociedade e influenciando a liberação de sentimentos irracionais.

Como audiência, os seguidores são frequentemente incitados a possuírem apenas um comportamento de receptividade, fortalecendo atitudes de subserviência. Com efeito, o padrão da propaganda "fascista", segundo Adorno (2015, p. 154), é transformar os seus seguidores em verdadeiras "multidões violentas", sem um motivo político específico. Os indivíduos mobilizados se convertem em "reféns" dos desejos do demagogo – sendo este o vínculo que os une. O líder, independentemente de ser mandatário ou não, cria uma imagem de "pai", podendo ser amoroso ou autoritário. Essa figura é extremamente importante, pois além de engrandecer o "eu" do grupo, cria um elo de identificação entre os seguidores. Levando-se em conta que o "fascismo" não constrói uma multidão de agitadores através de argumentos racionais, sua propaganda é orientada psicologicamente por uma natureza libidinal, movida pela manipulação (Ibidem, p. 185).

Conclusão

Inseridos num contexto sociotécnico, na "era da conectividade", nos habituamos com a importância das tecnologias digitais. O seu advento, porém, além de ter propiciado uma quantidade ilimitada de informações, popularizou a troca de mensagens instantâneas por diversas plataformas, como WhatsApp, Telegram, Twitter, dentre outras. Esses canais de comunicação são movidos por algoritmos que personalizam o conteúdo de acordo com gostos, opções e afetos, criando verdadeiras "bolhas", que repetem crenças viciadas e inamovíveis (SANTAELLA, 2020). O surgimento do ciberespaço viabilizou o espalhamento de notícias falsas, fortalecendo a ascensão de grupos sociais "conservadores" e "antidemocráticos", que promoveram no contexto sanitário narrativas "anti-intelectualistas" e "anticientíficas".

Com os resultados da investigação, foi analisada a disputa discursiva em torno da "verdade" sobre o Covid-19 em mídias digitais. Os agitadores da "extrema direita", exemplificados aqui pelos grupos bolsonaristas investigados, promoveram o uso de medicamentos que não possuem eficácia contra o vírus, como por exemplo a ivermectina e a hidroxicloroquina, em compasso com a narrativa do então Governo Federal, promovendo uma confusão acerca de qual a melhor política de enfrentamento à pandemia

de Covid-19. Somado a isso, as *fake news* criaram aquilo que foi denominado de "infodemia", saturando as redes com informações que o usuário médio não possui meios ou conhecimento para averiguar.

Esse "caos informacional" no ambiente virtual não é algo novo e exclusivo do episódio pandêmico relatado neste artigo, mas se intensificou durante a crise sanitária, principalmente quando posturas irracionalistas e movimentos "antivacina" angariaram uma quantidade maior de audiência. Além do apoio de usuários *online*, o discurso "negacionista" também foi robustecido por autoridades públicas políticas, que auxiliaram no compartilhamento de "fatos alternativos" e "teorias conspiratórias", questionando, inclusive, a eficácia da vacina. A esfera pública digital, portanto, ao propiciar uma desinformação em massa, pode servir para corroer a democracia e os sistemas peritos de saúde.

Os impactos negativos causados pelos agitadores da "extrema direita" no ciberespaço fizeram órgãos governamentais e outras instituições tomarem decisões mais rígidas, como o banimento de perfis ou o aviso de informações inverídicas. Assim como o Facebook, outras empresas passaram a combater notícias falsas em seus espaços digitais (SOUSA JÚNIOR et al., 2020, p. 341), realizando checagens e esclarecimentos de informações. A fim de suscitar o debate público, é necessário discutir uma possível alfabetização digital, questionando fontes "alternativas" e verificando veículos de comunicação confiáveis. Dessa forma, poderá haver, ao menos, uma redução de danos dos impactos das *fake news*, que ainda produzem efeitos deletérios em sociedade.

Referências

ADORNO, T. W. *Ensaios sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp, 2015. 240 p.

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Luciana. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação social. *Famecos*, Porto Alegre, n. 20, p. 34-40, dez. 2008.

AZARIAS, Wiverson. Não confie em ninguém-Teorias da Conspiração como Mitologia Política. *Revista Alabastro*, v. 2, n. 6, p. 45-51, 2016.

BÁRBARA, Lenin Bicudo. Da fosfoetanolamina à cloroquina: notas sobre a politização da ignorância. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (organizadores). *Cientistas sociais e o Coronavírus*. 1. ed. – São Paulo:

ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 91-95.

BOITO JR., A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Revista Crítica Marxista*, n. 50, p. 111-119, 2020. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2020_05_26_14_12_19.pdf. Acesso em: 22 julho 2022.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito. *Relatório Final da CPI da Covid*. Disponível em: <http://estaticog1.globo.com/2021/10/26/relatorio_final_26102021_12h40.pdf?_ga=2.68678162.2058772730.1635879735-177265417.1634406998>. Acesso em: 26 out. 2021.

CADORE, Marcelo. *Bolsonarismo: uma história do conceito*. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 80, 2021.

CESARINO, Letícia. 2019. Populismo digital, neoliberalismo e pós-verdade: uma explicação cibernética. *Anais eletrônicos da VII ReACT – Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia*, Florianópolis (SC).

COSTA, Otávio Barduzzi Rodrigues da. ONDE ESTAMOS? CONSIDERAÇÕES SOBRE A MODERNIDADE, NEGACIONISMO, CIÊNCIA E A COVID-19. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 3, n. 8, p. 22-35, 2020.

FILHO, Carlos Luiz da Silva Souza. COMUNIDADES IMAGINADAS TRANSNACIONAIS: GLOBALIZAÇÃO, IDENTIDADE E ASCENSÃO DA ALT-RIGHT. *Revista Neiba*, Cadernos Argentina-Brasil, Rio de Janeiro, Vol. 11, p. 01-16, 2022.

FONTES, Francisco Lucas de Lima; DELGADO, Maria Leopoldina de Lavor; ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de; LIMA, Izabelle Carvalho; LIMA, Ludmilla Soares. Alinhamento geopolítico entre os governos americano e brasileiro quanto ao uso da cloroquina/hidroxicloroquina: repercussões no enfrentamento da Covid-19. *International Journal of Health Management Review*, v. 6, n. 2, 2020.

MORAES, Monalisa Pedroso; HOLANDA, Janete Abreu. FAKE NEWS SOBRE A VACINAÇÃO DA COVID-19 NO BRASIL: UM FUNCIONAMENTO DISCURSIVO. *Anais do Simpósio Internacional de Ensino de Língua, Literatura e Interculturalidade (SIELLI) e Encontro de Letras*, v. 2, n. 1, pp. 1-17, 2021.

PASINATTO, Rubiamara. O funcionamento discursivo das fake news sobre as vacinas contra Covid-19: sentidos que (ir) rompem o digital e produzem efeitos na vida do sujeito e da sociedade. *Gláuks-Revista de Letras e Artes*, v. 21, n. 01, p. 280-302, 2021.

PAULA, Fabio Rocha de; MELLO, Marcia Gomide da Silva. Análise de Redes Sociais: a formação de grupos do Facebook frente à epidemia da COVID-19 no Brasil. *VITTALLE-Revista de Ciências da Saúde*, v. 32, n. 1, p. 32-42, 2020.

FERNANDES, Carla Montuori; OLIVEIRA, Luiz Ademir de;

COIMBRA, Mayra Regina; CAMPOS, Mariane Motta de. A Pós-verdade em tempos de Covid-19: o negacionismo no discurso de Jair Bolsonaro no Instagram. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, e5317, p. 1-18, dez. 2020.

HERMANSSON, Patrik; LAWRENCE, David; MULHALL, Joe; MURDOCH, Simon. *The International Alt-Right: Fascism for the 21st Century?* New York: Routledge, 2020. 268 p.

HOTEZ, Peter. The physician-scientist: defending vaccines and combating antiscience. *The Journal of Clinical Investigation*, v. 129, n. 6, p. 2169-2171, jun. 2019.

INDURSKY, Alexei Conte. Psicanálise, fascismo e populismo: notas sobre a emergência do bolsonarismo no Brasil. *Teoría y Crítica de la Psicología*, v. 14, p. 150-162, 2020.

LEAL, S. A. G.; VIANNA, G. Divulgação pública de controvérsias científicas: o caso da vacina BCG contra tuberculose no Brasil. *Controversias y Concurrencias Lationamericanas*, v. 5, n. 7, p. 67-96, abril. 2013.

LEITE, Leonardo Ripoll Tavares; MATOS, José Cláudio Morelli. Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e documentação*, São Paulo, v. 13, n. esp. p. 2334-2349, CBBD 2017.

LESSA, Renato. Homo bolsonarus: De como nasceu e se criou o confuso e perigoso animal artificial que encarna momentos arcaicos da sociabilidade brasileira. *Serrote*, edição especial, 2020. Disponível em: https://www.revistaserrote.com.br/2020/07/serrote-edicao-especial/. Acesso em: 10 outubro 2020.

BATISTA MOUTINHO, F. F. CONFLITOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA COM AS NORMAS SANITÁRIAS: UM PARALELO ENTRE A REVOLTA DA VACINA E A PANDEMIA DE COVID-19. Hygeia - *Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, [S. l.], p. 60–71, 2020.

NASSARALLA, Anna Paula Amaral; DOUMIT, Arthur Marinho; MELO, Caio Freitas; LEÓN, Lucas Caldas; VIDAL, Augusto Reis; MOURA, Léa Resende. Dimensões e consequências do movimento antivacina na realidade brasileira. *RESU–Revista Educação em Saúde*, Anápolis, v. 7, suplemento 1, p. 120-125, jul. 2019.

OLIVEIRA, Acauam Silvério. O fascismo é um meme? o tosco enquanto performance política na era digital. *Remate de Males*, v. 40, n. 1, p. 14-40, 2020.

OLIVEIRA, André Soares; GOMES, Patrícia Oliveira. Os limites da liberdade de expressão: fake news como ameaça à democracia. *Revista De Direitos E Garantias Fundamentais*, v. 20, n. 2, p. 93-118, 2019.

OLIVEIRA, Thaiane. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. *Fronteiras-estudos midiáticos*, v. 22, n. 1, p. 21-35, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Pontes, 2012. 100 p.

REIS, Daniel Aarão. Notas para a compreensão do bolsonarismo. *Estudos IberoAmericanos*, v. 46, n. 1, p. 1-11, 2020.

RICARD, Julie; MEDEIROS, Juliano. Using misinformation as a political weapon: COVID-19 and Bolsonaro in Brazil. *Harvard Kennedy School (HKS) Misinformation Review*, 2020. Disponível em: https://misinforeview.hks.harvard.edu/article/using-misinformation-as-a-political-weapon-covid-19-and-bolsonaro-in-brazil/. Acesso em: 13 dezembro 2020.

SANTAELLA, Lucia. *A Pós-Verdade é Verdadeira ou Falsa?* Barueri, SP: Editora estação das letras e cores, 2020. 98 p.

SARAIVA, Luiza JC; FARIA, Joana de Frantz. A Ciência e a Mídia: A propagação de Fake News e sua relação com o movimento anti-vacina no Brasil. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019, Belém.

SOARES, Felipe Bonow; BONOTO, Carolina; VIEGAS, Paula; SALGUEIRO, Igor; RECUERO, Raquel. Disputas discursivas e desinformação no Instagram sobre o uso da hidroxicloroquina como tratamento para o Covid-19. In: 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2020, virtual.

SOUSA JÚNIOR, João Henriques de; RAASCH, Michele; SOARES, João Coelho; RIBEIRO, Letícia Virgínia Henriques Alves de Sousa. Da Desinformação ao Caos: uma análise das Fake News frente à pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Brasil. *Cadernos De Prospecção*, Salvador, v. 13, n. 2, Edição Especial, p. 331-346, abril, 2020.

SOUZA, Nayara Iris Silva. A disseminação de fake news no caso do coronavírus (COVID-19): uma análise discursiva. *Revista Memento*, v. 11, n. 1, pp. 1-20, 2020.

TASNIM, Samia; HOSSAIN, Md Mahbub; MAZUMDER, Hoimonty. Impact of Rumors and Misinformation on COVID-19 in Social Media. *Journal of Preventive Medicine and Public Health*, v. 53, n. 3, p. 171-174, May, 2020.

Os booktubers e a venda de livros no Brasil no período de isolamento social: existe relação entre usos da imagem de si nas redes sociais e a formação de um (novo) público leitor?

Julio Marinho Ferreira[1]

Resumo:

Este trabalho é um recorte de uma tese de doutorado em andamento sobre os usos do on-line como uma nova forma de atividade laboral, tendo nos livros e seus derivativos como filmes e séries, os produtos a serem comercializados em uma sociedade deslocada para o digital em função de uma pandemia global causada pelo Covid-19. Dessa forma, através de uma abordagem sociológica sobre os usos de redes sociais digitais, no caso YouTube, busco nos chamados(as) *booktubers*, desenvolvedores de conteúdos on-line a partir de livros, tecer uma análise sobre as potencialidades interativas como a utilização de uma imagem de si, de uma reputação on-line e das capacidades de produção de seguidores no contexto digital. Com isso, a atividade de formação de opiniões e de resenhas críticas sobre literatura, em seus variados escopos, apareceria como um substrato a ser observado.

Palavras-chave*:* Sociologia; Trabalho; Internet; Consumo; Livros.

Abstract:

This work is an excerpt from an ongoing doctoral thesis on the uses of online as a new form of work activity, having in books and their derivatives such as films and series, the products to be marketed in a society displaced to the digital due to a global pandemic caused by Covid-19. Thus, through a sociological approach on the uses of digital social networks, in the case of YouTube, I look for in so-called booktubers, online content developers from books, to weave an analysis on the interactive potentialities such as the use of an image of yourself, an online reputation and follower-producing capabilities in the digital context. With that, the activity of forming opinions and critical reviews about literature, in its varied scopes, would appear as a substrate to be observed.

Keywords: Sociology; Labour; Internet; Consumption; Books.

[1] Doutorando em Sociologia pela UFPel, bolsista CAPES. Email: juliomarferre@hotmail.com

1. Introdução

Desde o estabelecimento das redes sociais digitais, como um mecanismo interativo dominante no contexto brasileiro nos últimos quinze anos, seja pela popularização do uso de aparelhos smartphones ou por um eventual deslocamento de atividades cotidianas para o digital (trabalho e relacionamentos afetivos), algo novo pareceu apontar como destaque. Assim, o surgimento de novas atividades relacionadas com essa nova forma de interação massificada nas esferas da web e uma manutenção constante de conteúdos on-line, sejam através de perfis (contas) no Facebook, Instagram e YouTube ou aplicativos de relacionamento, de mobilidade e de alimentação, como Tinder, Uber, iFood etc. emergiram e se estabeleceram. Essas formas interativas (hoje corriqueiras) apontaram, seja para o trabalho ou para o entretenimento a possibilidade de que novas potencialidades fossem exploradas, principalmente por seus usuários (que através das mesmas as buscaram como alternativas).

Essas atividades se tornaram (a muitos usuários do digital), tipos de profissões bastante lucrativas, agindo como substitutas de outras formas de trabalho, fazendo surgir uma nova massa de empregados do on-line. Nesse sentido para este trabalho, fixo os olhos nos chamados *digital influencers*, que seriam os indivíduos que conseguem (ou não) através de imagens de si, opiniões e exposição de conteúdo, influenciar pessoas dentro da esfera da internet, web e das mídias e redes sociais. Assim se pode observar que o surgimento dessa "profissão" se deu a partir do grande aumento de consumo de internet no Brasil[2]. E dentre esses desenvolvedores de conteúdos em mídias e redes sociais digitais, surgiram os *influencers* voltados para os livros e os seus produtos derivativos, os(as) *booktubers* (CAMARGO, 2016; COZER, 2013).

Essa "nomenclatura" apareceu, primeiramente, em 2010[3] como forma de categorizar os desenvolvedores de conteúdo, que através de suas contas no YouTube, criavam vídeos sobre livros e seus derivativos. Essa forma de usar a potencialidade do digital como uma ferramenta para divulgação de comentários sobre literatura acabou se tornando uma fonte geradora de rendimentos, sejam dinheiro ou simplesmente visibilidade on-line.

[2] Fonte: https://canaltech.com.br/redes-sociais/digital-influencers-afinal-o-que-e-ser-um-influenciador-nas-redes-162554/ Acesso em setembro de 2020.
[3] Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/BookTube Acesso em agosto de 2020.

E com isso, criando uma busca por reputação, que advinda de uma legitimidade angariada pelo número crescente de seguidores digitais possibilitou que surgissem inúmeros perfis on-line desse tipo.

Ao apresentar resenhas, comentários, dicas de leituras, entre outras coisas, esses(as) *booktubers* conseguiram, então, se estabelecer como criadores(as) de conteúdos para um novo público[4] que parece se interessar por livros a partir da opinião dos canais do YouTube, aos quais seguem periodicamente. Entretanto, esses desenvolvedores de conteúdos on-line, acabaram, muitas vezes alvos de polêmicas já que poderiam estar "ocupando um espaço" que deveria ser restrito aos profissionais como especialistas em literatura, entre os quais escritores, professores e críticos literários.

Em suma, este trabalho, recorte de uma tese de doutorado em andamento, apresenta esses indivíduos e suas idiossincrasias, relacionadas aos seus canais, majoritariamente na rede social YouTube, que envolvem a relação entre um público leitor e um público conectado dentro do contexto do ano de 2020. Com isso, o consumo de livros e a questão acerca do crescimento do varejo on-line de livros no Brasil, tendo como referência o isolamento social causado pela pandemia de Covid-19 e o estabelecimento e o predomínio do varejo on-line de livros de uma grande empresa como a Amazon, apontariam alguns matizes problemáticos que surgem como material para uma análise sociológica.

1. O interesse pelos livros e as redes sociais digitais: expor conteúdos críticos ou usar a imagem de si como ferramenta de legitimidade?

Os livros no contexto comercial brasileiro da atualidade (ano de 2020), parecem ter diminuído seu alcance, já que a mídia tradicional (impressa e televisiva) acabou sendo deslocada para o âmbito do digital, somada a uma gigantesca crise do mercado editorial, principalmente em decorrência da falência de editoras tradicionais, e de *megastores* como Saraiva e Cultura, antigas líderes de segmento. Como apontou uma matéria do jornal El País, o mercado editorial brasileiro, a partir de 2006, sofreu uma redução de no mínimo 25%[5], o que gerou uma crise na forma de vendas de livros, e fez surgir uma alternativa mais

[4] Majoritariamente um público *Young Adult*, que no Brasil pode ser traduzido com Jovem Adulto (não confundir com infanto-juvenil).

[5] Fonte: https://brasil.elpais.com/cultura/2019-12-27/livros-renascem-com-clubes-de-leitura-e-pequenas-livrarias-comecam-a-tomar-espaco-das-megastores.html Acesso em agosto de 2020.

viável, o comércio on-line (e-commerce). Paradoxalmente à crise, nesse mesmo período, ou seja, (entre 2006 e 2018) a venda de livros cresceu de 318,6 milhões para 352 milhões o que gerou uma queda no valor dos mesmos[6] e um decorrente aumento de interesse por parte do público leitor.

Dentre os aspectos que contribuíram para esse aumento pelo interesse em livros, e também em literatura, se encontram a produção de conteúdos críticos, em mídias e redes sociais digitais voltadas à uma literatura em geral, ou seja, resenhas e comentários sobre obras lançadas, além de indicações de adaptações cinematográficas, de séries, etc. Aos quais se percebe o papel crescente dos chamados(as) *booktubers*, com isso, o crescimento de consumo dessas mídias e redes sociais digitais no Brasil (além de YouTube, cito Facebook e Instagram) segundo uma pesquisa feita pelo site We Are Social, em parceria com o Hootsuite, o tempo médio que o brasileiro passa conectado é de 3 horas e 31 minutos, ocupando o terceiro posto entre os países que mais usam redes sociais, os primeiros são: Filipinas (3:53h) e Colômbia (3:45h)[7].

A partir desses números relativos ao tempo conectado dos brasileiros, se nota que o YouTube, emerge como um espaço tornado "de trabalho" ou "profissão" pelos *digital influencers*. Dessa forma, o Brasil que se mostrou um dos países do mundo que mais consumem esse tipo de conteúdo on-line[8], se fundiria com uma lógica presente na chamada psicopolítica (HAN, 2018), que aliada a simbologia de uma "liberdade interativa" e de existência digital, formariam tendências de consumo "deslocadas" para o digital e suas potencialidades virtuais. Os usuários que mantem contas ativas no YouTube – sejam seguidores e (ou) *viewers* – muitas vezes não se colocam, ou se veem, como clientes dos conteúdos disponibilizados, mas seriam quase "amigos" dos influenciadores. A relação presente entre o público que consume os(as) *booktubers* e seus seguidores on-line busca pressupor, em muitos casos, uma troca interativa e afetiva, e não direcionamentos para a compra de livros.

Esse "véu" de amizade, entre os que disponibilizam conteúdos e os seus seguidores, ou consumidores, pode apresentar alguns matizes borrados, já que na maioria das vezes

[6] Fonte: https://www.greenme.com.br/viver/arte-e-cultura/39124-editoras-falidas-e-livrarias-fechadas-mas-sera-mesmo-que-o-brasileiro-le-pouco/ Acesso em agosto de 2020.
[7] Fonte: https://www.agenciavisia.com.br/news/brasileiro-fica-3-horas-e-31-minutos-por-dia-nas-redes-sociais/ Acesso em setembro de 2020.
[8] Ver: https://g1.globo.com/especial-publicitario/em-movimento/noticia/2018/10/22/brasileiro-e-um-dos-campeoes-em-tempo-conectado-na-internet.ghtml

uma noção crítica dos aspectos mercantis de certas mídias e redes sociais, como YouTube, e dos dados disponibilizados, e capturados, acabariam sendo, nada mais do que produtos em uma ampla prateleira (HAN, 2018; 2019). Os seguidores de muitos(as) *booktubers*, sejam eles fiéis ou apenas alguém que quer uma opinião sobre um determinado livro (ou um curioso), muitas vezes poderiam ser direcionados e/ou induzidos a comprar de maneira compulsiva – não apenas a obra buscada mais muitas outras. A compra de um objeto como um livro, pressupõe um uso, ou seja, o ato de ler, e problemático "comprar por comprar" ou uma aquisição apenas para ter na estante são questões levantadas para uma crítica sociológica acerca do novo consumismo no digital.

Esses aspectos "indutivos" para se comprar livros e derivativos colocariam em pauta um tópico comum em muitos desses canais: a geração de afinidade sobre os livros resenhados, comentados e expostos ou, até mesmo pelo próprio "carisma" do desenvolvedor do canal, que busca por estratégias de marketing fidelizar seu público com táticas mais apelativas. O crescimento dessa atividade on-line chamada *booktube* podendo abranger variadas áreas do conhecimento, acabaria facilitada pela própria interface do YouTube e sua forma colorida e com muitas opções para se clicar quando se buscam por resenhas.

Assim ao buscarmos pelos títulos de livros na barra de procura do YouTube, citando livros clássicos, como *1984*, de George Orwell e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, são apresentados dezenas de perfis de *booktubers* e suas resenhas, críticas e comentários. No caso do primeiro exemplo, em uma busca simples, a clássica distopia sobre um Estado totalitário é resenhada por mais de 20 *booktubers,* muitos deles(as) já estabelecidos no seguimento e o clássico brasileiro de Machado de Assis tem aproximadamente o mesmo número de resenhas, em grande parte pelas mesmas contas/perfis. Após essa breve busca, se caso o usuário deseje clicar em qualquer um dos vídeos, será automaticamente capturado pelos algoritmos do YouTube, que através de uma barra lateral apresentaria buscas similares aos conteúdos assistidos.

Ademais, um serviço de publicidade, oferecido pelo Google – que detém o YouTube, entre centenas de outras plataformas on-line – aos seus usuários que buscam desenvolver conteúdos, é o AdSense[9], uma tecnologia de busca na internet, que entre outras

[9] Disponível em: https://www.google.com/intl/pt-BR_br/adsense/start/

coisas, serve como mecanismo de promoção de anúncios com base em direcionamentos ocasionados pelas buscas dos usuários em sites, redes sociais, aplicativos, etc. Esse tipo de ação (direcionada e/ou direcionável) é a forma mais utilizada para fazer com que canais digitais obtenham algum tipo de renda. Em suma, essa exposição de conteúdo é administrada pelos softwares interativos do Google, onde os cliques e as visualizações contariam, essa prática atualmente é confundida com os algoritmos, nisso cumpre entendermos do que se tratam.

As políticas acerca do uso de algoritmos, que: "podem ser descritos como uma série de instruções delegadas a uma máquina para resolver problemas pré-definidos" (MACHADO, 2018, p. 48), que no YouTube é um dos substratos que potencializaram essa mídia social como uma atividade lucrativa aos seus desenvolvedores de conteúdo, indo além da anterior monetarização (ato de receber por vídeos postados). Nesse sentido, os algoritmos:

> São processos codificados para transformar dados de entrada em uma saída desejada, com base em cálculos especificados e estão presentes em praticamente todas as funções que executamos na rede. Nos mecanismos de busca, eles ajudam a navegar dentre o universo de informação presente na web. (pp. 48-49).

Ainda com o escrito por Machado (2018), os algoritmos teriam uma função, além de direcionar dados, já que é base de todo um novo modelo de negócios, que são exploradas de todas as formas pelas gigantes do Big Data, tendo propósitos que iriam muito além de uma neutralidade digital.

> A captura ou a colheita de dados é o primeiro passo. O armazenamento e a classificação desses dados devem ser seguidos pela análise e formação de perfis. Diversos bancos de dados podem ser agregados e um perfil pelas possibilidades trazidas pelo Big Data. Os sistemas algorítmicos modelados como aprendizado de máquina devem acompanhar os clientes das plataformas em cada passo, reunindo informações precisas sobre os cliques dados, os links acessados, o tempo gasto em cada página aberta, os comentários apagados, entre outros (SILVEIRA, 2018, p. 39).

Além disso, o filósofo Han (2018), apresenta um interessante exemplo de como esse mesmo agir algorítmico on-line captura e busca categorizar seus usuários em nichos de consumo:

> A empresa estadunidense de análise de big data Acxiom comercializa os dados pessoais de cerca de 300 milhões de cidadãos norte-americanos, ou seja, de quase todos os cidadãos. Dessa maneira, a Acxiom sabe mais coisas sobre os cidadãos norte-americanos do que o FBI. Na Acxiom as pessoas são divididas em setenta categorias, e oferecidas em um catálogo como mercadorias (HAN, 2018, p. 90).

O "comércio" dos seguidores de perfis on-line (uma compra e venda de dados) onde uma interação a todo instante acaba capturada por grandes empresas (Big Tech), fazendo com que valores surjam, seria um elemento problemático a ser observado na massificação das mídias, redes sociais digitais e aplicativos, principalmente ao que tange o contexto brasileiro atual (pandêmico e pós-pandemia). Ademais, os usuários (seguidores ou curiosos) on-line podem ser expostos (disponibilizados) como um produto em uma prateleira ilimitada (as mídias e redes sociais como YouTube, Facebook, Instagram etc.) apontam para um outro grande problema: a venda dos dados privados dos usuários e a categorização do poder de compra (ou não) dos mesmos.

Como analisado por Han (2018), a empresa Acxiom rotula pejorativamente os usuários de baixa renda de *waste* (lixo) e os "orientam" através de direcionamentos on-line para as piores soluções de negócio, já que não seriam consumidores atraentes para as grandes empresas de varejo (pouco dinheiro = pouco poder). Contudo, ao que tange a compra e venda de livros em âmbito digital, esse mesmo "*waste*" precisaria consumir e novos artifícios precisariam ser criados, levando em conta essas particularidades (pouco dinheiro e constante interação on-line). E com isso, se nota que a internet nada mais é que uma desigual sociedade de classes (HAN, 2018, p. 91), que precisa, a todo custo, gerenciar consumidores.

Essa manipulação de gostos específicos de usuários no digital, seja por grandes empresas ou pela potência imagética do eu exposta (disponibilizada) em mídias e redes sociais, vincularia a existência de si a uma capacidade de autogestão de si, que fundidas, possibilitam uma espécie de revolta à ausência de trabalho ou de uma inserção no mercado de trabalho. E essa revolta acabaria por se tornar uma nova forma de trabalho (com matizes de uma profissão em ascensão) através da apropriação do digital que se notaria nas atividades on-line dos(as) *booktubers*.

A partir dessa (necessária) inserção laboral na web surgiu a terminologia *Digital Labour* (LISDERO e SCRIBANO, 2019), sendo um tipo de novo modelo analítico que nos

últimos anos, tem sido usado pelos sociólogos como forma de entendimento dessa metamorfose das atividades laborais efêmeras ou o deslocamento do trabalho e das profissões para os ambientes do on-line (mídias sociais, redes sociais, aplicativos, etc.). Esse (novo) tipo de trabalho visto como digital, prega uma ruptura subjetiva com um modelo clássico de trabalho (ao mesmo tempo que evoca as origens desse mesmo trabalho clássico), ou seja, a captura da subjetividade e a exaustão das cargas horárias longas (exploração).

Os influenciadores (*influencers*) como os *youtubers*, e mais especificamente os(as) *booktubers*, são mais um tipo desses entes capturados e capturáveis do digital – a capacidade dos usuários dessas redes de se autopublicizarem, nessa problemática lógica de compra e venda de dados, surge como o aspecto mais usado, alguns por vontade própria e outros não. No entanto, como os dados disponibilizados no on-line são precificáveis e produzem dividendos absurdos, mesmo sem querer, esses usuários acabariam transformados em produtos (HAN, 2018), basta usar a internet, como ao buscar qualquer coisa no Google e não apenas nas mídias e redes sociais digitais.

Como exposto acima, a questão subjetiva do trabalho no digital, abarca, inerentemente, a questão da vontade de agir por conta própria, uma espécie de anarquia gerencial, na qual um perfil (conta) se transforma em uma forma de ser, quase uma existência a parte do real. No entanto, como demonstrado por Han (2018), essa ideia de uma anarquia (liberdade?) é uma falácia que gera lucros para as grandes corporações on-line[10]. Nos primeiros meses de 2020, já dentro do isolamento social provocado pela crise sanitária relacionada ao Covid-19, empresas de varejo on-line, como Amazon e a rede social Facebook lucraram cifras em torno de 89 bilhões de dólares e a segunda, 18,7 bi, valores imensamente maiores que o mesmo período de 2019[11].

A manutenção de uma reputação on-line, através da criação de conteúdos regularmente, sejam eles rentáveis ou não, além de uma empatia com um público seguidor, fideliza um novo tipo de consumidor e as receitas das gigantes de *web service* e mídias e redes sociais só comprovam a necessidade de se promover ações nesse sentido. A dimensão por trás de uma legitimidade para exposição de conteúdos acerca de livros, que os(as) *booktubers*

[10] Ver: https://canaltech.com.br/mercado/Como-empresas-como-Google-Facebook-Youtube-e-Twitter-ganham-dinheiro/

[11] Fontes: https://tecnoblog.net/356063/facebook-dobra-lucro-e-chega-a-2-7-bilhoes-de-usuarios/ e https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/amazon-tem-lucro-recorde-de-r-268-bilhoes-no-2o-tri.shtml Acesso em setembro de 2020.

produzem em seus vídeos acabou sentida por aqueles que precisam vender esses objetos de consumo. Ademais a imagem de si dos perfis e contas e a interação on-line se fixaram como vitrines de um novo "shopping" que é portátil (residindo nos bolsos daqueles que possuam smartphones).

Ser "descolado", ser bonito e ser engraçado, são alguns dos aspectos mais buscados em mídias e redes sociais digitais[12] e isso é uma questão problemática a ser levantada, já que articula questões relativas à beleza, à padrões estéticos e a uma gama de preconceitos incutidos. Todavia, o mercado neoliberal ciente desses problemas, reconfigurou e deslocou essas questões para o campo da "liberdade" de escolha dos indivíduos que a todo momento poderiam "cancelar" os canais que não os agradam. E essa prática, precisa ser levada em conta, no caso dos(as) *booktubers* e de outros indivíduos *youtubers*, que necessitam formar um público fiel, já que dependem de visualizações para formar sua legitimidade e sua reputação de críticos literários.

A transparência exposta através de uma opinião sincera, um comentário "honesto" acerca de um livro, onde uma tentativa de aproximação com seu público (seus seguidores e curiosos) pode se tornar uma forma de criação de legitimidade a esse mesmo público. Grandes empresas de varejo on-line, cientes dessa potencialidade, "patrocinam" muitos desses indivíduos transparentes (sinceros para seu público): "As coisas se tornam transparentes quando eliminam de si toda e qualquer negatividade, quando se tornam *rasas* e *planas*, quando se encaixam sem qualquer resistência ao curso raso do capital, da comunicação e da informação" (HAN, 2017, pp. 09-10).

Além disso, "a transparência estabiliza e acelera o sistema, eliminando o outro ou o estranho" (HAN, p. 11). Ser "sempre legal e animado" é uma das formas mais usadas para os entes transparentes no digital. Esse ato parece impor uma *trans-aparência*, que seria a dimensão da imagem agindo como uma propaganda direcionada a criar simpatias, atravessando a barreira das telas (lisas) dos smartphones. Ademais, dentro desse "discurso" de ser livre e de criar seu próprio conteúdo (ser transparente), pode estar escondida uma armadilha, ou uma isca, que visaria aquilo mencionado anteriormente, ou seja, a captura de dados. Já que os algoritmos "se alimentam de rastros deixados por buscas", com isso, a

[12] Kelly Oakes. "Como as redes sociais afetam a sua visão de si mesmo". BBC Future. 12 de abril de 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-47625592 Acesso agosto de 2020.

ideia e a busca por autonomia no digital se torna algo relativo, tendo como operador uma pretensa ideia de livre circular:

> O *youtuber* tem a liberdade de criação de vídeos sempre que mantiver o volume esperado de acessos, fato que acaba relativizando sua autonomia, que de outra parte encontra-se também sujeita às preferencias do público, que ocupa outra forma de controle (HERNÁNDEZ e TOLEDO, 2018, p. 242).

O *digital influencer* enquanto mais uma, dentre tantas, atividades do amplo universo do on-line e suas possibilidades, deve ser percebido a partir de variadas interfaces: primeiro pelo alcance global dado por um ambiente como a internet e suas redes sociais, como YouTube, e segundo por sua capacidade de se ramificar através da criação de empatia com um público seguidor do conteúdo criado e disponibilizado – independentemente de uma faixa etária especifica. Contudo nesse ramo os mencionados(as) *booktubers*, os "influenciadores de livros", conseguem dialogar com uma faixa etária mais restrita, através dessa lógica de existir por uma imagem criando um tipo de confiança e de legitimidade pela transparência ou por uma *trans-aparência*, que seria a potência empática que esses desenvolvedores conseguiriam produzir com seus seguidores.

O livro, como um objeto que carrega em si uma potência (o saber/conhecimento), ao qual a *imagem-transparente* daqueles que geram confiança por suas opiniões abririam possibilidades de gerar uma aproximação pela exposição de si (imagem) e de confiança (opiniões): "Na sociedade expositiva cada sujeito é seu próprio objeto-propaganda; tudo se mensura em seu valor expositivo" (HAN, 2017, pp. 30-31). O conhecimento, seja cientifico ou opinativo, acaba pareado com a potência de captura de atenção dos(as) *booktubers,* que conseguem, em muitos casos, expor de maneira clara e sucinta o conteúdo literário das obras analisadas.

A literatura, por envolver aspectos mais subjetivos: gostos por determinados autores em detrimento de outros, aproximação com certos gêneros em comparação com outros, caminhariam para longe dos ditos livros "científicos", ou seja, voltados aos estudos (tendo como base as buscas no YouTube). Com isso, a literatura ficcional e seus variados estilos acabam sendo os vídeos mais buscados por aqueles que visualizam os conteúdos produzidos pelos(as) *booktubers*. A mencionada relação *trans-aparente* entre o(a) *booktuber* e seus seguidores, dentro da dimensão de uma interação constante e circular que age junto com a cultura pop (do cinema no caso) como exemplificado pelos filmes de ficção cientifica,

que são um assunto recorrente nos comentários e nas resenhas. As franquias Star Wars, X-Men, Harry Potter e Os Vingadores[13], são os vídeos mais buscados e acessados.

Enfim, as interações entre seguidores dos(as) *booktubers* mais acessados no YouTube não ficam restritas às formas literárias, há uma relação entre os perfis dos desenvolvedores de conteúdo em outras mídias sociais que fidelizam ainda mais seus seguidores (ou curiosos). Como brevemente exemplificado nos exemplos acima, se nota uma relação constante de interação, já que os filmes (que derivam de obras literárias) se afirmam como produtos de uma cultura a todo momento consumível e continuada (já que são lançados periodicamente filmes, séries e derivativos) aos quais os(as) *booktubers* precisam estar constantemente cientes para poder comentar, criticar e opinar.

2. Mapeando os(as) *booktubers* brasileiros(as): os caminhos entre a legitimidade e a formação de uma reputação confiável

Acompanhar uma mídia social no universo on-line, requer a manutenção de uma conta na mesma, como na citada YouTube que aqui discorro, o que possibilita ao pesquisador uma imersão no campo análise, por exemplo, anos atrás notamos uma polêmica envolvendo o escritor Ronaldo Bressane e a já estabelecida *booktuber* Tatiana Feltrin (456 mil seguidores)[14], uma das primeiras pessoas a trabalhar com resenhas e comentários de obras literárias no YouTube. Essa rusga entre os dois foi motivada por valores referentes a produção de conteúdo na conta de Feltrin, ao que Bressane se mostrou surpreso com os preços cobrados pela *booktuber* – além do modo como ela lhe respondeu, já que para ele o ato de resenhar, comentar ou criticar um livro, não deveria ser cobrado.

Dessa questão entre o escritor e a *booktuber* se nota a dimensão de um poder do virtual e do digital em criar conteúdo a ser consumido, no caso, os livros e seus extratos: resenhas, comentários e opiniões – indo além de uma legitimidade que um especialista em literatura possuiria. E como o "véu" do livro ainda carrega matizes subjetivos (ser arte, artigo de bom gosto etc.), que parecem afastar o dinheiro como algo distante e problemático por se tratar de uma obra de arte (ou produto artístico). Sabemos que qualquer ação, seja

[13] Os quatro exemplos são as franquias cinematográficas mais lucrativas da história da sétima arte. Fonte: https://www.boxofficemojo.com/chart/ww_top_lifetime_gross/
[14] Em novembro de 2020.

on-line ou de forma "física", dentro da lógica de uma vida moderna é cobrada ou cobrável, e isso também chega à produção de resenhas.

Em uma busca por *booktubers*, por livros e por resenhas de livros no YouTube são apresentadas inúmeras opções de usuários e de canais das mais variadas nacionalidades, tendo em vista que não é um fenômeno restrito ao âmbito brasileiro. Todavia, no Brasil os números de seguidores desses canais apresentam números que vão de simples 300 seguidores para mais de 800 mil – isso nos mais seguidos. Nos mais acessados a forma interativa pode ser percebida pelos números de vídeos diários, semanais que os mesmos criam, além das *thumbnails* (miniaturas de vídeos usadas como forma de tornar mais atraente uma postagem), que apresentam um alto nível profissional, em certos casos. O trabalho digital desses indivíduos, que segmentados em nichos, podendo ir da ficção cientifica aos clássicos, e precisam se estabelecem como reputáveis. E as *thumbnails* são uma forma mais fácil de promoção desses conteúdos.

Esses "pequenos quadros" sintetizam os vídeos e os apresentam de uma forma cativante, funcionando como uma ferramenta para captar a atenção dos seguidores. Agindo como uma *trans-aparência* das imagens, essas *thumbnails* conseguem articular aparência e emoção, que logo serão apresentadas e expressadas nos vídeos. Os contextos digitais das mídias sociais e essa emoção, "entendida como estimulação de reações físicas e psíquicas apenas parcialmente controláveis pela racionalidade, cada vez mais é solicitada e provocada por cadeia de automatismos tecnológicos" (BERARDI, 2005, p. 14).

> A coação expositiva leva à alienação do próprio corpo, coisificado e transformado em objeto expositivo, que deve ser otimizado. Já não é possível *morar* nele, sendo necessário, então, *expô-lo* e, assim, *explorá-lo*. Exposição é exploração, e seu imperativo aniquila o próprio *morar* (HAN, 2017, p. 33).

A busca por formar uma reputação, pode se transformar numa auto-exploração e também em uma forma de se "objetificar" para um público digitalizado: "Quando o próprio mundo se transforma em espaço de exposição, já que não é possível o habitar, que cede lugar à propaganda, com o objetivo de incrementar o capital da atenção do público" (p. 33). Dessa exploração por imagem ou uma "coação por exposição" (HAN, p. 34), dentro de uma lógica de mercado, na qual:

> As principais plataformas de relacionamento online não produzem conteúdos. Não realizam discursos, nem criam narrativas. Quem faz o

> conteúdo do Facebook, YouTube, Twitter, Instagram, LinkedIn, Snapchat são seus próprios usuários. Assim, as possíveis tentativas de condução da opinião e até mesmo de manipulação estariam descentralizadas ou, ainda, distribuídas nas redes e exclusivamente praticadas pelos usuários dessas plataformas. Poderíamos até lançar a hipótese de que as plataformas teriam pouca condição de interferir nos processos de formação da opinião. Nada mais equivocado (SILVEIRA, 2018, p. 36).

Partindo dessa "condução" (e coação) on-line, a questão de uma reputação enquanto um conteúdo digital, indica um caminho aos usuários de aplicativos: "O problemático não é o aumento das imagens em si, mas a coação icônica para tornar-se imagem" (HAN, 2017, p. 35). A formação de uma rede de confiança seria uma alternativa para o sucesso de um trabalho tão inconstante, tão *coagido*, já que manter clientes por perto é a melhor forma de existir em uma mídia social onde a todo momento nascem novos criadores de conteúdos similares:

> A exigência por transparência torna-se realmente aguda quando já não há mais confiança, e na sociedade pautada na confiança não surge qualquer exigência premente por transparência. Por isso, a sociedade da transparência é uma sociedade da desconfiança e da suspeita, que, em virtude do desparecimento da confiança, agarre-se ao controle (HAN, 2017, p. 110).

Partindo disso, a questão da legitimidade de muitos canais reside em uma pretensa capacidade de ler muitos livros por mês, em abrir caixas de livros recebidos (*unboxing* e *bookhaul*), além de mostrar suas estantes abarrotadas de livros bonitos e grossos que apresentam uma legitimação para comentários – isso pode fazer parecer que a posse de algo já garante o conhecimento do assunto a ser analisado). Nesse sentido, uma reputação de leitor crítico parece emergir daqueles que mais podem possuir livros. Como notado por Walter Benjamin (2020) em seus escritos:

> As opiniões estão para o gigantesco aparelho da vida social como o óleo para as máquinas: ninguém se aproxima de uma turbina e lhe verte óleo para cima. O que se faz é injetar algumas gotas em rebites e juntas escondidas que têm de se conhecer bem (BENJAMIN, 2020, p. 09).

O que foi falado por Benjamin, obviamente não se relaciona com a dimensão do trabalho de reputação dos canais digitais atuais, contudo ao tratar da importância da opinião para aqueles que buscam uma atividade a partir da arte, seja criando ou comentando, a analogia é válida. Uma imagem de si, ou uma virtualização de suas potencialidades de leitor

parece dúbia em muitos pontos, por exemplo, quem poderá ler mais de vinte livros em um mês, e manter ao mesmo tempo contas em mídias e redes sociais ativas? Nos perfis de *booktubers* é comum esse tipo de ação, ou seja, buscar se mostrar como um leitor voraz.

Além disso, muitos(as) *booktubers* se aventuram por outras paragens, dando dicas de beleza, vendendo roupas, pacotes de viagens, indicando streaming on-line, etc., tudo isso como uma forma de solidificar esse "aparato" que seriam suas opiniões e seus gostos. Já que as opiniões precisam a todo momento ser melhoradas, otimizadas, ou "lubrificadas", ainda partindo da analogia de Benjamin (2020). O que é exposto, em muitos casos não importa, o que realmente se busca é a criação de um público que possa ser "aumentado", já que as chamadas "metas de crescimento" impõem essa questão.

Em suma, essas metas podem esconder/mascarar um novo tipo de exploração, que pode passar despercebido a muitos e muitas, já que um(a) *booktuber* parece não ser percebido como um trabalhador, e sim como um influenciador, um tanto efêmero em muitos exemplos, e que acabaria ficando preso muitas vezes na *trans-aparência* entre um tipo de lazer expresso no ato de conexão e sociabilidades digitais e certas atividades on-line presente na manutenção de um perfil.

3. Alguns exemplos de *booktubers* analisados

Um dos fatores principais para a legitimidade de opinião, como percebido anteriormente, é o número de seguidores conquistados pelos(as) *booktubers* em suas contas digitais, tendo como base seu eventual crescimento e reputação de comentários. Por exemplo, um canal que cresce em média de 1 a 2 mil seguidores é considerável extremamente reputado, frisando que esses números dizem respeito aos perfis de *booktubers* que verificamos em 2020, e que outros tipos de influenciadores conseguem números exorbitantemente maiores, não sendo esse o tópico de minha discussão. Assim, esses seguidores (ou curiosos) garantem uma reputação de conhecimento crítico dos livros àqueles que resenham ou comentam, apresentando o domínio de um conteúdo literário a partir de uma imagem (fortalecida por inúmeros fatores, como imagem de si, posse de livros etc.). E haveria uma potencialidade de venda desse produto (livro) veiculada a um saber imagético digital e virtual.

Nesse sentido este trabalho teve como base analítica o acompanhamento on-line de cerca de 10 contas de *booktubers*, destacando duas dessas contas: *Ler Antes de Morrer*, da jornalista e *booktuber* Isabella Lubrano (498 mil inscritos) e *Literature-se,* da estudante de teoria literária Mell Ferraz (149 mil inscritos)[15]. Ao apontar uma especial atenção aos referidos perfis, levamos em conta as análises feitas por ambas, que conseguem articular questões, digamos assim, mais profundas, e tecer observações críticas a respeito das obras expostas – além da interação com seus seguidores que apresentam elementos que merecem uma especial atenção, como troca de conhecimentos sobre o que pretendem discutir (autores, gêneros e conteúdo das obras em si). Entretanto, esta abordagem sociológica não se fiou apenas nas referidas *booktubers*.

As outras contas observadas e analisadas para o estudo foram: *Pam Gonçalves* (324 mil inscritos), *Vá ler um Livro* (187 mil), *Beatriz Paludetto* (184 mil), *Geek Freak* (143 mil), *Navegando* (69 mil), *Livrada!* (46 mil), *Andréa Bistafa* (34 mil) e *Gabs Giorgette* (24 mil)[16]. Ao listar essas contas, em detrimento de dezenas de outras, levamos em conta aspectos como o tempo de criação do canal, os gêneros dos(as) *booktubers*, uma capacidade de promover interação entre seus usuários e por último, o crescimento no período descrito nesta pesquisa (primeiro semestre de 2020).

Dessa forma, os dados de observação desses(as) *booktubers* foram colhidos entre os meses de janeiro, fevereiro e março (período anterior ao isolamento social no Brasil) e entre os meses de abril e agosto dentro do momento mais rígido do isolamento e de um eventual "afrouxamento", já que a partir de julho ocorreu um relaxamento desse mesmo isolamento social. No período, as duas contas que listamos em separado anteriormente, tiveram um crescimento e uma capilaridade maior que as outras listadas – em média quatro mil seguidores ao mês – ao contrário das outras, que tiveram de mil a dois mil. Somado a isso, a análise procurou nas contas desses(as) *booktubers* classificar o número de seguidores (crescimento e diminuição), capacidade de gerar debates (interação empática, críticas e outros ações), quais os livros mais resenhados e quais as obras mais pedidas por seguidores ou curiosos.

Ainda dentro do período observado, no qual uma reconfiguração das relações sociais se apresentou como necessária (por motivos de saúde) procurei observar se esses usuários

[15] Números de seguidores em novembro de 2020.
[16] Número de seguidores em novembro de 2020.

do YouTube conseguiram se estabilizar como "trabalhadores do digital". Dos dez perfis discutidos para este trabalho, a promoção de uma atividade laboral reconfigurada pelos usos do digital tendo em vista a regularidade dos vídeos postados parecem corroborar a relação entre interação constante e uma reputação advinda da mesma, como uma sociabilidade on-line mediada por livros. Já que a maioria posta em média dois vídeos por semana, apresentando a possibilidade de legitimar a hipótese acerca de uma legitimidade pela exposição constante de conteúdo.

E o pressuposto por trás da escolha de todos os canais citados no YouTube, levando em conta as dimensões críticas relacionadas ao gênero, à faixa etária, à padrões e por último, qualidade dos vídeos também apresentam questões para se perceber uma latente profissionalização por trás de uma manutenção de perfis para resenhar e comentar livros. E com isso, se os mesmos perfis/canais conseguiriam atrair, criar e manter um público leitor fiel, indo muito além do simples ato de consumir conteúdo digital – expressos nos atos de seguir, curtir e comentar os perfis dos(as) *booktubers*.

4. Sobre o período observado e alguns resultados

Seguindo o que foi proposto, discutido e apresentado até aqui, esta análise sociológica procurou nas contas dos(as) *booktubers*, classificar o número de seguidores (crescimento e diminuição) além da capacidade de gerar debates (interação relacionada às obras veiculadas), assim, percebendo quais foram os livros mais resenhados e uma possível influência na compra e venda de obras por parte de um público digital ou digitalizado.

O período observado, no qual uma reconfiguração das relações sociais se apresentou como necessária por questões de mercado e por motivos de saúde, pôde apresentar um crescimento do e-commerce praticado, principalmente, pela gigante norte-americana Amazon com suas promoções e políticas de descontos. Com isso a necessária adaptação de editoras tradicionais (Companhia das Letras, Record, Vozes etc.) à essa lógica (da Amazon) também são colocados como hipóteses em relação ao papel dos(as) *booktubers* e sua recorrente produção de um público leitor fiel e/ou seguidor. Ademais, dentro dessa dimensão do on-line algumas dessas editoras tradicionais brasileiras, como Zahar, Unesp e Editora 34, regularmente oferecem em suas páginas on-line a possibilidade de comprar seus livros com descontos que variam entre 40, 50 e 60%, agindo assim, como uma medida (ou

tentativa) de concorrer com a mencionada gigante norte-americana, além de uma aproximação com os(as) *booktubers*.

O referido período analisado (primeiro semestre de 2020), no qual o isolamento social pareceu trazer uma nova dimensão para a questão da existência no digital, e principalmente do consumo veiculado como digital, apontam para os algoritmos e sua potencialidade de direcionar produtos relacionados aos históricos de buscas dos usuários de internet. Somada à essas formas de compra e venda on-line de obras literárias, se pode notar a inclusão da chamada Big Tech ou de uma dataficação da vida (Big Data), como percebido pelo teórico Morozov (2018) que a apresentou como fundante para o modo capitalista da atual sociedade, onde a exposição do privado parece ter se tornado uma realidade social.

Um olhar sociológico e crítico a respeito dessa Big Data e de uma Big Tech que direcionam para uma digitalização da vida (FERREIRA, 2019), apresentam essa forma interativa veiculado ao digital como uma necessidade problemática, podendo ser capturada por empresas e usadas como produtos. Ademais, como percebido por Deborah Lupton (2015) ao discutir o que seria o digital e como estudá-lo na atualidade, a dimensão do trabalho ou de uma prática profissional digitalizada (pp. 15-16) se mostra relevante para o entendimento de um possível deslocamento de uma realidade social (física) para o digital. Enfatizamos que esta pesquisa obteve resultados parciais relacionados aos mencionados(as) *booktubers*, sendo através de acompanhamento e uma análise dos conteúdos (comentários dos vídeos, dados secundários e entrevistas), onde as questões acerca do tempo dispensado on-line, os tipos de livros resenhados/comentados, as metas, o retorno financeiro e de seguidores emergem como substratos de uma sociedade (tornada) digitalizada.

Além disso, a dimensão acerca do nascimento de uma atividade laboral (efêmera) ou de uma profissão a partir do digital, pontuam a importância de uma manutenção de uma reputação no universo das mídias sociais, que levariam os perfis/contas a se tornarem indivíduos legítimos no ato de comentar e resenhar obras literárias no YouTube.

5. Os "varejos": dilemas de vender em livrarias ou pela internet e o papel dos gêneros literários e das faixas etárias

As livrarias que tiveram que buscar no on-line novas formas de vender seus livros, lidando com transportadoras e correios tornando, assiam, as vendas mais caras aos consumidores, viram a possibilidade de incrementar suas vendas a partir de uma política de descontos nos valores de seus produtos, o que contribuiu para uma alta nas vendas comparadas com 2019, ou seja, de 15,6% para 21,1%. Nesse sentido houve um certo aumento nas vendas de determinados gêneros literários, com destaque para ficção infantil/juvenil, literatura estrangeira e religiões/crenças[17]. Um comparativo entre os anos de 2019 e 2020 em relação a venda de livros por gêneros, apontaram uma leve queda em alguns desses gêneros e aumento em outros. Os livros didáticos, que em 2019 lideravam as vendas com 21,7% caíram para 20,3% em 2020, já a ficção infanto-juvenil subiu de 12,8% (2019) para 14,0% (2020), mesmo caso do gênero literatura estrangeira, de 11,6% para 11,9%[18].

Para o varejo on-line de livros, como indicado pela página oficial da Associação Nacional de Livros (ANL) no mês junho de 2020 quando as livrarias físicas voltaram a abrir, houve um leve crescimento na compra de determinados seguimentos literários, nada que fosse animador para o já combalido setor, que desse modo acabaram por buscar certas alternativas. Assim, uma "adaptação" pela qual o varejo de livros passou, pôde, estabelecer um novo tipo de produção de critica a respeito dos livros, nos quais os(as) *booktubers* tomaram a liderança, em detrimentos das "tradicionais" formas de críticas literárias, como as publicadas em jornais e revistas (listas e resenhas semanais). E recuando ao período que abrangeu os finais dos meses de fevereiro e março de 2020, no início do fechamento do comércio "físico", houve uma queda de 40% nas vendas em São Paulo (maior mercado do Brasil), segundo a Nielsen e Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL)[19], comparadas com o ano de 2019.

[17] Fontes: GFK e Associação Nacional de Livros.
[18] Fonte: ANL. https://www.anl.org.br/docs/GfK_Mercado_de_Livros_Abril2020_ANL.pdf Acesso em setembro de 2020.
[19] Ver: https://www.publishnews.com.br/materias/2020/04/07/os-primeiros-sinais-do-coronavirus-no-varejo-de-livros-traduzidos-em-numeros Acessado em setembro de 2020.

Dos gêneros literários que tiveram aumento nas vendas, destaca-se a categoria Infantil, Juvenil e Educacional[20], um tipo literário que dialoga diretamente com os conteúdos de influenciadores digitais, por exemplo Luccas Neto[21], hoje considerado um ídolo infanto-juvenil com dezenas de livros, de revistas publicadas, além de músicas e filmes lançados em plataformas digitais. Nesse sentido, o papel dos influenciadores, no YouTube, contribuíram para a formação de um público interessado em literatura, nos quais as faixas etárias circulam entre o infantil e jovem adulto, mas não apenas.

Além disso, uma "circularidade" entre livros, quadrinhos, filmes e series, também podem contribuir para a fidelização de um público leitor, seguidor ou curioso de contas de *booktubers*. Onde a busca por gêneros literários, capilarizados pela mídia digital em si de diversas formas, sejam elas com filmes ou séries, apontam para a literatura estrangeira um destaque positivo nas vendas, já que esse tipo literário englobaria tanto os romances clássicos, as obras literárias seriadas, como romances de época, além de outros tipos como a ficção cientifica – também importante destaque nas vendas.

Como descrito em vários canais de *booktubers* analisados, através de indicações (feitas pela grande maioria desses perfis), a gigante do varejo digital Amazon acabou por monopolizar o número de menções para a venda de livros, como forma de captura através de links disponibilizados na conta dos perfis. Um(a) *booktuber* que recebe porcentagens de vendas através de links de suas contas no YouTube para a gigante Amazon, muitas vezes precisa vender esses livros "custe o que custar". Surgem, assim, as questões acerca das ferramentas empregadas em prol de uma lógica consumista que iria além do livro enquanto fonte de conhecimento e entretenimento, e sim como apenas um produto a ser comercializado.

6. Seria a Amazon um problema ou uma solução ao mercado de livros?

Confiança é uma das palavras mais usadas em vídeos de *booktubers* quando procuram falar ao seu público seguidor, já que o ato de gerar empatia pode ajudar a se tornar um ente

[20] Fonte Nielsen/Nielsen BookScan.
https://www.publishnews.com.br/estaticos/uploads/2020/04/blrgYppQQTRMmbVS3PoWckz7Tr90RPWkeMGXNtMNDwkZIoDDloTvbHo0f5UGvmCm7o8ImRlptxe8hdQI.pdf Acesso em setembro de 2020.

[21] Luccas Ferreira Neto é um youtuber, empresário, ator, cantor e escritor brasileiro, tendo um dos maiores canais brasileiros no Youtube, passando de 31 milhões de inscritos e somando mais de 12 bilhões de visualizações. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Luccas_Neto Acesso em setembro de 2020.

legítimo e autêntico no universo digital da internet, assim, tornando reais suas opiniões, seus gostos e seus comentários acerca das obras literárias. A formação de uma reputação on-line aponta para a relação de uma legitimidade no ato de comentar as obras já que mais seguidores parecem apontar a posse de "mais conhecimento" por inúmeros fatores.

Entretanto, as porcentagens por livros vendidos, resenhas e comentários superficiais apontam para esses desenvolvedores de conteúdo acerca de livros uma "culpa" já que os mesmos precisam vender o livro comentado, além de ter que cativar seus seguidores e atrair outros. No vídeo disponibilizado em junho de 2020 pelo canal ComixZone, que também comenta livros e HQs, "Os booktubers estão te enganando por dinheiro!!!"[22], alguns comentários de seus seguidores procuraram apresentar a visão do público que busca indicações de livros e que não visaria "ser decepcionado", mas ser levado às obras.

A questão de tornar uma obra literária "palatável" a um público envolveria inúmeros aspectos e como percebido no vídeo do YouTube anteriormente citado, temos o seguinte apontamento de um seguidor: "Se eu compro algum quadrinho por indicação de algum canal e não gosto, pode ter muito mais a ver com meu gosto pessoal, do que ele ser realmente ruim e ser indicado só por fins comerciais (...)". E um outro: "Acho que o mal das pessoas é (ir) com muita sede ao pode (pote) e só confiar em apenas uma opinião. Quanto mais opiniões sobre o quadrinho que você quer comprar, melhor"[23]. Essas duas colocações, dentre mais de 233 outras, apresenta um olhar interessante acerca do pretendo papel dos(as) *booktubers*: conseguir produzir interesse de mercado sobre uma obra comentada.

Como citado anteriormente, a ferramenta AdSense que visa mensurar e disponibilizar anúncios no âmbito do on-line (no universo do Google como o YouTube), produziria renda apenas para os canais como ampla capacidade de produzir visualizações e conteúdos atraentes ao grande público digital. Sobre isso, notamos que os(as) *booktubers* produzem conteúdos a todo momento e que muitas vezes não são amplos (e atraentes) como os de outros tipos de *youtubers*, que conseguem "conversar" melhor com o mundo do digital – citando Luccas Neto, por exemplo. Dessa forma, esses perfis se veem, muitas

[22] Ver: COMIX ZONE, "Os booktubers estão te enganando por dinheiro!!!". Youtube. 25 de junho de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Bc8OIGpUQaI&ab_channel=ComixZone Acesso em novembro de 2020.

[23] Por questões de sigilo não mencionei os nomes dos seguidores do referido(a) *booktuber*. Também procurei transcrever como os mesmos haviam comentado, com isso, mantive certos erros, e entre parênteses acabei corrigindo-os para os tornar legíveis, no caso, (ir) e (pote).

vezes, com necessidade de buscar outras formas de rentabilizar seus canais, e nisso se fez emergente que empresas, à parte do Google (e suas ferramenta), os patrocinassem.

Maurizio Lazzarato, sociólogo italiano em *As Revoluções do Capitalismo*, apontou, entre outros tópicos, que a empresa não cria objetos (mercadorias) mas o mundo onde esse objeto existe, ou seja, um aparato de consumo e de desejo (2006). A produção de uma "necessidade" de consumir como forma de existência, onde mercadoria são mais vistas como entes abstratos, é a tônica do capitalismo digital de hoje em dia. Dentro desse tipo de capitalismo, que Shoshana Zuboff (2021) chamou de "Capitalismo de Vigilância", grandes empresas como Microsoft, Google, Apple, Amazon e Facebook, procuraram se valer de seus poderes "demiúrgicos", principalmente a partir de 2008 com a crise norte-americana e a falência de inúmeros bancos.

Voltando à questão dos livros e para as grandes livrarias brasileiras, como Saraiva e Cultura (entre outras), a chegada da Amazon trouxe alguns problemas relacionados principalmente a descontos e à logística (capacidade de entrega rápida de produtos que se reconfigurou). Entretanto, para os desenvolvedores de conteúdos relacionados às vendas e ao consumo de livros no YouTube, essa empresa parece a solução já que essa mesma rapidez se mostra como um ponto positivo. Por exemplo, um livro, comentado ou resenhado em vídeo, em poucos dias estará na casa dos seguidores, como isso, fortalecendo o vínculo entre criador de conteúdo e seguidores acerca do entendimento da obra. E a recorrente adaptação das mencionadas Saraiva, e Cultura, que procuram vender inúmeros outros tipos de produtos, muito além dos "simples" livros parece não surtir efeito ao que chamamos de "fator Amazon"[24].

Voltando para a dimensão de um novo tipo de consumo, exagerado muitas vezes, já que promoções, pacotes, descontos progressivos e temporários (todas práticas das grandes empresas de varejo on-line ou e-commerce), procuram fidelizar os seguidores (clientes). Aqueles que buscam um livro, acabariam se interessando por outros, já que a interface algorítmica do YouTube, somada ao modo pelo qual a Amazon procura apresentar seus produtos (indicando sugestões e artigos similares aos buscados por seus clientes). O modelo estratégico utilizado pela Amazon, que sonda os canais de *booktubers*

[24] Esse "conflito" entre as livrarias "físicas" e as livrarias "on-line", pode parecer algo novo, mas em exemplos de sites de varejo digital como Mercado Livre, dentre suas possiblidades de venda, há os livros. E o Estante Virtual, sebo on-line especializado em venda de livros novos e usados (de posse do espolio da Livraria Cultura), se mostra como um importante referencial nesse tipo de mercado.

mais valiosos (com mais seguidores, sendo os números entre 50 e 100 mil os mais atraentes), quais os gêneros que cada um desses canais poderia melhor vender e qual a importância de determinados canais para o mercado – pode ser visto como o segredo para o seu sucesso no atual contexto brasileiro.

A gestão de um *corpo virtual* que trabalha a partir de sua imagem e sua opinião comum aos usuários de mídias sociais como YouTube, somados aos dispositivos biopolíticos aplicados aos mesmos, levando em consideração a questão da pandemia e do isolamento social pelo Covid-19 que nos meses de fevereiro a julho fez com que fossem ampliados os usos do digital no Brasil, acabou por fazer crescer o comercio na internet. Nesse sentido, o e-commerce em 2010 gerou 16.8 bilhões de reais, somadas todas as suas formas, e em 2019 essa receita superou os 75 bilhões de reais[25].

Dessa fatia, na medição do ano anterior, uma parte foi relacionada a compra e venda de livros, principalmente pelo estabelecimento da Amazon como líder no varejo de livros e derivados. A diminuição das vendas "físicas" de livros em livrarias e sebos, e o aumento da venda on-line pode ser percebida na fala dos(as) *booktubers*, que muito raramente fazem resenhas, comentam ou indicam livros "velhos" – como os exemplares de sebos.

Um outro ilustrativo de suma importância sobre a lógica (ou fator) Amazon, aponta que a gigante do e-commerce também passou a vender livros usados em seu site, e isso pôde potencializar ainda mais o comercio de obras literárias no digital. Somado aquele contexto, também levamos em conta que aumento do número de interessados em livros, tendo em vista a necessidade de permanecer em casa, devido à pandemia[26] parece ter crescido, e isso, pode ter uma relação com a crescente (estabelecimento de perfis) de *booktubers*.

Ademais, a maioria dos(as) *booktubers* que são "patrocinados" pela Amazon mantém páginas ativas na gigante do varejo on-line, onde seus seguidores tem acesso aos livros mencionados nos seus vídeos, facilitando as vendas. E em algumas vezes podem obter descontos em variados produtos (não apenas em livros), além de participar de sorteios de produtos da Amazon, como Kindle[27], livros especiais e seus derivativos, como brinquedos

[25] https://www.jornalcontabil.com.br/covid-19-pandemia-tem-impactado-positivamente-o-mercado-e-commerce/ Acesso em junho de 2020.
[26] https://www.washingtonpost.com/outlook/2020/04/02/bookstores-essential-businesses-coronavirus/ Acesso em agosto de 2020.
[27] *E-reader* (leitor de livros digitais) exclusivo da Amazon.

de colecionar. Nisso destacamos que uma conta de *booktuber* com média de 100 mil seguidores conseguiria um excelente faturamento mensal (em alguns casos, na casa dos milhares de reais).

Diariamente, nos vídeos postados pelos(as) *booktubers* observados para este estudo, algumas questões acabam rotineiramente aparecendo, como o dia a dia dos mesmos, que buscam apresentar uma ideia de liberdade e não de um trabalho a ser explorado por uma Big Tech, já que o ato de trabalhar poderia carregar algo negativo (*trepalium*):

> A exploração do trabalho desenvolve uma nova faceta quando além de gerar riqueza através da força de produção do trabalho, também relaciona seus "produtos" com a identidade do trabalhador, incluindo uma dinâmica de exploração biopolítica do trabalho (MONTEIRO, 2018, p. 108).

Essa dimensão biopolítica e disciplinar evocando os escritos de Foucault (2006; 2010) a qual os corpos dos sujeitos seriam enquadrados dentro de um discurso, pode ser vista, analogamente, aos usos do digital atualmente, que parece muitas vezes adequar os indivíduos em práticas questionáveis. Dessa forma, percebemos um tipo de "discurso da exposição", que parece enquadrar esses sujeitos (digitalizados) em uma lógica de consumo, assim, tendo na disciplina da imagem de si através da veiculação em perfis/contas no YouTube e também no Facebook, Instagram, Twitter etc. uma forma de aceitação. Melhor dizendo, um discurso da existência digital nada mais é que tornar os indivíduos sujeitos produtores de dados, aos quais serão posteriormente vendidos por grandes empresas de tecnologia a terceiros.

Problematizando o acima descrito em dois pontos: a) os dados digitais produzidos pela interação on-line agem como as novas armas para uma gestão do consumo e da produção de lucros para Big Techs que, assim, vigiam as ações e mineram as atividades de usuários na internet (Zuboff, 2021); b) uma possível crítica ao consumismo desenfreado deve feita por *booktubers* e para *booktubers*, e ficaria mais evidente nos chamados *unboxing* e *bookhaul*, que seriam abrir caixas e mais caixas de livros com o logo da Amazon, apontando e afirmando a necessidade de se comprar livros e mais livros – e não simplesmente ler!

Resumindo: essa "necessidade" de se ter um livro (não importando qual), como é muito colocado em certos perfis no YouTube, além da indicação de promoções, de cupons de desconto e de sorteios de prêmios, agiriam como engodos utilizados nessa lógica de consumo. Onde a empresa líder no seguimento de e-commerce global Amazon, dentro

dessa lógica de exposição de si ao digital que no ano de 2020 se tornou ainda mais presente, apresentam essas questões acerca do consumo desenfreado no digital quase como inerente. O estar no on-line (seja pela ótica digital ou virtual) é uma nova forma de existência e de gestão de vida para esses usuários (*booktubers*, seguidores e curiosos), a qual o consumo, a manutenção de uma reputação e a legitimidade adquirida através do crescente números de seguidores (que os mesmos perfis buscam) se fundou como uma verdade e uma forma de liberdade de ser.

Considerações finais

Este breve recorte de uma pesquisa de doutorado em sociologia buscou apresentar através de alguns dados e de críticas sociológicas a respeito de uma atividade on-line relacionada aos livros e ao consumo digital tendo a imagem de si como ferramenta interativa. A questão da captura de dados, dos algoritmos e do uso demasiado de mídias e redes sociais digitais, que poderia facilitar a venda e o consumo de conteúdos relacionados aos livros se mostrou presente como critério analítico. Ao apresentar algumas discussões mais problemáticas como a relação entre escritores e *booktubers*, que parecem estar "em competição pelo conhecimento", entre um novo tipo de consumismo e o "tradicional" neoliberalismo das grandes empresas norte americanas (Big Tech), visamos conceituar e contextualizar um tópico importante para o mundo do trabalho deslocado ao digital.

Dessa forma um novo mundo do trabalho que parece cada vez mais ter adentrado os ambientes digitais da web, onde atividades a todo instante precisam ser criadas – primeiro como existência e depois como resistência. Essa resistência, no caso dos(as) *booktubers*, precisa ser assinalada, já que muitos deles conseguem criar públicos leitores de obras complexas, que interessados livros, não apenas como um produto em si, conseguem propor discussões críticas relevantes e uma troca de conhecimentos, e não apenas um consumismo digitalizado na lógica de exposição on-line. A manutenção de um uma reputação e uma recorrente legitimidade expressada pelos números de seguidores, que apresentam formas de produção de dividendos aos mencionados canais no YouTube poderia já ser vista como uma atividade laboral, que parece estar estável – tendo em perspectiva o crescente números de canais de *booktubers* no contexto digital brasileiro atual.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única. Infância berlinense: 1900.** Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2020.

BERARDI, Franco. **A fábrica da infelicidade. Trabalho cognitivo e crise da new economy.** Rio de Janeiro: DP & A editora, 2005.

CAMARGO, Aline B. **O Booktube e a venda de livros**. R. Liceu On-line, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 130-147, jan./jun. 2016.

COZER, Raquel. **Literatura juvenil ganha subdivisões e alimenta discussão sobre perfis dos leitores**. In: Caderno Ilustrada, Folha de São Paulo, dez. 2013. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/12/1385277-literatura-juvenil-ganha-subdivisoes-e-alimenta-discussao-sobre-perfis-dos-leitores.shtml. Acesso em: junho de 2020.

FERREIRA, Julio M. **Redes, Sociedade Informacional e Internet: os usos políticos do on-line na contemporaneidade a partir da massificação de pós-verdades e de fake news.** Revista Novos Rumos Sociológicos. V.7 nº 12. Ago/dez/2019. ISSN: 2318-1966.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

HAN, Byung-Chul**. Psicopolítica. O neoliberalismo e as novas técnicas de poder.** Belo Horizonte/Veneza: Editora Âyinê, 2018.

HAN, Byung-Chul. **A salvação do belo**. Petrópolis: Vozes, 2019.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência.** Petrópolis: Vozes, 2017.

HERNÁNDEZ, J. A. Cerón. TOLEDO, E. de la Garza. Os *youtubers* como trabalhadores não clássicos. IN: BRIDI, M. Aparecida. LIMA, J. Carlos (orgs). **Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologias de informação.** Paraná: Editora UFPR, 2018.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do Capitalismo.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

LISDERO, Pedro. SCRIBANO, Adrian (editores). **Digital Labour, Society and the Politics of Sensibilities**. Palgrave Macmillan, 2019 (eBook).

LUPTON, Deborah. **Digital Sociology.** New York and London: Routledge, 2015.

MACHADO, Débora. A modulação de comportamento nas plataformas de mídias digitais. IN: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (orgs.). **Sociedade de controle. Manipulação e modulação nas redes sociais.** São Paulo: Hedra, 2018.

MONTEIRO, Cínthia. Da biopolítica à modulação: psicologia social e algoritmos como agentes da assimilação neoliberal. IN: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA,

Sérgio Amadeu da (orgs.). **Sociedade de controle. Manipulação e modulação nas redes sociais.** São Paulo: Hedra, 2018.

MOROZOV, Yevgeny. **Big Tech. A ascensão dos dados e a morte da política.** São Paulo: Editora Ubu, 2018.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. IN: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (orgs.). **Sociedade de controle. Manipulação e modulação nas redes sociais.** São Paulo: Hedra, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância. A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Sobre o indivíduo fragmentado: ensaio sobre a alienação na modernidade tardia

Thiago Pacheco Gebara[1]

Resumo

O presente ensaio busca tecer breves considerações sobre o indivíduo fragmentado, que se encontra na modernidade tardia e sofre de novos tipos de alienação. A tese da aceleração social de Hartmut Rosa será central na análise, bem como a utilização de outros autores e recursos que possam elucidar algumas das novas questões sociais que surgem a partir do final do século XX e começo do século XXI. A hipótese sustentada é que a promessa do início da modernidade, da autonomia do indivíduo, e o progresso tecnológico e suas possibilidades para libertar o indivíduo de penúrias materiais, se consolidaram de maneira paradoxal na modernidade tardia, demonstrando que o funcionamento do capitalismo tem algo consigo de inerente que impossibilita a conclusão dos projetos previstos no início dessa trajetória da política, filosofia, ciência, economia, cultura e tecnologia ocidental. O ensaio tem o objetivo geral de articular a perspectiva das patologias do capitalismo, as cinco formas de alienação (de si e do outro, da natureza, do tempo, do espaço e das coisas) e as novas questões sociais que surgem a partir desse panorama.

Palavras-chave: Aceleração social. Alienação. Indivíduo. Modernidade Tardia.

Abstract

This essay seeks to make brief considerations about the fragmented individual, who is in late modernity and suffers from new types of alienation. Hartmut Rosa's social acceleration thesis will be central to the analysis, as well as the use of other authors and resources that can clarify some of the new social issues that arise from the end of the 20th century and the beginning of the 21st century. The hypothesis sustained is that the promise of the beginning of modernity, of the autonomy of the individual, and technological progress and its possibilities to free the individual from material penury, were consolidated paradoxically in late modernity, demonstrating that the functioning of capitalism has something inherent

[1] Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Graduado em licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais pela mesma universidade.

with it that makes it impossible to complete the projects foreseen at the beginning of this trajectory of politics, Western philosophy, science, economics, culture and technology. The essay has the general objective of articulating the perspective of the pathologies of capitalism, the five forms of alienation (of oneanother, of nature, of time, of space and of things) and of the new social issues that arise from this panorama.

Keywords: Social Acceleration. Alienation. Individual. Late modernity

Introdução

Como dito por Henri Meschonnic (2017, p. 107), "a modernidade é uma redescoberta do contínuo" e faz surgir a "não unidade da unidade" (ibidem, p. 106). A quantidade de acontecimentos simultâneos, sobrepostos de forma cada vez mais veloz, afasta o entendimento e a própria noção de pertencimento do sujeito com o mundo em que vive. Também é própria da modernidade as técnicas artísticas da colagem e da montagem (ibidem, p. 105), como elementos que se sobrepõe e criam um sentido próprio, coeso e coerente dentro daquele universo em questão, o que exemplifica bem qual a dinâmica do mundo contemporâneo e sua estruturação através de fragmentos isolados, mas que ao mesmo tempo formam uma estrutura autônoma.

A paixão dos jovens futuristas italianos (MARINETTI, 1909, n.p), que proclamavam que o tempo e o espaço morreram ontem, que estariam vivendo o absoluto, já que haviam criado o eterno, da velocidade onipresente, existia no mesmo cenário (a modernidade) que favorecia o progresso, a esperança, o futuro que traria uma esperança para a humanidade que seria capaz de desejar um progresso incessante, a tecnologia que impulsionava o conforto, a dominação do sujeito sobre a natureza, do artificial sobre o natural. Esse paradoxo é bem evidenciado pelo manifesto dos futuristas, que pregam o universalismo, o desenvolvimento, o progresso, a ciência, junto com a glória à guerra, o militarismo, o patriotismo, a demolição de museus e livrarias, junto ainda com lindas ideias que matam, defendendo uma arte que só pode ser violenta, cruel e injusta, caracterizando isso como sendo a modernidade (Ibidem).

Diante da visão otimista de um encerramento e de um recomeço, existe a possível visão pessimista na mesma esfera. A obra "Crime e Castigo" (DOSTOIÉVISKI, 2019) evidencia perfeitamente essa questão: enxerga uma possibilidade de reconstrução,

identitária, psicológica, biográfica do personagem central, chamado Raskólnikov, um homem que tem que lidar com uma crise existencial decorrente das próprias noções de ética, moral, justiça, em uma sociedade que perde o sentido quando o sujeito se vê fragmentado e isolado. "Mas aqui já começa outra história, a história da renovação gradual de um homem, a história do seu gradual renascimento, da passagem gradual de um mundo a outro, do conhecimento de uma realidade nova, até então totalmente desconhecida." (Ibidem, p. 563)

Essa mesma passagem também parece anunciar um temor - com cuidados para não cair no anacronismo - quando analisada a partir do capitalismo contemporâneo: a realidade nova, até então totalmente desconhecida, da renovação do homem, tanto individual quanto coletivamente, parece não garantir que é de fato positiva, apenas que está indo adiante em um caminho desconhecido.

Somos advertidos que cabe a nós decidir se essas conquistas da natureza e do conhecimento (HUXLEY, 2016, p. 122), a saber, do progresso tecnológico, compreendido aqui através da aceleração tecnológica (ROSA, 2019) devem ser utilizadas para fins terríveis e desumanos ou se devem ser empregados para criar o tipo de progresso com que sonhamos, um tipo que ninguém jamais sonhou, porque as potencialidades que se verificam agora jamais estiveram presentes anteriormente na história da humanidade.

O alerta de Huxley tem enorme respaldo - mesmo que não tenha falado especificamente sobre a modernidade tardia - no panorama da sociedade global e sua relação com o indivíduo. Isso se torna evidente quando algoritmos realizam demissões em massa,[2] quando uma potência político-econômica global precisa proibir o uso de celulares em escolas devido ao crescimento abrupto em problemas de visto, incluindo potencial cegueira[3], quando o progresso tecnológico, cultural, político, econômico, as promessas da modernidade, afetam as novas gerações, sobretudo a geração eu (TWENGE, 2018), dos nascidos de 1995 até 2012, de forma que os índices de agravamento de saúde mental

[2]Ver ECHARRI, Miquel. 150 demissões em um segundo: os algoritmos que decidem quem deve ser mandado embora. El País. Outubro de 2021. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/tecnologia/2021-10-10/150-demissoes-em-um-segundo-assim-funcionam-os-algoritmos-que-decidem-quem-deve-ser-mandado-embora.html > Acesso em 15 de outubro de 2021.

[3]Ver WAKEFIELD, Jane. China bans children from using mobile phones at school. BBC. Fevereiro de 2021. Disponível em: < https://www.bbc.com/news/technology-55902778 > Acesso em: 14 de novembro de 2021.

crescem e fazem cada vez mais parte do imaginário, vocabulário, vivências e simbologias da pessoa globalizada, acendendo o alerta sobre se de fato, as promessas de autonomia que surgem no início da modernidade, ainda são possíveis no horizonte caótico do indivíduo que se torna descartável, refugo (BAUMAN, 2005).

A percepção do fim da história, interpretação que entende que o progresso da humanidade chegou no seu limiar, que não há mais direcionamento possível. Assim como o significativo *There Is No Alternative* (TINA), slogan utilizado por Margaret Thatcher para potencializar a promoção das leis do mercado, do neoliberalismo, da globalização, em detrimento daquilo tudo que era velho, ultrapassado, sem utilidade, atrasado, exemplificam o imaginário político-intelectual do que estaria e está por vir.

Como Berman (2007) disse no próprio título de sua obra "tudo que é sólido desmancha no ar"[4]. O panorama do capitalismo contemporâneo nos coloca diante da complexidade da jaula de aço (WEBER, 1989), que não apenas nos prende dentro de uma realidade, mas nos molda através de suas barras.

O sonho do modernismo (BERMAN, 2007, p. 11) paradoxal é questionado, as promessas parecem se esvaecer no ar, e as potencialidades humanas esbarram no esvaziamento de sentido, na fragmentação do indivíduo, na atomização, na separação e na alienação.

Essa é a problemática que o ensaio visa explorar. Como a alienação, pensada num contexto da modernidade tardia, uma sociedade em que a história da humanidade pode ser analisada enquanto história da aceleração, não só técnica e tecnológica, mas do ritmo de vida e das mudanças sociais (ROSA, 2019), desenvolvendo-se de maneiras que não poderiam ocorrer anteriormente, justamente pela subjetividade do sujeito moderno e pelas mudanças substanciais ocorridas a partir de meados de 1980.

1980 é uma década importante, em que a sociedade capitalista, que detém um significado singular pelo seu funcionamento a partir do capital (Idem, 2017), se estabiliza dinamicamente, ou seja, apenas consegue funcionar em seus próprios termos se a produção, das mais variadas formas possíveis, continuar crescendo e se acelerando em relação ao momento anterior.

[4] Frase essa que é originalmente dita no manifesto comunista ao tratar sobre as mudanças que podem ser verificadas com o advento da modernidade. Ver MARX, Karl e ENGELS, Friederich. O Manifesto Comunista, 1988.

O contrário, da não aceleração, da redução, da estabilização sem dinamização resulta em crises que afetam o sistema como um todo (Ibidem). Crises essas que também esbarram na própria ideia de consciência de si, daquilo que se é e que se planeja para o futuro, de qual sua ocupação trabalhista, sua estrutura familiar, sua formação educacional etc.

O indivíduo precisa lidar com uma sociedade que se estabiliza dinamicamente, está sempre tentando não cair nos *slipping slopes* [5] (idem, 2019, p. 268), não ser esquecido, não se tornar obsoleto, não ficar de fora do mercado.

1. Das possíveis causas.

Refletindo sobre o período pandêmico de 2021 e as contradições sociais que pulsaram a partir do desdobramento da crise sanitária, política e econômica, encontramo-nos em uma pós-democracia, que se libertou do conceito primordial da universalidade, renunciou à autonomia de seu poder decorrente dos elementos da modernidade, para poder manter hierarquias de classe e articular interesses particulares de uns sobre outros (AZZARÀ, p. 2020, p. 6).

Essa desordem proposital, o esfacelamento das instituições, geram um sentimento total de não pertencimento. A própria essência do liberalismo não pretende os direitos universais, sem restrições, mas sempre para indivíduos que se encontram em situações particulares, ordenadas pelo capital e que se enquadrem em suas regras normativas (LOSURDO, 1998, p. 198).

Parecemos todos estar na situação de Alice, em seu encontro com a Rainha, em "Alice através do espelho" (CARROL, 1977, p. 154) que após apostarem uma corrida, percebe que está no exato mesmo lugar, e questionando a Rainha, dizendo que quando se corre por muito tempo e muito rápido, geralmente se saí do lugar, recebe a seguinte resposta: naquele lugar, quando se quer ficar no mesmo lugar, tem que se correr o mais depressa possível, e se quiser ir à outro lugar, deve-se correr pelo menos duas vezes mais.

Diante do desordenamento do mundo, todo passo parece uma corrida contra o tempo para não se mover do lugar, nem sendo possível sequer vislumbrar a corrida para

[5] *Slipping slopes* são espécies de desabamentos, nas quais tudo que está fixo desmorona. A tradução livre seria "declives escorregadios".

chegar-se à outro. O advento da modernidade tardia, com seu funcionamento baseado na aceleração social, gera percepções que advogam pela alternativa única: o capitalismo. Sistema esse que tem um caráter patológico, podendo ser dividido em três diagnósticos (ROSA, 2017, p. 23).

O diagnóstico da irracionalidade, o diagnóstico da destemporalização ou da depressão, e o diagnóstico da alienação. Sendo que cada uma dessas patologias possui uma manifestação individual e uma coletiva (idem, ibidem). *Primeiro* sintoma patológico do capitalismo é, portanto, o diagnóstico da irracionalidade. Nele fica evidente que a máxima kantiana (KANT, 1784), da autonomia que poderia ser proporcionada através do iluminismo e seus conceitos universalidades, da chegada à maioridade, é contrariada pelo fato de que "as mudanças técnicas e sociais não são mais conduzidas em nome do progresso, mas se justificam pela perda iminente da competitividade" (ROSA, 2017, p. 25). Os indivíduos se tornam meios para finalidades particulares, seus corpos são tidos enquanto objetos, possivelmente produtivos, mas sem direitos, garantias, muito menos pertencimento.

Segundo, é o diagnóstico da destemporalização ou da depressão. "Aceleração e crescimento transformam o tipo do nosso ser-no-mundo" (Ibidem, p. 26), essa patologia do capitalismo faz com que a figura de Alice exemplifique bem o sentimento do indivíduo perante tais condições, a "estagnação" ao mesmo tempo que tudo se move, o sentimento de que existe uma transformação contínua e que não pode nem ser apreendida e nem ser acompanhada, acaba com todas as possibilidades de autonomia individual e coletiva.

Se a depressão é caracterizada pelo desprendimento do tempo, do sentimento de não pertencimento, da falta de sentido entre passado-presente e futuro, a transformação do agir dos corpos e das mentes pela incessante mudança no ritmo de vida, parece proporcionar para que não haja outro resultado senão o adoecimento do ser .

Terceiro, o diagnóstico da alienação é definido pela realização de atividades que nunca são finalidades, mas somente meios, sem que visem atingir alguma finalidade. Em outras palavras, a sequência de atividades que pressiona o indivíduo moderno para seu autoaperfeiçoamento, tendo que sempre estar conectado, através de e-mails, redes sociais, se atualizando sobre os novos programas de computadores, de suas áreas específicas, demonstram que cada vez mais, os atos cotidianos são, de forma quase que autoritária, uma obrigação para se manter "aberto" para as possibilidades que existem. (Ibidem, p. 30).

Quais são essas finalidades? Qual o benefício que elas trarão para o desenvolvimento biopsicossocial do ser? Não parece ser essa a preocupação, mas sim se manter em movimento para não cair na obsolescência, nos declives escorregadios, no esquecimento.

2. Dos cinco tipos de alienação.

Essa percepção acelerada do mundo, que transforma as maneiras de agir, de representar, de identificar, além de criarem não lugares (AUGÉ, 2012), espaços globais que são imitações multiplicadas, independente do espaço que ocupam, como *shoppings*, *fast-foods*, *aeroportos* etc. geram novas formas de alienação, que só podem ser desenvolvidas a partir da modernidade tardia, uma sociedade que se estabiliza dinamicamente, hiperacelerada e que forma sujeitos hiperindividuaizados.

Os três sintomas patológicos do capitalismo dialogam com cinco tipos de alienação próprias da aceleração social (ROSA, 2019, p. XXXVII). A alienação do tempo, do espaço, da natureza, de si mesmo e dos outros e das coisas (instrumentos).

Estar situado em um mundo no qual tudo parece estar rápido demais, ao mesmo tempo que nada se movimento, gera um tipo de resposta agressiva. Não há lugar para todos, não há possibilidade de todos serem bem sucedidos, não há possibilidade do triunfo coletivo, essa é a mensagem primordial que o capitalismo contemporâneo transmite.

Diante disso, quase que um princípio darwinista (DARWIN, 2018) é invocado, no cenário de alta competitividade, aquele que mais se adapta às demandas do capital, se manterá em terreno seguro, fixo. Para se adaptar, é necessário correr, correr contra o tempo e, cada dia mais do que o anterior, produzir e se especializar mais.

A modernidade líquida (BAUMAN, 2001), faz com que cada seja necessário um desprendimento total do sujeito globalizado para que ele possa triunfar, do contrário, nada será alcançado, aquele que mantém vínculos parece ser um perdedor, e por isso a alienação do *tempo* (ROSA, 2019) é verificada pela noção de que o passado, o presente e o futuro são desvinculados e sem importância.

Em lógica similar, o indivíduo sofre uma alienação do *espaço* (Ibidem), que na maneira em que é digitalizado e virtualizado, com a presença de não-lugares até mesmo nas pequenas cidades, parece ser sempre um simulacro do capitalismo em suas diversas manifestações. As tradições culturais e os respaldos na identidade dos sujeitos não podem

ocorrer na medida em que se tem que lidar com uma grande quantidade de informações que remetem à espaços que não são conhecidos, refletidos e pertencentes aos sujeitos, mas apenas são mencionados e idealizados.

O capitalismo contemporâneo é caracterizado pela distribuição de riscos, tornando a sociedade em uma *sociedade de risco* (BECK, 2011). Essa percepção também é responsável pela alienação da *natureza* (ROSA, 2019, p. 560), já que a produção, a exploração, a extração de recursos, passa a se dar em um plano artificial, tão distante da realidade dos ciclos naturais, que em termos produtivos, precisa-se criar métodos para que seja acelerado o nascimento e desenvolvimento de plantas, animais, minérios etc. ao mesmo tempo que os indivíduos são completamente afastados dos processos produtivos e de suas participações, principalmente do significado de integração entre cultura e natureza.

Daí que a própria noção das *coisas* (Ibidem, p. XXXVII) (instrumentos), é permeada por uma alienação. A competitividade do mercado, a imposição da fragmentação para sobrevivência profissional, a aceleração tecnológica e seus efeitos, obrigam que, dia após dia, novas linguagens (técnicas e tecnológicas) sejam apreendidas, que cotidianamente mudanças sejam feitas em prol de um aperfeiçoamento produtivo, de que o que foi utilizado ontem, seja ultrapassado e não tenha mais valor, nem na trajetória de aprendizado, nem na sua finalidade própria.

Por fim, a própria concepção de *si* e do *outro* (Ibidem) são compreendidas como uma categoria de alienação. A alienação de si pode ser entendida como "um estado no qual voluntariamente fazemos o que não queremos, ou por vezes até mesmo queremos o que não queremos. De que modo fazemos isso? Nós o fazemos coletivamente e nós o fazemos individualmente" (Idem, 2017, p. 29).

A condução das vontades e necessidades dos indivíduos parecem ser alteradas a partir da demanda do capital, fazendo com que a perspectiva biográfica, identitária, não faça sentido, afinal, fazemos coisas que não queremos e queremos coisas que não fazemos. Como organizar uma vida que faça sentido individual e coletivamente, se não é possível a compreensão do próprio ego e sua relação com a complexidade do mundo?

A alienação do outro decorre justamente disso, na constante pressão para reinvenção, o indivíduo além de não conseguir compreender a si próprio, deixa de lado o conceito de alteridade. Os vínculos são atrasos, eles conotam uma ligação com o passado,

e o passado é ultrapassado, sendo que o futuro não pode ser vislumbrado, é apenas o presente, sozinho, que deve ser focalizado.

3. Do presente contínuo.

"É das feições dos anos que se compõe a fisionomia dos séculos." Disse Victor Hugo (2017, p. 197). Torna-se preocupante que as feições dos anos da modernidade tardia sejam uma espécie de presente contínuo, no qual as pessoas são destituídas de todos os meios para que suas vidas sejam ressoantes (ROSA, 2019, p. XXXVIII). Diante disso, qual será a fisionomia dos séculos?

Frequentemente a imagem da manhã é utilizada como alegoria para o alívio do sofrimento, em detrimento da noite, que é fria. O belo poema de Blake pode ser lido de forma desesperadora diante da condição depressiva que hoje permeia a vida do sujeito moderno. A fragmentação parece manter-nos diante de uma eterna noite fria, que não cede espaço para o amanhecer, que traz consigo os pássaros e seus cantos, apenas nos proporciona o barulho do vento selvagem que chora.

> O vento selvagem chora,
> E a noite é tão fria;
> Ó sono, vem sem demora,
> E abraça minha agonia;
> Mas olha! Chega a manhã
> Ao leste sobre a montanha,
> E os pássaros cantores da aurora
> A terra desdenham agora. (BLAKE, 2017, p. 123)

Em um filme de Wim Wenders (1988), chamado "Asas do desejo", há uma cena onde os anjos perambulam pelas ruas de Berlim e fazem o espectador entrar em contato com os pensamentos dos transeuntes, narrando seu cotidiano, e um deles diz que: "O rio primitivo secou, e só restam as gotas da chuva do presente. Adeus ao mundo por trás do mundo!"

Nesse presente contínuo, o sujeito contemporâneo tem que lidar com novas categorias alienatórias, que não estão preparados e não tem recursos para contornar, encontram as feições dos anos como uma eterna noite fria, e com apenas gotas de chuva do presente. A manhã radiante e a correnteza do rio primitivo parecem estar distantes demais para serem alcançadas.

O mercado, tido enquanto vencedor e comandante do mundo globalizado, conduz e transforma, sem que percebamos, nossos modos de ser e viver. Cada vez mais o tempo do trabalho se mistura com o tempo doméstico, o público com o privado, a memória biográfica do sujeito encontra finalidade em si mesma, nas suas mais variadas formas de manifestação, que seguem diretrizes que participam da dinâmica da vida digitalizada, virtualizada e instantânea.

Isso é pode ser visto na obra "diário póstumo de um flexível" de Luciano Gallino (2002), onde o destino de um jovem que adentra o mercado de trabalho e se transforma conforme a necessidade imediata bate à porta, sem ter uma organização que interligue o passado e o futuro, se vê perdido, sem estrutura fixa e garantia de que o amanhã possa ser algo planejado.

Os recursos dessa dinâmica de precarização do trabalho e organização dinâmica, que produzem além da própria capacidade do meio ambiente e da sociedade de lidar com as consequências tem o seguinte desfecho:

> Os capitalistas individuais, que dominam a produção e a troca, só podem ocupar-se da utilidade mais imediata de seus atos. Mais ainda: mesmo essa utilidade — porquanto se trata da utilidade da mercadoria produzida ou trocada — passa inteiramente ao segundo plano, aparecendo como único incentivo o lucro obtido na venda. (ENGELS, 1876, n.p).

É o próprio sistema e os interesses de classes particulares que parecem distanciar as possibilidades positivas do avanço tecnológico de se colocarem diante da classe dos expurgados materialmente. A ambivalência da técnica e o seu propósito *à priori* atomizador de corpos, faz com que dentro de um sistema comandado pelo capital, os resultados sempre se voltem para a perspectiva do lucro.

Benjamin (1987) utiliza os vidros como forma de explicar a falta de significado das incessantes e intensas experiências que podem ser vivenciadas na modernidade. As gratificantes experiências são como vidros, através dela tudo pode ser visto, o reflexo é glorioso, glamuroso, a transparência encanta e proporciona uma noção de eterno prazer, mas nesse mesmo vidro nada gruda, nada se mistura, nada se relaciona.

Na sociedade da informação (CASTELLS, 2003), com diversas patologias (SPITZER, 2015) surgindo e se desenvolvendo, as pessoas acumulam experiências pobres de significado, e a analogia com o vidro parece ainda ser útil para explicar a complexidade dessas questões sociais, já que no século XXI, família, emprego, escola, igreja, sindicado,

partidos políticos, são todos modificados com o uso das redes sociais, da internet e das telas, continua e abundantemente, principalmente pela juventude.

O vidro permite que tudo dialogue, que tudo entre em contato simultâneo, mas não permite uma relação dialógica e crítica diante das dinâmicas dos algoritmos, das big datas e do intuito primário da tecnologia do capitalismo: fazer com que a roda do capital ande mais rápido hoje do que ontem.

Perpassando por diversas épocas e diversas esferas, ainda a essência primordial da dinâmica competitiva e acelerada que se assemelha com um "moinho satânico" (POLANYI, 2000) se mantém estável no ceio do modo de produção capitalista, independente de qual é a face em que se mostra. Se parece com Mefistófeles (GOETHE, 2020, p. 493) e suas ofertas tentadoras, que depois questiona por quê aceitamos algo se não podemos lidar com o que nos é exigido depois.

Considerações finais

Não existe uma figura física que marque a autoridade dentro da modernidade, são na verdade modos de pensar (psicológicos) que ditam normativamente o que deve ser feito, mesmo que por vezes não seja de desejo dos sujeitos (ROSA, 2017, p.31). Esse processo é descrito como *paternalismo oculto*, como algo que nos guia de forma autoritária sem que possamos descobrir o que é.

As problemáticas brevemente comentadas anteriormente, ainda segundo o autor, se tornam patologias do capitalismo quando não se trata apenas da fraqueza de um indivíduo em ter vontade o suficiente para se desvincular de todas essas tendências alienatórias. Em outros termos, a manifestação concreta das contradições demonstra que existe um mecanismo sistemático atribuível aos princípios do fundamento capitalista de gratificação de desejos de curto prazo (Idem, 2017, p. 33).

O sujeito que se encontra no meio da multidão, mas não consegue ter um sentimento minimamente coletivo, que se desdobra em dois, três, quatro indivíduos, para poder correr à tempo da casa para o trabalho e vice-versa, utiliza o transporte coletivo lotado, tem remuneração pífia e ainda precisa lidar com uma ditadura da felicidade (CABANAS & ILLOUZ, 2019) ao mesmo tempo que vê programas sociais sendo reduzidos à pó e seus direitos (dos quais muitos nem sequer se consolidaram) se tornando

miragens. Eis a própria representação do que o capitalismo patológico pode transformar, uma promessa de autonomia universal em uma objetificação permanente de corpos e mentes.

A reprodutibilidade da técnica (BENJAMIN, 2010), sua transformação na obra de arte, conduz moldes permanentes que padronizam ao mesmo tempo que personalizam, introduzem o paternalismo oculto e geram um contínuo desejo pelo prazer, por mais paradoxal que isso soe.

Mesmo assim, a dialética dos conflitos de classes sociais ainda se mantém presentes na modernidade tardia. As alienações podem ser contornadas com princípios de ressonância e estratégias de luta, assim como a aceleração tecnológica pode servir interesses que beneficiem o progresso universal e conduzam para uma superação dos moldes de produção capitalista, desiguais e desumanos.

Ainda resta o desafio de compreender quais são esses mecanismos do paternalismo oculto atuam, mesmo sabendo que eles atuam (ROSA, 2017, p. 31), aprofundando sobre as motivações que conduzem sua existência e a estrutura e organização que proporciona sua presença nas mais profundas formas de manifestação do indivíduo moderno.

Referências

AUGÉ, M. Dos lugares aos não lugares. In: AUGÉ, M. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 2012. p. 71-105.

AZZARÀ, G. Stefano.: *Il virus dell'Occidente*. Universalismo astratto e sovranismo particolarista di fronte allo stato d'eccezione, mimesis, 2020

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. 1ª ed. Rio de janeiro: Zahar, 2001.

_____, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política*.

Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119.

_____, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2020.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BLAKE, William. *O casamento do céu e do inferno e outros escritos*. Tradução de Alberto

Marsicano. – Porto Alegre: coleção L&PM, 2017.

CABANAS, E. e ILLOUZ, E. *Happycracia*. Bogota, Colombia: Editorial Planeta Colombiana. 2019.

CARROLL, Lewis. *Alice no país das maravilhas / Alice através do espelho*. Rio de Janeiro: Editora Fontana. 1977.

CASTELLS, M. A nova economia: informacionalismo, globalização, funcionamento em rede.

In: CASTELLS, M. *A sociedade em rede: a era da informação*: economia, sociedade e cultura (volume 1). São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 119-208.

DARWIN, C. *A Origem das Espécies*. – Edipro; 1ª edição São Paulo, SP. 2018

Der Himmel über Berlin. Direção: Wim Wenders. Produzido por Anatole Dauman e Wim Wenders. Alemanha. 1987.

DOSTOIÉVSKI, Fiodor. *Crime e castigo*. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; gravuras de Evandro Carlos Jardim. – São Paulo: Editora 34, 2019. (8ª edição) 592 p.

ECHARRI, Miquel. *150 demissões em um segundo: os algoritmos que decidem quem deve ser mandado embora*. El País. Outubro de 2021. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/tecnologia/2021-10-10/150-demissoes-em-um-segundo-assim-funcionam-os-algoritmos-que-decidem-quem-deve-ser-mandado-embora.html > Acesso em 14 de novembro 2021.

ENGELS, Friederich. *O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*. 1876.

Disponível em: < https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm#topp > Acesso em 07 de outubro de 2021.

GALLINO, Luciano. *Diário póstumo de um flexível*. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 2, n. 1, jul/dez 2009. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/viewFile/2192/1800> Acesso em: 14 de novembro de 2021.

GOETHE, Johann Wolfgang Von. *Fausto*: uma tragédia – Primeira parte. Tradução do original alemão de Jenny Klabin Segall; apresentação, comentários e notas de Marcus Vinicius Mazarri; Ilustrações de Eugène Delacroix – São Paulo; editora 34, 2020 (7ª edição). 552 p.

HUGO, Victor. *Os miseráveis*; tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros /;apresentação de Renato Janine Ribeiro. -1ª ed. – São Paulo: Penguin Classics Compania das Letras, 2017. Título Original: Les Misérables. ISBN 978-85-8285-048-0

HUXLEY, Aldous. *A situação humana*. 2ª ed. - São Paulo: Biblioteca Azul, 2016.

KANT. Immanuel. *Resposta à pergunta*: "O que é o Iluminismo?". Tradução Artur Morão. 1784

POLANYI, Karl. *A grande transformação*: as origens de nossa época. 2. ed. – rio de janeiro. Compus, 2000, p. 15-159.

LOSURDO. Domenico. *Hegel, Marx e a tradição liberal. Liberdade, igualdade, Estado*/;- São Paulo: Editora UNESP, 1998.

MARINETTI, T. F. *The Futurist Manifesto*. 1909. Disponível em: < http://bactra.org/T4PM/futurist-manifesto.html >. Acesso em: 21 de novembro de 2021.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

MESCHONNIC, H. *Modernidade, modernidade*. Tradução Lucius Provase. São

Paulo: Edusp, 2017

ROSA, Hartmut. *Contra a invisibilização de um "poder fatídico"*: apelo à renovação da crítica do capitalismo. Tradutor: Arthur Bueno. Perspectivas, São Paulo, v. 49, p. 17-36, 2017.

_____ *Aceleração*: A transformação das estruturas temporais na Modernidade. São Paulo: Editora UNESP; 2019.

SPITZER, Manfred. *Solitudine Digitale: disadattati, isolate, capaci solo di una vita virtuale?* Gruppo editoriale Mauri Spagnol, 2015

TWENGE. J. M. *IGEN*: Por que as crianças e hoje estão crescendo menos rebeldes, mais tolerantes, menos felizes e completamente despreparadas para vida adulta. nVersos. 2018.

WAKEFIELD, Jane. *China bans children from using mobile phones at school.* BBC. Fevereiro de 2021. Disponível em: < https://www.bbc.com/news/technology -55902778 > Acesso em: 14 de novembro de 2021.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. Livraria Pioneira Editora, São Paulo. 1989.

Um ciclo liberal no Fascismo de Mussolini: tradução e análise sobre o programa do Partido Nacional Fascista

Sergio Schargel[1]

Resumo

Muito se discute sobre a equivalência de fenômenos contemporâneos com o Fascismo de Mussolini. Um dos argumentos contra essa equivalência se baseia no caráter liberal de alguns desses movimentos atuais. Entretanto, o próprio Fascismo, a despeito de seu antiliberalismo, experimentou um período liberal, ao menos na economia, conforme foi forçado a conceder espaços para uma coligação liberal-conservadora em um primeiro momento no poder. Por meio de análise de conteúdo e em *close-reading*, utilizando o *software WordCloud*, e ante a hipótese de que o Fascismo foi um movimento/regime que se reinventou ao longo das décadas – o que, na prática, torna difícil falar em apenas um Fascismo – a proposta deste artigo é analisar as características e traços presentes no programa de fundação do *Partido Nacional Fascista* (*PNF*). Por fim, o trabalho conclui com a tradução inédita para o português do programa.

Palavras-chave: Fascismo; Mussolini; Partido Nacional Fascista; PNF; ciclo liberal do Fascismo.

Abstract

Much has been discussed about the equivalence of contemporary phenomena with Mussolini's Fascism. One of the arguments against this equivalence is based on the liberal character of some of these current movements. However, Mussolini's Fascism, despite its anti-liberalism, experienced a liberal period, as it was forced to concede spaces for a liberal-conservative coalition in its first moment in power. Through a content analysis and close-reading, using WordClouds software, and considering the hypothesis that Fascism was a movement/regime that reinvented itself over the decades - which, in practice, makes it difficult to speak of just one Fascism – the purpose of this article is to analyze the characteristics and traits present in the founding program of the National Fascist Party (NFP). Finally, the paper concludes with the first translation to Portuguese of the program.

Keywords: Fascism; Mussolini; Partido Nacional Fascista; PNF; liberal cycle of Fascism.

[1] Doutorando em Letras pela USP. Mestre em Letras pela PUC-Rio e Mestre em Ciência Política pela Unirio. Bacharel em Comunicação Social, Jornalismo e Comunicação Social, Publicidade e Propaganda, ambas pela PUC-Rio.

Análise sobre o segundo programa de um movimento Fascista: o PNF

O *Fasci di Combattimento*, que pode ser pensado como a primeira versão do Fascismo de Mussolini, foi fundado em 23 de março de 1919, mas não durou muito. Dois anos depois, em novembro de 1921, Mussolini fundou o Partido Nacional Fascista (PNF), que durou até a Segunda Guerra. Entretanto, pouco antes, em maio de 1921, aconteceram eleições nacionais e 35 deputados vinculados ao *Fasci*, incluindo Mussolini, foram eleitos, em uma coligação anticomunista que englobava também conservadores e liberais. Na data da transformação do *Fasci* em PNF, o movimento incluía mais de 300 mil membros, cerca de 0,7% da população italiana da época (aproximadamente 40 milhões de pessoas) (PACHUKANIS, 2020, p. 37-38). O movimento também se torna mais plural, conforme cresce em tamanho. Vai além apenas dos veteranos do início, e começa a angariar apoio maciço na pequena burguesia empobrecida com a crise e "assustada pela dupla pressão do grande capital e do proletariado" (FRESU, 2017, p. 47). Também se dissemina entre jovens, capturados pela mística nacional e pela retórica heróica.

Robert Paxton (1998) classifica o fascismo como um conceito genérico que aglomera uma série de características, sintetizadas dentro de quatro outros conceitos simultâneos: populismo, reacionarismo, nacionalismo e autoritarismo. Segundo o autor, todo fascismo obedeceria uma lógica pautada por cinco estágios, da criação do movimento a sua radicalização ou entropia.

Grande parte desses movimentos não consegue ir além dos primeiros dois estágios: 1) criação, quando surgem suas manifestações iniciais; e 2) enraizamento, quando se legitima no debate público, podendo se tornar uma força no Legislativo. Isto é, possuem alguma influência política, mas não conseguem chegar ao Executivo Federal e se tornar força majoritária, como ocorreu, por exemplo, com movimentos de matriz fascista em países como Peru e Argentina na década de 1930 (FINCHELSTEIN, 2021). Já no terceiro estágio, chegada ao poder, por meio de alianças com entidades conservadoras e liberais, os movimentos fascistas enfim ascendem ao Executivo, mas forçados a governar em coalizão. Como vale lembrar, nenhum movimento fascista até hoje chegou ao poder por meio de um golpe (PAXTON, 1998). De onde decorre o ponto de inflexão: se os conservadores prevalecerem sobre os fascistas, este tende para um autoritarismo tradicional, como ocorreu, por exemplo, na Espanha no Falangismo-Franquismo, ou mesmo no Brasil, com

o Varguismo-Integralismo. Em ambos países, as forças fascistas chegam ao Executivo, mas como parte de uma aliança com os conservadores, como forças menores. Caso se tornem força majoritária, chegam ao quarto estágio: o exercício do poder. Por fim, no último estágio, o movimento/regime caminha ou para uma normalização e transformação para um autoritarismo tradicional, a entropia, ou para sua radicalização e totalitarização. Para Paxton (1998, p. 23), somente o Nazismo atingiu esse segundo ponto do último estágio, e chega a sugerir que, no limite, pela necessidade de mobilização constante das massas, todo fascismo seria autodestrutivo em sua essência.

Outro ponto interessante da perspectiva de Paxton (2007, p. 51) é sua defesa de que Mussolini, na verdade, não foi o criador do fascismo, embora tenha criado o Fascismo. A letra maiúscula denota uma diferença fundamental: conceito e movimento. Mussolini, por certo, deu o nome a um aglomerado de características que o precediam e transcendiam, pegando emprestado o "Fascio" do nome de movimentos de esquerda. Mas movimentos semelhantes existiam com nomes diferentes antes de 23 de março de 1919, data da fundação do Fascio di Combattimento, como o próprio movimento nacionalista de Gabrielle D'Annunzio[2] na Itália. Elementos semelhantes se deslocavam por toda a Europa da época, antes e ao mesmo tempo que Mussolini. O Fascismo apenas foi o mais famoso deles, e o que nomeou essa forma de fazer política inédita do século XX (PAXTON, 2007, p. 47). E, por essas razões, o fascismo não morreu com a morte do Fascismo em 1945.

Com seu crescimento em 1921 e institucionalização em um partido, o Fascismo de Mussolini entra em seu segundo estágio na identificação de Paxton (1998): o enraizamento político, ou o processo de institucionalização e penetração no Legislativo. Como o jurista soviético Evgeni Pachukanis já percebera na década de 1930:

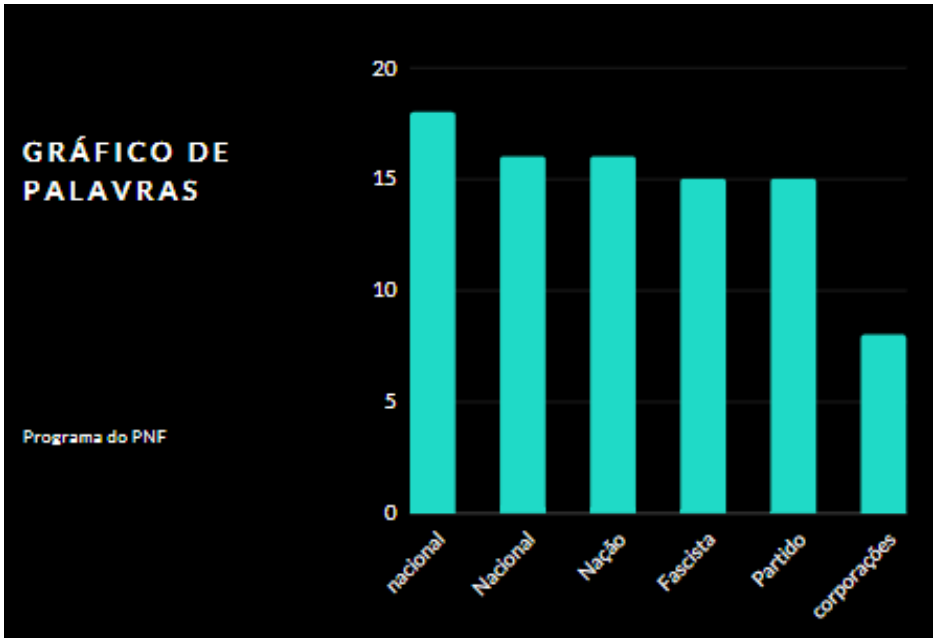
> Em 1921, o fascismo já começa a se livrar de seu invólucro antiplutocrático e revolucionário. Propõe abertamente o programa de um poder forte e, ao mesmo tempo, liberdade de circulação para o capital. O programa fascista de 1921 coloca ênfase no definhamento do monopólio estatal, na previsão de condições mais favoráveis para a acumulação capitalista: o Estado deve ser reduzido a suas funções essenciais; a atividade dos cidadãos, como produtores, deve estar submetida à competência de conselhos técnicos. Em seu primeiro discurso parlamentar (21 de junho de 1921), Mussolini pronuncia a seguinte

[2] Mussolini absorveu muito da estética, retórica e discurso do movimento de D'Annunzio em sua tentativa de conquistar a cidade fronteiriça de Fiume à Itália, tirando-a da Iugoslávia. O jeito inflamado, masculinista, bélico, teatral, foi transposto de um para outro (PAXTON, 2007, p. 68)

> apologia ao capitalismo: "Com base na novíssima literatura socialista, a qual não se pode contornar, declaramos que a história real do capitalismo está apenas começando, que capitalismo não é só um sistema de opressão, mas ele representa a seleção dos mais valiosos, a igualdade entre os mais capazes e o sentimento desenvolvido de responsabilidade individual". É interessante submeter essas palavras à comparação com o programa dos fascistas publicado em março de 1919: inclui uma jornada de oito horas de trabalho, lei do salário mínimo, seguridade social, aumento pesado de impostos diretos, confisco dos bens da Igreja, confisco de 85% dos lucros de guerra e pesada taxação sobre o capital. Imediatamente antes da tomada do poder, Mussolini renuncia a suas crenças republicanas e anticlericais. Dá um passo no sentido da reconciliação com o trono e o altar. É preciso dizer que, ainda em 1921, sua declaração de que o fascismo, em essência, é uma tendência republicana não encontra simpatias nem nas fileiras dos próprios fascistas (PACHUKANIS, 2020, p. 38).

O segundo programa era bem maior e mais completo do que o do *Fasci di Combattimento*, o programa inicial de 1919. Ainda que ressaltasse com frequência seu desprezo por programas e doutrinas, Mussolini sabia da necessidade de um programa às eleições de 1921. Começa, por sinal, disfarçando suas reais motivações ao afirmar que "O fascismo se constituiu como um partido político para fortalecer sua disciplina e individualizar suas crenças" (SCHNAPP, 2000, p. 10, tradução nossa). Logo em sua abertura o programa já transparece algumas palavras-chaves: "crença" e "disciplina", exemplificando a importância da estrutura hierárquica e disciplinar para o Fascismo.

Figura 1 - Quantidade de menções por palavras no programa do PNF



Fonte: Elaborado pelo autor, através da plataforma WordClouds e baseado no programa do PNF.

Figura 2 - Nuvem de palavras sobre o programa do PNF

Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* WordCloudse baseado no programa do PNF.

O WordClouds mostra que, excluindo-se preposições e artigos, "nazionale", "Nazionale" e "nazione" são as palavras que aparecem com mais frequência. É significativo que esses sejam respectivamente os três termos mais repetidos no programa, chegando ao ponto de "nacionais" com maiúscula e minúscula serem os mais repetidos. Outrossim, Mussolini, ao explicar o seu entendimento de nação, começa o programa por logo rejeitar o discurso liberal de que a soma das muitas individualidades realiza o milagre do coletivo, ideia clássica que se faz presente seja em Adam Smith (2017), seja em John Stuart Mill (2011). Define nação como um organismo complexo que ultrapassa as barreiras do espaço-tempo. Uma perspectiva geracional que se aproxima, ao menos nesse aspecto, dos argumentos do pilar intelectual do conservadorismo como ideologia política, Edmund Burke (1982, p. 67-68). Isso porque entende que a nação não deve ser uma ferramenta de partidos, mas a "síntese suprema de todo o valor material e imaterial de uma raça" (SCHNAPP, 2000, p. 10, tradução nossa). Sobre este ponto vale um parêntesis: esta é uma das poucas menções à ideia de "raça" no Fascismo, ausente tanto na *Doutrina* de Mussolini (2006), quanto no programa do Fasci. Não que o Fascismo não fosse racista ou antissemita, mas esses traços eram mais fracos quando comparados ao Nazismo, e não apareciam como ponto central nas ideias de Mussolini. Isso não impediu Mussolini de utilizar táticas de extermínio em seu projeto imperial na África semelhante às que seriam empregadas posteriormente por Hitler (PAXTON, 2007, p. 42).

Da nação, decorre outro ponto essencial que também começa a tomar forma neste segundo programa: a importância do Estado. Ainda que o Fascismo, nos anos seguintes, vá programar uma paradoxal política liberal, no programa do PNF se faz presente as primeiras odes à figura do Estado, intrinsecamente ligada à nação como uma espécie de protetor, de escudo material das tradições do povo. Ou, "personificação jurídica de uma nação" (SCHNAPP, 2000, p. 10, tradução nossa). Para ele, as instituições políticas não são um fim, mais um meio de proteção e expressão desses valores nacionais. E é imprescindível um Estado e uma nação fortes, já que se opõe ao que se pode identificar como semelhante ao discurso contemporâneo de "globalismo"[3].

[3] Em resumo, a noção de "globalismo" responde por uma visão deturpada da noção de "governança global" (GONÇALVES, 2022). Um entendimento de que entidades supranacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) estariam mobilizando um processo de fragilização dos estados-nacionais, com a intenção de promover um

Mas a díade entre Estado e nação não é o único traço que é perceptível já neste segundo programa. Também aparece, uma vez mais, traços da proposta do que viria a se tornar o corporativismo, agora um pouco mais estruturado do que dois anos antes, com uma seção inteira dedicada a este ponto (SCHNAPP, 2000, p. 10). Tanto que "corporações" [corporazioni] e "desenvolvimento" [sviluppo] são dois dos termos que mais aparecem, conforme identificado pela nuvem de palavras. Mussolini alega a importância da divisão social em grandes grupos, em estruturas coletivas à nação, a quem devem se subordinar e adquirir uma relação simbiótica. A nação, por sinal, coloca-se acima de todos, e a liberdade individual deve ser restringida quando a ofende (SCHNAPP, 2000, p. 12).

Entretanto, dando início ao seu flerte com um período liberal — um liberalismo econômico, ainda que permaneça sendo antiliberal no sentido político —, e se distanciando das propostas progressistas do programa anterior, Mussolini entende que ao Estado não cabe regular a vida social e o bem-estar dos cidadãos. Pelo contrário, a ele cabe apenas a defesa política e econômica da nação, devendo ser reduzido às suas funções essenciais. Chega a defender a privatização de determinadas indústrias que identifica como mal administradas, como os setores de telefonia, ferrovia, postal e telegráfico (SCHNAPP, 2000,

governo mundial único. Uma teoria da conspiração que não sem motivo se alinha com outras, novas e antigas, como a visão de que o bilionário judeu George Soros, com sua noção de *Open Society*, seria o responsável por esse empreendimento. Ideia que recicla, inclusive, teorias da conspiração antissemitas clássicas, como os *Protocolos dos Sábios do Sião*, com imagens estereotipadas e desumanizadas de judeus paradoxalmente capitalistas e comunistas responsáveis pelo controle de diversos setores: mídia, bancos, elite financeira, etc. Ou seja, não é coincidência o eco que essas teorias manifestam no contemporâneo sobre análogos do passado, como o fragmento do discurso de Mussolini aqui destacado em que se opõe a um "governo mundial". Como sintetiza Ernesto Araújo, ex-Chanceler de Jair Bolsonaro, em um artigo de 2017 tornado clássico, *Trump e o Ocidente*: "cada pessoa se desenvolve como membro de uma comunidade nacional, não como 'cidadão do mundo'" (ARAÚJO, 2017, p. 334). Ou, como aponta Slavoj Žižek, em um artigo em que reproduz um fragmento de um jornal de extrema-direita esloveno: "'George Soros é uma das pessoas mais depravadas e perigosas da nossa época, está por trás da invasão empreendida pelas hordas negroides e semíticas e, portanto, do crepúsculo da UE [...]. Como um típico talmudo-sionista, é inimigo mortal da civilização ocidental, do Estado-nação e do homem branco europeu'" (GEISELBERGER, 2019, p. 295). Na verdade, em seu livro *Globalização*, Soros defende o social-liberalismo e um processo de abertura e integração de mercados, incluindo, no processo, a recepção de refugiados. Isso é o suficiente para que o bilionário seja tomado como alvo e promotor do "globalismo", com imagens paradoxais e teorias da conspiração das mais estapafúrdias. Por exemplo, o Movimento Brasil Conservador, que criou a efeméride "Dia Internacional de Combate a George Soros" e conta, entre seus membros, com nomes ligados ao Bolsonarismo como Abraham Weintraub, Eduardo Bolsonaro, Sarah Winter e o próprio Jair Bolsonaro, menciona Soros como "O maior financiador da esquerda no mundo, responsável por derrubar governos e desestabilizar nações. Com uma agenda que vai desde a destruição da cultura judaico-cristã, legalização do aborto, ideologia de gênero, até a censura da internet" (MARTINS, 2020). Nesse bojo, Soros já foi acusado de estar por trás da renúncia do papa Bento XVI (MARTINS, 2020), de forjar um atentado que sofreu (RUDIN, 2019), e de criar o vírus da COVID-19 para fragilizar o Ocidente (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2021), entre outras conspirações absurdas. O bode expiatório e a retórica antiglobalismo se disseminou na Hungria de Viktor Orbán, país tradicionalmente antissemita, e foi absorvido pelos Estados Unidos e, posteriormente, pelo Brasil. Por exemplo, disse Orbán em um discurso, ecoando a tradição antissemita do pavor de uma dominação mundial judaica, mas omitindo a palavra "Judeu", que Soros é mais do que um indivíduo, mas uma entidade "Não nacional, mas internacional. Não acredita em trabalho, mas especula com dinheiro. Não tem pátria própria, mas acredita que tem o mundo inteiro" (RUDIN, 2019).

p. 15). Também reconhece o direito a propriedade privada como basilar (SCHNAPP, 2000, p. 16). Logo depois, exemplificando esse novo caráter liberal do Fascismo, Mussolini afirma que

> O Partido Nacional Fascista defende um regime que se esforce para aumentar nossa riqueza nacional, ao libertar empresas e energias individuais [...] e abolindo, de uma vez por todas, a enferrujada, cara e improdutiva maquinaria voltada para um controle baseado no Estado, na sociedade e no município. O partido, portanto, apoia todos os esforços para aumentar a produtividade da Itália e eliminar as formas de parasitismo individual e de grupo (SCHNAPP, 2000, p. 15, tradução nossa).

Os demais processos devem ser deslocados da responsabilidade do Estado para as corporações e associações, para os "clãs econômicos" (SCHNAPP, 2000, p. 11, tradução nossa). Para isso, reforçando as propostas do programa do Fasci, funções parlamentares devem ser restringidas e substituídas pela participação corporativa, pela integração entre os diversos setores econômicos da nação e pela conciliação de classes. As corporações são pensadas, elas próprias, como meio de proteção da nação e forma de desenvolvimento de sua economia. Porém, ainda neste momento o apoio do proletariado era essencial para que o Fascismo se espalhasse como fenômeno de massas. Mussolini, ciente disso, não abandona totalmente as suas propostas progressistas em relação ao proletário. Mantém o argumento da jornada de trabalho de oito horas, já presente no programa do Fasci (mas incluiu exceções sobre trabalhadores agrícolas e em casos especiais), reforma previdenciária e sindicalismo (SCHNAPP, 2000, p. 12).

Em outra brutal diferença em relação ao programa de apenas dois anos antes, seu anticlericalismo praticamente desapareceu. Tanto mais, afirma que ainda que a Igreja deva se submeter ao Estado, é essencial que a esta seja concedida liberdade de credo (SCHNAPP, 2000, p. 11). O discurso contra a Igreja se arrefece ainda mais conforme os anos passam, bem como as propostas progressivas.

A antipolítica e o reacionarismo também se apresentam com mais força do que no programa anterior. Mussolini enxerga uma Itália capturada por elites políticas invisíveis responsáveis por fragmentá-la. Há, nele próprio, um sentimento de antipolítica reacionária, de que o país foi sequestrado por uma quadrilha que governa apenas "em função dos interesses dos partidos políticos", e não "em função do interesse supremo da nação" (SCHNAPP, 2000, p. 11, tradução nossa). Intrinsecamente maniqueísta, o Fascismo coloca o Estado, então, como um grande pai, o responsável por preservar uma donzela da grande

mácula e impureza que recaiu sobre ela — e o Fascismo assumindo o papel de um paladino da justiça. Um imaginário que não é exclusivo deste programa, conforme aparece em outros, e não é absurdo pensá-lo como interligado ao discurso belicista e masculinista[4] do grande homem: "O prestígio do Estado-nação deve ser restaurado. O Estado não vê com indiferença a eclosão de forças arrogantes que tentam ou ameaçam enfraquecer material e espiritualmente a sua estrutura. É um zeloso guardião, defensor e propagador da tradição, sentimento e vontade nacionais" (SCHNAPP, 2000, p. 12, tradução nossa). Ao Estado cabe não apenas defender a nação a todo custo, mas desenvolvê-la da melhor forma possível em suas diversas camadas.

O programa também demonstra os desejos imperialistas de Mussolini, para além do nacionalismo. Impulsos que ficariam claros alguns anos mais tarde, quando Mussolini promulgou o novo império italiano. No programa, afirma que a Itália deve ser um farol da "civilização latina na bacia do Mediterrâneo" (SCHNAPP, 2000, p. 12, tradução nossa), a quem cabe controlar assertivamente as nações periféricas anexadas à grande mãe, e integrar os italianos, filhos desgarrados, que se espalharam pelo exterior. Da mesma forma, o Fascismo rejeita os preceitos da Liga das Nações, arguindo que os países não possuem o mesmo nível de igualdade representativa, influência e poder decisório (SCHNAPP, 2000, p. 13). Propõe a difusão do que chama de *Italianità*, ou italianismo, como justificativa para manter e dominar colônias, afirmando seu desejo de disseminação de uma cultura italiana e unificação ultramarina.

Se esta nova versão do Fascismo possui notáveis traços de liberalismo econômico — por mais que mantenha fragmentos de uma retórica antiliberal, principalmente sobre o liberalismo político, que se intensificará nos estágios seguintes — este é secundário frente ao nacionalismo. Quando ambos entram em oposição, o segundo prevalece. O que se confirma nas propostas de Mussolini à educação, entendidas como essenciais à formação da nação e de novos soldados (SCHNAPP, 2000, p. 16). Mussolini chega a propor que escolas e universidades sejam tornadas públicas e gratuitas, já que "O objetivo geral das escolas deve ser a formação de indivíduos que possam contribuir para o progresso econômico e histórico da nação" (SCHNAPP, 2000, p. 16, tradução nossa). Também expõe

[4]Umberto Eco (2018, p. 54-55) sugere, bem como algumas das interpretações psicanalíticas do fascismo, que o machismo e a imagem do grande pai no fascismo decorrem justamente do belicismo, da transferência do fetiche da guerra permanente à esfera sexual.

pela necessidade de formação de professores que compartilhem do espírito nacionalista, dado a importância deles na formação das massas e elites futuras, e a importância de impregnar o espírito nacionalista em ambas. E em um curioso traço pontual de reacionarismo em suas propostas educacionais, aduz pelo latim como segunda língua a ser ensinada nas escolas, com relevância maior do que o francês. Vale ressaltar de passagem a abordagem paretiana tomada nessa passagem, na qual Mussolini reafirma a importância da divisão entre massa e elite, mas de uma forma que a primeira possa ser alçada à segunda, substituindo pedaços decadentes dela em uma "renovação contínua da elite governante por meio do treinamento dos melhores elementos dentro cada classe social" (SCHNAPP, 2000, p. 16, tradução nossa).

Por fim, o belicismo uma vez mais se acopla simbioticamente ao nacionalismo. As Forças Armadas representam um valor unitário da nação, sua maior linha de defesa e de ataque, o pináculo sobre o qual reside todos os esforços da indústria, da economia, da agricultura, dos indivíduos e do coletivo. As Forças Armadas são, assim, o grande amálgama que assegura que "a reserva nacional infinita de espíritos, homens e meios militares estejam sempre treinados, arregimentados e organizados para os tempos de perigo e glória" (SCHNAPP, 2000, p. 17-18, tradução nossa). Para isso, os homens devem estar sempre dispostos a sacrificarem-se pelo bem maior, de onde decorre a importância da educação nacionalista nas escolas (SCHNAPP, 2000, p. 18).

Mussolini termina seu segundo programa afirmando que o Fascismo é uma organização baseada na **ação** (uma palavra que será essencial para entender a sua *Doutrina* alguns anos depois), voltada para três objetivos: político, econômico e combativo. As palavras "ação" e "combativo" não são evocadas sem mais nem menos, elas representam os preceitos Fascistas de agir contra a degeneração, fazendo-o por meio do combate (SCHNAPP, 2000, p. 18). Mussolini não esconde o caráter belicoso, ao contrário, o ressalta: "No que diz respeito ao caráter belicoso, o Partido Nacional Fascista é igual aos seus *Squadristi*. Os *Squadristi* são milícias voluntárias que lutam a serviço do Estado-nação" (SCHNAPP, 2000, p. 18, tradução nossa). Ironicamente, Mussolini diz que a função do Fascismo é justamente combater o sectarismo, mostrando-se aberto a qualquer um que defenda seus valores nacionalistas e defenda a sua doutrina — ainda que Mussolini, na prática, só vá efetivamente publicar uma doutrina 11 anos depois.

A tabela abaixo traz as principais características e conceitos identificados no exercício hermenêutico sobre o programa do PNF.

Tabela 1 - Características do programa do PNF

	Programa do PNF (1921) **Segundo ciclo (1921-1924): Fascismo liberal.** **Segundo estágio: enraizamento.**
Conceito	Característica
Antiliberalismo	Rejeição das individualidades
Autoritarismo	Belicismo Milícias paramilitares O Exército como educador dos valores nacionais Forças Armadas como escudo e lança nacionais Sacrifício em prol da nação O Fascismo como fundamento combativo baseado na ação
Corporativismo	Divisão social em grupos econômicos, relação simbiótica com a nação
Imperialismo	Itália como um império, grande centro sobre o qual nações periféricas orbitam Integração com as colônias
Liberalismo	Afirmação do Estado mínimo Privatizações Direito à propriedade privada como basilar
Nacionalismo	Palavras como "nação", "Nacional" e "nacional" são as que mais aparecem no programa Nação e Estado estão interligados A nação representa o valor material e imaterial de uma raça Anticosmopolitismo, contra um Estado único, a nação acima de todos, rejeição dos princípios da Liga das Nações Escolas como formação de soldados, escolas como segurança da nação
Outros	Resquícios de propostas progressistas visando o proletariado
Reacionarismo	Nação degenerada Antipolítica Latim como segunda língua

Fonte: Elaborado pelo autor, baseada no programa do PNF.

Considerações finais

Através de uma análise em profundidade sobre o programa do *PNF*, este artigo buscou apontar suas principais características e como elas se alteram ou se mantém conforme o Fascismo evoluiu para seus estágios seguintes. Alguns desses traços, como o discurso sacrifical e bélico, ou o Estado como defensor da nação, se mantiveram; outros, em particular os traços liberais, como a afirmação de Estado mínimo, se enfraqueceram nos anos seguintes.

Na prática, apesar da limitação de espaço de um artigo, trabalhar sobre um programa dos estágios iniciais do Fascismo permite perceber como é complexo falar em apenas um Fascismo. O movimento se reconstruiu dentro de si próprio diversas vezes, conforme a conveniência — Mussolini não hesitava em abrir mão de seus ideais caso fosse necessário, o que é exemplificado conforme abandona os traços anticlericais e antimonarquistas de seu início (PACHUKANIS, 2020, p. 38). Desta forma, se não é simples congelar o Fascismo em uma interpretação unívoca, considerando suas reinvenções, torna-se tarefa ainda mais inglória quando se pensa no fascismo como conceito genérico, para além de sua versão historiográfica. Mas são as interseções, quando existem, que tornam possíveis trabalhar com conceitos deste tipo. O que o programa do *PNF* mostra é que é ingenuidade crer que há uma fórmula estanque de Fascismo. Da mesma forma como é ingênuo acreditar que ele morreu em 1945.

Referências

ARAÚJO, E. H. F. Trump e o Ocidente. *Cadernos de Política Exterior*, n. 06, 2017. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

BARROSO, G. *Os protocolos dos sábios de Sião*. São Paulo: Agência Minerva, 1936.

BURKE, E. *Reflexões sobre a Revolução em França*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Tribunal no Peru acusa bilionários Bill Gates e George Soros de fabricarem o novo coronavírus*. 12 jan. 2021. Disponível em: https://www.dn.pt/internacional/tribunal-no-peru-acusa-bilionarios-bill-gates-e-george-soros-de-fabricarem-o-novo-coronavirus-13221507.html. Acesso em: 03 jan. 2022.

ECO, U. *O fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

FINCHELSTEIN, F. *Uma breve história das mentiras fascistas*. Trad. Mauro Pinheiro. São Paulo: Vestígio, 2020.

FRESU, G. *Nas trincheiras do Ocidente: lições sobre Fascismo e antifascismo*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017.

GEISELBERGER, H. (org.). *A grande regressão*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

GONÇALVES, A. Governança global e relações internacionais. *Caderno de Relações Internacionais*, v. 13, n. 24, 2022.

IL POPOLO D'ITALIA. Edição de 06 de junho de 1919. Disponível em: http://teca.bsmc.it/pub/images/materiale_a_stampa/periodico/Popolo%20d%60Italia(Il)/CUB0706991_1919_00006/CUB0706991_1919_00006_021.jpg. Acesso em: 16 set. 2021.

MARTINS, C. Antiglobalistas brasileiros criam dia global contra George Soros. *Gazeta do Povo*, 28 jul. 2020. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/certas-palavras/george-soros/. Acesso em: 02 jan. 2022.

MILL, J. S. *Sobre a liberdade / A sujeição das mulheres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MUSSOLINI, B. *My autobiography: with "The political and social doctrine of Fascism"*. New York: Dover Publications, 2006.

PACHUKANIS, E. *Fascismo*. São Paulo: Boitempo, 2020.

PAXTON, R. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. *The five stages of fascism*. The Journal of Modern History, Vol. 70, n. 01. Março. 1998.

RUDIN, Mike. Por que o bilionário George Soros é odiado pela direita radical. *BBC*, 15 set. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49657144. Acesso em 03 jan. 2022.

SCHNAPP, J. T. (org.). *A primer of Italian Fascism*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2000.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. Trad. Norberto de Paula. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017

WORDCLOUDS. Disponível em: https://www.wordclouds.com/. Acesso em 05 nov. 2021.

Anexo

Programa do *Partido Nacional Fasicsta* (*PNF*) – 1921

Em *A primer of Italian Fascism*, de Jeffrey Schnapp

Elementos fundamentais

O Fascismo se constituiu como um partido político para fortalecer sua disciplina e sua ideologia.

A Nação não é a simples soma de indivíduos vivos nem o instrumento dos partidos para seus fins, mas um organismo que compreende a série indefinida de gerações das quais os indivíduos são elementos transitórios; é a síntese suprema de todos os valores materiais e imateriais de uma raça.

O Estado é a personificação jurídica da nação. As instituições políticas são eficazes desde que os valores da Nação sejam expressos e protegidos por elas.

Valores autônomos sustentados por indivíduos, como os valores coletivos sustentados por multidões e defendidos por órgãos coletivos organizados, como famílias, municípios, corporações e assim por diante, devem ser promovidos, desenvolvidos e defendidos. Mas isso deve ser sempre feito dentro da Nação, entidade à qual esses valores estão subordinados.

O Partido Nacional Fascista defende que a forma de organização social predominante no mundo de hoje é a sociedade nacional. Além disso, afirma que o destino global não é a unificação de várias sociedades em uma única, ou seja, a "humanidade", na linguagem dos internacionalistas. Em vez disso, o destino promete algo melhor: competição frutífera e pacífica entre todas as sociedades nacionais.

O Estado

O estado deve ser reduzido às suas funções essenciais: manter a ordem política e jurídica.

O Estado confere poderes e responsabilidades às associações. Também concede às corporações o direito de voto nas eleições para os Conselhos Técnicos Nacionais.

Daqui decorre que as competências e funções atualmente atribuídas ao Parlamento devem ser restringidas. Sob a influência do Parlamento vêm todos os problemas do indivíduo como cidadão do Estado e do Estado como órgão cujo objetivo consiste em realizar e proteger o supremo interesse nacional. Sob o controle dos Conselhos Técnicos

Nacionais, vêm todos os problemas que envolvem as atividades desenvolvidas por indivíduos como produtores.

O Estado é soberano. Tal soberania não pode e não deve ser prejudicada ou diminuída pela Igreja, à qual deve ser concedida ampla liberdade para que possa cumprir seu ministério espiritual.

A atitude do Partido Nacional Fascista em relação às formas assumidas pelas instituições políticas individuais depende dos interesses morais e materiais da Nação, entendidos tanto em sua realidade quanto em seu devir histórico.

As corporações

O surgimento de corporações é um fato histórico ao qual o Fascismo não pode se opor. O PNFtem como objetivo coordenar o desenvolvimento corporativo na busca dos objetivos nacionais.

As corporações devem ser promovidas com dois objetivos funcionais: como expressão da solidariedade nacional e como meio para o desenvolvimento da produção.

As corporações não devem nivelar para baixo as habilidades individuais em função de uma coletividade arbitrária. Ao contrário, devem objetivar desenvolvê-las.

O Partido Nacional Fascista defenderá as seguintes posições em apoio aos operários:

1. Promulgação de lei estatal que estabeleça jornada oficial de trabalho de oito horas para todos os empregados, podendo ser concedidas exceções em virtude de necessidades agrícolas ou industriais especiais;

2. Promulgação de legislação de bem-estar social adaptada às necessidades atuais — particularmente nos domínios de proteção contra acidentes, invalidez e velhice para trabalhadores agrícolas, industriais ou de escritório — desde que não prejudique a produção;

3. Representação obrigatória dos trabalhadores na direção das fábricas, limitada no que diz respeito a questões pessoais;

4. Gestão da indústria e dos serviços públicos confiada a organizações sindicais que estejam moral e tecnicamente à altura da tarefa;

5. Promoção da difusão de pequenas propriedades rurais em regiões estratégicas à produção agrícola.

Pilares da política interna

O Partido Nacional Fascista visa trazer dignidade para nossos hábitos políticos, para que a vida da Nação não seja caracterizada por formas antitéticas de moralidade pública e privada.

O PNF aspira à honra suprema de governar a nação e visa restaurar o princípio ético de que os governos devem administrar o Estado em função do interesse supremo da Nação e não em função dos interesses de partidos políticos.

O prestígio do Estado-nação deve ser restaurado. O Estado italiano não é indiferente às forças arrogantes que ameaçam enfraquecer materialmente e espiritualmente a sua estrutura. Ao contrário, é um guardião zeloso, defensor e propagador da tradição, sentimento e vontade nacionais.

A liberdade de cada cidadão está sujeita a um duplo limite: a liberdade de outras pessoas jurídicas e o direito soberano da Nação de viver e se desenvolver.

O Estado deve favorecer o crescimento da Nação promovendo (mas não monopolizando) todos os esforços que promovam o desenvolvimento ético, intelectual, religioso, artístico, jurídico, social, econômico e fisiológico da coletividade nacional.

Pilares da política externa

A Itália deve reafirmar seu direito de completar sua unidade histórica e geográfica, mesmo nos casos em que a unidade ainda não foi plenamente alcançada. Deve cumprir o seu dever de baluarte da civilização latina na bacia do Mediterrâneo. Deve afirmar com firmeza e serenidade o domínio das suas leis sobre os povos de diversas nacionalidades anexados à Itália. Deve fornecer proteção aos italianos no exterior, italianos que merecem o direito à representação política.

O Fascismo considera os princípios da assim chamada *Liga das Nações* insuficientes porque, independentemente de serem membros ou não membros, as nações não gozam de igualdade dentro da *Liga*.

A difusão do Italianismo (*Italianità*) pelo mundo deve ser o objetivo do crescimento comercial da Itália e dos tratados internacionais através dos quais ela afirma sua influência. Os tratados internacionais devem ser revistos e alterados, especialmente quando contiverem cláusulas que são claramente inaplicáveis; eles devem atender às necessidades da economia nacional e mundial.

O Estado deve aproveitar ao máximo as colônias italianas no Mediterrâneo e no ultramar por meio de instituições econômicas e culturais, bem como desenvolvendo rápidas e eficientes formas de ligações e transportes entre elas.

O Partido Nacional Fascista apóia abertamente uma política de contato amigável com os povos do Oriente.

A defesa e o crescimento da Itália no exterior devem ser colocados nas mãos de um exército e uma marinha que estejam à altura das necessidades políticas da Itália e em pé de igualdade com os exércitos e marinhas de outras nações. Deve também ser colocado nas mãos de um corpo diplomático que, ciente de seu papel, é dotado de cultura, coragem e habilidades necessárias para expressar a grandeza da Itália no plano material e simbólico.

Pilares da política e da economia

O Partido Nacional Fascistadefende:

1. Que sanções concretas sejam impostas a indivíduos e corporações quando os contratos de trabalho não forem respeitados;

2. Que nos casos de atos de negligência os funcionários públicos e seus encarregados sejam punidos com sanções cíveis em benefício do lesado;

3. Que sejam tornados públicos os rendimentos tributáveis e as liquidações dos bens herdados, a fim de facilitar o controle das obrigações financeiras de cada cidadão para com o Estado;

4. Que todas as iniciativas futuras do Estado que visam proteger certos ramos da agricultura e da manufatura da concorrência estrangeira sejam concebidas como um estímulo às forças produtivas de nossa nação e não em benefício de grupos parasitas e plutocráticos, cuja intenção é explorar nossa economia nacional.

Objetivos a curto prazo do PNF:

1. Equilibrar os orçamentos estatais e locais (quando necessário) por meio de cortes rigorosos para todas as entidades parasitas ou redundantes por meio de reduções de despesas que não sejam essenciais para o bem-estar dos beneficiários e nem justificadas por objetivos mais gerais;

2. Descentralização da administração pública para simplificar os serviços de entrega e agilizar a nossa burocracia, sem cair na armadilha do regionalismo político (ao qual nos opomos veementemente);

3. Proteger o dinheiro dos contribuintes contra o uso indevido, por meio da abolição de todas as concessões e subvenções dos governos estatais ou locais a consórcios, cooperativas, fábricas, clientelas especiais e outras entidades igualmente incapazes de sobreviver por conta própria e não indispensáveis à Nação;

4. Simplificar o código tributário e distribuir a carga tributária segundo critérios proporcionais (que não configurem "espoliação proporcional") de forma que nenhuma categoria de cidadãos seja indevidamente favorecida ou deficiente;

5. Oposição à demagogia financeira e fiscal que prejudica o espírito empresarial e suga as economias e a produção de nossa Nação;

6. Cessação de políticas de favorecimento de projetos públicos malogrados, empreendidos por motivos eleitorais, ou supostamente para garantir a lei e a ordem, projetos não rentáveis pela forma irregular e fragmentária como se distribuem;

7. Elaboração de um plano orgânico de trabalhos públicos em harmonia com as novas necessidades econômicas, técnicas e militares da Nação. O plano propõe:

A. Conclusão e reorganização do sistema ferroviário italiano, de modo a assegurar melhores ligações entre as regiões recém-libertadas e a Península Itálica; e para melhorar as ligações de transporte dentro da própria Península, especialmente ligações norte-sul através dos Apeninos;

B. Aceleração máxima da eletrificação das ferrovias e, de maneira mais geral, da exploração da energia hidrelétrica em nossas bacias fluviais montanhosas de modo a promover o crescimento da indústria e da agricultura;

C. Reparação e ampliação do sistema viário, especialmente na região Sul, onde esta é uma condição necessária para a resolução de inúmeros problemas econômicos e sociais;

D. Criação e reforço de ligações marítimas entre a Península Itálica e as ilhas, a costa oriental do Adriático e as nossas colônias mediterrânicas, bem como entre o Norte e o Sul, de modo a esvaziar o fluxo das ferrovias e/ou incentivar os italianos a utilizarem transportes alternativos.

E. Concentrar despesas e esforços em alguns portos estratégicos nos três mares que circundam a Península, dotando-os dos equipamentos mais modernos;

F. Luta e resistência contra todas as formas de localismo [apenas] na medida em que, no campo de empreendimentos públicos, conduzem a esforços descoordenados e frustram projetos de interesse nacional.

8. Devolver ao setor privado as indústrias que o Estado administrou mal, em particular o sistema de telefonia e as ferrovias. No que diz respeito a este último, é necessário intensificar a concorrência entre as grandes linhas, que, por sua vez, devem ser geridas de forma diferenciada em relação às linhas regionais e locais;

9. Abolição do monopólio estatal das comunicações postais e telegráficas para que a iniciativa privada possa complementar e eventualmente substituir o serviço estatal.

Pilares da política social

O fascismo reconhece a função social da propriedade privada. Ao mesmo tempo um direito e um dever, a propriedade privada é a forma de gestão que a sociedade tradicionalmente concede aos indivíduos para que aumentem o patrimônio coletivo.

Diante de uma reconstrução socialista baseada em um modelo econômico prejudicialmente coletivista, o Partido Nacional Fascista tem os pés firmemente plantados no solo de nossa realidade histórica e nacional, que não permite um tipo único de economia agrícola ou industrial, mas favorece toda e qualquer solução, individual ou de qualquer outra natureza, que garanta o máximo nível de produção e o máximo bem-estar.

O PNF defende um regime que se esforce para aumentar nossa riqueza nacional, liberando empresas e indivíduos e abolindo, de uma vez por todas, a máquina enferrujada, cara e improdutiva do Estado. O partido, portanto, apóia todos os esforços para aumentar a produtividade da Itália e eliminar as formas de parasitismo individual ou coletivo.

O Partido Nacional Fascista também defende:

1. Que se disciplinem os confrontos desordenados entre classes e interesses socioeconômicos divergentes, para o que é imprescindível que as organizações representativas de trabalhadores e empregadores tenham reconhecimento legal (para que, por sua vez, sejam legalmente responsabilizadas);

2. Que seja promulgada e estritamente aplicada uma lei que proíba greve de servidores públicos. Além disso, devem ser constituídas juntas arbitrais compostas por representantes do poder Executivo, entre os operários em greve, e entre os contribuintes.

Política educacional

O objetivo geral das escolas deve ser a formação de indivíduos que possam contribuir para o progresso econômico e histórico da Nação, a elevação do nível moral e cultural das massas e uma renovação contínua da elite governante por meio do treinamento dos melhores elementos dentro cada classe social.

Para esses fins, as seguintes medidas são urgentes:

1. Combate ao analfabetismo, através da construção de escolas e vias de acesso e de todas as medidas do Estado que julguem cabíveis;

2. Que a escolaridade obrigatória se estenda até a sexta série nos municípios onde haja escolas que possam acomodar todos os alunos. Em todos os outros municípios, escolaridade obrigatória pelo menos até a quarta série;

3. A instituição de escolas primárias nacionais rigorosas, cuja tarefa é moldar física e moralmente os futuros soldados da Itália. Para cumprir este mandato, é necessário um

monitoramento estatal intensivo sobre os programas, seleção e desempenho de professores (especialmente em municípios nas mãos de forças antinacionalistas);

4. Escolas e universidades gratuitas, embora seja obrigatório o acompanhamento do Estado dos programas acadêmicos e do espírito do que está sendo ensinado, assim como o envolvimento direto do Estado na instrução pré-militar, visando facilitar a formação dos oficiais;

5. Colégios de formação de professores regidos pelos mesmos princípios que regem as escolas onde os professores serão empregados. Portanto, as escolas que formam professores do ensino fundamental devem manter um caráter nacional rigoroso;

6. Desenvolvimento de um plano para o estabelecimento de escolas profissionais, industriais e agrárias, que contem com os recursos e a experiência acumulada de artesãos e agricultores. Essas escolas teriam como finalidade o aumento da produtividade da Nação e a formação de uma classe intermediária de técnicos, entre operários e gestores. Para tanto, o Estado terá que complementar e coordenar os esforços existentes do setor privado, deslocando-os para onde forem considerados insuficientes;

7. Atribuir às escolas de ensino fundamental e médio um caráter "clássico". Todos os tipos de escolas de ensino médio devem ser unificadas, para que o latim seja estudado por todos os alunos. O francês não deve mais ser a única língua estudada junto com o italiano. A segunda língua moderna deve ser escolhida em função da necessidade regional, especialmente nas áreas que fazem fronteira com outras nações;

8. Centralização de todos os benefícios educacionais, bolsas e assim por diante, sob a égide de um único instituto administrado pelo Estado. Tal instituto selecionará os alunos mais inteligentes e mais esforçados nas primeiras séries e garantirá que eles prossigam para o ensino superior. Isso neutraliza (quando necessário) o egoísmo dos pais e fornece aos alunos necessitados ajuda financeira substancial;

9. Melhoria do salário e da condição de professores e oficiais do Exército (que são, afinal, os educadores militares da Nação). Isso deve proporcionar-lhes mais respeito e os meios para expandir seus horizontes culturais. Irá também inspirar neles e no público em geral uma maior consciência da importância nacional da sua missão.

Justiça

Devem ser promovidos métodos preventivos e terapêuticos contra o crime, como escolas reformatórias, manicômios, asilos para criminosos e assim por diante. As sentenças penais são um meio de autodefesa por parte de uma sociedade nacional cujas leis foram violadas. Elas geralmente têm o objetivo de ter valor intimidatório e corretivo. Do ponto de vista do segundo, é fundamental que se melhore a higiene das prisões e que, com a

introdução do trabalho prisional, se aperfeiçoe a sua função social. Os tribunais especiais devem ser abolidos.

O Partido Nacional Fascista é a favor de uma reforma do código penal militar.

Processo de julgamento deve ser rápido e eficiente.

Defesa nacional

Todo cidadão é obrigado a servir nas Forças Armadas. Nosso exército deve começar a se ver integrado em uma única Nação armada, uma Nação na qual convergem todas as forças individuais, coletivas, econômicas, industriais e agrícolas com o propósito supremo de defender nossos interesses nacionais.

Para tanto, o Partido Nacional Fascista defende a criação imediata de um exército completo e perfeito, um exército que zele pelas fronteiras recém-conquistadas como uma sentinela vigilante e que, na fonte doméstica, assegure que a reserva nacional infinita de espíritos, homens, e os meios militares sejam sempre treinados, organizados e arregimentados de forma que estejam sempre prontos para tempos de perigo e glória.

Com este mesmo objetivo, o exército, junto com escolas e clubes desportivos, deve infundir nos corpos e espíritos dos cidadãos a aptidão e os conhecimentos necessários para a batalha e o sacrifício em nome da Pátria (instrução pré-militar).

Organização

Fascismo é um organismo cujos objetivos são:

A. Políticos.

B. Econômicos.

C. Combativos.

No campo político, o fascismo se opõe ao sectarismo. Ele acolhe qualquer pessoa que defenda sinceramente seus princípios e obedeça a sua disciplina. Estimula e valoriza os gênios, reunindo-os em grupos de especialistas de acordo com sua especialidade. Participa intensa e regularmente em todos os aspectos da vida política, colocando em prática contingente aquilo que não está fora do quadro pragmático de sua doutrina, ao mesmo tempo em que reafirma a doutrina como um todo abrangente.

No campo econômico, o fascismo apóia a criação de corporações profissionais que, dependendo das circunstâncias históricas ou geográficas, podem ser genuinamente fascistas ou de caráter independente. Só uma coisa é crucial: que sejam profundamente embebidos do princípio de que a Nação está acima de todas as classes sociais.

No que diz respeito ao caráter belicoso, o Partido Nacional Fascista é igual aos seus *Squadristi*. Os *Squadristi* são milícias voluntárias que lutam a serviço do Estado-nação. Eles são uma fonte viva de força na qual e através da qual a ideia fascista se corporifica e se defende.

Bastidores e repercussões de *La Distinction* de Pierre Bourdieu[1]

Carolina Pulici[2]

Como este Ciclo tem mostrado, são muitas as entradas possíveis numa obra como a que hoje debatemos, de tamanha estatura transdisciplinar, vigor teórico-metodológico e pluralidade temática. Mas seja qual for o enfoque, e mesmo a leitura, crítica ou reverenciosa, dos trabalhos de Pierre Bourdieu, eles aparecem aos cientistas sociais do século XXI como transformadores do horizonte do pesquisável, por terem modificado os termos do debate na área e alterado a disposição hierárquica das diferentes especialidades sociológicas, fazendo com que a sociologia da cultura, que até então constituía uma subseção de importância menor, se tornasse, segundo Michèle Lamont, a seção mais relevante da *American Sociological Association*[3].

Aceitando-se que Bourdieu e sua equipe inventaram uma nova maneira de fazer sociologia e subverteram a hierarquia dos objetos de estudo legítimos, eu gostaria de trazer para discussão alguns elementos desse aprimoramento das concepções da excelência

[1] Está é uma versão ligeiramente modificada da conferência apresentada na mesa "Desigualdades frente à cultura: classes, legitimidade e distinção", realizada no âmbito do *Ciclo Pierre Bourdieu* promovido pela *Sociedade Brasileira de Sociologia* (SBS) em 14/04/2022.

[2] Professora de sociologia do Departamento de ciências sociais da Universidade federal de São Paulo (UNIFESP).

[3] LAMONT, Michèle. « En quoi Bourdieu a-t-il été utile à notre réflexion ? Le cas des États-Unis ». In : COULANGEON, Philippe & DUVAL, Julien (orgs.). *Trente ans après La Distinction de Pierre Bourdieu*. Paris : Découverte, 2013, pp. 59-68.

sociológica. Embora eu reconheça a importância de sua obra para outras especialidades que não a sociologia da cultura, o tema da mesa de hoje, no qual se inscrevem inclusive minhas próprias pesquisas, me levam a apresentar as transformações operadas pelo antigo Centro de Sociologia Europeia (CSE) com base nos muitos trabalhos sobre a gênese social das preferências e das competências estéticas.

Minha proposta de destacar como tais investigações reorientaram a abordagem de problemas clássicos e os procedimentos de coleta e tratamento de dados empíricos então vigentes se baseia principalmente na obra mestra *La Distinction. Critique sociale du jugement* (1979), que reuniu uma série de pesquisas realizadas anteriormente no CSE e alavancou o reconhecimento intelectual, público e internacional de Bourdieu, tendo lhe valido os prêmios mais prestigiosos na área de sociologia e a melhor colocação em vários indicadores bibliométricos internacionais[4].

As edições francesa (1979) e brasileira (2006) d'*A Distinção* e o autor entrevistado em canal televisivo de abrangência nacional quando da publicação do livro.

A Distinção é uma espécie de síntese de 17 anos de pesquisas coletivas sobre a sociedade francesa dos anos 1960 e 1970[5], como a que resultou no livro sobre a fotografia (*Un art moyen*, ainda sem edição brasileira), nascido de um estudo encomendado pela empresa Kodak e publicado em 1965 em parceria com Luc Boltanski, Jean-Claude

[4] SAPIRO, Gisèle. « La carrière internationale de *La Distinction* ». In : Idem, ibidem, pp. 45-58.
[5] COULANGEON, Philippe & DUVAL, Julien. « Introduction ». In : Idem, ibidem, pp. 7-25.

Chamboredon e Robert Castel[6]. Além de financiar as investigações do Centro, essa encomenda permitiu que Bourdieu tivesse acesso às demais pesquisas que a empresa de fotografia tinha encomendado a organismos privados, possibilitando que ele fizesse a crítica da abordagem econométrica dos estudos de mercado e promovesse, assim, por contraste, sua concepção do ofício do sociólogo[7]. Com a pesquisa sobre os usos sociais da fotografia Bourdieu também buscava se distinguir da sociologia da arte praticada por Pierre Francastel, que ocupava a VIª seção da Escola Prática de Altos Estudos e que para ele nutria uma representação "mística" da experiência estética, não mobilizando nenhuma metodologia propriamente sociológica. O estudo desse objeto então menor que era a fotografia, emblema da "obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica"[8], permitia também marcar a diferença em relação aos trabalhos de Violette e Edgar Morin no âmbito do Centro de Estudos de Comunicação de Massa, combatendo a perspectiva dominante da maioria dos trabalhos sobre "os meios modernos de comunicação"[9].

A Distinção também incorpora a pesquisa que deu origem ao livro *O amor pela arte. Os museus de arte da Europa e seu público*, publicado em 1966 com a colaboração essencial de Alain Darbel, estatístico do *Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos* (INSEE) com quem ele já tinha trabalhado na Argélia[10]. Originalmente uma encomenda do Ministério dos Assuntos Culturais, tal pedido foi de pronto aceito por Bourdieu com o intuito de poder pagar seus colaboradores, mas também ter acesso a dados públicos e conferir um caráter oficial às investigações do CSE, não obstante a tensão inerente à realização de uma pesquisa científica que deve ao mesmo tempo orientar políticas públicas de redução das desigualdades culturais[11].

Tais levantamentos destinados a contemplar as preocupações práticas dos gestores dos equipamentos culturais davam muito mais o tom dos trabalhos do sociólogo do lazer Joffre Dumazedier, primeiro convidado a dirigir a investigação nos museus, que só foi então

[6] BOURDIEU, Pierre (org.). *Un art moyen. Essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris : Minuit, 1965.
[7] ISSENHUTH, Pernelle. « Les débuts d'une sociologie du goût : l'esthétique, Kodak et les classes sociales ». In : DUVAL, Julien ; HEILBRON, Johan & ISSENHUTH, Pernelle. *Pierre Bourdieu et l'art de l'invention scientifique. Enquêter au Centre de sociologie européenne (1959-1969)*. Paris : Classiques Garnier, 2022, pp. 175-232.
[8] BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica". In: ADORNO et al. *Teoria da cultura de massa*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000 [1936], pp. 221-254.
[9] DUVAL, Julien. "Sobre a transformação do sistema de gostos na França". In: PULICI, Carolina & FERNANDES, Dmitri. *As lógicas sociais do gosto*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019, pp. 273-308.
[10] BOURDIEU, Pierre & DARBEL, Alain. *L'amour de l'art. Les musées d'art européens et leur public*. Paris : Minuit, 1966.
[11] DUVAL, Julien. « L'entremêlement de la sociologie et des mathématiques : la recherche sur les musées ». In : DUVAL, Julien ; HEILBRON, Johan & ISSENHUTH, Pernelle. *Pierre Bourdieu et l'art de l'invention scientifique*, op. cit., pp. 325-361.

solicitada num segundo momento a Bourdieu por conta da indisponibilidade do Dumazedier. Nascido de uma demanda externa mas tratado de forma a subsidiar problemáticas construídas de forma autônoma, *O amor pela arte* foi uma das pesquisas mais ambiciosas do CSE em termos estatísticos, pois pela primeira vez se pôde contar com uma amostra representativa (foram passados 10 000 questionários), no intuito de desafiar o pensamento matemático de Paul Lazarsfeld, que desdenhava as amostras com as quais Bourdieu e Jean-Claude Passeron trabalharam nos livros sobre educação (*"ah, os trabalhos de Bourdieu com 150 alunos"*)[12].

Rivalizar com Lazarsfeld mas sem por isso prescindir de observações etnográficas, entrevistas e reflexões epistemológicas desvalorizadas pelo austríaco-americano. Ou seja, sem abrir mão da complementaridade dos métodos de pesquisa que sempre foi a tônica da sociologia bourdieusiana. Porque foi justamente a superação da antiga querela entre métodos etnográficos e métodos estatísticos que permitiu reconciliar a verdade dos dados objetivos com a subjetividade dos que a vivenciam[13]. Como afirmou Dominique Schanapper em entrevista a Julien Duval, *"Ele queria mostrar que ele podia fazer como Lazarsfeld; mas que queria fazer outra coisa; [...] 'eu faço pesquisa estatística, mas eu faço mais do que isso'"*[14]. Segundo Duval neste trabalho baseado nos arquivos Pierre Bourdieu recentemente abertos aos pesquisadores, a obra *O amor pela arte* constitui a primeira tentativa de se colocar na condição de etnólogo das classes cultivadas, esses "nativos da cultura erudita", como gostava de dizer Bourdieu, que nas últimas páginas da segunda edição anunciará o problema que se tornará central n'*A Distinção*, qual seja, o da contribuição da fruição artística à "sociodicéia" burguesa e à ideologia do gosto natural.

A sociologia da percepção estética[15] que figura n'*A Distinção* também deve muito a um artigo de quase 100 páginas intitulado "Anatomie du goût", publicado em 1976 em parceria com Monique de Saint-Martin[16]. Como nos esclarece a coautora, o levantamento de dados durou 12 anos, pois além do questionário aplicado pelo próprio Centro junto a 1.217 pessoas, foram mobilizados os grandes levantamentos estatísticos do INSEE sobre

[12] Idem, ibidem, p. 335.
[13] PULICI, Carolina. "A derrocada simbólica da terra natal". In: *O baile dos celibatários. Crise da sociedade camponesa no Béarn*. Tradução, apresentação e notas de Carolina Pulici. São Paulo: Editora Unifesp, 2021 [2002], pp. 7-17.
[14] DUVAL, Julien. « L'entremêlement de la sociologie et des mathématiques », op. cit., p. 335, tradução nossa.
[15] BOURDIEU, Pierre & DELSAUT, Yvette. « Pour une sociologie de la perception ». *Actes de la recherche en sicences sociales*, n° 40 (« Sociologie de l'œil »), 1981, pp. 3-9.
[16] BOURDIEU, Pierre & SAINT-MARTIN. « Anatomie du goût ». *Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 5, 1976, pp. 2-81.

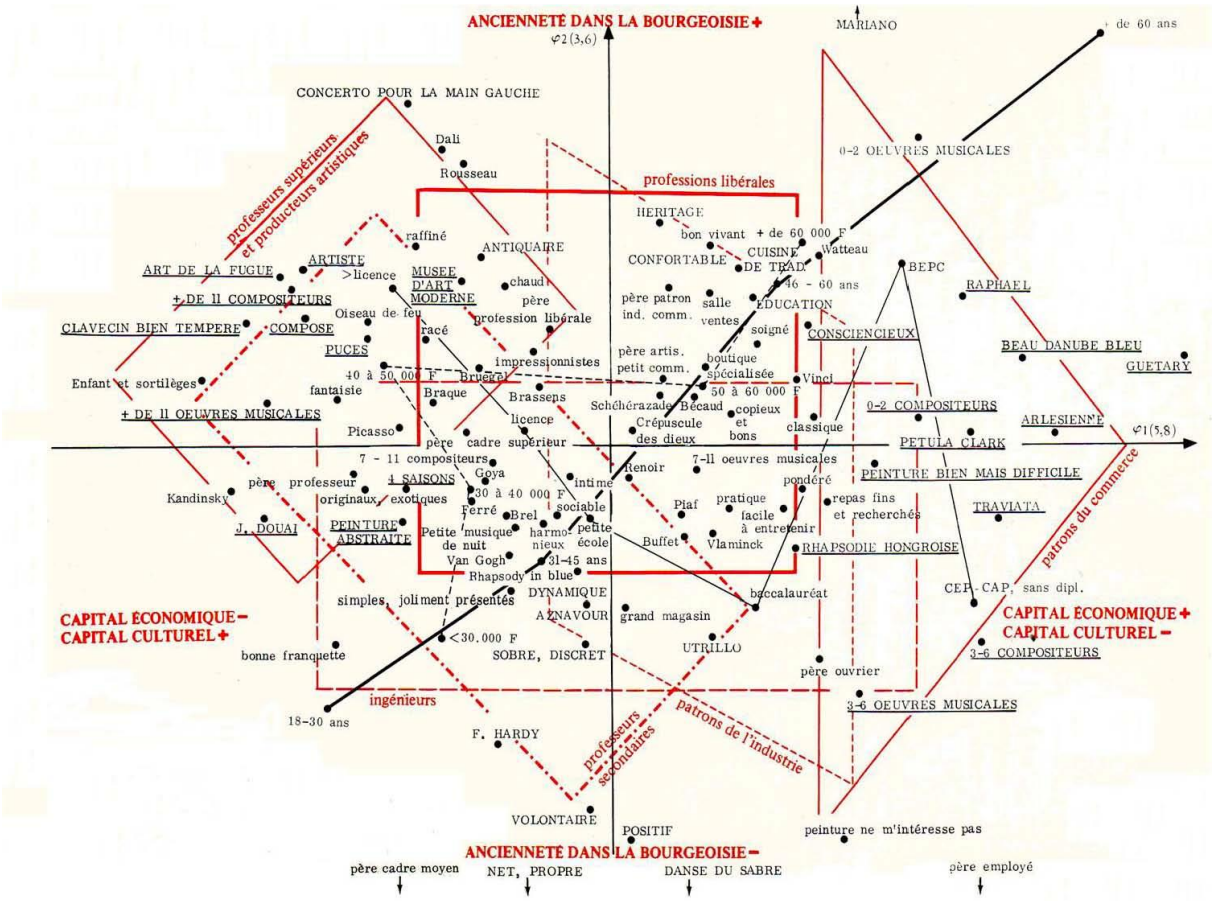
o consumo, e vários outros realizados por institutos de sondagem privados com objetivos publicitários, para que fosse possível situar a pesquisa sobre o gosto num universo muito mais amplo[17]. Com todas as dificuldades devidas ao fato de não recorrerem todos às mesmas classificações no que tange às categorias socioprofissionais. A propósito, o questionário de elaboração própria precisou ser recodificado, pois as categorias socioprofissionais concebidas pelo INSEE em 1954 nas quais a equipe de Bourdieu se baseava tinham se tornado simplificadoras demais para a França dos anos 1970, não distinguindo, por exemplo, os executivos do setor público dos do setor privado.

Nesse diálogo entre o CSE e o INSEE, uma nova nomenclatura das profissões passa a ser gestada no seio do Instituto, mas ela só ficaria pronta em 1982, de modo que a recodificação operada pela equipe do Bourdieu passou a poder distinguir, por exemplo, um comerciante ou artesão de arte dos demais artesãos e comerciantes, mesmo que tais categorias ainda não existissem enquanto tais na nomenclatura oficial do INSEE. A hipótese da homologia estrutural, que guiou a concepção e construção do espaço das posições sociais e do espaço dos estilos de vida, encontrou na análise de correspondências múltiplas[18], que já vinha sendo usada em psicologia, uma ferramenta bastante apta a construir, nas palavras de Alain Desrosières, *"homologias entre espaços de grupos sociais e espaços de práticas"*[19].

[17] SAINT-MARTIN, Monique. « Les tentatives de construction de l'espace sociale, d''Anatomie du goût' à *La Distinction*. Quelques repères pour l'histoire d'une recherche ». In : COULANGEON, Philippe & DUVAL, Julien (orgs.). *Trente ans après La Distinction de Pierre Bourdieu*, op. cit., pp. 29-44.

[18] DUVAL, Julien. « Analyser un espace social ». In : PAUGAM, Serge (org.). *L'enquête sociologique*. Paris: Presses universitaires de France, 2010, pp. 267-290.

[19] DESROSIÈRES, Alain. « Analyse des données et sciences humaines : comment cartographier le monde social ? », citado em SAINT-MARTIN, Monique. « Les tentatives de construction de l'espace sociale, d''Anatomie du goût' à *La Distinction »*, op. cit., p. 39, tradução nossa.



Fonte: Análise de correspondências múltiplas no capítulo sobre as classes dominantes em *La Distinction*, op. cit., p. 296.

O livro também prolonga o diálogo travado por Bourdieu na mesma época com economistas e estatísticos sobre a questão do acesso aos bens econômicos e culturais na França do pós-guerra[20], período chamado de "Os trinta gloriosos", como revela a obra coletiva *Le partage des bénéfices*[21]. Além de evidenciar a preocupação de Bourdieu nos anos 1970 com as classes sociais e sua reprodução, *A Distinção* também resulta de uma reflexão aprofundada sobre a própria escrita em ciências sociais[22]: de todos os seus livros, esse é de longe o que mais integra no corpo do texto o uso intensivo de documentos (retratos de informantes com paráfrases de entrevistas, fotografias, gráficos, tabelas, recortes de jornal, box com poemas de Molière, romances de Proust, reprodução de pinturas ou fotografias usadas para apreender a disposição estética durante a aplicação dos questionários e

[20] COULANGEON, Philippe & DUVAL, Julien. « Introduction », op. cit.
[21] DARRAS. *Le partage des bénéfices. Expansion et inégalités en France*. Paris: Minuit, Paris, 1966.
[22] DUVAL, Julien. "Distinction (La). Critique sociale du jugement". In: SAPIRO, Gisèle (org.). *Dictionnaire international Bourdieu*. Paris : CNRS Éditions, 2020. pp. 245-248.

realização das entrevistas), reproduzindo o padrão editorial da revista que criou em 1975, *Actes de la recherche en sciences sociales*.

Do ponto de vista das ideias substantivas[23], *A Distinção* demonstra que o juízo de gosto é bem menos pessoal do que se imagina, uma vez que subentende um privilégio social que se ignora como tal e que por isso se converte em racismo de classe. Como senso prático, o senso estético constitui uma dimensão de um habitus de classe, ou seja, de uma relação muito mais ampla com o mundo e com os outros, no sentido de que os agentes se diferenciam por meio das distinções que operam (entre o bonito e o feio, ou entre o distinto e o vulgar), uma vez que estas retraduzem suas posições nas classificações objetivas. E a análise estatística mostra que oposições de mesma estrutura que as observadas em matéria de fruição artística aparecem também em matéria de alimentação, de decoração e de vestuário, tais como a antítese entre a "substância" e a "forma", que por sua vez recobre a oposição entre o "gosto de necessidade", aferrado aos benefícios funcionais, e o "gosto de liberdade", que desloca a ênfase da "matéria" em direção da "maneira", por um partido de estilização que pede à "forma" para operar uma denegação da "função".

A gente vê então que para Bourdieu a ciência do gosto deve abandonar a ideia de que o consumo artístico é um universo à parte, não conspurcado, para investigar as relações que unem as preferências em matéria de pintura e de decoração, de literatura e de vestuário, de música e de culinária, isto é, não se restringindo mais às obras nomeadas artísticas, a fim de identificar as apreensões diferenciais *de todas as coisas do mundo*. Essa reintegração do consumo estético no universo do consumo ordinário revogaria a oposição, que no seu entendimento fundamenta a estética erudita desde Kant, entre o chamado "gosto dos sentidos" e a sua contrapartida necessária que é o "gosto de reflexão", ou seja, entre o "prazer fácil", reduzido a um prazer dos sentidos, e o "prazer puro", medida da capacidade de sublimação que define o homem verdadeiramente humano.

Mas essa ideia de que é preciso reintegrar o consumo estético no universo do consumo ordinário não o leva a pensar as predileções artísticas na ótica da indústria cultural. Convencido de que não apenas a grande mídia, mas também o sistema de ensino dispõe de um público "de massa"[24], Bourdieu rejeita as abordagens em termos de uma hegemonia da

[23] Salvo menção explícita à edição brasileira, todas as análises subsequentes do livro estão baseadas na edição original de 1979.

[24] DUVAL, Julien. "Sobre a transformação do sistema de gostos na França", op. cit.

"cultura de massa", que pressupõem uma doutrinação cultural massiva indistintamente apropriada por um gigantesco conglomerado de indivíduos, insistindo antes nos usos sociais da cultura, na formação do gosto do ponto de vista das propriedades sociais de seus portadores. Esse partido de devolver às especificidades morfológicas do público o que as teses sobre a indústria cultural atribuíam às características intrínsecas das obras produzidas em escala industrial destaca que o canto gregoriano, por exemplo, que na idade média era consumido pela população analfabeta e se caracterizava por ritmos tão repetitivos quanto os que Adorno reprovou no jazz, se tornou um gosto da elite melômana na época contemporânea, atestando que a posição de uma obra na hierarquia das legitimidades culturais depende mais do recrutamento social da clientela que a consagra, portanto de suas apropriações sociais, do que das propriedades que lhe são inerentes.

Filósofo de formação que se reconverteu em sociólogo depois de ter sido etnólogo, Bourdieu sempre construiu, na visão do Louis Pinto, todos seus objetos de pesquisa submetendo postulados filosóficos supostamente universais à prova da realidade[25]. E no caso d'*A Distinção* não foi diferente, já que o problema de pesquisa parte da especificidade do juízo estético tal como definida por Kant na *Crítica do Juízo*[26], que teria alçado o "gosto dos sentidos" à condição de barbarismo, por oposição ao nobre "gosto de reflexão" que impõe o desinteresse pelo objeto representado e se constitui como princípio por excelência de um olhar e de uma estética "puros". Esse ideal da percepção "pura", que afirma *o primado da forma sobre a função*, do *modo de representação* sobre o *objeto de representação*, exige uma disposição estética que a arte precedente só reclamava de modo condicional – basta pensar nas obras expostas nos palácios e catedrais, que além de se apresentarem contextualizadas, cumpriam funções bem precisas. Ao interesse pelo objeto da representação, que leva a considerar belas as belas coisas representadas e, em particular, as que falam de modo mais imediato aos sentidos e à sensibilidade, o modo de apropriação estética tido por legítimo opõe a indiferença e o distanciamento que proíbem subordinar o juízo sobre a representação à natureza do objeto representado ou o reconhecimento da beleza à imagem da coisa bela *("Uma mulher linda fica sempre bem na fotografia"*).

Para Bourdieu, essa norma do "olhar puro" que orienta a percepção formalista acompanha a constituição de um campo artístico relativamente autônomo, e corresponde

[25] PINTO, Louis. *Pierre Bourdieu et la théorie du monde social*. Paris: Albin Michel, 1998.
[26] KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1790].

portanto a um estado do modo de produção artístico que tende a impor suas próprias regras tanto na produção quanto no consumo de seus produtos, priorizando aquilo de que o artista é senhor, ou seja, a forma, o estilo, a maneira, e não um referente exterior pelo qual se introduz a subordinação a funções, como a de representar uma realidade ou dizer alguma coisa. Nessa perspectiva, o museu de arte é a objetivação dessa disposição estética específica constituída em instituição, pois nada evidencia melhor a autonomização da atividade artística com relação aos interesses extra artísticos do que a justaposição de obras que, originalmente contextualizadas e subordinadas a funções inteiramente diferentes, exigem agora a atenção à forma mais do que à função, à técnica mais do que ao tema, invalidando a apreensão realista definida pelo cânon de uma estética familiar.

Ocorre que essa apreensão "desinteressada" valorizada nos mercados escolares e mundanos resulta de modalidades de aquisição de capital cultural desigualmente distribuídas, o que o leva a postular que o consumo cultural está predisposto a cumprir uma função social de legitimação das desigualdades sociais. Devido às condições de sua realização, o "olhar puro" em relação às criações artísticas, que neutraliza todo interesse afetivo ou ético pelo objeto da representação, implica uma ruptura com a atitude habitual em relação ao mundo que para Bourdieu é uma ruptura de ordem social, no sentido de uma distância eletiva das urgências do mundo. E tal distanciamento objetivo e subjetivo com relação às necessidades fundamenta o afastamento em relação aos grupos sociais submetidos a esses mesmos determinismos.

Na contramão do juízo estético legítimo que exige uma indiferença ética na apreensão dos bens estéticos, a estética popular afirmaria, pelo contrário, a continuidade da arte e da vida, emitindo apreciações estéticas que seriam antes juízos morais, anexando a estética à ética. Contrariando a estética "pura" que vê no desprendimento a única via de acesso ao efeito propriamente artístico, a estética popular, que Bourdieu chama de "uma estética anti-kantiana", recusaria as experimentações formais que tendem a colocar à distância o espectador não-iniciado, impedindo-o de se identificar aos personagens e de "entrar no jogo". Rejeitando essa recusa da adesão "fácil" e "vulgar", não abrindo mão dos espetáculos que oferecem satisfações mais imediatas, a estética popular seria oposta à estética kantiana que, para estabelecer a especificidade do juízo estético, elege um prazer estético independente do prazer das sensações.

Se diferentemente dos estetas capazes de apreciar uma obra de arte "independentemente de seu conteúdo", o operário destituído de conhecimento específico denuncia a gratuidade ostentatória dos exercícios de estilo e das experimentações formais, então é porque as tomadas de posição estéticas são oportunidades de afirmar a posição ocupada no espaço social como lugar a assegurar ou distanciamento a manter, inscrevendo inevitavelmente no plano das desigualdades sociais as competências em matéria de cultura.

Mas tais propriedades desigualmente distribuídas não funcionam da mesma forma em todos os campos nem nas diferentes posições estruturadoras de um mesmo campo: se as mesmas práticas podem receber valores opostos em campos diferentes, em estados diferentes ou em setores opostos de um mesmo campo, então é porque a relação estatística entre as propriedades dos agentes e as práticas só se realiza completamente na relação entre as disposições de um habitus e a lógica específica de um campo que definirá quais são os trunfos mais cotados. E tais definições não são estáticas, o que existe sempre são lutas em nome das competências culturais mais legítimas. Assim, por exemplo, a exaltação do esporte e a valorização da cultura econômico-política em detrimento da cultura literária ou artística integram as estratégias através das quais as frações dominantes das classes dominantes procuram desacreditar os valores reconhecidos pelas frações "intelectuais" da classe dominante, o que atesta a existência de definições antagonistas de cultura legítima e das relações legítimas com a cultura.

Por fim, cabe frisar que o pensamento relacional implementado n'*A Distinção* faz a junção entre os primeiros trabalhos mais antropológicos e as pesquisas subsequentes empenhadas em mostrar as dimensões esquecidas das lutas de classe. Como ele disse tantas vezes, os etnólogos sempre se colocaram o problema das classificações, sem levar em conta o problema das classes sociais, ao passo que os sociólogos fizeram o caminho inverso: investigaram as classes sociais desconsiderando as classificações; de modo que com *A Distinção* teria buscado relacionar as classificações simbólicas e as divisões do mundo social.

Desafiando as resistências ao estudo sociológico do gosto, que remete uma experiência supostamente "única" a categorias genéricas como a classe social, o autor frisa que o gosto é a *afirmação prática de uma diferença inevitável*: sendo produto de um habitus estribado em condições de existência determinadas, o gosto une e separa, associa todos os que são produtos de condições semelhantes, distinguindo-os necessariamente de todos os demais. Esse enfoque das desigualdades frente à cultura recupera, portanto, o suposto

antropológico de que existir socialmente é diferir, de que ser alguma coisa é não ser todas as outras coisas em relação às quais toda e qualquer coisa se define em seu sentido e em suas funções. Este modo de pensamento *relacional* inerente ao conceito de campo e ao suposto de que o "distinto" só pode existir em oposição ao "vulgar" é uma contribuição que ele retém do estruturalismo lévistraussiano, que rompeu com o modo de pensamento substancialista ao caracterizar cada elemento pelas relações que o unem a todos os outros. Como ele explicita em *O senso prático*, uma grande contribuição de Lévi-Strauss foi estender às ciências sociais o modo de pensamento relacional, para o qual tomar um traço isoladamente é esquecer que cada um deles significa o que todos os outros não significam[27].

Mas diferentemente do estruturalismo, ele não negligencia os fundamentos econômicos e políticos das trocas simbólicas[28], como não nega, aliás, a exaustiva transposição do vocabulário do mundo econômico no tratamento do mundo simbólico. Se a "estilização da vida" de que falava Weber implica distância e exclusividade[29], não admira que Bourdieu chegue até mesmo a afirmar que *"A intolerância estética exerce violências terríveis. A aversão pelos estilos de vida diferentes é, sem dúvida, uma das mais fortes barreiras entre as classes"*[30].

Justamente essa ideia de que a reprodução das posições de classe depende também do grau de proximidade da cultura legitimada gerou muitas críticas[31], fazendo d'*A Distinção* uma de suas obras mais polêmicas[32]. Uma outra crítica recorrente ao livro é a de que a variável classe social monopoliza a determinação das práticas[33]. Em diversos momentos de sua obra, Bourdieu reconhece que para além dos determinantes fundamentais das condições de existência, que para ele eram os econômicos e culturais, há que se levar em conta as características secundárias constitutivas da posição social (etnia, gênero, faixa

---

[27] BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.

[28] Idem. "As estratégias matrimoniais no sistema das estratégias de reprodução". In: *O baile dos celibatários*, op. cit., pp. 174-209.

[29] WEBER, Max. "A distribuição do poder dentro da comunidade: classes, estamentos e partidos". In: *Economia e sociedade. Fundamentos de sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Editora UNB, 2000 [1922], pp. 175-186.

[30] BOURDIEU, Pierre. *A Distinção. Crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern e de Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp/Porto Alegre: Zouk, 2008 [1979], p. 60.

[31] Ver, quanto a esta crítica, HALLE, David. *Inside Culture. Art and Class in American Homes*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

[32] LAMONT, Michèle. *Money, Morals and Manners. The Culture of the French and the American Upper-Middle Class*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

[33] HALL, John R. "The capital (s) of cultures: a nonholistic approach to status situations, class, gender, and ethnicity". In: LAMONT, Michèle & FOURNIER, Marcel. *Cultivating differences. Symbolic boundaries and the making of inequality*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992, pp. 257-285.

etária), mas sem, contudo, esquecer que esses vários fatores possuem pesos diferentes e, desse modo, relacionam-se de forma hierárquica[34].

Em sua comunicação ao colóquio internacional ocorrido em Paris no ano de 2010 por ocasião dos 30 anos de publicação d'*A Distinção* (*"Trente ans après La Distinction de Pierre Bourdieu"*), Monique de Saint-Martin, uma das principais colaboradoras de Bourdieu, fez eco às críticas anglo-saxônicas que consideram que houve um exagero do peso do pertencimento de classe – ainda que este tenha sido requalificado como volume, estrutura e evolução no tempo dos capitais –, em detrimento das assimetrias de gênero, faixa etária, filiação étnica e localização geográfica. Com a força e a fraqueza que disso decorrem, poderíamos acrescentar. Uma das forças foi, sem dúvida, a de dar novo fôlego às análises em termos de classe social, que sem a requalificação operada n'*A Distinção* teriam desaparecido do horizonte da sociologia não diretamente marxista[35]. Essa nova forma de pensar a "luta de classificação das classes" tem ainda o mérito de rejeitar a perspectiva pretensamente apolítica de boa parte da sociologia norte-americana, que prefere falar em "estratificação social" ao invés de "luta de classes"[36], eufemizando tudo o que há de conflitivo nas relações sociais mediante a construção de escalas nas quais os diferentes grupos se distribuem de forma meramente superposta, não sendo mais do que aglomerados de variáveis (classe, gênero, raça, idade, localização geográfica) dispostas sem qualquer relação de subordinação.

Referências

BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica". In: ADORNO et al. *Teoria da cultura de massa*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000 [1936], pp. 221-254.

BOURDIEU, Pierre (org.). *Un art moyen. Essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris : Minuit, 1965.

BOURDIEU, Pierre & DARBEL, Alain. *L'amour de l'art. Les musées d'art européens et leur public*. Paris : Minuit, 1966.

[34] *"Como o ser segundo Aristóteles, o mundo social pode ser dito e construído de diferentes modos: ele pode ser praticamente percebido, dito, construído, segundo diferentes princípios de visão e de divisão – por exemplo, as divisões étnicas -, dando-se por entendido que os reagrupamentos na estrutura do espaço construído na base da distribuição do capital apresentam maiores probabilidades de serem estáveis e duradouros e que as outras formas de reagrupamento estarão sempre ameaçadas pelas cisões e oposições ligadas às distâncias no espaço social. Falar de um espaço social é dizer que não se pode juntar uma pessoa qualquer com outra pessoa qualquer, descurando as diferenças fundamentais, sobretudo econômicas e culturais".* BOURDIEU, Pierre. "Espaço social e gênese das classes". In: *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998 [1984], p. 137.

[35] Ver, entre outros, JOPPKE, Christian. "The Cultural Dimensions of Class Formation and Class Struggle: on the Social Theory of Pierre Bourdieu". *Berkeley Journal of Sociology: Critical Review*, 1986, pp. 53-78.

[36] BOURDIEU, Pierre. *La Distinction*, op. cit., pp. 272-273.

BOURDIEU, Pierre & DELSAUT, Yvette. « Pour une sociologie de la perception ». *Actes de la recherche en sicences sociales*, n° 40 (« Sociologie de l'œil »), 1981, pp. 3-9.

BOURDIEU, Pierre & SAINT-MARTIN. « Anatomie du goût ». *Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 5, 1976, pp. 2-81.

BOURDIEU, Pierre. "As estratégias matrimoniais no sistema das estratégias de reprodução". In: *O baile dos celibatários. Crise da sociedade camponesa no Béarn*. Tradução, apresentação e notas de Carolina Pulici. São Paulo: Editora Unifesp, 2021 [2002], pp. 174-209.

BOURDIEU, Pierre. "Condição de classe e posição de classe". In: *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. Tradução de Sônia Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1999 [1966], pp. 3-25.

BOURDIEU, Pierre. "Espaço social e gênese das classes". In: *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998 [1984], p. 133-161.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção. Crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern e de Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp/Porto Alegre: Zouk, 2008 [1979].

BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.

COULANGEON, Philippe & DUVAL, Julien. « Introduction ». In COULANGEON, Philippe & DUVAL, Julien (orgs.). *Trente ans après La Distinction de Pierre Bourdieu*. Paris : Découverte, 2013, pp. 7-25.

DARRAS. *Le partage des bénéfices. Expansion et inégalités en France*. Paris: Minuit, Paris, 1966.

DUVAL, Julien. "Sobre a transformação do sistema de gostos na França". In: PULICI, Carolina & FERNANDES, Dmitri. *As lógicas sociais do gosto*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019, pp. 273-308.

DUVAL, Julien. « Analyser un espace social ». In : PAUGAM, Serge (org.). *L'enquête sociologique*. Paris: Presses universitaires de France, 2010, pp. 267-290.

DUVAL, Julien. « L'entremêlement de la sociologie et des mathématiques : la recherche sur les musées ». In : DUVAL, Julien ; HEILBRON, Johan & ISSENHUTH, Pernelle. *Pierre Bourdieu et l'art de l'invention scientifique. Enquêter au Centre de sociologie européenne (1959-1969)*. Paris : Classiques Garnier, 2022, pp. 325-361.

HALL, John R. "The capital (s) of cultures: a nonholistic approach to status situations, class, gender, and ethnicity". In: LAMONT, Michèle & FOURNIER, Marcel. *Cultivating differences. Symbolic boundaries and the making of inequality*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992, pp. 257-285.

HALLE, David. *Inside Culture. Art and Class in American Homes*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

ISSENHUTH, Pernelle. « Les débuts d'une sociologie du goût : l'esthétique, Kodak et les classes sociales ». In : DUVAL, Julien ; HEILBRON, Johan & ISSENHUTH, Pernelle. *Pierre Bourdieu et l'art de l'invention scientifique. Enquêter au Centre de sociologie européenne (1959-1969)*. Paris : Classiques Garnier, 2022, pp. 175-232.

JOPPKE, Christian. "The Cultural Dimensions of Class Formation and Class Struggle: on the Social Theory of Pierre Bourdieu". *Berkeley Journal of Sociology: Critical Review*, 1986, pp. 53-78.

KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1790].

LAMONT, Michèle. « En quoi Bourdieu a-t-il été utile à notre réflexion ? Le cas des États-Unis ». In : COULANGEON, Philippe & DUVAL, Julien (orgs.). *Trente ans après La Distinction de Pierre Bourdieu*. Paris : Découverte, 2013, pp. 59-68.

LAMONT, Michèle. *Money, Morals and Manners. The Culture of the French and the American Upper-Middle Class*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

MARX, Karl. "Posfácio da segunda edição". In: *O capital*. Volume 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988 [1873].

PINTO, Louis. *Pierre Bourdieu et la théorie du monde social*. Paris: Albin Michel, 1998.

PULICI, Carolina. "A derrocada simbólica da terra natal". In: *O baile dos celibatários. Crise da sociedade camponesa no Béarn*. Tradução, apresentação e notas de Carolina Pulici. São Paulo: Editora Unifesp, 2021 [2002], pp. 7-17.

SAINT-MARTIN, Monique. « Les tentatives de construction de l'espace sociale, d'"Anatomie du goût' à *La Distinction*. Quelques repères pour l'histoire d'une recherche ». In : COULANGEON, Philippe & DUVAL, Julien (orgs.). *Trente ans après La Distinction de Pierre Bourdieu*. Paris : Découverte, 2013, pp. 29-44.

SAPIRO, Gisèle. « La carrière internationale de *La Distinction* ».». In : COULANGEON, Philippe & DUVAL, Julien (orgs.). *Trente ans après La Distinction de Pierre Bourdieu*. Paris : Découverte, 2013, pp. 45-58.

WEBER, Max. "A distribuição do poder dentro da comunidade: classes, estamentos e partidos". In: *Economia e sociedade. Fundamentos de sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Editora UNB, 2000 [1922], pp. 175-186.